ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE 23

Temperos da Geografia



associação dos geógrafos brasileiros

Terra Livre

Temperos da Geografia



Associação dos Geógrafos Brasileiros

Diretoria Executiva Nacional (Gestão 2004/2006)

Presidente
Jorge Luís Borges Ferreira (AGB - Rio de Janeiro/RJ)

Vice Presidente
Marísia Margarida Santiago Buitoni (AGB – São Paulo/SP)

Primeira Secretária
Renata de Souza Cometti (AGB - Vitória/ES)

Segundo Secretário
Igor Jardim de Oliveira Pereira (AGB – Niterói/RJ)

Primeiro Tesoureiro
Alexandre Bergamin Vieira (AGB - Presidente Prudente/SP)

Segundo Tesoureiro
Alex Marciel da Silva (AGB – Uberlândia/MG)

Coordenadora de Publicações
Maria Geralda de Almeida (AGB – Goiânia/GO)

Auxiliar da coordenadora de publicações
Renata Medeiros de Araújo Rodrigues (AGB - São Paulo)

Representação junto ao Sistema CONFEA/CREA
TITULAR: José Eleno da Silva (AGB – Recife/PE)
SUPLENTE: Rodrigo Martins dos Santos (AGB – São Paulo/SP)

Representação junto ao Conselho das Cidades
Jan Bitoun (AGB – Recife/PE)

Mestre de Edição do Sítio da AGB
Hindenburgo Francisco Pires (AGB – Rio de Janeiro/RJ)

Correio eletrônico: agbnacional@yahoo.com.br
Na Internet: http://www.cibergeo.org/agbnacional

ISSN 0102-8030

Terra Livre

Publicação semestral
da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 20 – Vol. 2
NÚMERO 23

TERRA LIVRE

Conselho Editorial

Bernardo Mançano Fernandes - UNESP / Daniel Hiernaux-Nicolas - Universidad Autónoma Metropolitana (México) / Dirce Maria Suertegaray - UFRS
Edvânia Torres Aguiar Gomes - UFPE / Eliseu Savério Sposito - UNESP
Heinz Dieter Heidemann - USP / Jacquelyn Chase – California State University, Chico(EUA) / José Borzacchiello da Silva - UFC / Lana de Souza Cavalcanti - UFG
Maria Augusta Mundim Vargas - UFS / Maria Geralda de Almeida-UFG
Michel Chossudovsky - University of Ottawa (Canadá) / Paul Claval - Université de Paris, Sorbonne (França) / Rita de Cássia Ariza da Cruz - USP/ Roberto Lobato Corrêa - UFRJ Roberto Rosa - UFU / Rogério Haesbaert - UFF / Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr. - UFPA / Selma Simões de Castro - UFG / Silvio Simione da Silva - UFAC
Sônia Regina Romancini - UFMT

Colaboradores

Carlos Eduardo S. Maia - UFG
Jörn Seemann - UECE
Maria Iêda de Almeida Burjack - UFG
Valter Casseti - UFG

Editor responsável e editoração: Maria Geralda de Almeida
Co-editores: João Alves de Castro / Tadeu Alencar Pereira Arrais

Estagiários: Alexsander Batista e Silva / Luiza Helena Barreira Machado

Capa: André Barcellos Carlos Souza
Obra: Temperos da terra
Autor: André Barcellos Carlos Souza
Fotografia da capa: Paulo Rezende

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica e Editora Vieira

Endereço para Correspondência:
Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN)
Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edifício Geografia e História – Cidade Universitária
CEP: 05508-900 – São Paulo / SP – Brasil – Tel. (0xx11) 3091-3758
ou Caixa Postal 64.525 – 05402-970 - São Paulo / SP
e-mail: terralivre_agb@yahoo.com.br

Ficha Cátalográfica

Terra Livre, ano 1.n. 1, São Paulo, 1986.
São Paulo, 1986 - v. ilst. Histórico

1986 - ano 1, v. 1
1987 - n. 2
1988 - n. 3, n. 4, n. 5
1989 - n. 6
1990 - n. 7
10. Geografia - Periódicos
10. AGB. Diretoria Nacional

1991 - n. 8, n. 9
Revista Indexada em Geodados - ww.geodados.uem.br
ISSN 0102-8030

1992 - N. 10
1992/93 - 11/12 (editada em 1996)
1994/95/96 - interrompida
1997 - n. 13
1998 - interrompida
1999 - n. 14
2000 - n. 15
2001 - n. 16, n. 17
2002 - Ano 18, v. 1, n. 18; v. 2, n. 19
2003 - Ano 19, v. 1, n. 22; v. 2, n. 21
2004 - Ano 20, v. 1, n. 22; v. 2, n. 23

CDU - 91(05)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange

Sumário

Editorial 7
Apresentação 9-11

Artigos

- Murano et les verriers: un district industriel pas comme les autres
Georges Benko 15-34

- Precarização, reclusão e "exclusão" territorial
Rogério Haesbaert 35-51

- "Lúcia Gramado Kaigang": como me redescobri na Serra Gaúcha
Jones Dari Goettert 53-74

- Representações de mundo, geografias adversas e manejo simbólico – aproximações entre clínica psicopedagógica e ensino de geografia
Lucimara Vizzotto Reffatti
Nelson Rego 75-85

- Escala geográfica: da ação ao império?
María Laura Silveira 87-96

- A nova geografia econômica mundial e a emergência de um novo sistema portuário no Estado do Ceará: o Porto do Pecém
Luiz Cruz Lima
Frédéric Monié
Francisca Gonçalves Batista 97-109

- Utilização de imagens híbridas geradas a partir da transformação IHS e aplicação de segmentação no mapeamento detalhado do uso da terra
Fernando Shinji Kawakubo
Rúbia Gomes Morato
Paulo Almeida Correia Junior
Ailton Luchiari 111-122

- De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária
Ed uardo Scolese 123-138

- Sustentabilidade de sistemas produtivos agrários em paisagens do cerrado: uma análise no município de Jataí (GO)
Ivanilton José de Oliveira 139-159

Resenhas

- Geografia: Leituras culturais. Maria Geralda de Almeida and Alecsandro JP Ratts (eds.). Goiânia: Editora Alternativa. 2003. 287 pp. ISBN 85-88253-19-4
Daniel W. Gade..... 163-164

- Geografia: Leituras Culturais. Maria Geralda de Almeida and Alecsandro JP Ratts (eds.). Goiânia: Editora Alternativa. 2003. 287 pp. ISBN 85-88253-19-4
Paul Claval..... 165-167

- Normas para publicação..... 169-170

- Normas para publicación 171-172

- Submission Guidelines 173-174

- Sumario / Summary 175-176

Editorial

Agrião. Canela. Gergelim. Sal. Mostarda. Pimenta. Cravo. Salsa. Cebolinha. Espinafre. Aveia. Gengibre. Açúcar. Esses são alguns dos ingredientes que dão forma à capa da edição número 23 da revista Terra Livre. *Temperos da Geografia* foi o nome escolhido pelo *Conselho Editorial* para designar não apenas a capa, mas um conjunto de contribuições presentes neste volume. Acreditamos que uma Terra Livre seja, sobretudo, uma terra temperada. Não aquela do século XIX, demarcada pela latitude e por um projeto de civilização que não logrou bons resultados, justamente porque foi intolerante diante de outros temperos, especialmente os tropicais.

Temperos da Geografia demonstra o quanto nossa ciência continua temperada pela complexidade e pluralidade das análises do espaço geográfico. O papel do Conselho Editorial, como o de um cozinheiro que observa uma mesa farta de possibilidades, foi o de misturá-los em uma mesma panela de barro. A linha comum dessa receita, que permitiu a colagem dos ingredientes, foi a idéia de uma geografia fundamentalmente preocupada com a construção de um outro discurso, de um outro olhar, fugindo dos temperos convencionais. Jorge Luís Borges Ferreira, já na apresentação, reconhece que o conteúdo desse tempero é:"*...um reflexo direto e imediato de uma produção geográfica impura, misturada, salpicada, - e por isso mesmo – imprescindível*". Está certo o Presidente da AGB. Ao reconhecer, como o fez, a diversidade dessa produção, realçou, mais uma vez, a responsabilidade dessa nova gestão diante de uma geografia cada vez mais criativa e participativa.

Enfim, mesmo com algum atraso, o que só aumentou o nosso apetite, o prato ficou pronto. Não há dicas para aproveitá-lo. Basta colocá-lo à mesa. Basta leitura e apreciação crítica. Todos estão convidados a participar desse banquete movido pelo diálogo, pelo respeito e pela ação. Que adentrem nossa cozinha para uma boa conversa. O Conselho Editorial apenas colocou a mesa. Aliás, a tarefa mais fácil.

Conselho Editorial

Apresentação

Temperos da Geografia

> "É muito conveniente, em certas horas do dia ou da noite, observar profundamente os objetos em descanso: as rodas que percorreram longas distâncias, suportando grandes cargas vegetais ou minerais, os sacos das carvoarias, os barris, as cestas, os cabos e asas dos instrumentos do carpinteiro. Deles se desprende o contacto do homem e da terra como uma lição para o torturado poeta lírico. As superfícies usadas, o gasto que as mãos infligiram às coisas, a atmosfera freqüentemente trágica e sempre patética destes objetos infunde uma espécie de atração não desprezível à realidade do mundo.
>
> A confusa impureza dos seres humanos se percebe neles, o agrupamento, uso e desuso dos materiais, as marcas do pé e dos dedos, a constância de uma atmosfera humana inundando as coisas a partir do interno para o externo.
>
> Assim seja a poesia que procuramos, gasta como por um ácido dos deveres da mão, penetrada pelo suor e pela fumaça, cheirando a urina e a açucena salpicada pelas diversas profissões que se exercem dentro e fora da lei.
>
> Uma poesia impura como um traje, como um corpo, com manchas de nutrição, e atitudes vergonhosas, com pregas, observações, sonhos, vigília, profecias, declarações de amor e de ódio, bestas, arrepios, idílios, credos políticos, negações, dúvidas, afirmações, impostos.
>
> A sagrada lei do madrigal e os decretos do tato, olfato, paladar, vista, ouvido, o desejo de justiça, o desejo sexual, o ruído do oceano, sem excluir deliberadamente nada, sem aceitar deliberadamente nada, a entrada na profundidade das coisas num ato de arrebatado amor, e o produto poesia manchado de pombas digitais, com marcas de dentes e gelo, roído talvez levemente pelo suor e pelo uso. Até alcançar essa doce superfície do instrumento tocado em descanso, essa suavidade duríssima da madeira manejada pelo orgulhoso ferro. A flor, o trigo, a água têm também essa consistência especial, esse recurso de um magnífico tato.
>
> E não nos esqueçamos nunca da melancolia, do gasto sentimentalismo, perfeitos frutos impuros de maravilhosa qualidade esquecida, deixados de lado frenético livresco: a luz da lua, o cisne ao anoitecer, "vida minha" são sem dúvida o poético elementar e imprescindível. Quem foge do mau gosto cai no gelo."
>
> *Sobre uma poesia sem pureza – Pablo Neruda, 1935*

É sempre curioso como, nos momentos de crise ou de fortes mudanças, nos desprendemos de alguns valores que antes tínhamos como imutáveis, naturais, impensados; e daí conseguimos um olhar mais apurado sobre o outro, sob ângulos diversos do mesmo fenômeno ou objeto. Encarar a vida sob condições de dificuldade real, material ou simbólica, não é algo fácil, todos sabemos. Quando tais preocupações e angústias projetam-se sobre a atividade científica, a tarefa parece ainda mais árdua e impossível. Seja pela solidão que lhe é inerente, seja pela pressão de uma produtividade abstrata, os determinantes do tempo institucional e os diálogos incompletos da

contemporaneidade colaboram menos para um projeto de futuro que para a confusão sistemática na qual nos dizemos quase-inocentes: "o que eu posso fazer? vale à pena continuar?"

Diante de tantos desafios, desde a escala da nossa subsistência individual até os sentidos possíveis do conhecimento produzido, nem sempre vemos a poesia, a música, o cotidiano sem pureza de homens e mulheres a lograrem cada vez maior êxito no desmonte da ameaça velada; a homogeneização sem cara sobre os espaços da vida, sobre as formas, os conteúdos e usos. A Associação dos Geógrafos Brasileiros traz, com esta Terra Livre nº 23, os "Temperos da Geografia", um reflexo direto e imediato de uma produção geográfica impura, misturada, salpicada, – e por isso mesmo – imprescindível.

Por que preocupar-se com o artesanato centenário dos vidreiros de Murano se toda uma tecnologia industrial já está aí? Se é tudo uma questão de apropriação e competitividade? Por que atentar para as *gentes* de Gramado e Canela se a ordem já está alcançada através de um turismo de mercado tão rentável? Mesmo sob condições e contextos econômicos já enrijecidos pela modernização, vemos que o possível permeia, com suas impurezas e vicissitudes, o trabalho. Vemos os homens e mulheres de Gramado e Canela encontrarem-se, a partir das observações de Benko e de Goettert, com os vidreiros de Murano e demonstrarem que talvez seja viável uma economia integrada e de produção para além do Capital.

Em outras direções, a expectativa de que técnica e tecnologia estejam efetivamente a serviço de um desenvolvimento real, e não apenas retórico, aparecem na abordagem da sustentabilidade das formas geradas pelo uso da terra em Jataí, no artigo de Ivanilton Oliveira e ficam como interrogação aos próximos passos da pesquisa de Fernando Kawakubo *et all*, no tratamento de imagens e nas possíveis combinações do Sensoriamento Remoto às demais bases metodológicas já desenvolvidas por geógrafos de todas as áreas. Como bom tempero, cabe uma dosagem correta e aplicação no momento certo.

Interrogação outra nos instiga a inferir até que ponto a metrópole cearense, uma espacialidade sempre vista e apontada como periférica nas várias escalas situadas entre o nacional e o global, de repente, insere-se à rede logística das mercadorias *tipo exportação*, configurando um indício a mais sobre as retóricas e projetos apontados para o pretenso desenvolvimento da região Nordeste e, conseqüentemente, do próprio Brasil. Luiz Lima, Frédéric Monié e Francisca Batista nos apresentam mais uma peça nesse verdadeiro tabuleiro que se tornou o mapa do Norte-Nordeste brasileiro, onde pululam alvos das recentes ofensivas modernizantes em tempos de transposição do rio São Francisco e consolidação da bio-tecnologia aplicadas à reprodução ampliada da desigualdade.

Mas não estaríamos falando de tempero se não pudéssemos amargar um pouco mais nossas combalidas esperanças sobre o atual momento político brasileiro e constatar, através dos números e argumentos de Eduardo Scolese, como os espaços político-institucionais do Governo Federal têm refletido as permanências das sucessivas gestões, de FHC a Lula, de 1995 a 2004. O doce alívio sobre o porvir aparece com a sensibilidade de Lucimara Riffati e Nelson Rego, ao descreverem uma experiência nas salas de aula da periferia, junto aos nossos mais caros companheiros de percurso, esvaindo incertezas e traumas através do conhecimento e da conscientização. É aí que a Geografia revela-se, muito além do seu aspecto de ciência-instrumento, um fator a mais colaborando

para uma compreensão reconstrutora do mundo, seja para as mentes ditas sãs, seja para as clinicamente identificadas como problemáticas.

E para o nosso deleite intelectual mais específico, apresentamos mais um capítulo na saga epistemológica acerca do conceitos de Território e de Escala, tão necessários para a Geografia contemporânea como o sal para a culinária de todos os tempos. O primeiro já há muito vem sendo misturado e experimentado por inúmeros geógrafos, para além dos limites da Geografia Política tradicional, e Rogério Haesbert é referência que dispensa apresentações. Superadas as noções que percebiam o Território como dimensão estrita das ações de Estado, percebemos um novo momento onde tal conceito aparece como elemento de estratégia e de tática dos mais diversos sujeitos históricos e essa guerra de posições expõe des-territorializações, exclusões e reclusões territoriais. Que venha o debate!

Com María Laura Silveira, o conceito de Escala é recolocado na sua condição de instituinte da própria cientificidade da Geografia. No seu ensaio, a desmistificação necessária da redundância na relação cartografia-geografia e o enfrentamento da dualidade Escala de Análise *versus* Escala da Ação nos lembra a necessidade de retomar a crítica teórica sobre tal conceito, bem como suas categorias analíticas subjacentes, desfazendo algumas confusões disseminadas pelo economês do pensamento único, pela pasteurização dos textos midiáticos e, até mesmo, por muitas das generalizações advindas do nosso próprio meio acadêmico. Talvez seja cedo para superações conceituais como as já vividas nos debates acerca do Território, mas é necessário avançar e, neste sentido, o ensaio de Silveira pode ser considerado um passo importante.

Finalmente, como os tempos são mesmo de mudança, este número da Terra Livre marca o início de nosso percurso em direção a uma outra escala de atuação e reflexão. Apresentamos à comunidade geográfica brasileira os novos membros do Conselho Editorial e nossa perspectiva de tornar a revista da AGB uma publicação de circulação e abrangência internacionais. Pela sincera acolhida e apoio à nossa proposta, agradecemos e damos as boas vindas ao Prof Paul Claval, da Université de Paris – Sorbonne, já tão conhecido dos geógrafos brasileiros; ao Prof Daniel Hiernaux-Nicolas, da Universidad Autónoma Metropolitana, da Ciudad de Mexico, incansável pesquisador da Geografia Humana; à Profª Jacquelyn Chase, da California State University, colaboradora em análises sobre impactos ambientais e territoriais da agricultura tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos; e ao Prof Michel Chossudovsky, da Université d'Ottawa, no Canadá, crítico contumaz da globalização da pobreza, da guerra e da racionalidade tecnocrática das agências multilaterais.

Como se vê, os tempos são de mudança, de mistura, de temperos novos e velhos. A revista Terra Livre nº 23, traz um convite à experimentação, aos sabores, cheiros e cores dessa Geografia expressa em tantos lugares e em múltiplas direções. Assim como Neruda pediu uma poesia repleta de impurezas, – porque o puro pressupõe a separação arbitrária das partes – nós buscamos uma ciência total, justamente para não excluir deliberadamente nada, nem aceitar deliberadamente nada.

Saudações Agebeanas,
Jorge Luís Borges Ferreira
Presidente Nacional
Gestão 2004/2006 – "Diálogo, Respeito, Ação"

Murano et les verriers: un district industriel pas comme les autres

Murano e os vidreiros: um distrito industrial singular

Murano and the glassmakers: an industrial district different from the others

Georges Benko

CEMI - EHESS
Université Panthéon-Sorbonne,
191, rue Saint-Jacques, 75005 Paris.
gb@univ-paris1.fr

Résumé: La première partie d'ouvrage s'occupe du districts Marshalien, et ses fonctionnement. Une analyse nous amène à G. Becattini et de son équipe pour examiner le phénomène du districts. La deuxième partie traite le districts de Murano, à travers de son histoire, et les grandes étapes de son évolution, et même la situation contemporain. Il évoque l'organisation commerciale, du travail, la distribution entre autres. Finalement on arrive à une conclusion que sans les manques d'institutions le sort du district est remis en question.
Mots cles: District industriel, urano, organisation industrielle

Resumo: A primeira parte do artigo ocupa-se de uma análise de distrito segundo o modelo de Marshall e suas funções. Para isso o autor recorre á discussões feita pelo G. Becattini e seus discípulos sobre o fenômeno de distrito. A segunda parte é dedicada a Murano, sua história e as grandes etapas de sua evolução bem como a atual. O artigo evoca a organização comercial, o trabalho e a distribuição entre outras. Conclui que a sobrevivência do distrito depende de instituições políticas destinadas ao mesmo.
Palavras-chave: distrito industrial, Murano, organização industrial.

Abstract: The first part of the article is about an industrial district according to Marshall's model and its functions. One of the analyses leads us to G. Becattini and his collaborators. The second part deals with the district of Murano in Venice, its history, the main stages of its development and its present situation. Among other aspects, the text evokes the organization of commerce and labour and the respective distribution patterns. Finally, one draws the conclusion that the future of the district will be uncertain with the absence of establishments.
Key words: Industrial district, Murano, industrial organization.

Introduction

Depuis les années 1970 les publications sont nombreuses autour des mutations du contexte macroéconomique et des nouvelles formes de production. Parmi les innombrables analyses, une production intellectuelle considérable est consacrée aux districts industriels et à ses variantes, comme les systèmes productifs locaux, systèmes industriels localisés ou encore milieux innovateurs. Les études sur le cas italien sont particulièrement nombreuses. La Troisième Italie ne fascine pas que les chercheurs, mais également les responsables politiques, c'est un «modèle» à «imiter».

Deux ouvrages volumineux traitent le débat et de nombreux travaux de synthèse ou de recherche montrent l'intensité d'intérêt, (Benko, Lipietz, 1992, 2000) y compris les applications pratiques dans le cadre des différentes politiques industrielles allant de la France au Japon, passant par l'Italie ou les États-Unis.

Cet article présente d'une part un rapide regard, je dirais même un rappel, sur le district industriel comme entité socioéconomique, et d'autre part il montre, suite à une observation empirique, le fonctionnement d'un tout petit district italien, la fabrication du verre à Murano.

Les districts industriels: une interprétation des entités socio-économiques

La notion de district industriel a été employée la première fois par l'économiste anglais Alfred Marshall à la fin du XIXe siècle.

Mais on peut noter que le principe a été vu par William Petty (1623-1687)[1] qui développe une analyse originale, en étudiant la localisation, la dimension, le déplacement des villes. Justifiant la concentration industrielle, il s'oppose à l'idée d'éparpillement des activités économiques et à leur répartition uniforme sur le territoire. A cette fin, il a étudié plus particulièrement la situation de Londres, sa croissance, et les avantages d'une grande agglomération. On peut considérer Petty comme un précurseur des notions de l'économie d'agglomération et de district industriel:

> «Nous voyons de même que dans les villes et dans les rues d'une grande ville où tous les habitants font le même commerce, le produit spécial à ces endroits est mieux fait et moins coûteux qu'ailleurs.»... «Quand toutes sortes d'industries sont exploitées dans un même endroit, chaque vaisseau en partance peut être chargé rapidement de tous les articles spéciaux et de tous les genres de produits que peut recevoir le port de destination.»

Marshall a forgé la notion d'économies externes pour désigner «les effets des activités d'autres firmes» sur la production, c'est-à-dire les avantages que l'environnement (physique, social, culturel, politique, économique) peut procurer à une entreprise. On trouve plusieurs passages consacrés à l'explication des économies externes dans son œuvre, j'en citerai un:

[1] Petty W., *The economic writings of Sir W. P.* (édité en 1901)

> «D'un autre côté, l'accroissement du montant total de la production augmente les économies qui ne tiennent pas directement à la situation individuelle des différentes entreprises. Les plus importantes d'entre elles résultent du développement de branches d'industrie corrélatives qui s'aident mutuellement les unes les autres, soit qu'elles se trouvent peut-être groupées dans les mêmes localités, soit en tout cas qu'elles se servent des facilités modernes de communication qu'offrent la vapeur, le télégraphe et l'imprimerie (1890: 525).

Deux grands types d'avantages retiennent l'attention de Marshall. Une première série d'avantages est liée au rassemblement de ressources humaines spécifiques, notamment à travers la constitution d'un marché local pour un même type de qualification. Dans une industrie localisée, «les patrons sont disposés à s'adresser à un endroit où ils ont des chances de trouver un bon choix d'ouvriers possédant les aptitudes spéciales qu'il leur faut; de leur côté les ouvriers cherchant du travail vont naturellement dans ces endroits où se trouvent beaucoup de patrons ayant besoin d'ouvriers de leur spécialité» (Marshall, 1890: 466).

Cette première série d'avantages renvoie à l'environnement social; des forces économiques grâce à la constitution d'une «atmosphère industrielle» (Marshall, 1919) facteur d'osmose et de transmission des compétences dans le temps au sein de systèmes:

> «Les avantages que présente pour des gens adonnés à la même industrie qualifiée, le fait d'être près les uns des autres, sont grands. Les secrets de l'industrie cessent d'être des secrets; ils sont pour ainsi dire dans l'air, et les enfants apprennent inconsciemment beaucoup d'entre eux; (…) si quelqu'un trouve une idée nouvelle, elle est aussitôt reprise par d'autres et combinée avec des idées de leur cru; elle devient ainsi la source d'autres idées nouvelles» (Marshall, 1890: 466).

Une deuxième série d'avantages est liée à l'interdépendance technique des activités créées par la naissance, «dans le voisinage» d'une industrie principale, d'industries auxiliaires situées techniquement en amont et en aval de celle-ci, au sein d'une même «filière productive». Ces industries auxiliaires permettent «l'emploi économique de machines coûteuses à des conditions très avantageuses, alors même que les capitaux individuels qui y sont employés ne seraient pas très considérables» (Marshall, 1890: 466). C'est là l'effet d'économies externes techniques.

Mais Marshall insiste sur la communication, les échanges d'information, la nécessité du contact personnel «entre les branches de production alliées, tout au moins en ce qui concerne les choses qui n'ont pas encore été placées complètement sous la domination d'une standardisation générale ou particulière» (Marshall, 1919: 442). C'est là l'effet d'économies externes d'agglomération fortement liées à la proximité spatiale.

D'après Marshall, les économies externes dépendent du «développement général de la branche» et du «progrès général de l'environnement industriel». Il a été le premier à souligner que les économies d'échelles peuvent être externes également et pas seulement internes à la firme.

Parmi les avantages externes on trouve deux catégories; la première est liée à l'interdépendance technique des activités (complémentarités au sein d'une filière de production), et la seconde concerne le milieu social et culturel, qui permet de constituer une «atmosphère industrielle» (voir le passage dans Marshall, 1919). Les économies

externes marshalliennes apparaissent comme une interdépendance (hors marché) des acteurs économiques, et deviennent la pièce maîtresse de son analyse de localisation.

Avec l'aide de la notion des économies externes, Marshall donne une interprétation originale de l'organisation économique de l'Angleterre du XIXe siècle. Sa conception a mis en évidence un nombre d'éléments jusque-là ignorés par la théorie économique. Voici un exemple, comment les forces économiques et sociales se complètent:

> «Le propriétaire d'une fabrique isolée est souvent mis dans de grands embarras lorsqu'il a subitement besoin d'ouvriers d'une certaine spécialité, et un ouvrier spécialisé, qui cesse d'être employé par lui, a du mal à se tirer d'affaire. Les forces sociales coopèrent ici avec les forces économiques: il y a souvent des liens étroits entre patrons et ouvriers; mais ni les uns ni les autres n'aiment à sentir que s'il vient à survenir entre eux quelque incident désagréable, ils seront obligés de subir les frottements qui pourront exister entre eux; les uns et les autres aiment pouvoir aisément briser ces liens lorsqu'ils deviennent pénibles. Ces difficultés sont encore aujourd'hui un grand obstacle au succès de toute entreprise ayant besoin d'une main-d'œuvre spéciale, qui ne se trouve pas dans le voisinage d'autres entreprises du même genre».

> «... qu'il n'y a peut-être pas de partie du vieux monde où n'auraient pu depuis longtemps fleurir beaucoup de belles industries perfectionnées, si leur développement avait été favorisé par le caractère de la population, et par ses institutions sociales et politiques.»... «mais nous avons vu aussi que l'usage qu'il fait de ces avantages dépend de ses idéals de vie, et que les influences religieuses, politiques et économiques sont ainsi entrelacées inextricablement; si, en outre, toutes ces influences penchent de tel ou tel côté, c'est sous l'influence de grands événements politiques et sous celle de fortes personnalités individuelles.» (Marshall, 1890)

L'analyse marshallienne est de retour dans la période après fordiste sous différentes formes. Tout commence en Italie, par les réflexions du traducteur italien de Marshall, Giacomo Becattini, qui applique la conception d'organisation économique de Marshall à la Troisième Italie connaissant un processus original d'industrialisation moderne, avec une concentration importante de systèmes de petites et moyennes entreprises. Ce phénomème existait depuis longtemps, mais se renforçait depuis des années 1960.

Le paradigme marshallien a donc proposé un renouvellement des bases de l'analyse en économie spatiale depuis les années 1970, et ce n'est rien d'autre qu'une relecture des *Principes* dans un contexte économique nouveau, avec beaucoup de similitudes avec celui d'il y a cent ans.

Avec Becattini (1987), on peut traduire en termes contemporains ces caractéristiques du district industriel: coexistence singulière de concurrence et de solidarité entre les entreprises qui réduit les coûts de transaction du marché local; pléthore d'innovations qui viennent de la base, favorisées par le *«climat industriel»* régnant dans le district; grande mobilité, tant horizontale que verticale, des postes de travail; émulation que se communiquent les membres du district, tant pour atteindre les objectifs économiques que, parfois, pour améliorer et parfaire l'environnement géographique et social du district proprement dit.

Le district industriel apparaît donc comme une forme typique d'organisation productive territorialisée dans laquelle les relations entre firmes sont régies par un

ensemble de normes, implicites ou explicites, alliant règles du marché et code social. Dans cette optique, le district industriel fonctionne selon une logique territoriale où le principe de la hiérarchie est remplacé par celui de la réciprocité qui détermine entre les agents qui échangent une relation qui possède une vie propre au-delà de la transaction proprement commerciale. En somme, le district industriel est «une entité socio-territoriale caractérisée par la présence active d'une communauté de personnes et d'une population d'entreprises dans un espace géographique et historique donné» (Becattini, 1992).

G. Becattini souligne les liens socioculturels existant entre les individus comme une des caractéristiques fondamentales du district. La communauté locale du district partage un même système de valeurs et de pensées, de comportements et d'institutions. Les valeurs sont l'expression d'une certaine éthique du travail et de l'activité, de la famille, de la réciprocité, du changement et conditionnement en quelque sorte les principaux aspects de la vie. Becattini explique cet attachement à un même système de valeurs par l'influence astreignante de l'histoire sur les comportements «naturels» de ses habitants et par l'existence d'institutions. Le poids des traditions par exemple entraîne qu'un habitant du district préfèrera toujours traiter avec un concitoyen qu'avec un étranger au district. Il y a aussi une bonne dose de résistance vis-à-vis de certaines valeurs qui prévalent à «l'extérieur». Ces valeurs sont régies, véhiculées et encouragées par un ensemble d'institutions dont font partie la famille, l'entreprise, le marché, l'église et l'école.

La majorité des travaux montrent que tous les districts industriels ont des points en commun. Chacune des nombreuses entreprises qui constituent la population est spécialisée dans une phase du processus productif spécifique au district. Leurs productions concernent, en général, des produits stockables et transportables. En effet, les produits du district sont vendus non sur le marché local mais à l'exportation. Ils alimentent des marchés fluctuants, spatialement et temporellement très contrastés, c'est-à-dire requérant des produits non standardisés de façon non régulière. Car ce sont sur ces marchés que les districts industriels peuvent se montrer plus compétitifs que les grandes entreprises. On retrouve ici l'idée de A. Marshall sur l'avantage (compétitif) de la petite entreprise du district par rapport à la grande. Le district industriel offre un autre avantage: celui d'offrir un bassin de main-d'œuvre spécialisée. Becattini l'explique comme ceci: «la transmission des compétences acquises de manière traditionnelle (école professionnelle et formation en entreprise) se trouve complètement intégrée à un processus d'échange et de réorganisation spontanée, de connaissance et d'opinions, grâce aux relations personnelles et conviviales que la vie au quotidien au sein du district permet très fréquemment». Voici un exemple de processus d'échange: lorsqu'un ouvrier passe d'une entreprise à une autre, il transmet et adapte son savoir-faire. A. Marshall disait: «les secrets de l'industrie sont dans l'air».

Sinon, l'intégration réussie d'une entreprise au tissu social local permet à celle-ci de se procurer un certain nombre d'informations intéressantes comme des renseignements sur la disponibilité et la qualité de la main-d'œuvre. Tout comme les ouvriers, les entrepreneurs des districts sont des figures bien particulières: ils connaissent bien les potentiels tant économiques que socio-culturels offerts par le district. Cette connaissance du milieu local est d'autant plus importante qu'elle lui permettra de s'intégrer au mieux et d'exploiter au mieux celui-ci. De plus, leur connaissance des marchés de débouchés

de leurs produits (présents et potentiels) est souvent impressionnante pour de petits entrepreneurs. Les districts vivant surtout de l'export et de la flexibilité de leur offre en ont un besoin vital pour rester compétitifs. 80% de la production de la Troisième Italie est destinée à l'exportation.

L'actualisation constante de toutes ces connaissances permet à l'entrepreneur d'améliorer en permanence sa connaissance de la structure socio-économique et de la capacité productive du district. Cependant, G. Becattini note un défaut à tout cela: une trop bonne connaissance des réseaux de production peut amener un producteur à développer des réseaux de sous-traitance à l'extérieur du district ou mieux à se délocaliser d'un district. Bien plus tard, dans les années quatre-vingt-dix, on nommera ce phénomène la déterritorialisation et nous verrons dans la seconde partie de l'exposé, que ce phénomène est un des risques majeurs de «destruction» des districts industriels en tant qu'entités socio-culturelles et économiques.

Après l'étude socio-économique des caractéristiques des districts et de la main d'œuvre, G. Becattini analyse les marchés des districts. Les entreprises des districts jouent sur la diversification de leur offre, sur la spécificité de leur produit plus que sur leur prix de vente. Bien que la concurrence soit souvent forte entre les entreprises, c'est la faculté d'une entreprise à se trouver une niche de débouchés originale qui assurera sa survie et sa compétitivité. De plus, en s'unissant, les entreprises du district peuvent atteindre des économies d'échelle. Par exemple, l'achat groupé de matière première ou de technologie permet d'obtenir des prix de gros intéressants auprès du fournisseur.

Le district industriel est aussi un système dynamique grâce aux interactions entre la division et l'intégration du travail pratiquées dans le district, la recherche permanente de débouchés pour sa production, et la constitution d'un réseau de liens solides avec les marchés extérieurs. Tous ces éléments s'interpénètrent. Il existe aussi un sous-système de prix locaux: les prix locaux de biens et de services varient moins que ceux des marchés extérieurs. Cela permet de garantir une stabilité des revenus, des coûts de production et des réseaux de commercialisation. La force du district tient aussi dans la capacité de ses membres à savoir s'adapter en permanence aux nouvelles formes d'organisation productive, aux nouvelles technologies et plus particulièrement dans celles où doit s'opérer un contrôle d'efficacité quasi automatique de chaque phase du processus productif. Par rapport à la grande entreprise, les employés des entreprises des districts sont beaucoup moins hostiles à l'application de nouvelles technologies. L'introduction de nouvelles technologies n'apparaît pas comme une mesure douloureuse ou imposée de l'extérieur mais une occasion de renforcer une position déjà conquise. Les entrepreneurs en tirent d'ailleurs une certaine fierté.

Les caractéristiques du district de Murano

Le district du verre artistique de Murano est intéressant à plusieurs titres. D'abord il démontre avec évidence l'une des principales forces des nombreux districts italiens: une activité artisanale millénaire, la qualité des produits, un marché mondial, le design, la créativité, le système d'apprentissage et la transmission du savoire-faire. Il nous permet aussi de nous interroger sur la notion de district industriel car le district du verre artistique

de Murano «ça a l'air d'un district, ça a la forme d'un district mais si on s'en tient à une définition stricte, ce n'est pas un district». En même temps dans cette agglomération industrielle on constate l'absence de toute forme de régulation (outre le marché et les institutions traditionnelles). On peut se demander quel type d'institution le district gagnerait à avoir.

La verrerie de Murano est connue dans le monde entier pour sa beauté et se localise dans un ensemble de trois petites îles appartenant à la commune de Venise. On peut y trouver des objets en verre de toutes sortes, de toutes les couleurs et formes et pour tous les goûts. Sont fabriqués tout ce qui compose un service à vaisselle ainsi que de la porcelaine, des bijoux (colliers, bracelets, boucles d'oreilles…) ou des objets de décoration d'intérieur tels des luminaires ou des statuettes.

a) *Les entreprises et le marché*

À Murano, l'industrie du verre artistique comprend 205 entreprises et 2.000 employés avec un chiffre d'affaires de 105 millions d'euros en 2002[2]. C'est un petit district industriel comparé à d'autres districts: à Montebelluno, le district de la chaussure compte environ 7.500 employés et un chiffre d'affaires de 550 millions d'euros; quant au district du meuble de Livenza, on y trouve 22.000 employés et un chiffre d'affaires de 1,8 milliards d'euros. On trouve des verreries aussi en Toscane et en Campanie mais plus des trois quarts se localisent en Vénétie et plus particulièrement à Murano.

La taille moyenne des entreprises est environ de 10 employés soit bien plus que la moyenne nationale des districts (4,3). La polarisation selon la taille est forte, la majorité des entreprises du district sont de petite taille: près de la moitié des entreprises a moins de quatre employés et seules sept entreprises ont plus de 50 employés

Selon leur taille, les entreprises ne produisent pas les mêmes objets. Les plus importantes auront tendance à fabriquer non pas la vaisselle ou des objets pour usage domestique mais des objets décoratifs tels des lampadaires car leur valeur ajoutée est plus importante même s'ils requièrent un investissement plus important et plus de travail.

Les entreprises les plus grandes sont aussi les plus riches, on y constate les plus importants chiffres d'affaires par employé. On a donc peu de grandes entreprises[3] mais avec un poids économique important. En effet, les grandes entreprises donnent du travail à près d'un tiers des travailleurs du district et réalisent 40% du chiffre d'affaires. Parmi celles-ci, on peut citer l'entreprise des Salvati et Stilnovo qui a 160 employés, et qui réalise 15% de la production dans le district. On peut se demander pourquoi les entreprises de plus de 50 employés ont un tel poids économique alors qu'elles sont si peu nombreuses. La réponse est dans l'organisation du travail et dans la maîtrise des techniques.

Les verreries teintées, sculptées dans les formes les plus alambiquées sont considérées par beaucoup comme de véritables œuvres d'art. Elles sont le fruit de maîtres verriers au savoir-faire millénaire. Sous cette apparence de production artisanale se cache toute une organisation industrielle bien structurée où rien n'est laissé au hasard. C'est une partie de ces «secrets» de fabrication semi-artisanale.

---

[2] Instituto di Ricerche Economiche e Sociali (IRES); COSES; Camera di Commercio Industria Artigianato e Agricoltura.

[3] La notion de «grande entreprise» est entendue comme plus grande que les toutes petites, mais elles sont également dans la catégorie de PME.

Les productions dans le district sont diverses, mais la fabrication des objets les plus rentables, comme les lampadaires, est dominée par les unités les plus vastes.

L'usage de machines durant le processus productif se limite aux fours pour la fusion et à ceux pour la recuisson du produit fini. Un peu plus de la moitié des entreprises n'ont pas de four et achètent des produits semi-finis qu'elles réchauffent simplement au chalumeau pour les rendre malléables puis les modèlent. D'ailleurs, une entreprise de Murano fabrique les tuyaux et cannes (instruments de base des verreries) à 80% de la demande totale des entreprises de verre. Cette technique de travail s'appelle «le travail à la lampe». D'autres entreprises se contentent de faire des travaux de finition comme la réalisation de moules et décorent la verrerie. Ces entreprises s'occupant seulement de l'aval de la production sont toutes de petite taille (moins de dix employés) et ne s'occupent pas d'exportation.

Il n'y a pas une forte division du travail entre les firmes. Seules 19 entreprises déclarent acheter des produits finis et seulement 7 consacrent plus de 20% de leur chiffre d'affaires à l'activité de commercialisation. 22% des entreprises sous-traitent une partie de leur production ou des services à des entreprises extérieures. Par exemple, l'entreprise Effe Tre International fabrique et vend à tout le district des pieds de lampes en verre. Les entreprises muranaises réalisent 35% de leur chiffre d'affaires (CA) dans la grande distribution et la vente au gros, 45% au détail (dans les magasins), le reste dérive de la vente à d'autres entreprises du district. Certaines entreprises sont plus autonomes concernant la commercialisation, d'autres dépendent fortement des réseaux de distribution. On constate que plus les entreprises sont grandes plus elles vendent par elles-mêmes le produit. La vente directe rapporte plus de 60% du CA dans les entreprises de plus de 30 employés. Dans le district le recours à des représentants commerciaux est relativement rare. D'un côté, cela leur permet de négocier directement avec le client et de vendre à des prix indépendamment des prix de la concurrence. D'un autre côté, c'est une solution pour permettre à des petites entreprises d'élargir leurs aires de marché (surtout hors Murano) car les entreprises un peu plus grandes n'ont ni la vocation ni la taille pour diriger les canaux de distribution contrairement à d'autres lieux et d'autres secteurs comme à Montebelluno ou à Conegliano.

L'organisation de la commercialisation des produits est complexe. La variation des modes influence fortement la demande, l'adaptation doit être rapide. En effet, vu la diversité des modèles, il est difficile pour un magasin de les avoir tous en stock. C'est pour cela que presque tous disposent d'un catalogue de produits. Seuls les articles les plus classiques et les plus vendus du moment sont disponibles.

Les entreprises ne souhaitent externaliser qu'une petite partie de leur production car elles ne veulent pas divulguer les secrets de fabrication et éviter l'imitation des produits et des techniques; elles veulent pouvoir contrôler «en direct» la qualité des produits et simplement n'en ont pas besoin car les techniques de travail sont relativement simples (même si cela demande du temps pour les acquérir). On notera que les «secrets» sont diffusés, comme dans beaucoup de districts industriels, par la mobilité de la main-d'œuvre.

b) *Une organisation du travail spécifique: la* «piazza»

A l'intérieur des plus grandes entreprises, le travail s'organise autour d'équipes de quatre à sept personnes qui s'appellent *«piazza»*. Il y a environ 250 *«piazza»* à Murano. Elles sont chapeautées par un maître verrier. Chaque équipe s'occupe d'une famille de

produits (vases, verres, parties d'une lampe…). En effet, la réalisation de chacune des familles de produits requiert des savoir-faire spécifiques. Le maître verrier a un statut d'ouvrier spécialisé. Il décide de l'organisation du travail et de l'emploi du temps. Il intervient aussi dans les phases de travail les plus délicates.

On devient maître verrier après des années d'expérience, on peut dire que c'est l'œuvre de toute une vie de devenir maître verrier. Ils sont très respectés et reconnus comme tels dans tout le milieu des verriers. Lorsqu'un conflit éclate dans une équipe, c'est le maître verrier qui sert de juge et de conciliateur. Constituer une nouvelle équipe en cas de rupture et la former prend beaucoup de temps. De plus, c'est souvent lui qui transmet le savoir. Il a donc un rôle un peu paternaliste au sein des *«piazza»*. Ce n'est pas rare que lorsqu'un maître décide de quitter une entreprise, il parte avec toute son équipe. Seules 10 % des entreprises ont plus d'une équipe.

Le savoir dans le district est transmis par le *«learning by doing»*, un ouvrier apprend son métier sur le tas. L'ouvrier observe, imite puis pratique les gestes de ses aînés. Il n'y a pas d'école professionnelle du verre. Pourtant le travail du verre est un travail complexe et long à apprendre. Jusqu'aux années 1970, les enfants étaient habitués à partir de l'âge de dix ans à travailler au noir, au moins quelques heures par jour, dans une verrerie, à aider un maître. Bien sûr, cette pratique était considérée par la loi comme illégale mais les enfants pouvaient ainsi gagner un peu d'argent et apprendre le métier. Au fil des ans, une véritable complicité s'installe entre le maître et son apprenti. L'apprenti perçoit son maître non comme quelqu'un qui l'exploite, mais comme un compagnon de travail et un modèle. Souvent, les ouvriers, artistes et maîtres n'étant pas allés à l'école ne savaient ni lire ni écrire (plus particulièrement valable jusqu'au milieu du XXe siècle).

La diffusion du savoir est informelle, elle est le fait des maîtres verriers, des entreprises mais aussi des apprentis et ouvriers. Quand ces derniers changent d'entreprise, ils transportent leur savoir-faire et le transmettent dans leur nouvel entreprise. D'autre part, les entreprises sont pour la plupart familiales. Les fils apprennent leur futur métier de patron avec leur père en travaillant à ses côtés dans l'entreprise familiale avant de lui succéder.

On peut se demander si le district de Murano est un système cognitif. Les éléments présentés ne font pas référence à un système de valeurs communes ou à une culture commune. Dans le cas de Murano, ce qui détermine le district, c'est son histoire. Mais que reste-t-il des corporations du Moyen-Âge? Je regarderai cette question dans la troisième partie.

c) *La localisation et la concurrence: entre les avantages et les inconvénients*

Murano a l'avantage d'être à proximité du centre de Venise, grande plaque tournante du tourisme mondial. Les entreprises localisées à Murano profitent de la réputation du site dans le monde et de la présence d'économies externes de type industriel comme de celle de la main-d'œuvre, de fournisseurs spécialisés et de tous les services utiles à des entreprises de verre. D'un autre côté, la situation insulaire rend difficile l'accès, le transport pour y aller est coûteux et les moyens de communication sont peu développés. Le manque d'espace freine la croissance des entreprises. Mais seulement sept entreprises se déclarent prêtes à se délocaliser sur la terre ferme à Marcon, toujours dans la commune de Venise (selon une enquête parue dans la presse).

En ce qui concerne l'exportation, les entreprises muranaises vendent la majorité de leur production sur le marché intérieur mais notons que la vente directe aux touristes étrangers représente une forme indirecte d'exportation. 70% de la production de Murano est vendue sur le marché national, 30% sur les marchés extérieurs dont les pays de l'Union européenne (45% des exportations) et les États-Unis (32%).

Beaucoup de touristes achètent sur place car ils visitent Murano en même temps que Venise d'où l'importance du marché local, soit 15% de la production vendue. Cela explique aussi pourquoi beaucoup de petites entreprises de l'île orientent leur production vers des objets souvenirs. Les intermédiaires commerciaux entre les clients touristes et les petites entreprises existent mais ils sont officieux: du portier de l'hôtel au conducteur de bateau que l'on paie pour indiquer aux touristes un magasin plutôt qu'un autre. Cette pratique peut nuire à Murano parce que les magasins indiqués ne vendent pas toujours des produits de qualité.

La moitié des entreprises ont leur propre marque. Les entreprises préfèrent utiliser une marque que mener des campagnes de promotion pour se distinguer. La politique de marque représente un système de différenciation du produit dans un contexte de forte imitation. La région depuis peu a institué une loi permettant à Murano de se créer une marque protégée «verre de Murano», certifiant que les objets en verre ont été fabriqués dans l'île. Tous les entrepreneurs de l'île s'accordent sur la nécessité de créer ce label. Seulement, il faudrait créer un organisme capable d'en contrôler l'utilisation et de mener une campagne d'information auprès du public pour la promouvoir. Or les entrepreneurs renâclent à laisser «leurs concurrents» vendre sous la même marque et à s'associer.

Deux diffuseurs se proposent de commercialiser et de promouvoir des produits. Ces deux entreprises sous-traitent leurs services aux autres entreprises du district. Le Consorzio Venezia s'occupe des grandes entreprises et Promovetro des petites entreprises.

Une vingtaine de grandes entreprises de Murano se sont regroupées au sein d'un Consorzio Venezia qui fait de la promotion collective depuis 1975. Mais pour raison budgétaire ce dernier a une capacité d'action limitée.

D'autre part, Promovetro a été fondé en 1985 sous le patronage de la Confédération des artisans vénitiens, la Confartigianato Venezia. Promovetro regroupe une cinquantaine de petites entreprises (d'une à quinze personnes). Elle propose à ses membres d'organiser leur promotion au travers des foires nationales, internationales et de coordonner et de soutenir les «meilleures» entreprises artisanales. Son maître mot est de promouvoir le savoir-faire et la créativité des maîtres verriers. Promovetro se porte garant de la qualité et gardien de la tradition verrière. Promovetro participa à des expositions et des foires à Tokyo, Passau (Allemagne), Lonanio (Belgique), Manchester et à Milan. Il compte percer les marchés sud-est asiatique, américain et japonais. Promovetro s'occupe de toute l'organisation de la promotion: envoi de brochures, de prospectus et d'échantillon, à de potentiels foires et acheteurs, recherche de subventions auprès des collectivités locales et intermédiation avec l'étranger.

Pour se faire connaître, les entreprises participent à des foires. Ces foires sont importantes aussi car elles permettent aux producteurs de confronter leur propre prix et leurs produits à ceux des concurrents. Un tiers des entreprises muranaises déclarent participer aux foires du M.A.C.E.F. et de l'Euroluce à Milan. Les verriers muranais ne vont pas démarcher à l'étranger mais rentrent en contact avec des acheteurs lors des

foires. Si on exclut les entreprises avec moins de trois employés, le pourcentage de participation aux foires atteint les 66%.

d) *Diversification des produits et créatvité*

Les grandes entreprises choisirent de diversifier leur production vers les objets décoratifs. Aujourd'hui, les luminaires rapportent 45% du chiffre d'affaires des entreprises de plus de cinquante employés alors qu'ils ne représentent que 30% de la production. En effet, le cristal provenant des pays de l'est et du sud-est asiatique, à bas prix exerce une concurrence certaine sur les produits à usage domestique, pas sur ceux de décoration. Les prix des lampadaires, par exemple, dépendent surtout de la complexité de l'objet réalisé, de son contenu en design et de la marque du producteur (donc sa qualité et sa tradition). Mais la production d'objets de décoration est récente et est liée, comme nous le verrons après, à une restructuration et une diversification obligée de la production dans les années 1970.

Cependant, au fil des années, le cycle de vie des produits s'est fait de plus en plus court car les modèles à succès sont rapidement imités par toutes les entreprises du district. On innove donc sur le design en présentant sans cesse de nouveaux modèles en vue de satisfaire ou de créer de nouveaux goûts esthétiques chez le client.

Mais l'innovation a un coût financier et l'entrepreneur prend le risque de ne pas pouvoir écouler les nouveaux produits s'ils restent invendus. Lancer une nouvelle couleur consiste en une innovation car elle se forme lors de la fusion du verre, ce n'est pas comme avec la céramique artistique où on peut la modifier sur le produit fini. Notons que 48% des entreprises déclarent réaliser plus de 53% de leur chiffre d'affaires sur des produits créés durant les trois dernières années. L'innovation est un facteur compétitif.

Mais les entreprises du district du verre artistique de Murano n'innovent pas au sens strict du terme, c'est-à-dire qu'elles ne développent pas une invention technique ou artistique mais elles modifient leurs produits sans cesse. Contrairement à beaucoup d'autres districts, le verre est un produit à bas contenu technique, ce qui oblige les entreprises à modifier non le contenu technique du produit mais son aspect artistique, ou encore l'introduction de nouveaux objets tels les luminaires design ou les bijoux. Il s'agit donc bien plus d'un renouvellement rapide de la création et de la conception des produits que de l'innovation, au sens industriel du terme.

Les progrès techniques concernaient les fours. Au fur et à mesure que de nouveaux combustibles étaient utilisés, les fours changèrent. Les fours de grande dimension n'apparurent que dans les années cinquante lorsqu'on commença à se servir du pétrole au lieu du charbon. Puis, les perfectionnements réalisés dans le contrôle des fours ont permis l'automatisation de la fusion. Puis on utilisa aussi le gaz (méthane) comme combustible qui est moins cher et moins polluant. L'augmentation du prix du pétrole obligea les entreprises à diminuer leur consommation d'énergie dans les processus productifs. En matière d'environnement, beaucoup de progrès ont été réalisés grâce à la station expérimentale du verre. En cas de forte productivité, l'électricité peut être utilisée au début du stade de fusion.

Murano est un système productif local plus concurrent que coopérant mais qui partage un savoir commun et sait se diversifier. En fait, la force de l'artisanat et de l'industrie du verre est d'avoir hérité d'un passé artistique et coopératif très riche. Au

cours des siècles, le verre de Murano a acquis ses titres de noblesse même si plusieurs fois, le district a failli disparaître. Je ferai un détour sur l'héritage de cette longue histoire.

e) *Institutions et manques d'institutions*

La Station Expérimentale du Verre (S.E.V.) est un centre offrant des services de consultations au district industriel et dirige des recherches. En 2002, 38 personnes y travaillent et son budget annuel est de près de 26 millions d'euros. Il fut créé en 1954 dans le but de promouvoir la recherche et les études sur les progrès techniques de l'industrie nationale du verre. Cet institut a une fonction de recherche et de recherche-développement qu'il réalise indépendamment et en collaboration avec des universités et des centres italiens et étrangers. Plus des trois quarts des salariés ont un diplôme universitaire de troisième cycle. D'ailleurs, en 1998, cinq étudiants ont fait leur sujet de troisième cycle sur les activités de la S.E.V. Notons qu'il existe huit autres «stations expérimentales» en Italie mais toutes ne sont pas liées aux districts industriels.

La S.E.V. est un organisme créé par l'État mais jouissant d'une indépendance large. Financièrement: trente pour cent du budget vient des recettes des services aux entreprises vendus et presque tout le reste vient de la quote-part des firmes locales[4]. Le ministère de l'Industrie et du commerce y exerce sa tutelle en nommant tous les trois ans un directeur général et quelques cadres. Cependant, tous les projets sont examinés et votés par un comité technique composé de professionnels de l'industrie du verre détachés pour l'occasion. L'État a donc un regard vis-à-vis du respect des lois tout en laissant une pleine autonomie décisionnelle et contractuelle.

La recherche ne représente que 15 à 20% des activités. Les aires d'intervention qui intéressent le district sont la qualité du produit, les problèmes d'environnement et l'économie d'énergie.

La S.E.V. est également un organe de contrôle, et délivre des certificats de conformité et de correspondance aux normes. Dans le futur, elle pourra délivrer des certificats de qualité afin que soit mise en place une marque commerciale certifiant la qualité du produit. Dans ce but, des accords sont déjà passés entre l'Assovetro (l'Association des industriels du verre) et la S.E.V.

Tout comme le musée de Montebelluno, la S.E.V. de Murano est aussi un organe de diffusion de l'information. Elle organise des congrès, des séminaires et des tables rondes en vue de diffuser les résultats de ses interventions et de ses recherches. En 2002, deux cent trente-deux interventions dans les verreries ont été effectuées et treize cours ou séminaires ont été organisés. Elle dispose d'une vaste bibliothèque spécialisée concernant le verre. Chaque année plusieurs centaines de spécialistes y consultent des fonds. Cet institut de recherche est également intégré dans les projets internationaux, notamment européens.

Les grands absents du district du verre sont: le centre de formation et l'accessibilité au crédit bancaire. P. Cristanello (1996) a mené une enquête sur les facteurs faisant obstacle au développement des entreprises. Ces dernières ont cité en premier le coût du travail puis la réduction de la consommation et enfin la difficulté de trouver des travailleurs spécialisés. Les deux premiers problèmes sont difficilement maîtrisables au

[4] Selon leur chiffre d'affaires, les entreprises se doivent de verser une cotisation annuelle à la SEV.

niveau local. La difficulté à repérer de la main-d'œuvre est la conséquence d'une carence d'intervention qui aurait pu inciter le lancement de jeunes sur le marché du travail à travers la constitution d'une école professionnelle, projet qui n'a jamais vu le jour.

Dans les années 1980, une société fut constituée, l'Alabate Zanetti, dans le but de réaliser une école professionnelle mais cela n'a pas abouti. Aujourd'hui, l'administration semble présenter une réelle disposition à faire aboutir le projet. Une école professionnelle qui représentera un des piliers du district industriel. L'école donnerait une revalorisation au travail et servira les entreprises locales comme dépositaire de connaissances et d'expériences technologiques et de design en synergie avec les projets de promotion de marques.

Dans l'étude de P. Cristanello, le quatrième obstacle au développement des entreprises cité concerne la difficulté de ces dernières à accéder aux crédits et à des taux d'intérêts intéressants. Becattini, dans ses analyses d'économie industrielle, proposait la création d'une banque créée localement et spécialisée dans le crédit. Ce problème d'accès au crédit touche particulièrement les entreprises de plus grande taille du district. Les petites entreprises sont souvent encore artisanales et s'autofinancent. De plus, les membres d'une même famille servent de soutien et de main-d'œuvre parfois gratuitement à l'entreprise familiale. Pour les entreprises de moins de dix employés, l'emploi familial constitue 46% de la main-d'œuvre et dans celles de moins de 3 en constitue 71%.

Le trajectoire du district de Murano: une histoire millénaire

Pour comprendre les traditions et l'organisation des verreries, il faut remonter au Moyen-Âge. C'est à l'époque de la République de Venise que les artisans se sont regroupés à Murano et se sont organisés en corporation.

a) *Le lieux et les institutions*

Venise fut aux XV-XVIe siècles un des centres de l'économie mondiale. Cette position lui a permis de développer son artisanat et en particulier ses verreries. Selon Braudel, cette position de force est en partie due à sa situation politique. Il écrit «au centre de l'économie monde, se trouve toujours un État original – fort, agressif, dynamique, craint et admiré à la fois. Ainsi fut le cas de la République de Venise jusqu'à la fin du XVe siècle, pour la Hollande au XVIIe siècle, pour l'Angleterre aux XIXe et XXe siècles et pour les États-Unis au XXe siècle». Venise fut aux XV-XVIe siècles, une Cité-monde à vocation internationale, une ville par où transitaient tous les échanges, où toutes les négociations marchandes se faisaient, une ville qui organisa autour d'elle une série de secteurs spécialisés. On y trouvait des commerçants du monde entier, des gens de toutes les races, s'y était formé un «empire universel».

On peut se demander pourquoi cette ville plutôt qu'une autre fut aussi importante pendant deux siècles. Le site de la ville est extraordinaire, Venise est un ensemble d'îles reliées à la terre par un unique pont. Peut-être la richesse des Vénitiens est de n'avoir jamais pu cultiver sur une partie de l'île. Ces habitants se sont donc occupés à commercer. Les terres cultivées à l'extérieur rapportaient largement assez pour contenter les besoins de la population. De plus, les rendements du travail étaient plus élevés dans les secteurs

industriels et commerciaux que dans ceux de l'agriculture. Déjà, vers l'an mil, Venise était le principal lieu de passage des échanges entre l'Orient et l'Hinterland de l'Italie du nord. On y battait l'or et l'argent venus d'Orient et le Levant y vendait son coton, son or et ses marchandises. A Venise, les Allemands maintenaient un office par où transitaient leurs marchandises vers la Méditerranée, marchandises que tenait sous surveillance la République.

La croissance des fonds financiers, le développement de l'artisanat et l'abondance des matières premières, toujours en transition dans le port de Venise, ont favorisé la naissance d'une série d'industries de transformation dont le verre, la céramique et l'orfèvrerie. Les quantités produites dans ces secteurs dépassaient largement les besoins immédiats de la population. De simple distributeur, Venise est devenu un producteur. On n'y travaille plus seulement pour la consommation immédiate mais pour le profit. C'est la caractéristique des économies «avancées» du Moyen-Âge.

Un décret du grand conseil des huit[5] établit en novembre 1291 que les fours des verriers devaient tous se localiser à Murano. Les autorités voulaient protéger le centre urbain des incendies et de la pollution des industries verrières desquelles émanaient des gaz nocifs. L'orientation nord-sud de l'île favorise le passage de certains vents qui entraînent avec eux et vers la mer les fumées des fabriques. De plus, le site est toujours à proximité du centre commercial et du port.

Mais les verriers organisés en corporation étaient toujours en position de subordination et de soumission face à l'oligarchie absolue de la République de Venise. Cette position comportait des avantages mais aussi certains désavantages. Par exemple, alors que le marché du verre explosait, les autorités limitaient les exportations et les importations dans le but de protéger leurs manufactures. D'autre part, les autorités imposaient aux verriers de ne pas travailler entre trois et quatre mois par an. Ces désavantages expliquent que de nombreux verriers aient cherché continuellement et au péril de leur vie à fuir hors de la République.

Dès 1271, la loi interdisait aux maîtres verriers de sortir du territoire sous peine d'amende. En 1295, les législateurs de la République de Venise promulguèrent une loi obligeant les artisans émigrés hors de Venise à revenir s'installer à Murano dans un laps de temps bref sous peine de sanctions. Parmi ces sanctions, il y avait l'expulsion de la corporation, l'emprisonnement des familles, voir l'exécution. De nombreux maîtres verriers avaient déjà créé des fours à verre à Padoue, Vicence, Trévise, Ferrara, Bologne et Ravenne. En 1403, les expatriés payaient leur escapade par six mois de prison. Puis le mouvement migratoire s'atténue au cours des siècles, et les verriers se localisent sans contraintes dans l'île.

C'est dans les années1960 que les entreprises retournèrent de nouveau sur la terre ferme. Ce processus de transfert fut encouragé par les lois qui facilitent l'installation de nouvelles entreprises dans des zones industrielles en crise. Entre 1966 et 1971, douze entreprises se sont délocalisées dans les zones du Miranese et du Noalese. Les conséquences en terme d'emploi furent dramatiques: quatre cents emplois furent supprimés. En dix ans, 10% de la population de l'île émigra. Le chômage, la pollution,

[5] Qui devient le conseil des dix. C'est une émanation du parlement de Venise où siègent les plus riches nobles et vénitiens, c'est un groupement permanent.

le manque de logement social et de formation professionnelle institutionnalisée furent autant de facteurs qui expliquaient cette désertion. Sans compter que les établissements à Murano sont souvent vétustes et inadaptés à la production moderne.

Les verriers, au Moyen-âge, avaient commencé à s'organiser en fratries et corporations artisanales puis ils réclamèrent de participer au débat politique. Ce qui fut fait. Mais, en 1297, le grand conseil décida d'exclure les classes populaires du gouvernement de la cité et fut constituée une République oligarchique. A Venise, contrairement à Florence, la multiplication des corporations artisanales et l'augmentation de leur importance économique ne se transformèrent jamais en réel pouvoir politique.

Les rapports entre les Arts[6] et la République furent dès 1297 codifiés et réglementés. L'assemblée générale de tous les artisans d'Art, dont faisaient partie les verriers, élisait un représentant «Gastaldo», qui servait d'intermédiaire entre les corporations et le gouvernement. Il devait aussi faire appliquer les «capitolari». C'est une série de décrets sur le statut des arts dans la cité et sur les règles régissant les métiers d'Art ainsi que la vie quotidienne des artisans d'Art. Tout homme, avant de pouvoir exercer le métier d'artisan devait prêter serment de respecter les «capitolari». Jusqu'en 1800, les artisans reconnurent les «capitolari» comme une institution.

Parmi les «capitolari», on trouve une loi de 1286 qui empêche la naissance d'un régime de monopole des fabricants verriers. Il fut interdit aux patrons de faire jouer la concurrence sur les salaires des maîtres verriers ou des apprentis, opérations qui auraient favorisé les patrons les plus riches. De plus, un apprenti qui veut devenir patron devait payer un impôt spécial sauf s'il succédait à son père. Les «capitolari» avaient aussi des volets novateurs. Par exemple, il y était prévu que l'on verse une certaine somme d'argent aux maîtres verriers provisoirement au chômage ou que l'on verse une pension aux maîtres et patrons inaptes au travail pour infirmité ou vieillesse.

Au début du XIXe siècle, les corporations furent interdites par les autorités autrichiennes. Mais dès qu'ils en eurent le droit quelques décennies plus tard, les Muranais essayèrent de recréer des associations et des lois selon le modèle des corporations et des «capitolari». En 1848 fut constituée la société anonyme des fabriques unies de canne, verre et fonte. Une école de dessin artistique fut même construite et la loi obligeait tous les jeunes ouvriers à la fréquenter.

Les corporations sont un type d'institution à Murano qui a duré et a marqué les mentalités. Cette forme d'organisation productive et sociale soude la communauté locale et crée des interdépendances entre les verriers.

b) *Une histoire de l'art du verre et de ses techniques*

L'histoire artistique du verre muranais est riche de rebondissements. Bien que ses origines soient autochtones, l'art verrier vénitien a été fortement influencé par Rome et l'Orient. En effet, les rapports de Venise avec l'Orient furent déterminants pour la croissance et le développement de l'art verrier. Déjà en 982 après J.C., des écrits citent le verre vénitien et lorsque les verriers se concentrèrent à Murano, on notait que leurs produits étaient déjà assez raffinés et variés pour l'époque.

---

[6] Le travail de certains verriers est considéré comme un art depuis le XIIIe siècle, ce qui implique que ses auteurs sont rémunérés par l'État, ainsi que soumis à une législation et à des droits particuliers.

L'art du verre se consolidera aux IXe et Xe siècles avec les moines bénédictins. Les fréquents rapports qu'entretient Venise avec l'Orient, où l'art est plus avancé, renforcèrent certainement les connaissances techniques des Vénitiens. Les premières productions sont des objets utilitaires (bouteilles de vin, d'huile, fioles...) jusqu'en 1400. À cette période, l'industrie du verre de Murano était renommée dans l'Europe entière.

Plusieurs fois, les verriers faillirent disparaître de Murano. A la fin du XVIIIe siècle et au début du XIXe, le verre artistique de Murano faillit disparaître. A la fin du XVIIIe siècle, les verreries ne fabriquaient plus que de façon industrielle. Les maîtres verriers voyaient leur nombre diminuer de jour en jour et avec eux le savoir-faire manuel du travail du verre disparaissait. Entre 1675 et 1680, la Bohème et l'Angleterre commencèrent à fabriquer des objets en cristal, à l'occasion décorés. L'apparition et la diffusion du cristal, produit concurrent du verre, accentuèrent la rapide décadence de l'industrie vénitienne du verre. Ce n'est qu'après 1730 que les verriers de Murano réussirent à imiter le cristal et que fut interdite l'importation de verre fabriqué hors de la République. Parallèlement, quelques entreprises muranaises remirent au goût du jour sur les marchés internationaux des objets artistiques anciens, enrichis de décoration colorée et de styles et de techniques multiples. Un musée du verre fut aussi inauguré en 1861 à Murano. Il naquit d'une réelle volonté de récupérer le patrimoine des traditions verrières. Ce musée a constitué un lieu où l'artiste et l'artisan viennent étudier l'art et les techniques anciennes.

Au XIXe siècle, les occupants autrichiens puis français ont mené des politiques très défavorables à l'industrie du verre vénitien. Ces deux occupants successifs ont dissous toutes les corporations artistiques, ils ont abrogé les «capitolari» et ils ont limité les exportations pour promouvoir leurs producteurs nationaux de verre. De plus, le cristal de Bohème jouissait de tarifs douaniers avantageux, permettant à celui-ci d'envahir facilement les marchés locaux et traditionnels de Murano. Les Français ont même offert des sommes conséquentes aux maîtres verriers prêts à immigrer en France. Au XIXe siècle, les verres de Murano furent remarqués aux expositions universelles de Paris et aux biennales de Venise, et en particulier des reproductions de pièces anciennes d'influence égyptienne, phénicienne, assyrienne, romaine, renaissance ou baroque. Miani (1984) écrit: «la nouveauté de création artistique ne réside pas dans le changement des goûts esthétiques mais paradoxalement dans la continuité de l'utilisation des techniques séculaires».

Au XXe siècle, la production de verre artistique à Murano connut une baisse préoccupante durant le régime de Mussolini. La politique étrangère de ce gouvernement peut être qualifiée de protectionniste et d'isolationniste. De plus, les syndicats existants furent dissous et remplacés par des syndicats contrôlés par le pouvoir en place et devant appliquer les directives du parti fasciste. L'autarcie du secteur verrier fut un obstacle au passage d'une structure productive de type artisanale à une structure industrielle et compétitive sur le plan international. Même après la chute de Mussolini, Murano resta à l'écart des grands mouvements de concentration et de restructuration industriels. Après la Seconde guerre mondiale, l'explosion du tourisme à Venise entraîna le développement dans l'île du secteur tertiaire et en particulier des ventes au détail de verre artistique.

En regardant les produits d'aujourd'hui et en les confrontant aux précieux objets de la Renaissance, conservés au Musée du verre de Murano, on constate que les uns et les autres appartiennent à des expressions diverses de la même tradition verrière qui se

réfère aux mêmes constantes techniques et esthétiques. Selon des papiers d'archives, on peut affirmer que les verriers muranais constituaient en Europe une élite de tradition en ce qui concerne le travail du verre. Cette élite de maître verrier créa au cours des siècles des singularités à leurs produits qui déroutèrent sans cesse les experts et les collectionneurs. On peut citer le verre filigrané, la pureté du verre qui ressemble à du cristal ou encore le verre bleu marine appelé *rosette*.

Les techniques de travail aussi évoluèrent beaucoup et de nouveaux styles se succédèrent. A Murano, on utilisa depuis les origines un verre contenant du sodium tout comme celui des verriers orientaux du proche Moyen-Orient. Ce verre est exceptionnel car il a, chauffé, une consistance pâteuse qui permet un travail minutieux et raffiné. Au XIIIe siècle, les verriers vénitiens devinrent les inventeurs et les compositeurs des matériaux chromatiques qui composent les mosaïques de l'église Saint-Marc de Venise, le dôme d'Orvieto, les vitraux de l'église de Saint François d'Assise, de Saint Antoine de Padoue et du dôme de Milan. Aux XIVe et XVe, fut inventé un verre au plomb particulièrement adapté pour fournir des émaux brillants. Le cristal de Bohème au XVIIIe siècle fit concurrence au verre de Murano. Heureusement les maîtres arrivèrent à mettre au point un verre composé de potasse transparente comme du cristal. Et au XIXe siècle, à Murano, on mit au point la technique dite de la mosaïque verre ou «*murrino*» découverte au XVIIe. Celle-ci consiste à fondre du verre autour de minuscules morceaux de porcelaines peints. Aux XIXe et XXe siècles, les maîtres verriers s'approprièrent les modes et fabriquèrent des objets tout aussi bien de style rococo qu'art déco. Les verriers s'entourèrent bientôt de grands designers et de grands stylistes.

Même lorsque le savoir des maîtres verriers fut diffusé dans toute l'Europe par l'émigration de certains maîtres verriers, les verreries de Venise réussirent toujours à se distinguer. Hors de Venise, les maîtres verriers européens dédièrent toujours un grand soin aux travaux de fignolages à froid du verre, ce qui consiste à le traiter tout comme une pierre semi-précieuse, à le travailler comme du cristal. Les maîtres verriers de Murano, quant à deux, portaient toujours beaucoup plus d'attention au travail de soufflage consistant à sculpter le verre «à chaud» à l'aide d'instruments en fer. La décoration «à froid» n'est pas considérée à Murano comme un travail noble et digne d'admiration mais comme une finition. D'ailleurs, la République de Venise ne permettait qu'aux maîtres verriers de Murano de travailler «à chaud» le verre.

Tout cela a permis au mythe du verre de Murano de rentrer dans l'histoire.

Conclusions

Murano et son industrie du verre sont connus mondialement, mais l'organisation économique et sociale du district n'a suscité que peu d'intérêt de la part des chercheurs. Cet espace industriel et de création de petite taille et peu dynamique méritera une réorganisation afin d'éviter un déclin éventuel.

La presse et la politique locale évoquent depuis une dizaine d'années quelques idées. Entre autres la relance de l'image de Murano avec la mise en place d'initiatives promotionnelles et culturelles. Pour renforcer les facteurs positifs existants (localisation, histoire, savoir-faire, créativité) une stratégie de politique urbaine s'avère nécessaire.

Le déclin provisoire est exprimé, entre autres, par la fermeture du Musée moderne du verre en 1992, par le bilan migratoire négatif: 27 % de la population perdue dans les trente dernières années, le nombre des travailleurs pendulaires est en augmentation et la main-d'œuvre locale et spécialisée en disparition.

Il s'agit d'un district «atypique», avec une faible organisation institutionnelle et une coordination limitée des acteurs économiques. Mais Murano reste un symbole: un mélange: une île, le verre, le savoir-faire, la tradition, le design. Probablement un des districts les plus anciens du monde.

Références

Abrantes, M., Benko, G. 2004, «Districts industriels et politiques régionales en France» *in* Guesnier B., Joyal A., eds., *Le développement territorial: regards croisés sur la diversification et lesstratégies,* Poitiers, ADICUEER, 203-217

Bagnasco, A., 1977, *Tre Italia: la problematica territoriale dello svilluppo,* Bologne, Il Mulino.

Bagnasco, A., Trigilia C., 1988, 1993, *La construction sociale du marché. Le défi de la Troisième Italie,* Cachan, Ed. de l'ENS-Cachan.

Barizza, S., Ferrari G., 1990, *Archivio municipale di Murano, 1808-1924,* Portogruaro, Nuova Dimensione.

Barovier, M. R., Berengo, A. eds., 1997, *The secret of Murano,* Venezia, Marsilio.

Barovier, R., M., 1995, *Maestri vetrai creatori di Murano del '900,* Milano, Electa.

Becattini, G., 1992, «Le district industriel: milieu créatif», *Espaces et Sociétés,* 66/67, 147-163.

Becattini, G., 1992, «Le district marshallien: une notion socio-économique», *in* Benko, G., Lipietz, A., eds., *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique,* Paris, PUF, 35-55.

Becattini, G., ed., 1987, *Mercato e forze locali: il distretto industriale*, Bologna, Il Mulino.

Benko G., Dunford, M., Heurley, J., 1997, «Districts industriels: vingt ans de recherches», *Espaces et Sociétés,* 88/89, 305-327.

Benko, G., Dunford, M., Lipietz, A., 1996, «Les districts industriels revisités», *in* Pecqueur, B., ed., *Dynamiques territoriales et mutations économiques,* Paris, L'Harmattan, 119-134.

Benko, G., Lipietz, A., eds., 1992, *Les régions qui gagnent. Districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique,* Paris, PUF.

Benko, G., Lipietz, A., eds., 2000, *La richesse des régions. La nouvelle géographie socio-économique,* Paris, PUF.

Carlo Moretti, cristalli di Murano 1958-1997, 1997, Milano, G. Mondadori, 149 p. (Catalogue).

Coullet, A., 1999, *Les districts industriels. Concept et exemple italien,* Paris, Université de Paris I, Maitrise.

Courlet, C., Pecqueur B., 1991, Systèmes locaux d'entreprises et externalités: un essai de typologie. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine,* 3/4, 391-406.

Crestanello, P., 1996, "The Industrial Districts in Veneto: Changes and Tendencies", *in* Cossentino, F., Pyke, F. and Sengenberger, W., eds., *Local and Regional Response to Global Pressure: The Case of Italy and Its Industrial Districts*, Genève, International Institute for Labour Studies.

Deboni, F., 1996, *Murano '900, vetri e vetrai,* Milano, Bocca.

Dorigato, A., 2003, *Murano: island of glass (Arte del vetro a Murano),* San Giovanni Lupatoto, Arsenale.

Exposition, 1981, *Vetri di Murano del'1700,* Milano, Electa.

Gable, C. I., 2004, *Murano magic, complete guide to Venetian glass, its history and artists,* Atglen, PA, Schiffer Publishing.

Gasparetto A.,1958, *Il vetro di Murano dalle origini e oggi,* Venezia, N. Pozza.

Heiremans, M., 1999, Dino Martens, Muranese glass designer, catalogue 1922-1963, Stuttgart, Arnoldsche.

Heiremans, M., 2002, *Murano glass, themes and variations,* 1910-1970, Stuttgart, Arnoldsche.

Lombardo, A., 1982, *Studi e ricerche dalle fonti medievali veneziane,* Roma, Il Centro di ricerca.

Marshall, A., 1890, *Principles of Economics,* (traduction française de la 4 édition, 1971, Paris, Librairie de Droit et de Jurisprudence et Gordon & Breach)

Marshall, A., 1919, *Industry and Trade,* (traduction française, 1934, Paris, Editions Marcel Giard).

Miani R., 1984, *L'arte dei maestri vetrai di Murano,* Treviso, Matteo.

Murano medievale, urbanistica, architettura, edilizia dal XII al XV secolo, 2000, Padova, Il Poligrafo.

Ortalli, G., ed., 1989, *Statuti della laguna veneta dei secoli XIV-XVI: Mazzorbo (1316), Malamocco (1351-1360), Torcello (1462-1465), Murano (1502),* Roma, Jouvence.

Salviati, A., 1867, *Les Manufactures Salviati & Cie à Venise et à Murano: Mosaiqnes, verres soufflés de Murano, verres colorés pour vitraux: Exposition Universelle de 1867,* Paris, Impr. de L. Berger

Sarpellon, G., 1999, *Made in Murano: making art with glass,* Venezia, Marsilio (Exhibition catalogue, Venice, Hotel Cipriani, 1999).

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

Anexos



Luminaire de Murano



Der Canale S. Giovanni - nicht nur Hauptverkehrsader Muranos, sondern auch Sitz des groben Glasmanufakturen Muranos (1)



Murano auf der historischen Stadtansicht von Venedig vom Jacopo de Barbari um 1500

Precarização, reclusão e "exclusão" territorial*

Precarización, reclusión y "exclusión" territorial

Precariousness, reclusion and territorial "exclusion"

Rogério Haesbaert**

Departamento de Geografia
Universidade Federal Fluminense - Niterói, RJ.
Rua Álvaro Ramos, 105/1102 - Botafogo
CEP: 22280-110 - Rio de Janeiro, RJ.
rogergeo@uol.com.br

Resumo: Se não existe desterritorialização ou exclusão territorial em sentido estrito, existem formas crescentes de precarização social que implicam muitas vezes processos de segregação, de separação – ou, como preferimos, de *reclusão territorial,* uma reclusão que, como todo processo de des-territorialização (sempre dialetizado) envolve, muito mais do que o controle territorial e a comodidade social de uma minoria, a falta de controle e a precarização sócio-espacial da maioria. "Exclusão" territorial (entre aspas) diria respeito a uma "exclusão" às avessas, no sentido não de grupos sociais diretamente "excluídos" do território, mas, indiretamente, através de territórios parcial ou totalmente excluídos da ocupação e/ou da circulação humana.
Palavras-chave: Precarização Territorial, Reclusão Territorial, Exclusão Territorial.

Resumen: Se no existe desterritorialización o exclusión territorial en sentido estricto, existen formas crecientes de precarización social que implican muchas veces procesos de segregación, de separación – o, como preferimos, de reclusión territorial, una reclusión que, como todo proceso de desterritorialización (siempre dialectizado) envuelve, mucho más que el control territorial y la comodidad social de una minoría, la falta de control y la precarización socio-espacial de la mayoría. "Exclusión" territorial (entre aspas) diría al respecto de una "exclusión", al contrario, en el sentido no de grupos sociales directamente "excluidos" del territorio, pero, indirectamente, a través de territorios parcial o totalmente excluidos de la ocupación y/o de la circulación humana.
Palavras-clave: Precarización Territorial, Reclusión Territorial, Exclusión Territorial.

Summary: There isn't deterritorialisation or territorial exclusion in strict sense, but there are increasing forms of social precariousness that often implies processes of segregation, of apartheid – or, as we prefer, *territorial reclusion.* This reclusion, as any process of de-territorialisation (always in a dialectical dynamics), involves, more than a territorial control and comfort of a minority, the lack of control and the precariousness for the majority of people. Territorial "exclusion" (between inverted commas) would mean an "exclusion" the wrong way round, in a sense that there are not social groups directly "excluded" from territory, but, indirectly, through territories partial or entirely excluded from human occupation and/or circulation.

Keywords: Territorial Precariousness, Territorial Reclusion, Territorial "Exclusion".

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada na mesa-redonda "Exclusão e inclusão sócio-espacial no Brasil contemporâneo", durante o VII Encontro de Geociências (GEOUFF), em dezembro de 2004, na Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ). Agradeço aos companheiros de mesa e aos participantes dos debates pelas contribuições que trouxeram.

A idéia central que pretendemos desdobrar neste trabalho é a de que não só o discurso da desterritorialização é um mito (Haesbaert, 2004), pois toda existência humana é uma existência territorial, como convivemos hoje, lado a lado, com processos crescentes de "multiterritorialização" (Haesbaert, no prelo) e dinâmicas complexas daquilo que denominamos reclusão e, entre aspas, "exclusão" territorial.

Se não há exclusão social, como defendem muitos autores, pois ninguém está completamente destituído de vínculos sociais, e se também não há exclusão territorial ou desterritorialização em sentido absoluto, pois ninguém pode subsistir sem território, existem, entretanto, formas crescentes de precarização social que implicam muitas vezes processos de segregação, de separação/"apartheid" – ou, como preferimos, de *reclusão territorial,* uma reclusão que, como todo processo de des-territorialização (sempre dialetizada), dentro da lógica capitalista dominante, envolve, muito mais do que o controle territorial e a comodidade social de uma minoria, a falta de controle e a precarização sócio-espacial da maioria.

Finalmente, por força, por exemplo, da separação dualista entre sociedade e natureza (ou do uso predatório da "natureza"), instaura-se também uma "exclusão territorial" às avessas, no sentido não de grupos sociais diretamente "excluídos" do território, mas, indiretamente, através de territórios parcial ou totalmente excluídos da ocupação e/ou da circulação humana.

Se a multiterritorialidade crescente de nossos dias revela o grau de mobilidade e "fluidez" a que estamos sujeitos, não podemos esquecer que, paralelo ao hibridismo cultural, à multi-funcionalidade e à sobreposição de "governanças" que caracterizam esta multiterritorialidade, temos também, contraditoriamente, a intensificação de condições de precarização territorial (ou, num certo sentido, de desterritorialização), muitas vezes sob a forma de territórios-clausura, fechados, tanto como forma de auto-reclusão (dos grupos hegemônicos) como de reclusão em sentido estrito, imposta pelos que, defensores de um determinado senso de "liberdade" (muitas vezes confundida com simples mobilidade), tentam controlar o território de outros, de fora para dentro.

É evidente que as dinâmicas de reclusão – e "imobilização" – territorial não são um fato novo e não ocorrem dissociadas de processos de precarização na mobilidade. Como afirmamos anteriormente:

> Muitos são os processos des-territorializadores que aliam mobilidade e reclusão. Talvez o melhor exemplo histórico seja o dos escravos africanos na América, que depois de uma maciça desterritorialização acompanhada de grande mobilidade espacial [controlada por outros], sofreram um outro tipo de desterritorialização pelos espaços em condições de verdadeiras prisões em que foram colocados. (Haesbaert, 2004, p. 256)

O que é novo é a intensidade e/ou a diversidade dos processos de reclusão que identificamos hoje, evidenciando a complexidade do papel do espaço, do território, nesta dinâmica. Neste sentido, é imprescindível destacar que eles ocorrem paralela, ou melhor, dialeticamente associados com os chamados processos excludentes que caracterizam a flexibilidade e incrível mobilidade do chamado "capitalismo pós-fordista" ou de acumulação flexível.

Ao mostrar sua dupla face, a dos grupos hegemônicos e a dos hegemonizados, o discurso da reclusão territorial lembra o seu aparente antípoda, o discurso da desterritorialização que, usado indiscriminadamente para ricos e pobres, pode tornar-se extremamente perigoso. Daí a importância de destacarmos a relação entre reclusão territorial e precarização das condições sociais. Em trabalhos anteriores (Haesbaert, 1995, 2004) associávamos processos de desterritorialização e exclusão social, ou melhor, para sermos mais rigorosos, "inclusão precária", como quer José de Souza Martins (1997).

A precarização territorial

O domínio do capital financeiro, especulativo, que não entra no setor efetivamente produtivo, gerador de empregos, a economia pautada em setores de alta tecnologia, poupadores de força de trabalho, a fragilização do "Estado providência" ou do bem-estar social (que também atuava como válvula de escape, empregando em épocas de crise), em nome da privatização e da globalização neoliberal, tudo isto se agrega para criar uma massa de expropriados cuja reprodução e mobilidade passam a ser consideradas um problema crescente para os grupos dominantes.

Ao contrário de diversos autores que vêem a desterritorialização como um processo genérico e indiscriminado que marca toda a organização espacial "pós-moderna", muitas vezes ainda mais enfáticos quando se trata da elite globalizada, propusemos a utilização do termo associada à esta aviltante precarização do controle territorial, seja num sentido mais concreto, seja numa perspectiva mais simbólica:

> Desterritorialização, (...) nunca "total" ou desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural. (Haesbaert, 2004, p. 312)

Com o intuito de apreender a dimensão espacial ou geográfica desses complexos processos de desterritorialização, ou melhor, de precarização sócio-espacial, propusemos o termo aglomerados humanos de exclusão (Haesbaert, 1995). Este termo foi proposto para:

> (...) dar conta de situações dúbias e de difícil mapeamento que não podem ser abordadas nem sob a forma de território (ou como processo claro de territorialização), no sentido de uma zona razoavelmente bem delimitada e sob controle dos grupos que aí se reproduzem, nem no sentido de uma rede cujos fluxos são definidos e controlados pelos seus próprios produtores e usuários. (Haesbaert, 2004, p. 313)

Dessa forma, acabamos por definir desterritorialização de forma genérica como "exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto 'recurso' ou 'apropriação'

(material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade". (Haesbaert, 2004, p. 315)

Apesar da "fluidez" e da fragilidade desterritorializadora incorporada pelos aglomerados de exclusão, estes devem ser compreendidos dentro de uma dialética, de uma imbricação indissociável com seu aparente contrário, o "territorialismo". Assim, a crescente fluidez de territorializações extremamente precárias pode alimentar o seu oposto: a fixação mais restrita, o quase radical fechamento do território – que não leva, obrigatoriamente, a um maior controle e/ou a uma menor precariedade, já que podemos nos desterritorializar também "in situ" (Haesbaert, 2004). Em outras palavras, a precarização social mais desterritorializadora pode alimentar a mais excludente das territorializações, assim como a mais fechada e excludente territorialização pode provocar ou mesmo significar em si mesma a mais radical desterritorialização.

É da precariedade de muitos "aglomerados humanos" dentro de campos de refugiados, por exemplo, que podem brotar os mais segregadores e excludentes processos de reterritorialização, assim como também os próprios campos de refugiados podem ter sido produzidos pelo territorialismo de grupos que, através de uma "limpeza étnica", por exemplo, excluem do e pelo território todo aquele considerado como sendo culturalmente "diferente".

De fato, mais do que uma dialética interna aos processos de precarização social, trata-se de um movimento que só pode ser devidamente compreendido dentro de relações mais amplas, que envolvem a própria des-reterritorialização das elites ou, para alguns, da "nova burguesia" planetária[1] . Desta forma, embora inúmeros outros fatores – incluindo aqueles de ordem étnico-cultural, acima citados – estejam presentes e, em muitos casos, pareçam mesmo "determinantes", o empobrecimento, as difíceis condições de trabalho e de emprego e a ausência do Estado, em síntese, a "precarização social" em sentido mais concreto, são fundamentais.

A verdade é que nem todo processo de precarização social (conjugado que está, sempre, a uma precarização territorial) corresponde àquilo que denominamos dinâmicas de *reclusão territorial*. A "reclusão" seria muitas vezes uma espécie de último recurso a ser utilizado quando o acirramento das desigualdades ("diferenças de grau", num sentido bergsoniano) – muitas vezes indiscriminadamente associadas às diferenças (no sentido de "diferenças de natureza"), faz com que o medo e a insegurança passem a ser as marcas principais na relação entre os grupos hegemônicos e os hegemonizados.

Em nossa crítica às concepções mais difundidas de desterritorialização verificamos que um primeiro diferencial muito importante era aquele que distinguia entre a desterritorialização dos ricos, da elite globalizada, que preferimos tratar como "multiterritorialidade", e a desterritorialização dos "excluídos", que corresponde sempre, na verdade, a uma territorialização muito precária. Esta última, contudo, apesar da expressão sugerir fragilização e desenraizamento, ou seja, falta de "marcas" territoriais claras, aparece freqüentemente na forma de territórios fechados, de enclausuramentos – fechamentos estes, entretanto, comandados muito mais de fora para dentro do que do interior do próprio território. Assim, passam a se desenhar fenômenos típicos de reclusão territorial.

[1] Para uma leitura renovada da "burguesia" no contexto da globalização, v. Pinçon e Pinçon-Charlot (2000).

Como se tratam de processos dialeticamente articulados, é como se a uma globalização "desterritorializadora" – ou melhor, multiterritorializadora – "pelo alto", notadamente a da elite mundializada, correspondesse também uma reclusão reterritorializadora pela base, ou seja, o "fechamento" dos pobres em espaços extremamente precarizados de sobrevivência cotidiana.

Os processos de reclusão territorial

Na associação entre essa dinâmica de dominância econômica e os processos de ordem política em curso nas últimas décadas, podemos verificar que a mudança ou a fragilização do poder do Estado interfere também, e de modo intenso, nas novas estratégias de des-re-territorialização, especialmente no que estamos aqui definindo como reclusão territorial.

Se o Estado se debilitou e "se retirou" de muitas searas, principalmente aquelas que garantiam uma distribuição mais eqüitativa dos recursos e da renda, favorecendo a fluidez econômica global, ele se reforçou em termos de "contenção" da mobilidade crescente através dos fluxos de pessoas, ao mesmo tempo em que acirraram-se as disputas inter-estatais (a "guerra dos lugares" aludida por Santos, 1996) no sentido de captar os investimentos – produtivos e especulativos – do capital globalizado.

É frente ao domínio deste capital "im-produtivo" de fluidez global e este ambivalente papel do Estado que podemos delinear distintas possibilidades abertas para a configuração de uma espécie de "territórios-clausura" em tentativas nem sempre eficazes de controle da mobilidade de uns a fim de garantir a mobilidade de outros. Geralmente é da defesa ou garantia da mobilidade a mais ampla possível para o capital financeiro e para as elites globalizadas que se trata.

Vide, por exemplo, a proliferação de "paraísos financeiros" e "plataformas de exportação" ou "zonas econômicas especiais", à margem da normatização estatal dominante, espécie de "espaços de exceção econômicos"[2] estrategicamente estabelecidos pelos Estados a fim de servirem como focos de atração para o capital financeiro e/ou as empresas transnacionais. Há o caso de Estados inteiros, como a China, que pautaram seu crescimento econômico na construção de uma rede de territórios de "reclusão seletiva" em relação à dinâmica econômica das demais áreas do país.

Economicamente falando trata-se na maioria das vezes de um tipo de "reclusão" indireta, pois na verdade o que aparentemente se coloca como "enclave" (para grande parte da população local, por exemplo), torna-se, por outro lado, elos muito dinâmicos de uma cadeia capitalista global de intercâmbios. Trata-se, portanto, de um processo que, como evidenciaremos mais adiante, faz parte do conjunto de territórios que compõe as estratégias de "auto-reclusão" das elites, formas territoriais capazes de garantir sua reprodução (e mobilidade) enquanto grupo.

Ressaltamos, então, de saída, que não iremos considerar essas estratégias econômicas dos grupos hegemônicos como uma reclusão territorial em sentido próprio.

---

[2] Devemos creditar a ampliação da idéia de "estado de exceção" (Agamben, 2004) para este tipo de espaço econômico a Lia Machado, conforme declaração durante o Seminário Internacional Desplazamientos, Contactos y Lugares (Buenos Aires, maio de 2005).

Esta se refere fundamentalmente a espaços onde a reclusão tem um sentido muito mais estrito, ou seja, envolve os grupos sociais hegemonizados que de fato, pela reclusão a que estão sujeitos, não exercem efetivo controle sobre seus territórios, ou seja, vivenciam um processo de desterritorialização pela (relativa) imobilidade. Os exemplos mais extremos são os campos de "controle" de migrantes e refugiados e os territórios-prisões, como Guantánamo, onde a territorialização, no sentido da garantia dos direitos básicos de cidadania, é colocada entre parênteses.

Podemos identificar duas grandes vertentes interpretativas que, a partir de distintas leituras do significado do Estado, ajudam a compreender a multiplicidade dessas dinâmicas: uma, a partir de sua reconfiguração, legitimando, por exemplo, "espaços de exceção" como os acima aludidos; outra, a partir de circuitos de poder para-estatais, em formas de reclusão não institucionalizadas, pelo menos dentro da normatização estatal majoritária, como ocorre em espaços sob controle do narcotráfico.

Em primeiro lugar podemos dizer que a reclusão territorial pode estar inserida dentro de uma lógica ainda dominada pelo Estado que, em certo sentido, pode até ter seu papel fortalecido, ainda que com uma reconfiguração em termos de enfoque e estratégia dominantes. Dois autores que nos ajudam a pensar estas estratégias são os filósofos Michel Foucault e Giorgio Agamben.

Reportando-nos a Foucault, podemos dizer que vivenciamos hoje uma renovada importância do "controle dos corpos", mas não mais simplesmente de "corpos individualizados", controle típico da sociedade disciplinar moderna, onde a figura do indivíduo e a construção de sua "autonomia" eram elementos centrais, e sim, sobretudo, do controle da "massa" e da própria vida que a reprodução do conjunto destes corpos, as "populações", implica.

Para Foucault, já na segunda metade do século XVIII começa a se manifestar uma mudança de foco em relação às técnicas de controle, que passam do controle do corpo individual para o controle "da vida", ou seja, estas técnicas dirigem-se prioritariamente não mais ao "homem-corpo", mas ao "homem-vivo", ao homem-espécie:

> (...) a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. (...) a nova tecnologia (...) se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (...) uma "biopolítica" da espécie humana. (Foucault, 2002 [1976], p. 289)

Assim, "para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o físico". (Foucault, 1994[1978], p. 210) De alguma forma, nas atuais "sociedades de controle" (Deleuze, 1992) impõe-se de modo ainda mais acentuado o que Foucault denominou de "biopolítica" – onde os homens, especialmente dentro da "massa" crescente daqueles que não são considerados socialmente "úteis" ou que não têm um papel social claramente definido dentro da ordem hegemônica, são vistos basicamente enquanto entidades biológicas, numa "espécie de animalização do homem", na expressão de Foucault, e que Agamben (2002), numa concepção mais complexa, denomina "vida nua ou vida sacra".

Nesse sentido, Foucault chega mesmo a afirmar que haveria uma mudança do "Estado territorial" para o "Estado de população", sem perceber que a população é um dos elementos constituidores e indissociáveis do território. O que ocorre, podemos dizer, é uma mudança do elemento central nas relações de controle, que parte da "terra" – ou, se quisermos, da base física do território e suas repartições – para a "população", o conjunto de seus habitantes enquanto entidades biológicas. As problemáticas atuais sobre migração e mobilidade da "população", sem falar nas questões "biopolíticas" mais estritas, ligadas à biogenética, e o papel revigorado do Estado em relação a elas, também são uma evidência do acirramento dessas transformações.

Agamben vai acrescentar proposições muito relevantes neste debate. Para ele, reforça-se hoje a condição do "homo sacer", que se encontra num limiar indefinível, uma zona originária de indistinção, "uma pessoa que é simplesmente posta para fora da jurisdição humana sem ultrapassar a divina" (2002, p.89), "uma vida humana matável e insacrificável", aquela que constitui "o conteúdo primeiro do poder soberano". (2002, p. 91)

O "homo sacer" representaria, assim, "a figura originária da vida presa no *bando* soberano e conservaria a memória da exclusão originária através da qual se constituiu a dimensão política". (2002, p.91) Não se trata da "simples vida natural" ou da simples "animalização do homem", como dizia Foucault, mas da "vida exposta à morte (a vida nua ou vida sacra)", "elemento do poder originário". (p. 96) Para Agamben, o "bando" é "remetido à própria separação e, juntamente, entregue à mercê de quem o abandona, ao mesmo tempo excluso e incluso, dispensado e, simultaneamente, capturado". (2002, p.116) O "bando" carrega tanto a "insígnia da soberania" (que o "baniu") quanto a "expulsão da comunidade".

Nesse contexto, através dessa "estrutura de bando", diz Agamben, é que precisamos reconhecer a constituição, hoje, do poder político e dos espaços públicos. O "banimento da vida sacra" torna-se o "*nomos* soberano que condiciona todas as outras normas, a espacialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização" (2002, p. 117). Assim:

> (...) se, na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou, nos termos de Foucault, biopolítica), se, no nosso tempo, em um sentido particular mas realíssimo, todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como homines sacri, isto somente é possível porque a relação de bando constituía desde a origem a estrutura própria do poder soberano. (Agamben, 2002, p. 117)

O autor acrescenta que somente por ter se tornado integralmente biopolítica é que a política pode se constituir, como no exemplo radical dos campos de concentração, uma "política totalitária". Neste contexto, o Estado substitui o "Estado de direito" ("normal") tal como o conhecemos pelo "Estado de exceção" (conceito trabalhado mais profundamente em Agamben, 2004).

Podemos dizer que, analisando de um ponto de vista geográfico, territorial, a disseminação do "Estado de exceção" consolida a reclusão territorial como norma, principalmente através daquilo que Agamben denomina "campo", "puro, absoluto e

insuperável espaço biopolítico (e enquanto tal fundado unicamente sobre o estado de exceção), (...) paradigma oculto do espaço político da modernidade (...)". (2002, p. 129)[3]

A figura dos refugiados seria emblemática desta condição de "homo sacer", pois "rompendo a continuidade entre homem e cidadão, entre *nascimento e nacionalidade,* eles põem em crise a ficção originária da soberania moderna". (p. 138) É a eles, portanto, que se dirigem algumas das propostas mais violentas de reclusão territorial nos nossos tempos.

Constroem-se assim campos para refugiados e imigrantes ilegais nas áreas de destino (França, Austrália...) e, agora, também, próximo das áreas de origem (como a proposta da União Européia para a construção de campos na Líbia), a fim de impedir o desencadeamento ou estancar seus fluxos no meio do caminho. Isto sem falar nos novos muros transfronteiriços, como os que estão sendo construídos entre Israel e Palestina, Botswana e Zimbábue, o proposto para a fronteira México-Estados Unidos e os já construídos, como o que separa Ceuta espanhola do Marrocos. Neste sentido os "campos" estariam sendo estendidos para uma escala que se confunde, em parte, com as próprias escalas estatais, como defende Agamben no sentido da ampliação do "estado de exceção". Voltaremos mais adiante a esta discussão dos "campos" e sua difusão, hoje, como "protótipos" da reclusão territorial no interior da própria (i)lógica ou da (a)normatização estatal.

Se por um lado ocorre esta reclusão conjugada à própria reconfiguração "(a)normal" do Estado e suas re-territorializações "funcionais", podemos afirmar que, paralelamente, aparecem também formas claramente para-estatais de (des)ordenamento territorial e que podem intensificar, igualmente, processos de reclusão territorial.

Num denso, ainda que rápido, artigo intitulado "Os fascismos sociais", Boaventura de Souza Santos (1998) enfatiza não tanto a mudança do papel do Estado mas a sua retirada, originando espaços/territórios "selvagens" ou à margem da normatização dominante. Souza Santos fala do Estado ("pós") moderno não apenas envolvendo seus sentidos negativos, como o da normatização da "exceção" destacado por Agamben, mas também a perda de pressupostos positivos, na instauração de princípios "includentes" do contrato social, construídos em torno dos "bens públicos" definidos por ele como: governo legítimo, bem-estar econômico e social, segurança e identidade coletiva.

Para o autor, "a crise da contratualização moderna consiste na predominância estrutural dos processos de exclusão sobre os de inclusão, sob duas formas: o pós-contratualismo e o pré-contratualismo". A recente ampliação das relações de trabalho temporário e sem garantias sociais, confiscando os direitos de cidadania e transformando cidadãos em servos (as novas formas de escravidão), é um exemplo dessa proliferação do "pré-contratualismo", espécie de volta a um "Estado de natureza", porém em grande parte legitimado, poderíamos acrescentar, pelas novas formas jurídicas de "flexibilização" e mesmo de "exceção".

Os inúmeros riscos que nos assombram diante desta ampliação de "Estados de natureza" (ou, em parte, "de exceção", na linguagem de Agamben) e erosão do contrato social podem ser resumidos em um: o surgimento do "fascismo social". Ao contrário do

[3] Em outras palavras, "o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra", quando este "cessa de ser referido a uma situação externa e provisória de perigo factício e tende a confundir-se com a própria norma".(Agamben, 2002, p.175)

fascismo político da Europa do entre-guerras, temos agora um fascismo social e mesmo civilizacional:

> Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, [o fascismo] promove-a até não ser necessário nem conveniente sacrificá-la para promover o capitalismo. Trata-se de um fascismo pluralista, forma que nunca existiu e que se organiza sob três formas fundamentais de sociabilidade (...) o fascismo do apartheid social (...); o fascismo para-estatal (...) que tem duas vertentes principais: o fascismo contratual e o territorial; (...) e o fascismo da insegurança. (Souza Santos, 1998, p. 3)

Na verdade o que ele denomina "fascismo territorial", como "vertente" do fascismo para-estatal, que consiste na "usurpação de prerrogativas estatais (de coerção e de regulação social) por atores sociais muito poderosos", pode ser incluído também no primeiro tipo, pois o "apartheid social" nada mais é do que, como o próprio autor defende, a "segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens [ou de "Estado de natureza hobbesiano", dominadas pelos "bandos" de Agamben] e civilizadas [as "zonas do contrato social", ainda que ineficaz]".

Se partirmos do princípio de que todo contrato social moderno e os direitos de cidadania são estabelecidos a partir do pertencimento a um território comum, o território estatal, o "fascismo territorial" ocorre principalmente (mas não apenas) quando estes direitos não são mais fixados pelo Estado, e outras formas de regulação, muitas vezes ainda mais excludentes e autoritárias, se fazem presentes.

O Estado perde então o controle sobre determinadas parcelas do espaço, que passam a ser subordinadas à "regulação" de grupos para-estatais, criando "territórios coloniais privados em Estados quase sempre pós-coloniais". O que não quer dizer que o Estado corporativo contemporâneo não possa também ser "fascista" à sua maneira, inclusive criando territórios "legítimos" de exceção, como aqueles analisados por Giorgio Agamben.

É sobretudo nesses "territórios para-estatais", além dos próprios "territórios de exceção" legitimados, que identificamos os processos de reclusão territorial. Ao contrário de Souza Santos, entretanto, não fazemos uma distinção tão nítida entre "zonas selvagens" e "zonas civilizadas" (termos, aliás, carregados de conotações pejorativas), pois o "fascismo territorial" dos comandos para-estatais pode estar agindo tanto nas primeiras – vide o narcotráfico nas favelas brasileiras, quanto nas segundas – vide o aparato de segurança privada e o fechamento de espaços públicos nos territórios das elites.

É neste ambiente de des-controle territorial dos Estados e de hegemonia do capital financeiro (ou do "capitalismo de acumulação flexível") que se impõem grande parte dos processos tratados aqui como processos de precarização, reclusão e "exclusão" territorial. Neste contexto, a necessidade de "controlar" a massa de despossuídos criada dentro da própria lógica da sociedade formalmente instituída revela-se, portanto, uma questão fundamental.

A estes fatores de ordem política e econômica vieram recentemente se associar também, de modo mais enfático do que antes, os de natureza cultural, especialmente com a associação (tantas vezes exagerada) entre fundamentalismos religiosos e terrorismo globalizado. Em nome especialmente do discurso da segurança, o grande argumento "guarda-chuva" do nosso tempo, especialmente após os mega-atentados de 11 de

Setembro, promove-se o "enclausuramento" físico-territorial tanto dos grupos hegemônicos quanto dos grupos mais expropriados.

As diferentes formas de reclusão territorial

Tal como ocorre com os discursos sobre a desterritorialização, que, polissêmicos, acabam mais confundindo do que esclarecendo ao serem utilizados indiscriminadamente para distintas classes e grupos sociais, o que estamos denominando aqui processos de reclusão territorial também precisa ser diferenciado. Apesar de amplamente difundida no planeta, a reclusão territorial adquire importantes diferenças de acordo com o contexto sócio-cultural e geográfico em que se produz, a começar pela "auto-reclusão", segura, das elites, em suas estratégias de auto-proteção, e aquela que consideramos a verdadeira reclusão, imposta, dentro de um processo crescente de precarização (para outros "exclusão") social.

Uma das formas de caracterizar as diferentes dinâmicas de reclusão territorial seria abordá-las a partir de três processos relacionados, retomando a argumentação de Souza Santos, aos direitos (não) assegurados pelo contrato social moderno. Podemos ter como objetivos, então:

a) resguardar estes direitos através da defesa de territórios de atuação seletiva do Estado (ou de instituições paralelas formalmente reconhecidas), como em alguns bairros e, especialmente, condomínios ou *gated communities* de classes médias e altas;
b) "restabelecer" alguns desses direitos através de formas de regulação para-estatal, como nos territórios das favelas controlados pelo narcotráfico;
c) isolar deliberadamente aqueles privados destes direitos em áreas de "exclusão", ou melhor, de precária inclusão, como nos "campos" analisados por Agamben – trata-se aqui da reclusão territorial em seu sentido mais radical.

Mais do que separados, contudo, devemos lembrar que estes processos se interpenetram e se cruzam, de modo a revelar uma realidade social muito mais complexa, envolvendo diferentes agentes "reclusores" (em seus níveis de intervenção estatal e para-estatal), classes sociais, grupos culturais (étnicos, religiosos, lingüísticos...), espaços sociais (que incluem a distinção urbano-rural, Oriente-Ocidente e suas múltiplas diferenciações regionais) etc.

A partir das interfaces desses processos de reclusão, propomos distinguir pelo menos três formas geográficas de reclusão territorial: a auto-reclusão das elites, a reclusão dos grupos subalternos (dentro de um jogo que alia reclusão imposta – dominante – e auto-reclusão – minoritária) e a reclusão "às avessas", por meio do que iremos denominar "'exclusão' territorial" em sentido mais estrito.

A AUTO-RECLUSÃO DAS ELITES equivale, como já dissemos, ao resguardo de seus direitos através de mecanismos básicos de territorialização, ou seja, de preservação do controle, da mobilidade e do bem-estar territorial, uma reclusão relativamente autônoma, ou RECLUSÃO DA/NA SEGURANÇA (e relativa mobilidade). Neste caso, como já comentamos para as zonas econômicas especiais, o que aparece como "enclave"

ou fechamento numa escala ou para determinados grupos sociais na verdade é a forma de outros grupos/classes de se articularem – neste caso, em torno de territórios-rede intensamente globalizados.

Auto-reclusão, aqui, equivale àquilo que Souza (2000) caracterizou como "auto-segregação", para a qual teriam contribuído, desde os anos 1970, diversos fatores, como:

> 1) uma paisagem urbana crescentemente marcada pela pobreza e pela informalidade (...);
> 2) a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros residenciais privilegiados tradicionais (...);
> 3) a busca por uma maior "exclusividade" social;
> 4) eventualmente, a procura de (...) espaços (...)[com] amenidades naturais;
> 5) o aumento objetivo da criminalidade violenta e de problemas associados a estratégias de sobrevivência ilegais (...). (Souza, 2000, p. 197)

Neste caso, o discurso sobre a insegurança e a criminalidade tornam-se cada vez mais valorizados, sobretudo no contexto das metrópoles latino-americanas onde, de modo extremamente simplificado, associa-se diretamente violência e pobreza. Faz-se mister, aqui, distinguir os contextos geográficos e sócio-culturais a que estamos referidos, pois numa sociedade como a da Índia, por exemplo, com níveis de precarização sócio-econômica ainda mais pronunciados mas fortemente marcada por princípios religiosos (que inclui a sobrevivência – ainda que velada – do sistema de castas), este discurso não tem a mesma ênfase (ou *ainda* não tem, pois começaram a se manifestar nos últimos anos problemas bem conhecidos da América Latina, como os seqüestros). Em casos como o indiano, a auto-reclusão das elites pode privilegiar os discursos da "exclusividade" (status) e qualidade ambiental.

A segunda forma de "reclusão" é aquela que diz respeito às chamadas classes subalternas ou às camadas mais pauperizadas da população. Trata-se, podemos afirmar, da RECLUSÃO EM SENTIDO ESTRITO, pois aqui reclusão corre paralela aos processos de desterritorialização enquanto precarização das condições territoriais de reprodução dos grupos sociais, tanto no sentido do domínio (mais concreto) que podem exercer na construção (e manutenção) de seus territórios, quanto no dos elos territoriais de identificação e/ou apropriação simbólica.

Como toda generalização, nesses casos, é problemática, podemos afirmar que os processos de reclusão territorial dos "de baixo" na pirâmide social manifesta prioritariamente a reclusão/segregação imposta pelos "de cima", que usufruem seletivamente dos espaços de maior amenidade, fluidez e acessibilidade.

Em certo sentido, no entanto, eles podem vivenciar, concomitantemente, uma auto-reclusão, pois mesmo em meio a condições materiais extremamente precárias, podem forjar iniciativas que manifestam processos de resistência, garantindo-lhes um mínimo de coesão – pelo menos ao nível mais simbólico, no sentido de que seus territórios reflitam, em parte, pelo menos, o seu reconhecimento enquanto grupo, social e culturalmente distinto. Lutas como a dos quilombolas ou dos indígenas, hoje, no Brasil, refletem este caráter ambivalente dos processos de reclusão dos "de baixo" – assim como pode ser um processo dirigido "de fora para dentro" também pode ser uma forma – por vezes a única – de sobrevivência material e simbólica destes próprios grupos.

Aqui, uma discussão pertinente é aquela que envolve "guetos" e "guetos verdadeiros". Na linguagem de Zigmunt Bauman, por exemplo,

> Os guetos reais são lugares dos quais não se pode sair (...); o principal propósito do gueto voluntário, ao contrário, é impedir a entrada de intrusos – os de dentro podem sair à vontade (p. 166). É a situação "sem alternativas", o destino sem saída do morador do gueto que faz com que a "segurança da mesmice" seja sentida como uma gaiola de ferro (...). É esta falta de escolha num mundo de livre escolha que é muitas vezes mais detestada do que o desmazelo e a sordidez da moradia não escolhida. Os que optam pelas comunidades cercadas tipo gueto podem experimentar sua "segurança na mesmice" como um lar; as pessoas confinadas no verdadeiro gueto vivem em prisões. (Bauman, 2003, p. 167)

Isto significa que a territorialização dos grupos hegemônicos pode se dar tanto pelo auto-fechamento do próprio grupo (por exemplo, através dos já comentados condomínios fechados) quanto pelo isolamento daqueles que eles "excluem". Os casos mais extremos deste isolamento são as prisões, os campos de concentração e, de alguma forma, os próprios "guetos verdadeiros". Também enquadram-se aí, numa escala mais ampla, as "reservas" criadas para determinados grupos étnicos, sendo a criação dos bantustões sul-africanos durante o regime do apartheid provavelmente o caso mais extremo.

Como comentado acima, muitas reservas indígenas na América Latina também podem ser vistas como "estágios intermediários" em termos de reclusão territorial, pois ao mesmo tempo em que seu reconhecimento e institucionalização são defendidos pelas próprias nações indígenas, muitas vezes como única alternativa que lhes resta, expropriados que foram das grandes superfícies de terra que ocupavam no passado, muitos grupos são relegados a espaços fragmentados, descontínuos, o que pode fragilizá-los em termos de coesão identitária, sem falar no fato de que, econômica e socialmente falando, viver "recluso" em reservas muitas vezes representa a intensificação de sua precarização social (como vimos recentemente em reservas indígenas do Mato Grosso do Sul).

Na perspectiva de Agamben, por sua vez, como já vimos, os exemplos mais evidentes de reclusão territorial estão relacionados ao que ele denomina de "campos", estes "espaços de exceção", espécie de "territórios totais" – no sentido do seu completo fechamento e "exclusividade" (e, por isso mesmo, da mais profunda desterritorialização). Nos campos de concentração, protótipo dos "campos", "não apenas a lei é integralmente suspensa" como "fato e direito se confundem sem resíduos, neles tudo é verdadeiramente possível", move-se "em uma zona de indistinção entre externo e interno, exceção e regra, lícito e ilícito, na qual os próprios conceitos de direito subjetivo e de proteção jurídica não fazem mais sentido". (Agamben, 2002, p. 177)

É importante destacar, contudo, que os "campos" não são espaços simplesmente "fora" ou "externos" ao ordenamento jurídico normal. Agamben destaca que "aquilo que nele é excluído é, segundo o significado etimológico do termo exceção, *capturado fora,* incluído através da sua própria exclusão". Por ser "desejado", o estado de exceção "inaugura um novo paradigma jurídico-político, no qual a norma torna-se indiscernível da exceção". Sintetizando, diz ele, "o campo é, digamos, a estrutura em que o estado de exceção, em cuja possível decisão se baseia o poder soberano, é realizado *normalmente*". (p. 177)

Associando com o domínio da biopolítica foucaultiana, anteriormente aludida, o autor afirma ainda que:

> (...) o campo é também o mais absoluto espaço biopolítico que jamais tenha sido realizado, no qual o poder não tem diante de si senão a pura vida sem qualquer mediação. Por isso o campo é o próprio paradigma do espaço político no ponto em que a política torna-se biopolítica e o homo sacer se confunde virtualmente com o cidadão. (Agamben, 2002, p.178)

Para Agamben trata-se sem dúvida da crise da estrutura tradicional do Estado-nação, pautada na "trindade" localização(território)-ordenamento(Estado)-nascimento(Nação). O "campo" torna-se hoje o "novo regulador oculto da inscrição da vida no ordenamento". O estado de exceção, suspensão temporária do ordenamento, é agora a "nova e estável disposição espacial", onde se inscreve a vida que não pode mais ser ordenada na forma "normal":

> O descolamento crescente entre o nascimento (a vida nua) e o Estado-nação é o fato novo da política do nosso tempo, e aquilo que chamamos de campo é seu resíduo. A um ordenamento sem localização (o estado de exceção, no qual a lei é suspensa) corresponde agora uma localização sem ordenamento (o campo, como espaço permanente de exceção). O sistema político não ordena mais formas de vida e normas jurídicas em um espaço determinado, mas contém em seu interior uma localização deslocante [uma "reclusão territorial"] que o excede, na qual toda forma de vida e toda norma podem virtualmente ser capturadas[4]. (2002, p. 182)

O que Agamben não ressalta como deveria são as múltiplas gradações e formas com que esta lógica dos "campos" pode ser construída, desde o caso mais radical e típico dos campos de concentração e "limpeza étnica" até as "zonas especiais" colocadas à margem dos princípios jurídico-econômicos (e político-trabalhistas) "normais". Ele também não estabelece um elo, ao nosso ver imprescindível, hoje, entre a formação destes territórios-campos da biopolitica foucaultiana, voltada para o controle da "vida nua", e a produção de territórios-reserva, ecologicamente "vedados" à ocupação humana, em outro sentido também "biopolíticos" (às avessas), e que iremos denominar aqui, na falta de uma expressão mais adequada, processos de "exclusão" territorial.

A "exclusão" territorial

Finalmente, temos um terceiro processo de reclusão, o qual podemos caracterizar como uma reclusão "ao contrário", realizada de fora para dentro. De forma distinta à reclusão em sentido estrito, não se trata aqui, simplesmente, de "isolar" ou de segregar os "de baixo", mas de impedir ou de restringir consideravelmente o uso social do

[4] E acrescenta: "O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zonnes d'attente* [zonas de espera] de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio juntar-se, rompendo-a, à velha trindade Estado-nação-(nascimento)-território". (Agamben, 2002, p. 182)

território, em sentido amplo. Nesta perspectiva é que propomos, embora reconhecendo seu caráter bastante limitado (e questionável), a expressão "exclusão" territorial.

Numa associação com o pensamento foucaultiano e de Agamben, podemos afirmar que, num mundo "biopolítico" como o nosso, não só o homem, "animalizado", pode retornar à sua condição de natureza, ou melhor, de "bando"[5], dentro da clausura dos campos, como a própria natureza, pretensamente reduzida à sua condição de *natura naturata,* em nome da garantia da sobrevivência do homem enquanto espécie biológica, é "enclausurada" em reservas completamente vedadas ao usufruto da sociedade.

Embora muito polêmico, o termo "exclusão" territorial parece adquirir aqui certa legitimidade, na medida em que se trata, efetivamente, de "exclusão" de territórios da atividade ou da ocupação/habitação humana. Poderíamos mesmo afirmar que, se não existe indivíduo ou grupo completamente destituído de laços sociais, ou seja, excluído da sociedade, pois mesmo nos "campos" trata-se de uma "exclusão inclusa", existe, numa ótica geográfica, a possibilidade de excluir os grupos sociais do acesso ao território.

Como já afirmávamos em trabalho anterior:

> (...) é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos do (ou precariamente incluídos no) território, mas o próprio "território", definido "de fora para dentro" (uma espécie de "natureza territorializada"), sendo "excluído" da sociedade, no sentido de que cada vez mais são criadas áreas completamente vedadas à habitação/circulação humana, especialmente aquelas destinadas a uma alegada "proteção da natureza", com diversas modalidades de reservas naturais criadas ao redor do mundo.

Propomos utilizar o termo "'exclusão' territorial" apenas para territórios total ou em sua maior parte "bloqueados" ao uso social, onde pode estar completamente vedada a ocupação e até mesmo a própria circulação humana. Neste sentido, contudo, eles não se restringem às chamadas "reservas naturais". Podemos identificar pelo menos três processos ligados à "exclusão" territorial:

- um primeiro processo, referido à definição de grandes espaços naturais protegidos e completamente vedados ao usufruto social, em sentido direto, está pautado numa prática que legitima o discurso dualista de uma "natureza sem sociedade", com a chamada "preservação natural" de caráter irrestrito;
- um segundo processo, dialeticamente articulado ao primeiro e que parcialmente o explica, diz respeito à transformação de grandes áreas em espaços praticamente inabitáveis ("sociedade sem natureza"), através da degradação provocada pelo uso indiscriminado, dentro de uma lógica predatória de produção-consumo e lucro a qualquer preço, como em áreas de grandes desastres ambientais e depósitos de lixo tóxico (incluindo o lixo nuclear)[6].

---

[5] Como nos mostra Agamben e como já foi ressaltado aqui, este "estado de natureza" é na verdade uma "vida nua", domínio do "homo sacer", evidenciando o caráter concomitante de exclusão e captura do "bando", "elemento do poder originário".

[6] "Paralelamente a (...), brincando com as palavras, territórios "naturais" (nem um pouco naturais) excluídos às avessas, temos o aparecimento de outros em que, por força de uma territorialização de tal forma ecologicamente degradante, estabeleceram-se as condições para uma desterritorialização brutal, na medida em que vastas áreas afetadas por acidentes químicos ou nucleares (como a área em torno de Tchernobyl) ou destinadas a depósitos de resíduos, incluindo o lixo nuclear, geram deslocamentos maciços ou impedem completamente a ocupação humana". (Haesbaert, 2004, p. 316)

- finalmente, um terceiro processo, menos radical e onde o termo "exclusão" territorial perde seu sentido mais estrito, mas que deve ser igualmente questionado, diz respeito a mecanismos de "exclusão" territorial altamente seletivos, criando territórios cujo acesso é permitido em situações muito restritas ou para grupos muito específicos, como as vastas áreas de treinamento e experiências de caráter militar.

Na verdade essa terceira modalidade estaria no limiar entre a "exclusão" territorial em sentido estrito, onde seria vedado – pelo menos formalmente – qualquer processo de territorialização humana, e a reclusão territorial que interdita seletivamente os espaços a determinados grupos sociais ou, por outro lado, que reserva amplos espaços para determinados grupos e interesses específicos.

Uma característica relevante é que, no primeiro caso, não se trata diretamente de um processo de desterritorialização, no sentido de precarização territorial, mas de uma desterritorialização "às avessas" – que não se dá pela fragilização de um território para quem está no seu interior, mas para quem deve ficar de fora, ou seja, por uma "exclusão" da própria possibilidade de apropriação territorial, de territorialização em sentido amplo.

Não se deve esquecer, contudo, as limitações do termo "exclusão", já que, como em outras situações em que a expressão é utilizada, dificilmente podemos falar em "exclusão" em sentido pleno. Mesmo no caso das reservas naturais ditas excluídas de todo uso social, sua simples incorporação em discursos como o da nacionalidade (parques nacionais transformados em símbolos nacionais ou mesmo em "patrimônios da humanidade") já bastaria para reconhecer sua apropriação (ainda que simbólica) por muitos grupos sociais. Isto sem falar no enorme valor que adquirem em termos de "biodiversidade" a ser preservada, enquanto inserida no crescente mercado biogenético contemporâneo.

No segundo caso acima aludido encontramos provavelmente um dos exemplos mais radicais de desterritorialização em sentido direto – a degradação ambiental levando, em um primeiro momento, à precarização e, em seguida, à impossibilidade completa de qualquer tipo de ocupação humana, muitas vezes no decurso de um período completamente indefinido, que pode levar até centenas de anos, como no caso do acidente nuclear de Tchernobyl.

O mais dramático a constatar é que, apesar de todos esses impedimentos (espécie de soluções paliativas *a posteriori*), a extrema precarização da vida de muitos grupos têm impedido o efetivo controle dessas áreas, ocupadas ilegalmente por mera questão de sobrevivência, como acontece com muitos habitantes do espaço em torno da própria usina de Tchernobyl e em áreas de depósitos de lixo tóxico no mundo inteiro.

Áreas denominadas "de proteção ambiental" também sofrem o mesmo dilema, "ameaçadas" por grupos sociais sem alternativa, pertencentes às parcelas menos favorecidas da sociedade (como os agricultores sem-terra e os indígenas expropriados, no caso brasileiro). Podemos dizer que se trata aqui dos socialmente "excluídos" – ou melhor, dos precariamente incluídos – pagando o preço da utilização irracional dos recursos dentro do modelo sócio-econômico dominante. Este acaba por forçar uma dissociação completa entre espaços socialmente úteis e "reservas naturais", como se fosse impossível a utilização coerente desses recursos, especialmente por grupos que

se definem tradicionalmente por um *modus vivendi* integrador sociedade-natureza.

O recente *marketing* ecológico ou do "verde" demonstra que é possível, pelo menos para as camadas mais privilegiadas e a um alto preço, um salutar convívio "sociedade-natureza". Para além desta mercantilização na relação sociedade-natureza, contudo, encontramos iniciativas integradoras, como a das reservas extrativistas dos seringueiros na Amazônia (Gonçalves, 2003), que recolocam a questão em outras bases e que, sem "excluir" territórios ecologicamente (in)sustentáveis, promovem o usufruto ponderado dos recursos à sua disposição.

Mais do que "excluir" territórios do usufruto social em nome da preservação irrestrita de uma "natureza sem sociedade" (como se o homem não estivesse a ela indissociavelmente ligado), o que importa é refazer radicalmente as formas com que até aqui temos encarado nossas relações com o chamado meio natural. Trata-se na verdade de uma temática complexa e que merece, sem dúvida, o desdobramento em um outro trabalho.

Reflexões finais

Assim como ninguém pode estar completamente excluído da sociedade, mas precariamente incluído – ainda que esta precarização atinja o nível máximo dos "campos", tal como apontado por Agamben, ninguém pode estar completamente destituído de território, mas precariamente territorializado – tanto pela mobilidade em territórios frágeis e provisórios (como os acampamentos e "tetos" temporários) quanto através da fixação pela reclusão em territórios precários (como os verdadeiros guetos). Ao contrário da sociedade, entretanto, que não pode ser totalmente excluída do território, podemos "excluir" territórios da ocupação humana – sem que isto, no entanto, signifique que eles não sejam espaços socialmente incorporados e produzidos.

Partindo do reconhecimento da crise e/ou da transformação do papel do Estado, da preponderância dos discursos sobre a "segurança" e, muitas vezes em seu nome, o rechaço do "diferente", bem como dos processos crescentes de privatização e mercantilização que transformam os sujeitos econômicos em poderosos agentes des-reterritorializadores, enfatizamos aqui a formação de territorializações "de exceção" (mas que estão se tornando a norma, nos termos de Agamben) que se colocam à margem dos circuitos jurídico-políticos regulares, visando assegurar o domínio dos grupos hegemônicos. É neste sentido, sobretudo, que situamos a intensificação dos processos aqui denominados de "reclusão territorial".

Se Agamben tem razão ao afirmar, ainda que de forma muito genérica (e, de certa forma, "eurocentrada") que "dos campos não há retorno em direção à política clássica" pois "neles, cidade e casa tornaram-se indiscerníveis" (2002, p.193), tornando-se também indistinguíveis nosso corpo biológico e nosso corpo político, é de uma (bio)política completamente nova que se trata, desafio fantástico frente ao domínio crescente da reclusão na "vida nua".

Definitivamente, portanto, não é pela reclusão forçada das populações em espaços inseguros e degradados ou pela exclusão radical de territórios ao usufruto social, que iremos criar as condições de uma reterritorialização – e de uma sociedade –

ecologicamente "sustentada", mais "segura", justa e solidária. Esta só pode se dar, como afirmava Lefebvre, pela restituição de nossos espaços de pleno usufruto, material e simbólico, territórios sobre os quais, ao mesmo tempo, exercemos nosso controle (nunca exclusivo a ponto de impedir o "controle" do outro), deles usufruímos (pela partilha ponderada de seus recursos) e com eles nos identificamos (pelo convívio salutar com a pluralidade de nossos "diferentes").

Referências

AGAMBEN, G. *Estado de exceção.* São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Homo Sacer:* o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BAUMAN, Z. *Comunidade:* a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DELEUZE, G. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 2002 (1976).

_____. *Dits et Écrits:* 1954-1988 (vol. III). Paris: Gallimard, 1994 (1978).

GONÇALVES, C. W. *Geografando:* nos viradouros do mundo. Brasília: Edições IBAMA, 2003.

HAESBAERT, R. no prelo. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Heidrich, A. et al. (orgs.) *Sem título.* Porto Alegre: EdUFRGS.

_____. *O Mito da desterritorialização.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade.* São Paulo: Paulus, 1997.

PINÇON, M. e PINÇON-CHARLOT, M. *Sociologie de la Bourgeoisie*. Paris: La Découverte, 2000.

SANTOS, M. *A natureza do espaço.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. *O desafio metropolitano.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA SANTOS, B. Os fascismos sociais. In: *Folha de São Paulo*, 6 set 1998, p. 3.

WHATMORE, S. *Hybrid Geographies:* natures, cultures, spaces. Londres: Sage, 2002.

Recebido para publicação em junho de 2005
Aprovado para publicação em junho de 2005

"Lúcia Gramado kaigang": como me redescobri na Serra Gaúcha

"Lúcia Gramado kaigang": como me redescubrí en la Sierra Gaucha

"Lúcia Gramado kaigang": how i found out myself in the Serra Gaúcha

Jones Dari Goettert

Departamento de Geografia
Universidade Federal do Acre - UFAC
Rua São Judas Tadeu, 343 - Conjunto Universitário
CEP: 69915-300 - Rio Branco, AC.
jonesdari@hotmail.com

Resumo: Este texto relata uma *viagem*. Fala de lugar e de não-lugar. De Gramado e Canela, no Rio Grande do Sul. De "partes" de suas gentes, mulheres e homens do trabalho. Versa, sobretudo, sobre uma *geografia das gentes* de um turismo que tende a privar mulheres e homens de uma identidade, de uma história e, portanto, de um lugar. Mas, pelos lugares e nas gentes, as linhas aqui escritas, a múltiplas mãos, transitam do estranhamento inicial à relação orgânica que foi se mostrando em tempo triplamente vivido e anunciado: o passado, o presente e o futuro.
Palabras-clave: Lugar, não-lugar, turismo, identidade, Serra Gaúcha.

Resumen: Este texto relata un viaje. Habla de lugar y de no-lugar. De Gramado y Canela, en el Rio Grande de Sur. De "partes" de sus gentes, mujeres y hombres del trabajo. Versa, por eso sobre una *geografia de gentes* de un turismo que tiende a privar mujeres y hombres de una identidad, de una historia y, por lo tanto, de un lugar. Mas, por los lugares y en las personas, las lineas aquí escritas, las múltiplas manos, transitan del estrañamiento inicial a la relación organica que se fue mostrando en tiempo triplamente vivido y anunciado: el pasado, el presente y el futuro.
Palavras-clave: lugar, no-lugar, turismo, identida, Sierra Gaucha.

Abstract: This text reports a trip. It talks about a place and a no-place. From Gramado to Canela, in the Rio Grande do Sul. From "parts" of its people, working women and men. It expresses, especially, about a geography of the people, a kind of tourism that tends to deprive women and men of an identity, a history, and therefore, of a place. But, by the places and in these people, the lines written here, by many hands, they go from the initial strangeness to the organic relation that appeared to the time threefold lived and announced: past, present and future.
Key words: Place, no-place, tourism, identity, Serra Gaúcha.

Para Reginaldo Pereira de Oliveira

"Vim trabalhar à noite por necessidade.
A rotina fica estranha, pois é difícil recuperar o sono perdido."
Geraldo, frentista
"Não sou prostituta,
sou secretária do amor" (...) "Meu pai ficou doente,
perdi meu emprego e tive que me virar para conseguir dinheiro."
Garota de programa
Jornal de Gramado,
12 de novembro de 2004 (p. 28 e 29)

A chegada[1]

Ser universal é falar do lugar! Insistia Milton Santos, em *pará*frase a Leon Tolstói: "para ser universal, basta falar de sua aldeia". O lugar: um intermédio entre o mundo e o indivíduo. É cada lugar, assim e *à sua maneira*, o mundo (Santos, 1999).

Falarei, aqui, de um lugar que redescobri depois de dezenove anos. Na época, em mil novecentos e oitenta e cinco, como estudante finalista da oitava série, então o primeiro grau, participei de uma excursão à Serra Gaúcha, Porto Alegre – capital gaúcha – e Cidreira – cidade litorânea. Naquele ano, em um dia de dezembro, à tarde, cruzei pela primeira vez o pórtico na entrada da cidade de Gramado. Com olhos curiosos e atentos, adentrava em um *mundo* novo, distante e, para aqueles pequenos olhos aprendizes, desconhecido. Lembro que o ônibus cruzou algumas ruas do centro. Não lembro se descemos ali. Descemos, sim, no "lago negro", e lá eu e o colega Marcos, juntos, pedalamos em um dos "pedalinhos" meio barco, meio cisnes, meio patos.

Depois de quase vinte anos a memória me ajuda pouco... Mas, Gramado permaneceu como uma cidade a ser conquistada por todas e todos aqueles que buscam uma certa beleza de ruas limpas, de gente bem vestida e de casas e lojas "perfeitas". Gramado, ainda e de vez em quando, vinha-me pelas belas e fantásticas reportagens de televisão. Nos invernos rigorosos a atração de turistas para ver e sentir a neve. Quando ela surgia. Quando ela caia. Aliás, sempre me impressionou a sagacidade das gentes ricas pelo frio gramadense, principalmente porque via e sentia, nas noites e dias frios gaúchos, como era trágica a vida das gentes pobres, da capital e do interior, sem um fogo para aquecer as mãos e sem um chocolate quente para aquecer o coração... Também, no inverno, atentava para a atração exercida festival de cinema de Gramado, com as atrizes e atores globais, principalmente, atravessando a avenida entre o palco do cinema e o palco da bebedeira e da comilança, a famosa "rua Coberta".

No mais, fui tocando a vida na minha pequena cidade sem cinema, como jornaleiro, estudante e ainda "serviços gerais" e "auxiliar de escritório" em veterinária de cooperativa agrícola. Depois, e centenas de quilômetros de São Martinho – minha cidade natal do

[1] Este texto foi escrito após passagem rápida por Gramado e Canela, na Serra Gaúcha, durante participação no XVII ENGA – **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, entre os dias 11 a 15 de novembro de 2004. Agradeço a Kátya Fernandez de Albuquerque pela tradução do resumo em espanhol, e a José Janilson Amorim da Silva pela tradução do resumo em inglês.

noroeste gaúcho – como estudante universitário e como cobrador de loja de departamentos, em Marechal Cândido Rondon, no extremo oeste paranaense. Também depois, com mais mil quilômetros adiante, como estudante universitário, vendedor da "ponto frio", professor do ensino fundamental e professor do ensino superior em Rondonópolis, Mato Grosso. Nesse meio, também estudante em pós-graduação em Presidente Prudente, São Paulo. Mais e mais depois, ainda dois mil quilômetros além, professor universitário em Rio Branco, Acre, com vínculos ainda na pós-graduação no oeste paulista.

A *volta* a Gramado: a participação em evento científico, retornando e reencontrando também Canela. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária... Este texto é parte deste re-encontro. De um certo desencontro. De uma redescoberta. De um gaúcho um pouco paranaense, um pouco mato-grossense, um pouco paulista, um pouco acreano. Em Gramado, na serra gaúcha. Procurando também, no presente, *momentos* e *lugares* do passado. No turismo? Não... Nas gentes.

Em uma certa "Geografia do sujeito", como mostrava, *ainda vivo*, Armando Correia da Silva. Uma Geografia *feita* dos sujeitos não como população, números e abstração, mas como pessoas – habitantes, produtores, consumidores... – instituídos "de suas características de percepção, representação e consciência do espaço" (1985, p.3). A percepção ligada à existência, em que:

> A dimensão espacial da percepção é então um dado de uma existência múltipla de estímulos espaciais (espaço psicológico, espaço econômico, espaço social, espaço político, espaço cultural, etc.). Os dados da percepção, por sua vez, orientam nosso comportamento. Como isso se dá? Pela representação que nós fazemos dos objetos, das pessoas e das idéias. É pela representação e pela percepção que assinalamos o meio em que vivemos e que ajudamos a criar (Silva, 1985, p. 3-4).

E, ainda em companhia de Armando Correia da Silva, aprende-se que a percepção e a representação se dão por meio da *experiência*, em uma "Geografia do sujeito" capaz de ultrapassar a coisificação de objetos, pessoas e idéias", eliminando "a separação entre sujeito e objeto, não só no ato de pensar, mas também no ato de existir" (1985, p. 4-5). Uma "Geografia do sujeito"... Por uma *geografia das gentes*, nela contida a unidade daquilo que a ciência teima em separar: *sujeito* e *objeto*. Sem pestanejar, uma geografia do *sujeito* anulando – e *comendo* – o *objeto*, na interessante observação de Eliseu Savério Spósito[2].

Uma *geografia das gentes*, aqui, a partir de mulheres e homens trabalhadores de Gramado e Canela, com seus nomes e fazeres, *fazendo* comigo, mesmo que não percebessem, a busca de lugares do passado, do presente e do devir. Uma busca de *jeitos*, *cheiros* e *gostos*, construída a partir de um olhar fenomenológico mas que necessita pensar as *gentes* em tempos e espaços dialéticos, fazendo-se temporal e espacialmente os próprios lugares. A percepção de lugares – e de não-lugares – como constituinte das *gentes* do trabalho, daí também a necessidade de uma análise que não pode desistir da perspectiva de classista, cultural, ideológica, econômica e política na qual mulheres e homens se inserem. Afinal, Gramado e Canela fazem parte do mundo!

---

[2] Durante argüição em defesa de minha tese de doutorado (citada adiante), em 08 de novembro de 2004.

Uma dialética entre lugar e não-lugar desvelando o artificialismo de um turismo que priva gentes trabalhadoras de sua história, de sua identidade e de seu lugar, mesmo que seja a periferia escondida por trás dos morros longe do centro de Gramado, ou da casa do homem negro pobre de Canela, trabalhador pedreiro aposentado, que nunca visitou a cascata do Caracol.

A *revelação* e a redescoberta de um lugar do passado – que se fez presente – dadas não pelas imagens, pela mercadoria, pelo consumo ou pelo sorriso roubado e vendido de jovens vendedoras e vendedores. Mas, pela cumplicidade e pela identidade, nelas e neles, de gentes do trabalho, de uma classe que se faz heterogênea e múltipla, e que no falar – porque toda fala também é uma interpretação – possibilita a apreensão da denúncia do não-lugar, uma vez que faz ultrapassar a *leitura* fria e mecânica dos lugares e das gentes na medida que são as próprias gentes o centro narrativo, de análise e de interpretação.

Assim, a perspectiva metodológica é simples, mesmo que, talvez, ousada: fazer emergir das falas das mulheres e homens do trabalho o lugar, a identidade e as próprias gentes negadas pelo processo avassalador de mercantilização de tudo e de todos, também reduzindo o espaço à mercadoria. Portanto, não é pela abstração teórica inicial que o não-lugar perde força, mas pela relação e pela identidade que o autor vai tecendo e redescobrindo nos contatos, nos olhares e nas palavras das gentes do trabalho.

Hei de voltar pro sul

> "Rogério, que é proprietário de uma pequena fábrica de móveis,
> voltou a ser vítima de seqüestro na segunda-feira passada."
> *Jornal Integração, Canela-Gramado,*
> *12 de novembro de 2004* (p. 32 e 35)

Em direção a Gramado, já em rodovia sul-riograndense que ia cortando Vacaria e depois Caxias do Sul, foi tocando na minha cabeça uma apropriada canção para um gaúcho em "retorno", ou melhor, em visita aos *pampas*: "Hei de voltar pro sul / Eu não sei bem por quê / A saudade sem jeito / Dá um nó no peito / E me faz querer / Rever a noite azul / Do Rio Grande do Sul / Pra depois morrer"[3].

As voltas rápidas ao Rio Grande do Sul são sempre tendências que dependem das condições econômicas e das expectativas que gaúchas e gaúchos, fora dali, desenvolvem frente às possibilidades de visita. Quero dizer também, com isso, que nem sempre há o desejo de rever familiares e que nem sempre o *lugar deixado*[4] é

[3] "Hei de voltar pro sul" (primeira e última estrofe), canção composta por Kledir Ramil e José Fogaça, gravada em 1982, no movimento de luta contra a ditadura militar no Brasil – a terceira estrofe é elucidativa nesse sentido: "Hei de voltar pro sul / Há muito que lutar / Vencer a dor do açoite / Vencer a noite e ver chegar / A pátria livre e o dia / De ver Maria e então sonhar".

[4] Desenvolvi e utilizei as definições de *lugar deixado* e de *lugar chegado* – para lugares de origem e de destino – no meu trabalho de doutorado, que abordou a migração gaúcha para Mato Grosso a partir dos *olhares* de quem *partiu* – as e os migrantes – e de quem *ficou* – familiares que permaneceram no Rio Grande do Sul. Como recorte espacial, o trabalho de campo envolveu gaúchas e gaúchos da periferia de Rondonópolis que migraram do noroeste do Rio Grande do Sul (Goettert, 2004).

prenhe de saudades. Porque, também, nem sempre o *lugar deixado* foi palco de relações que devem ser lembradas ou revisitadas, na medida que o desconhecimento, a indiferença e o estranhamento tomam a centralidade, como deixou claro um gaúcho trabalhador que entrevistei em Rondonópolis:

> assim, quando a gente faz tempo que a gente não vai pra lá, assim, o povo ele fica tudo desconhecido. Os que te conheceram, eles ficam assim... né? E os outro novato, os novos, eles nem te conhecem, você tá como largado. Olha, eu tive onze anos ou doze que eu não fui lá mais, é, daí eu resolvi, fui, fui, parei na firma lá... Gente que eu conheci, que tomava cachaça junto, bebia, né? olhei por cima dos pé e eu reconheci ele ainda: 'você bebe ainda, larga isso aí seu relaxado'. Ele foi tomá uma cachacinha sentado assim, eu olhava ele, e ele néca, não me conheceu mais. Ainda mais se eu fosse voltá pro Rio Grande do Sul... Aí piorô, é só um sobrinho, dois sobrinho que eu tenho pra lá, e o meu filho que me conhece, o resto... (Goettert, 2204, p. 268-269)

O "resto" é uma outra história! O "resto" da vida de cada gaúcha e gaúcho trabalhadores, depois da migração para perto ou longe do Rio Grande do Sul, mas para fora dele, é parte da história das *perambulações* das e dos pobres brasileiros no Brasil e no estrangeiro, mas que vai fazendo de cada *lugar chegado* o seu próprio *pedaço*, o seu próprio *chão*, o seu próprio *jeito*, na amálgama de *su-jeitos* que se acostumam com os *jeitos* dos lugares. Ana, mulher gaúcha trabalhadora no Mato Grosso, foi elucidativa:

> [na chegada ao Mato Grosso] "a gente estranhô um pouco, porque é diferente, cada lugar tem seu jeito, cada lugar tem um jeito diferente de vivê. Aqui pra mim no começo foi diferente né, as pessoas, o jeito de falá, estranha um pouco, né? A gente acostuma, tudo acostuma, né? Que nem o pessoal daqui í pro sul, até eles acostumá o jeito do pessoal lá, aí é bem sofrido pra eles... Então, mas em todo lugar a gente acostuma o jeito" (Goettert, 2004, p. 169).

Assim,

> O "acostumá o jeito" do lugar promiscui-se ao "acostumá o jeito do pessoal". Em Ana, "lugar", "jeito" e "pessoal" são indissociáveis. O "jeito" do lugar é o "jeito do pessoal". O "jeito do pessoal" é o "jeito" do lugar.
>
> O lugar pode ser entendido como a simbiose de "jeitos" que se produzem e se reproduzem pelas mulheres e homens. Su-*jeitos* que se acostumam aos "jeitos". Os sujeitos estão su-*jeitos* aos jeitos. Em outras palavras, o "jeito do pessoal" é tanto condição como produto para e entre aquelas e aqueles que simultaneamente são e estão sujeitos ao "jeito" de si e ao "jeito" dos outros. Ana, no Mato Grosso, estranhou e se acostumou ao "jeito do pessoal", porque do estranhar ao acostumar, a migrante ou o migrante transita do "de fora" para o "de dentro". A percepção das diferenças – "cada lugar tem um jeito" – produz o estranhamento, enquanto a *dissolução* delas produz a acomodação – "em todo lugar a gente acostuma o jeito (Goettert, 2004, p. 169-170).

Talvez já acostumado com os *jeitos* do oeste paranaense, do sudeste mato-grossense, do oeste paulista e do leste acreano, e um tanto *desajeitado* ao *jeito* gaúcho, fui tentando me *redescobrir* em um *jeito* dos "pampas" um tanto distante no tempo e no espaço,

morando a mais de dois anos em Rio Branco, no Acre. Normal, portanto, não se reconhecer – ou não se redescobrir – imediatamente com os *jeitos* e *sujeitos* do *lugar chegado*, entendendo esse como o Rio Grande do Sul. *Recortado*, aqui, em Gramado e Canela.

Mas, logo no início daqueles dias em Gramado, foi-me chegando a questão se era possível, realmente, se reconhecer nesse lugar. Pois, afinal, que lugar era aquele? Mais do que isso: era, ali, um lugar? Que lugar era aquele onde tudo e todos praticavam códigos do bem-receber, do bem-querer, do bem-atender para, fundamentalmente, bem-vender? Parecia o paraíso. Sem pobres, nem ricos... Só "anjos", com os carros parando em cada início de faixa e, mesmo sem semáforo, deixando as e os pedestres invadir a rua... Que Rio Grande do Sul era aquele? Que Brasil? Que mundo? Assim, como autômato, parecia me deslocar para um "lugar" não-lugar, nos termos postos por Marc Augé:

> Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a "lugares da memória", ocupam aí um lugar circunscrito e específico (2001, p. 73).

Gramado não me provocava estranhamento apenas por eu ser um gaúcho *fora do lugar*. Era mais que isso: Gramado me aparecia absolutamente estranho e desprovido de uma identidade histórica-coletiva, inclusive, entre as *gentes* dali e o lugar. Parecia-me um filme onde todas e todos representavam para que eu também me percebesse em um *lugar* fora de mim... Em outras e extremas palavras, fora do mundo real.

Sei, contudo, que a realidade não se encerra na concretude material das *gentes* e das coisas, mas se mistura ao imaterial, às imagens, às representações, ao simbólico e à ideologia. Lembrei-me, então, de um bonito texto de Ana Fani Alessandri Carlos sobre o turismo, ao descrever a relação entre turistas e o pôr-do-sol, no Havaí:

> O pôr-do-sol reservou-nos um espetáculo à parte, não tanto pela beleza (que era na verdade estonteante, pois o sol se põe no mar), mas como se estivéssemos prontos para ir ao cinema; as pessoas iam chegando, sentavam na areia, obviamente com suas máquinas fotográficas ou de filmar, absolutamente indispensáveis – o turista vê através da lente e só observa o que a câmara surpreende – esperando silenciosamente o pôr-do-sol. Quando este se põe é como se o filme tivesse acabado, pois todos se levantam e saem da praia formando um fluxo que se assemelha à saída do cinema, ou melhor, ao fim de uma partida de futebol, pelo número, só que saem organizada e silenciosamente como se alguém os estivesse dirigindo (1999, p. 27-28).

Como em "O show de Truman"[5], o *show da vida*... Como aquela piada: 'hei, vou participar do *reality show*'! 'Pra quê?' 'Pra sair da realidade'... O controle, os gestos repetidos, os sorrisos largos tanto de quem vende pipoca como de quem ajunta o lixo...

[5] Filme de Peter Weir (EUA, 1998).

Mas quase não há lixo. E parece nem haver quem mande e quem obedeça... A invisibilidade das contradições, dos paradoxos e dos conflitos. A alegria se parece cênica... "Em todos esses lugares o espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz cenários ilusórios, vigiados, controlados sob aparência da liberdade" (Carlos, 1999, p. 28). O turismo produzindo, na serra gaúcha, um não-lugar: "O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares" (Carlos, 1999, p. 28).

Porque o *oposto* disso, o lugar, ainda segundo Ana Fani Alessandri Carlos,

> é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade (1999, p. 28).

Uma criação... E a identidade? Sentia-me distante daquele pedaço de *chão*, parte do "meu" Rio Grande do Sul *deixado*. Talvez, sentia ali a expressão máxima do estranhamento, da não familiaridade, de um vivido que se mostrava distante demais daqueles vinte anos morados, trabalhados e vividos no noroeste gaúcho. O pretendido encontro do *sujeito* com a *alma do lugar* (em alusão a Eduardo Yázigi, 2001) ia se esvaindo pelas ruas e prédios límpidos, com suas mulheres e homens "teatralizando" a vida-como-ela-não-é! Assim via eu, talvez um rômantico, um melancólico ou um saudosista de um tempo e de um espaço – lugares – onde a vida parecia mais real e onde as mulheres e homens, além de sorrirem, também choravam. Além de viverem, também morriam. "Morrer" para elevar e deixar seguir a *alma*... Que *alma*?

> alma seria o que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo. Alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõe ao que chamaríamos "desalmado". Não creio que possa ser entendida por processos lógicos. Há alma quando há paixão das gentes pelo lugar. A alma orbita além da ciência, e tem de ser entendida num plano mais elevado que o formato acadêmico (Yázigi, 2001, p. 24).

Assim me ensinou Eduardo Yázigi. Se *alma*, há corpo. Onde? Quando?

Sentia-me perdido em um não-lugar onde o passado e o futuro pareciam se prender a um presente contínuo, destituído de construção e aniquilado no seu devir... Além do objetivo claro e imediato das patroas e patrões: ganhar dinheiro. Muito dinheiro.

Na pizzaria, "rodízio de pizzas". Dez reais por pessoa! Serviram-me a garçonete Amanda e os garçons Fernando e Cleber. Trabalhadora e trabalhadores. "Pizza de chocolate branco". "Pizza de chocolate preto". Pizzas disso e daquilo. Pizzas e pizzas: um show de comilança. Serviram-me o vinho meio barato. Dor de cabeça. Esperaram assar a outra pizza. "Pizza de uva e pêssego"... Foi assim, naquela primeira noite meio quente meio fria, que fui me dando conta, à frente de Amanda, Fernando e Cleber, que o (não-)lugar se fazia, também, no e pelo trabalho de centenas e até milhares de gentes

anônimas, mas que a partir dali, naquele instante, decidi tentar me aproximar, trazendo seus nomes e um pouco do que eram e do que faziam.

E foi nelas e neles, em vários *pontos* de Gramado – e também Canela – que fui redescobrindo o "meu" Rio Grande do Sul *deixado*. Nos nomes e nos *afazeres* registrados, discreta e rapidamente, fui me *achando* na serra gaúcha, *cobrindo-me* de gentes "comuns" e simples, a maioria trabalhando no centro e morando na periferia – que até então parecia querer se cobrir de "neve" e sumir diante dos olhos de alguém ausente-presente angustiado. E são os *nomes*, especialmente, que seguem aqui... Nomes que iniciam as relações, que *exalam* um "fascínio metafísico e mitológico", no dizer de Mauro Maldonato (2004, p. 136).

O João da favela que a vida atrela a um carro de mão

> "um magistrado do Rio de Janeiro entrou com uma ação na Justiça pedindo que o porteiro e demais funcionários do seu condomínio o tratem por "doutor" ou "excelência""
> *Zero Hora, Porto Alegre, 12 de novembro de 2004* (p. 2)

Amanda: branca, descendente de alemães. Fernando e Cleber: brancos, descendentes de alemães. "Obrigado por servirem-me". Saí da pizzaria à meia noite. Talvez, por ainda umas duas horas, os três continuaram atendendo, servindo pedaços de pizzas e limpando a sujeira deixada por algumas e alguns iguais a mim.

Os nomes de Amanda, Fernando e Cleber foram se fazendo no trabalho, no sorriso gracioso, primeiro um tanto roubado, depois feito cumplicidade de gentes que parecem se conhecer um bom tempo, porque originários de "alemoas" e "alemãos" pobres, imigrantes de uma Alemanha que expulsava camponeses em nome da "modernização" capitalista e da unificação territorial, política, econômica e cultural, na segunda metade do século dezenove. Nem todas e todos foram unificados. Muitas e muitos cruzaram o Atlântico e se embrenharam por vales e por serras, por mata adentro e por rios e riachos de águas frias, mas altamente saciadoras da sede. De alemães como "Willy", "Heinrich", "Kurt", "Jacob" e "Hans", personagens imigrantes de "O tempo e o vento", de Erico Verissimo...

> Willy olha a mata. Verflucht! É preciso derrubar árvores, virar a terra e antes de mais nada fazer uma casa. Mas o alfaiate Willy não sabe constuir casas. Senta-se numa pedra e fica olhando as nuvens e achando que Gott wird helfen.
> Outras levas de imigrantes chegam. São da Renânia, do Palatinado, de Hesse, da Pomerânia, da Baixa Saxônia e da Vestfália. [...]
> Heinrich ficou debaixo dum cedro com o peito esmagado.
> Kurt foi mordido por uma cobra.
> Um índio furou o olho de Jacob com um frechaço. [...]
> Willy experimentou o mate chimarrão, queima a língua, cospe longe a água verde e amarguenta. Mas Hans o ferreiro prova e gosta, veste chiripá, se amanceba com mulata e, vergonha da colônia, muda de nome: é João Ferreira. (1976, p. 155-156)

Hans vira João! Mais de cem anos depois, seria o "João Saudade", de Dante Ledesma? "O João da favela que a vida atrela / A um carro de mão / E João lá de fora repontando agora / Papel, papelão"[6]. Um João "alemão" pobre...

Porque as e os "bugres", depois de *espirarem intrigados* e de *furarem os olhos dos Jacobs*, parecem agora ser *espiados* pela intriga dos cantos dos olhos das e dos gramadenses – dali e de fora –, como se os olhos permanecessem ainda *furados* para a alteridade, para o encontro, para uma festa multiétnica. Foi assim que primeiro vi e *espiei*, na principal rua de Gramado, a "rua Coberta", Lúcia, uma Kaigang vendendo artesanato feito de palha, penas poucas e coloridas tintas contrastando com seu olhar vitimado pelo "frechaço" branco, cristão e ainda europocêntrico.

"Qual é seu nome?" "Lúcia". Só Lúcia. *Só* índia. *Só* Kaigang.

"Estranha", é mirada pela "culpa" de estar no lugar do outro. O não-lugar indígena, mesmo que arcos e flechas, cestos e balaios, cocares e colares deles sejam expostos, em lojas de artesanato, para turistas comprarem e levarem para as salas de seus apartamentos e mansões, enquanto Lúcia, em silêncio, tem o olhar longe e a *alma* aconchegada pelas gentes da aldeia distante, mas também dela.

Ali, em frente à vitrine de uma das lojas da "rua Coberta", em Gramado, senti em Lúcia a constituição de um lugar bonito, mas não menos estranho para aquelas e aqueles que não conhecem, dominam, manipulam e *lidam* com os códigos de um *jeito* de se fazer turista, de um *jeito* de se fazer comprador, de um *jeito* de se fazer mercado, dando e recebendo dinheiro. Muito dinheiro.

Lúcia, com o artesanato, ganha pouco dinheiro.

Lúcia, com outros *seus*, torna e contorna as ruas para além do centro e encontra Reginaldo[7]: "Hein, pra onde fica a rodoviária?" Com a voz baixa e a cabeça levemente inclinada para frente, Lúcia se dirige ao estudante de longe, do oeste paulista, na condição de submissa, pronta e preparada a receber a resposta da indiferença, do preconceito e, na não informação, da discriminação. Reginaldo, um estranho entre estranhos, compreendeu o pedido que também soava como suplício. "Não sou daqui, mas a senhora pode ir por aqui e depois por ali... A rodoviária é nessa direção". "Obrigado!" Lúcia e os *seus* continuaram o caminho seguindo a *trilha* dada por Reginaldo...

No outro dia, e também no depois-de-amanhã, ainda vi Lúcia caminhando, lentamente, pelas ruas centrais de Gramado, em um *mundo* onde ela e os *seus* parecem deslocados do encontro, barrados na *festa*. A festa, inclusive, camponesa: "O espaço da festa [camponesa] (...) compreende a "unidade na diversidade", como síntese de múltiplos tempos que não se apagam por completo, mas que se fundem e se colocam vivos nas relações que se estabelecem entre os *corpos* e o espaço da festa" (Goettert, 1999, p. 144). Uma diversidade camponesa, mas não necessariamente indígena. Ou "bugre", como são definidas as índias e os índios no Rio Grande do Sul.

---

[6] Últimas estrofes da canção "João Saudade", composta e interpretada por Dante Ledesma. (CD "Bem gaúcho", UsaDiscos, Porto Alegre, 2002)

Ali, na *festa* do encontro dado pelo turismo ou pelo festival de cinema ou pela neve, as índias e os índios participam como *gentes não gratas*, enquanto que vendem, por alguns reais, peças de um artesanato que ultrapassa a história de Gramado e do próprio Rio Grande do Sul. Em outro dia, quem sabe, talvez outras e outros transeuntes encontrem Lúcia em Canela, ou em qualquer outra cidade onde mulheres e homens com dinheiro, em solidariedade ou por pena ou por exibicionismo, comprem um cesto para a roupa suja entre o banho e a lavagem.

Em Canela... Pego – ou embarco – o ônibus coletivo na rodoviária de Gramado rumo às terras canelenses. Antes avisto, em seus poucos bancos de madeira *rodoviários*, mulheres e homens do trabalho. Cansados. Talvez, preocupados. Muitas e muitos brancos. Algumas e alguns, nem tanto.

Passagem até Canela: R$ 1,20. Na cadeira ao meu lado um homem negro segura o pega-mão no assento à frente. Olha, sem direção, a paisagem lá fora. O ônibus parte.

Pergunto sobre o tempo. "É, acho que não chove mais, mas o frio deve vim". "Tomara que não esfrie tanto", digo. "Mas não sei, tchê; quando a chuva pára o frio chega junto". "É... E o senhor trabalha aqui, em Gramado?" "Não, eu sô aposentado, encostado". "Aposentado?" "É, sofro de coluna, não posso mais trabalhá pesado". "O senhor trabalhava no quê?" "Era pedreiro, mas não deu mais, né? Agora tô aposentado... Tá vendo aquele prédio ali, ajudei a fazê. Aquele outro também..."

Gramado ia se refazendo nos prédios ajudados e construídos por aquele pedreiro de trinta e quatro anos. Jovem, mas impossibilitado de continuar o trabalho na construção civil. "Meu nome é Claudemir".

Claudemir, enquanto vê o caminho entre Gramado e Canela, fala da esposa e dos dois filhos, das dificuldades em sobreviver com uma aposentadoria pequena. Tinha a clareza de que "quem não consegue mais trabalhá é descartado, isso é certo, pode acreditá; como eu, só que já consegui a aposentadoria". Na primeira ida para a "vistoria" no "inss" em Caxias do Sul, mandaram-no de volta, admitindo que não tinha problema algum. No dia seguinte trabalhou duas horas, quando a coluna não mais permitiu que levantasse. Retornou mais três vezes ao "inss" até conseguir a aposentadoria.

Negro e pobre, não trabalha e nem mora em Gramado. Mora em Canela. "Mas, vô tê dizê: até hoje, com mais de trinta e quatro anos, ainda nunca fui pra Caracol, ainda não conheço!" "É mesmo?" Na rodoviária em Canela, vi Claudemir pela última vez...

Diferente de Claudemir, ia rever a cascata do Caracol. Um táxi. Um taxista: "Chico", de nome Silvio. Branco, em torno de vinte e cinco anos, "Chico" nasceu em Caxias do Sul e estava em Gramado há poucos meses, dirigindo e transportando turistas para lá e para cá. Uma das alegrias – ou algumas das tristezas – é proporcionada pelo colorado Internacional, seu time desde criança. Outra alegria é quando o principal adversário, o Grêmio, despenca para a segunda divisão. "Chico" nos deixa em frente ao parque do Caracol. R$ 18,00. "Chico" não nos disse que o ingresso para o parque era sete reais e vinte centavos por pessoa... Paguei.

Foi aí que melhor compreendi porque Claudemir, o pedreiro negro aposentado porque a coluna dói, nunca viu a cascata: se levar a esposa e os dois filhos, gastará quase quarenta reais entre o ônibus e a entrada no parque. Claudemir: o negro "traído"! As contradições aparecendo e fazendo de quem trabalha a negação ao próprio resultado

dele. Claudemir não fez a cascata do Caracol. Mas ele e seus colegas de construção fizeram os pórticos das entradas de Gramado e do parque Caracol!

"Traído", o negro – como os lanceiros negros de uma certa revolução que, adjetivada de farroupilha, porque de farrapos, deveria representar a história, a vida e a luta das gentes pobres gaúchas. Mas, não foi isso o que *restou* para os negros na "revolução": já encerrando-se o ano de 1844, as tentativas de paz entre as forças imperialistas e farroupilhas estavam adiantadas, e o grande número de escravos – os *lanceiros negros* – haviam recebido dos farrapos a promessa de alforria ao terminar a revolução (*cf.* Assumpção, 1998, p. 19). Contudo, era inconcebível libertar escravos em uma pátria de mulheres e homens cativos, simplesmente em decorrência de um acordo verbal antes da guerra! A traição:

> Em tratativas firmadas entre o Duque de Caxias e David Canabarro ficou traçada a sorte dos lanceiros: Caxias ordenou que o Coronel Francisco Pedro de Abreu atacasse o acampamento farroupilha no dia 14/11/1844 e que o mesmo não temesse o resultado do confronto, pois a infantaria farroupilha, composta por escravos, estaria desarmada. Por ordem de Canabarro, conforme o "Acordo Secreto" entre ambos. Desta forma, com o auxílio de Canabarro, a infantaria negra foi covardemente massacrada (Assumpção, 1998, p. 20).

Na Caracol, as águas também são privativas para as e os turistas de perto e de longe, como um grupo de alunas e de alunos de Assunção, no Paraguai, desfiando um espanhol com sotaque guarani. Felizes...

Desci os quase mil degraus até o "pé" da cascata. 927 degraus entre mato, flores, samambaias, pinheiros e água, muita água... Diferente da opinião do negro Claudemir, a chuva, naquele final de tarde, caia ao lado da água branca que despencava morro a baixo, batendo nas pedras e estilhaçando-se em vento e vapor para dentro da mata. Cento e trinta e um metros de queda! Extasiado, permaneci imóvel por minutos inteiros. Minutos quase transcendentais, quase metafísicos... Até que a coragem me fez, aí sim, subir os degraus, com mais de dez paradas para que o corpo, mesmo magro e leve, chegasse ao topo.

Dali, segui para as *cabeceiras* do rio. A barragem ainda concreto dava o *tom* do desvio da água para o moinho, onde os cereais eram moídos para a farinha, para o pão, para a mesa, para a barriga...

O sino deu o sinal para o fechamento do parque. Apressei o passo e esperei o ônibus para a volta a Canela. Depois para a volta a Gramado. Embarcou, no mesmo ônibus, Rosa, uma trabalhadora do parque. Mora perto dali, na Linha Banhado Grande. Rosa descende de italianos e mora com a mãe em pequena propriedade feito barranco, mato e terra boa, com a horta dando as verduras e os legumes, a vaca o leite, as galinhas os ovos e os poucos porcos a carne quase branca do churrasco no domingo. Camponesa, faz do trabalho no parque uma renda importante. "É bom"...

Vinte minutos depois o ônibus encosta na rodoviária pequena de Canela. A chuva ainda cai, mesmo que fraca. O frio também: o termômetro da rua marcava cinco graus!

A noite se estendeu e no dia seguinte continuei me redescobrindo de pequenos *dados* e de grandes *nomes* de gentes do trabalho, que foram ajudando a descobrir uma outra Gramado, uma outra Canela. Nomes de gentes como dos trabalhadores e das

trabalhadoras da fábrica de chocolates feitos papainoéis, telefones celulares e uma infinidade de outras deliciosas guloseimas cacaueiras. A jovem Daniela foi a guia. Cabelo escuro e pele clara, falou sobre a origem do cacau, o processo de mistura com as castanhas e mostrou as trabalhadoras e os trabalhadores embalando os chocolates brancos e marrons, dos mais variados modelos e tamanhos. Vistas de enormes janelas envidraçadas, as gentes do trabalho usavam roupas brancas e máscaras no rosto. "Para não contaminar o chocolate", logo explicou Daniela. Pensei que fosse para não comê-los... As mãos ágeis das mulheres e homens faziam o ovo de chocolate branco "nascer" pelado e ser encaixado "vestido" de um fino papel colorido, arrematado por uma fita de igual tonalidade. Ao fim, o selo da empresa, para ninguém esquecer que se não fosse o capital, chocolate não existiria igual!

No centro de Canela, a visita à igreja matriz é *lugar comum*. A Igreja Nossa Senhora de Lourdes, que teve a primeira pedra ali fincada em 1953, se ergue no alto da colina também feita praça e jardins, rodeada de ruas que levam para as lojas de vinhos e salames, artesanatos dali e da Índia, comidas para o almoço e para o jantar. E, diferente de Gramado, Canela parece mais normal.

Na igreja, mulheres e homens – grandes e pequenas gentes – entram, fazem o sinal da cruz, algumas e alguns se ajoelham, rezam e fazem seus pedidos. Circulo entre os bancos de madeira e os vitrais coloridos a mostrar a ladainha de Nossa Senhora; quantas mãos ali *apareciam*, umas explícitas, outras não. Um telefone celular tocou junto ao corpo de um senhor ajoelhado. Depressa desligou-o e voltou a rezar, meio constrangido por uma ligação que interrompeu sua "conversa" com Deus. Ajuntou as mãos e viu outras duas pregadas em uma cruz. Mãos presas na cruz. Mãos que seguram a cruz. Mãos que carregam a cruz. Mãos que palmilham no ar um gesto meigo e terno. Mãos de anjos feitas por mãos rudes de mulheres e homens terrestres. Mãos que depositam e acendem velas e velinhas. Muitas velas. Luzes que seguem uma melodia invisível talvez perceptível, somente, para olhos que ali não perdem e não ganham milagres dos céus, porque Deus apenas paira como espectro distante e desprovido de sentido.

Dois "santinhos", próximos à porta principal da igreja, estavam à disposição de quem os quisesse. Um era de Nossa Senhora Aparecida. Outro de Santo Expedito. Ela, negra. Ele, com vestes de um militar da antigüidade romana. No verso do "santinho" da padroeira do Brasil, podia se ler: "Mandei publicar e distribuir um milheiro desta oração, para ajudar a divulgar cada vez mais a devoção à Nossa Senhora"; e, abaixo: "R$ 38,00 o milheiro + pequena taxa de entrega". "Ligue grátis"... Apressadas, as gentes pouco ligavam para os possíveis milagres, enquanto as sacolas saiam cheias das lojas. O dinheiro, este sim, parece ser milagreiro.

À tarde, novamente, segui para rever a cascata Caracol. Nos *guiava*, como guia, Luís Adriano. Meio "bugre-castelhano", seu fenótipo não parecia *rimar* com feições e cores alemãs ou italianas. Luís Adriano, bastante quieto mesmo na condição de guia turístico, disse-me que conseguira o trabalho há seis meses. Antes era engraxate. O patrão pediu se "quisesse" acompanhar as e os turistas pelos *pontos turísticos*; disse que "sim", mas não conhecia todos os pontos. O patrão levou-o de um a um, explicando o que deveria e poderia falar. Talvez, pelas poucas palavras ouvidas dele, o patrão tenha restringido demais o repertório... Luís Adriano ainda estudava. "Na oitava série". Pensava em levar adiante a profissão de guia, porque dava mais dinheiro do que engraxar sapatos.

Luís Adriano guiou-nos até o teleférico que dá para a cascata do Caracol. Disse que o ingresso era oito reais; quando chegamos, pagamos dez! Justificou dizendo que não havia sido informado do aumento... Luís Adriano ainda não andou de teleférico, apenas observa as e os turistas que ficam aprisionados no assento, que me pareceu, com um pouco de exagero, um *pedaço* de prisão. A liberdade parece surgir quando o teleférico faz uma volta de cento e oitenta graus e aos olhos surge a cascata que se mostra distante, mas encantadora, igual às hortênsias próximas que contrastam o seu verde-amarelo com a água esbranquiçada da cachoeira gigante, lá longe.

Alguns homens trabalham para que o teleférico suba e desça, desça e suba. Uns auxiliam a gente subir, outros a descer. Nenhum de gravata e todos com rádios de comunicação. Naquele final de tarde pareciam um pouco felizes, mesmo que cansados.

Luís Adriano, o pequeno guia, chama para a volta a Gramado. O ônibus pára em frente ao parque do Caracol em espera das gentes dali. Sigo a pé. Na estrada asfaltada na direção parque-Canela, vou percebendo que a vida ali também é mais normal. Homens arrumam uma cerca do potreiro. Outro corta a grama do jardim com sua máquina esverdeada. Um grande gramado-quintal abriga um pequeno parreiral, ao mesmo tempo em que um varal estende toalhas de banho. Da ponte do arroio Tibirica, um riacho reflete os últimos raios de sol daquele dia que vai deixando a noite tomar as gentes e a luz. Um portão avermelhado fechando a estrada meio terra-meio pedra, indicava que as gentes também se "escondiam" para além das margens esquerda e direita. Porque, quanto mais próximos das e dos turistas, parece haver sempre um perigo iminente. Daí ter "cuidado com o cão" e sempre jogar o lixo, no lixo, seja um turista inimigo ou um "turista amigo".

Na curva à direita, uma placa solitária indicava a direção. Ainda nas margens da mesma estrada deparei-me com uma ex-casa camponesa. Abandonada. Algumas janelas já não mais existem e o mato parecia se aproximar velozmente. Luís Adriano não falou daquela casa. Ninguém falou. Mas, nela era possível perceber que a migração camponesa também atingiu parte das gentes rurais, deixando a casa erguida para que a lembrança permaneça como memória do abandono, da expulsão e da mobilidade, até que as paredes cedam e tudo encoste no solo e ali vire pó, deixando para as gentes turistas a visão aberta para a contemplação do pinheiro gigante. "Viva a natureza!"

O ônibus surge na curva e embarco logo em seguida... Ali, dentro, o asfalto é rapidamente cruzado e as gentes e coisas de suas margens aparecem/desaparecem em segundos.

Luís Adriano, o guia ex-engraxate, indicou, para mim e para os dois motoristas do ônibus, a boate da noite. Tipo *boite*. Tipo "zona". "Ué, mas tem zona aqui?" Pergunto. "Em Gramado não, mas em Canela sim"... Gramado limpo do lixo. Gramado limpo de pobres mais pobres. Gramado limpo do trabalho informal de camelôs ocupando ruas e praças. Gramado limpo das "putas"...

Luís Adriano, o menino-adulto-guia, deixa o ônibus e acena com a mão direita, porque na esquerda leva em notas e moedas miúdas um pouco mais de vinte reais que lhe coube. Parece feliz. É torcedor do colorado gaúcho. "Valeu, tudo de bom, obrigado"...

Aos dias sucedem as noites. Às noites, segue o sol, "lúcido" ou escondido por trás das nuvens. Enquanto isso, as toalhas avermelhadas secam nos varais e as chaminés

esperam para jorrar a fumaça que "nasce" nos fogões das casas mais pobres de Canela. Na hora do meio entre um sol que nasce e que se põe, almoço em restaurante relativamente barato no centro de Gramado. R$ 7,50 por pessoa. O movimento é intenso e faltam lugares para todas e todos os comilões do meio dia. No restaurante, a dona-"caixa" é branca. O garçom, idem. Uma garçonete, também... No restaurante, no entanto, também trabalha Camila. Nem dona, nem branca. Camila, de tez negra, serviu-me uma vez. Duas. Mais uma. Logo, não mais era o cliente e a garçonete: era eu e a menina negra. Ela, trabalhando. E eu, com ela, ia ainda mais redescobrindo *pedaços meus* naquele "lugar" não-lugar. *Pedaços* de simples gentes que iam *mostrando*, pelos nomes e afazeres, que até no "paraíso" há quem manda e quem obedece, quem lucra mais e quem ganha menos...

Camila estava ali, destoante em cor de seus colegas e da patroa e também da maioria dos clientes. Ágil, deslizava por entre as mesas e cadeiras e não vi e nem percebi nela uma competência menor que todas e todos os outros que me serviram, como Amanda, Fernando e Cleber, da pizzaria virada massa e chocolate. "Obrigado, Camila!"

Naquela mesma tarde, em praça próxima à "rua Coberta", encontrei Marinalva. Com uma pequena vassoura e uma pazinha de lixo com cabo de madeira, sem se agachar, ia ajuntando os poucos lixos que as e os turistas descuidados "deixavam" cair por entre as flores e as lojas. Devidamente uniformizada, Marinalva é natural de cidade ao sul de Gramado. Bem ao sul, da cidade de Pelotas. Atraída pelas possibilidades de trabalho que correm de boca em boca ali em outras cidades, Marinalva há três meses estava empregada, e há seis morava em Gramado. Marinalva, como Camila, é "muito" diferente das meninas e mulheres "oficiais" de Gramado: sua cor indicava a origem africana, *hoje* nos servindo e *nos* limpando do lixo "caído" e varrido; *ontem* como cativa de um Rio Grande do Sul também escravocrata.

Escravos de *ontem* nas fazendas partoris, nas charqueadas, mas, também, nas cidades:

> Também no Rio Grande do Sul foi grande a importância do escravo urbano. Os dados demográficos conhecidos ressaltam o peso da população cativa nas nossas aglomerações. Em 1780, 36% da população do município de Porto Alegre era constituída de escravos. Em 1861, onze anos após o fim do tráfico transatlântico de escravos, quando o Rio Grande do Sul exportava trabalhadores escravizados para o Centro-Sul, 23% dos habitantes da cidade conheciam ainda o cativeiro. Em 1884, Pelotas possuía cinco mil escravos. Dois mil trabalhavam no porto ou em funções domésticas (Maestri, 1993, p. 44).

Pelotas de *ontem*: cinco mil escravos. Pelotas de *hoje*: migracão, também, de negras e negros e descendentes em busca de trabalho. Em Gramado, em... Marinalva, uma pelotense, fazendo mais limpa e bonita a Gramado para muitas e muitas brancas e brancos... Mas, também, para outros negros.

Andando meio apressado pelas ruas que separam a "rua Coberta" e a "ufrgs", no centro gramadense, encontrei dois porto-alegrenses. Pensei que fossem turistas baianos! Dois negros retintos! Eram da capital e aproveitavam o *tempo livre* para passear na serra. Com forte sotaque gaúcho, devanearam *coisas* da capital e de Gramado enquanto

a esposa e filho de um deles compravam uns *suvenirs*. Amigos, a tensão quase se colocou quando perguntei sobre os times que torciam: um era Grêmio; o outro, Inter. Porto Algre, "com o PT, melhorô", disse um deles... Já depois da derrota de Raul Pont para José Fogaça.

Por ali ficaram... A alguns metros adiante também ficou Marinalva. Ela e eles, trabalhadora da limpeza e turistas de fim-de-semana, eram pontos escuros naquele "mar" de gentes brancas. "Que bom"... Que os *pingos* negros inundam e "contaminem" o mar!

Porque também ali, próximo à rodoviária de Gramado, o ar era parcialmente inundado pela fumaça que saia das chaminés dos fornos onde queimavam a lenha e assavam a cuca e o pão. Eram muitas chaminés. Eram muitos fornos. Muitas cucas deliciosas e muitos pães saborosos... Cucas e pães, fogo e brasa, chaminés e fumaça, possíveis apenas pelas mães *mágicas* de mulheres e homens *simples* que, com presteza e agilidade, faziam brotar o fogo da lenha e das formas pretas o *pão nosso de cada dia*. E de cada noite.

Mulheres e homens meio rurais-meio urbanos. Meio camponeses-meio operários. Todas e todos, gente! Enquanto o fogo ia destruindo a lenha e espantando a escuridão forneiro, as mãos das mulheres e homens amassavam e ajeitavam a massa, que viraria *viração*, que viraria comida doce-salgada a "derreter" entre dentes brancos sem cárie e dentes espedaçados segurando próteses maiores e menores, porque pobres também, na relação de mercado, tem menos condições de comprar dentes limpos e usar aparelhos ortodônticos.

Comi, junto a uma colega e a outros dois em mesa para gentes simples na rodoviária gramadense, pedaços de cuca e pedaços de pão, a lembrar-me dos tempos que minha mãe, avós e tias preparavam nossas comidas nos fogões e fornos à lenha... Ali, também fui me redescobrindo em uma identidade que não se fazia do "alemão-batata", mas de brancas e brancos alemães-brasileiros fazedoras e fazedores de pão, assadoras e assadores de cuca.

Fui lembrando, assim, de alguns versos de Pablo Neruda, que magnificamente poetizou e eternizou camponesas e camponeses através de mãos que fazem, que tecem, que plantam, que colhem, que amassam, que cuidam, que vivem e fazem viver... E que eternizou, também, mãos que poderiam ter feito... E não fizeram...

> Eu me declaro culpado de não ter feito, com estas mãos que me deram, uma vassoura. / Por que não fiz uma vassoura? / Por que me deram as mãos? / Para que me serviram se só vi o rumor do cereal, se só tive ouvidos para o vento e não recolhi o fio da vassoura, verde ainda na terra, e não pus para secar os talos ternos e não pude unir num feixe áureo e não juntei um caniço de madeira à saia amarela até dar uma vassoura aos caminhos? / Assim foi: não sei como me passou a vida sem aprender, sem ver, sem recolher e unir os elementos. / Nesta hora não nego que tive tempo, tempo, mas não tive mãos, e assim, como podia aspirar com razão à grandeza se nunca fui capaz de fazer uma vassoura, uma só, uma? (Neruda, 1984, p. 253-254)

[7] Reginaldo Pereira Oliveira, participante do XVII ENGA, e mestrando na FCT-UNESP, e Presidente Prudente, contou-me de seu encontro com Lúcia e mais dois índios Kaigang, em rua um pouco afastada do centro de Gramado.

Marinalva continuou varrendo e ajuntando o lixo da praça. Com pá e vassoura. *Uma vassoura, uma só, uma...*

Naquela mesma tarde – final dela – encontrei, em loja de fotografia, Jonas e Julianna. Ele e ela, das terras pernambucanas. De Recife[8]. Jonas, de quase Jones, e Julianna, "com dois enes", haviam chegado em Gramado em ônibus fretado. Ainda um pouco cansados, aceitaram em tomar um chocolate quente na noite que se avizinhava. Fomos, então, a um dos bares chiques de Gramado. "Chocolate quente simples – R$ 5,00". "É caro", disse eu, dissemos nós. Quase nos levantamos... Mas falei: "ou ocupamos os lugares aburguesados, mesmo com pouco dinheiro, ou nosso chocolate quente sempre será menos doce que o das e dos ricos". Toparam a parada. Falei do Acre. Julianna e Jonas, de Pernambuco. Falei da ' ufac'. Ela e ele, da 'ufpe'. Falamos de Gramado... No "Chocolate quente simples" servido por uma das garçonetes do bar, Julianna e Jonas também foram desfiando *pedaços* da noite anterior. Em padaria – isso mesmo, padaria! – as e os pernambucanos, muito mais que ela e ele apenas, fizeram do lugar o forró e frevo de Pernambuco. O ritmo do nordeste invadiu os pães e cucas e se fez alegre nos corpos de gentes de longe e de perto. "Foi uma festa"... O bar burguês *viu*, durante mais de uma hora, três não-burgueses sentados a conversarem coisas de gentes pobres, com referências a "putas", a "bêbados", a Marx e a Saramago, enquanto que os últimos goles do "chocolate quente simples" foram saboreados como *chocolate frio*. Mas sempre *simples*...

Na noite que avançava, fui até a rodoviária para "pegar" o ônibus coletivo até o "hostel", na estrada em direção a Canela... Esperei alguns minutos. O ônibus encostou e vi guiando o volante uma mulher: Loreci. Ela, com uma agilidade que me surpreendeu (admito: se fosse um homem não teria me surpreendido) deu a marcha à ré, engatou a primeira, depois a segunda, a terceira e a quarta, e seguiu segura e firme para uma de suas últimas viagens do dia. Ou da noite.

O meu último dia de Gramado, de serra gaúcha, também foi sendo ladrilhado por entre gentes do trabalho, de uma fixidez e de uma mobilidade que, nos termos marxistas, "acompanha" as mulheres e os homens do capital. Trabalho e capital não são, contudo, como duas taças de vinho tinto seco; são, antes, a própria taça e o próprio vinho, um de outro indissociáveis, *partes* abstratas de uma mesma concretude dialética palpável e penetrável nos corpos e corações de quem trabalha, para que outras e outros acumulem, em Gramado, Canela ou em outro qualquer *rincão* gaúcho, ou mesmo para bem longe do Rio Grande do Sul[9], muito dinheiro.

Andando pelo centro – e também pelo não-centro de Gramado –, fui percebendo que pequenas mas cortantes pedras sobre muros, mesmo que baixos, indicavam que o acesso era ali também restrito. Ou, que nem tudo era permitido! Ao fundo, mas ainda em frente à casa de muro baixo, flores *embaçadas* contrastavam com as pedrinhas cortantes. No "paraíso" também os contrastes se fazem pela lógica que *migra* para qualquer *fresta* ou vale terreno, inclusive moldando *pontos* e morros da serra gaúcha. A lógica da propriedade privada...

---

[8] Jonas Corinto de Paula e Julianna Nunes Lira, estudantes da UFPE e participantes do XVII ENGA.

[9] Para interesse, sobre a *mobilidade do trabalho* e do *capital* sulista para Mato Grosso, ver a minha dissertação de mestrado (Goettert, 2000); sobre a relação capital/trabalho como "lados de uma mesma moeda", ver Grupo Krisis (1999); e sobre a "dialética do concreto", ver Kosik (1995).

E que também faz lembrar Cláudio, vigilante negro na praça-feira próxima à rodoviária gramadense. Junto com mais sete colegas, empregados de empresa de vigilância da capital gaúcha, contratada para a segurança de *partes* da cidade do turismo pela prefeitura municipal, disse gostar de Gramado, "é muito tranqüilo". Separado há seis anos e pai de dois filhos, que estão em Porto Alegre, Cláudio brinca ao falar de "putas" e de "zona" da serra, já depois de cinco estadas em trabalho de vigilância na cidade do festival do cinema. "Tem zona aqui em Gramado pra todos os tipos, sem distinção de classe, porque o que uma tem entre as pernas as outras tem também... Tem feia e mais bonita; inclusive em Canela, aqui perto, tem só pra marajá e também só pra pobre".

Fora de sua cidade, não sei se Cláudio se embrenha, à noite e na madrugada, pelas coxas das "damas da noite"... No entanto, sabe dizer perfeitamente como se chegar em bordéis gramadenses: "você segue a rua da 'ufrgs' direto, vai até o fim e lá tu pega à direita... É ali". Cláudio, um gremista triste, arrematou dizendo, diferente do guia Luís Adriano, que "zonas" existem tanto em Gramado como em Canela, mas "tem mais em Canela, isso é verdade"... "E as garotas, são de onde?" "De fora e daqui", respondeu.

Seguindo as pistas de Cláudio *deslizeu* pela rua da 'ufrgs"... Andei e andei no início da tarde que jorrava de cima sóis quentes... Aqui em baixo, até pela pressa que me avisava a volta, não encontrei "zona" alguma e, daí, nenhuma garota de programa que pudesse me contar *pedaços* de sua vida, em uma Gramado feito paraíso para algumas e alguns e orgias noturnas – e também diurnas – para outras e outros... (E que fique claro: a procura da "zona" foi interesse puramente acadêmico; mas de uma academia que pode e deve buscar nos "interstícios" dos *anos* – tempo – e dos *platôs* – espaço – a tentativa em compreender o visível e o invisível, o dito e o não dito, o dizível e o indizível, o *claro* e o *escuro*...)

Não encontrei os bordéis. Mas encontrei, no bairro periférico "Moura", o borracheiro Vanderlei, jovem com seus mais ou menos trinta anos, com as partes de dentro da grande porta da garagem-borracharia crivadas de fotos de belas damas, das da noite e das do dia. Vanderlei, trabalhador da "borracha" dos carros dali, disse que nasceu no bairro quando "aqui não tinha nada, há trinta anos". Conversamos sobre a periferia de Gramado e me disse que "pra lá tem ainda os bairros "Dutra" e "Mato Queimado", mais adiante ainda... Com Vanderlei fui descobrindo uma periferia cravada entre morros meio longe meio perto da Gramado do turismo, "lá onde fazem os bonequinho branco pra turista vê". E "caro", salientei. "Ah sim, lá é tudo tri-ladrão"...

No Bairro Moura vi o gato preto *roubar* o lixo da sacolinha branca de supermercado enfiada nos latões lixeiros. Fome. Vi a porta da casa simples "inundada" de sapatos e chinelos. Vi o bilhete na porta da borracharia: "fiado é como barba, se não cortar, cresce".

"Tri-legal". "Tri-ladrão". "Tri-legal". "Tri-ladrão"... No centro... Dos bonequinhos brancos de uma neve e geada que esfria a casa periferia e esquenta o bolso das calças, casacas e "sobretudos" das empresárias e empresários locais e de fora... Quem me avisou? Vanderlei, o borracheiro... Segui meio rápido meio melancólico *pro* centro. Tão rápido que quase não percebi o "brigadiano" – como no Rio Grande do Sul são chamados os policiais militares, porque da Brigada Militar –, negro, que orientava o trânsito. E quase atropelei o gaúcho bombachudo que vinha "trocando as pernas" pelo passeio-rua meio *torto* meio *torta*, se não fosse ele quem demonstrava ter engolido umas biritas

a mais. "Torto", continuou andando e nem se deu conta dos olhares meio odiosos meio envergonhados de cavalheiros e damas "puras", fazendo do "paraíso" a expulsão das "putas" e dos "bêbados" para as periferias distantes dos olhares nativos e estrangeiros.

De uma Gramado feita grama verde, feita casas e lojas padronizadas como simulacros teimando em dizer que tudo morre, mas longe dali. De uma Gramado que aparece nas telas da televisão e nos postais em qualquer uma das lojas de *suvenirs*. Postais com lindos prédios, bonitos jardins, muitas flores e pequenos bonecos de neve quando o frio espanta o calor e o turismo atrai os "nórdicos" do eixo Rio-São Paulo, aprendendo no sul-maravilha as delícias de um frio feito pizza doce, vinho caro e ar quente na hora de deitar na cama, seja pela lareira ou seja pelo condicionador de ar das pousadas e hotéis não menos baratos. Nos postais há, contudo, uma falta. Uma grande ausência: as gentes do trabalho. As gentes com quem fui me identificando e com elas e eles me redescobrindo em um lugar que deixei há mais de uma década. Nos postais as paisagens paradisíacas escondem as mãos que fazem o pão, que erguem as casas e os prédios, que embalam os chocolates, que consertam os pneus... Contei em uma das lojas – sim, "pesquisa quantitativa" – quarenta postais, dos quais em apenas sete apareciam pessoas. E, neles, as gentes eram apenas coadjuvantes de um "lago negro" (logo o lago, negro...) feito água e "pedalinhos" meio cisnes meio patos, ou coadjuvantes de uma neve feita branca e bonequinhos frios. No fundo, talvez, os bonequinhos eram as gentes e as gentes os bonequinhos. Inversão entre sujeito e objeto que não faz Gramado diferente de Canela, de Porto Alegre, de Pelotas, de Marechal Cândido Rondon, de Rondonópolis, de Presidente Prudente e de Rio Branco, dentre muitas e muitas outras...

A partida – Herdeiro da pampa pobre

"Classe média perde 2,5 milhões de pessoas
durante 1º ano de Lula"
Folha de São Paulo,
12 de novembro de 2004 (capa)

Foi assim que fui "recortando" *pedaços* de meus dias e noites em Gramado e Canela, na serra gaúcha. Repito: sempre um recorte. Um recorte dentre outros possíveis. Tentando me aproximar de um *lugar deixado* há mais de doze anos, mesmo que em outro *canto* do território gaúcho, fui me achegando às gentes do trabalho, em Gramado e Canela... Gentes e mais gentes. Nomes e mais nomes... Claudemir, Lúcia, Camila, Vanderlei, Marinalva, Cláudio, Luís Adriano, Chico, Rosa, Loreci... Do trabalho que herda tempo e espaço, mas porque a herança é, também, o nada. Ou a pobreza. Ou a migração.

> Herdei um campo onde o patrão é rei / Tendo poderes sobre o pão e as águas / Onde esquecido vive o peão sem leis / De pés descalços cabeceando mágoas / E o que hoje herdo que a minha idade afronta / Pois me deixaram com a guaiaca nua / Para pagar uma porção de contas...[10]

[10] Excerto de "Herdeiro da pampa pobre", de Gaúcho da Fronteira (versão Engenheiros do Hawaii. CD "Focus": "O essencial de Engenheiros do Hawaii". BMG).

Paguei o "hostel", noventa e seis reais, e segui rumo ao norte, deixando Gramado, deixando Canela... Deixando a serra gaúcha...

E o lugar e o não-lugar? O capitalismo, ou o *mundo* feito mercadoria das coisas e das *gentes*, sabemos, tende a homogeneizar lugares e padronizar gostos e desgostos. Produz e reproduz não-lugares. Em um dos "templos do capital"[11], contudo, os lugares foram se fazendo nas gentes do trabalho, nas mulheres e homens "comuns", pelas mãos que serviam o arroz, ajuntavam o papel-guardanapo sujo e lavavam os copos ainda lambuzados de vinho doce. O lugar foi se fazendo – porque no *fazer-se* (*cf.* Thompson, 1981) – na identidade que pude ir construindo com sujeitos do trabalho[12]. "Sujeitos sujeitados" (*cf.* Heidemann, 1998, p. 17), sabemos. Mas, também, *sujeitos-sujeitos*, fazendo-se em um *jeito* negando a coisificação completa dada pela lógica da troca capitalista. Porque, também, troquei: conversas, *pedaços* de vida, imagens e o gosto *embriagador* do vinho feito parreira, da uva feita doce para o pão, do pão saído assado do forno feito brasa, feito fogo, feito trabalho, feito gente...

Por isso, parece-me exagero *ver* Gramado apenas em sua possível negatividade. Em um dos "templos do capital", erguido pelas mãos das gentes do trabalho (é bom também nunca esquecer), a índia Kaigang Lúcia, mesmo mirada no *olhar inquisidor* do cristão branco e europeizante, vai se achando e é achada por outro branco, meio gaúcho e já meio acreano, com um olhar tentado *igual* mesmo sabedor da distância que separa, física e simbolicamente, este homem e aquela mulher. De mulheres e homens negros que vão, pelas *brechas* de um não-lugar multiétnico, fazendo de seus dias momentos de trabalho, trocando comida por dinheiro, tijolos ricos por casas pobres, carros importados por bicicletas... Mesmo sem visitar a cascata do Caracol.

Sabemos, também, que a serra gaúcha preserva, em grande medida e mesmo tomada pela "pluriatividade" e pelo turismo (necessariamente ruins?) a estrutura fundiária minifundista, onde mulheres e homens camponeses (uma classe, segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira[13]), vivem e sobrevivem da policultura, da religiosidade, das relações comunitárias, de vizinhança e familiares. Tradição ou não, vão tocando a vida e, tanto no campo quanto na cidade, criam e recriam oportunidades para o trabalhar e o viver de milhares de gentes, mesmo que subsumidas à lógica do capital, do lucro. Mas, nem por isso menos importante para um território – o Rio Grande do Sul – que, nas suas relações, fez migrar tanta gente que não caberia nem nos centros de tradição gaúcha dele nem nos espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Porque, também, nem todos foram e são convidados a penetrar nessa tradição nascida das relações de patronagem de um Rio Grande do Sul também escravocrata, monocultor e latifundiário.

O Rio Grande do Sul, das gentes mulheres e homens do trabalho apenas parece se mostrar em Gramado quando a festa ainda não começou ou quando já terminou, ajeitando as bolinhas coloridas da grande árvore na "rua Coberta" ou ajuntando o lixo turístico na madrugada alta do natal, quando as gentes ricas ainda dormem felizes em

---

[11] Em expressão de Marco Aurélio Espíndola, participante do XVII ENGA.

[12] Sempre em atenção a Ana Fani Alessandri Carlos, em apontamento da tríade *lugar-habitante-identidade* (1996).

[13] Esta e as demais referências a Ariovaldo Umbelino de Oliveira foram anotações de sua conferência "As novas territorialidades do espaço brasileiro", no dia 14 de novembro de 2004, em Gramado, durante o XVII ENGA.

suas camas macias e quentes... Na festa, apenas servem o vinho, o "chocolate quente simples" e lavam os copos e secam as xícaras... Algumas mãos pintam desenhos caricaturais de gentes de perto e de longe. De turistas que pagam. Outras mãos pregam pregos e cortam madeiras pequenas e grandes... Igual ao carpinteiro José, que ainda hoje aparece, mais de dois mil anos do nascimento de "seu" filho, com as mãos unidas pelo corpo e coração admirados por uma criança, deitada também no trabalho feito manjedoura e na casa feita estábulo, de pobres e pobres pastores. Um *lugar* para nascer. Mais um pobre. Era novembro, véspera do mês natalino.

O lugar também é, de certo *jeito*, um "não-lugar", pois se inscreve, se pensa e se faz como *u*-topia. Um lugar possível no interior de um "feixe de possíveis", no dizer de Walter Benjamin (1993). Uma *u*-topia fazendo-se nas gentes do trabalho inundando as cidades e os campos como os sóis inundavam o campo "vazio" que vi na tarde quase "morta" de Campestre, na estrada entre Gramado e Santa Catarina. Pois, como ainda disse Ariovaldo Umbelino de Oliveira em Gramado, a "classe camponesa" – da qual muitas e muitos de nós descendemos – se faz também na "insubordinação e rebeldia". No "ocupar, resistir, produzir". De uma reforma (porque não revolução?) agrária que se faz, fundamentalmente, "pela luta, como sempre foi", porque "no governo Lula a reforma agrária não virá", *fechou* Ariovaldo.

Então, "façamos o possível, porque nele o impossível vai se fazendo"[14]... E se o fizermos, como na perspectiva da produção de uma *geografia das gentes*, buscando entender os lugares – e os não-lugares – parece ficarem mais claras as possíveis relações das citações em epígrafe no início do texto e após cada subtítulo – todas referentes ao dia doze de novembro de dois mil e quatro –: a "classe média" mais pobre, já não "classe média", portanto – no governo Lula! –; a necessidade de reprodução, ainda, do *vício de bacharelismo* (*cf.* Holanda, 1995) e da sociedade *hieráquica-tradicional*, justamente de um "magistrado" que deveria, pela própria posição do cargo, buscar desenvolver uma sociedade *igualitária-modernizante* (*cf.* Da Matta, 1979); o seqüestro de pequeno empresário em Gramado – também ali? –; e, o frentista e a garota de programa que não escolheram o trabalho noturno, mas por necessidades labutam nas noites e madrugadas gramadenses.

Pobres: mais pobres. "Doutores" e "excelências": mais prepotentes. Seqüestradores. Mais e mais. Precarização do trabalho. "A rotina fica estranha". Menos, prostituta. "Sou secretária do amor"... *Cada lugar é, à sua maneira, o mundo*! O lugar que se lê, que lê o de fora e que é lido, pode e deve ser apreendido, também, por suas gentes pobres. Porque, sem que a ciência, a literatura, a economia, a política, a igreja e o Estado se dêem conta, e inclusive com a ausência desses –! – vão fazendo-se presentes as garçonetes e os garçons, os pedreiros aposentados e as camponesas operárias, os guias ex-engraxates e os taxistas migrantes, os borracheiros jovens e as índias *lúcias*, os vigilantes da capital e as motoristas brancas, os policiais negros e os gaúchos trôpegos, os frentistas e as "secretárias do amor"...

De um *lugar* que também se faz de placas e brasões como o que encontrei em frente à Brigada Militar de Gramado. O brasão do Rio Grande do Sul, onde se lê:

[14] Esta frase me veio durante descida do rio Juruá, entre as cidades de Porto Walter e Rodrigues Alves, no extremo oeste acreano... Todo o relato, com fotografias e devaneios publicados, encontra-se no *prelo* e será publicado pela EdUFAC, como **Lugares, jeitos e sujeitos: cortes e recortes da BR-364 acreana**.

"liberdade, igualdade, humanidade"! Pra quem? A resposta é também a perspectiva do devir, de um presente-passado-futuro que se faz no movimento, justamente, da busca de *igualdade*, *liberdade* e *humanidade*. De mulheres e homens.

Uma *geografia das* gentes. De *gentes*. Delas. Por *elas*. Com *elas*. *Gentes*...Também naquele fim de tarde, no movimento da viagem de volta para o norte, fui me lembrando, assim e simplesmente, de José Saramago, que, em *Ensaio sobre a lucidez* – depois do governo deixar a cidade –, descreveu *partes* de gentes do trabalho de casa e do trabalho da rua:

> No dia seguinte confirmou-se o rumor, os camiões da limpeza urbana não saíram à rua, os recolhedores de lixo declararam-se em greve total..." (...) "meio-dia exacto era, de todas as casas da cidade saíram mulheres armadas de vassouras, baldes e pás, e, sem uma palavra, começaram a varrer as testadas dos prédios em que viviam, desde a porta até ao meio da rua, onde se encontravam com outras mulheres que, do outro lado, para o mesmo fim e com as mesmas armas, haviam descido." (...) "ao terceiro dia saíram à rua os trabalhadores da limpeza. Não traziam uniformes, vestiam à civil. Disseram que os uniformes é que estavam em greve, não eles (Saramago, 2004, p. 103-104).

U-topia.
Lugar.

Referências

ASSUMPÇÃO, Euzébio. Por que não festejo o 20 de setembro. In: Assumpção, Euzébio; Maestri, Mário (coords). *Nós, os afro-gaúchos*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998, pp. 19-21.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares:* introdução a uma antropologia da supermodernidade. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri; Cruz, Rita de Cássia Ariza da (orgs). *Turismo:* espaço, paisagem e cultura. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 25-37.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis:* para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GOETTERT, Jones Dari. *O espaço e o vento:* olhares da migração gaúcha para Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Tese de Doutorado. Presidente Prudente, SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2004.

_____. *O vôo das pandorgas:* migração sulista para Rondonópolis – Mato Grosso. Presidente Prudente, SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT-UNESP, 2000.

_____. A festa: espaço de múltiplos tempos. *Caderno Prudentino de Geografia*. n. 21. Presidente Prudente, SP: AGB, 1999, pp. 135-145.

GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Geousp; Labur, 1999.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. O migrante da racionalização global. In: *O fenômeno migratório no terceiro milênio:* desafios pastorais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, pp. 15-18.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. 2. ed., 6. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho:* resistência e trabalho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1993.

MALDONATO, Mauro. *Raízes errantes*. São Paulo: Sesc; Ed. 34, 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo: razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a lucidez*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, Armando Correia da. Apresentação – A Geografia do sujeito. *Teoria e método*. Seleção de textos. n. 10. São Paulo: AGB, junho de 1985, pp. 1-8.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento*. O Continente I. 13. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

WALTER, Benjamin. *Magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

YÁZIGI, Eduardo. *A alma do lugar:* turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

Representações de mundo, geografias adversas e manejo simbólico – aproximações entre clínica psicopedagógica e ensino de geografia

Representations of world, adverse geographies and symbolic handling – approximation between psychopedagogic clinic and geography teaching

Representaciones de mundo, geografias adversas y manejo simbólico – aproximaciones entre clinica psicopedagógica y enseñanza de geografia

Lucimara Vizzotto Reffatti

Pedagoga, especialista em Piscopedagogia, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuação em clínicas psicopedagógicas e professora em educação de jovens e adultos na Rede Pública Municipal de Educação de Porto Alegre.
Endereço profissional: Escola Nossa Senhora do Carmo, rua 7146, 95, Bairro Restinga - CEP: 91790-000 - Porto Alegre, RS.
Endereço residencial: Rua Ângelo Crivelaro, 525, apto. 301, Bairro Jardim do Salso - CEP: 90410-080 - Porto Alegre, RS.
luref@terra.com.br

Nelson Rego

Doutor em Educação. Professor nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor visitante nos cursos de Pós-Graduação em Educação e Psicologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Endereço profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Departamento de Geografia, Campos do Vales, av. Bento Gonçalves, 9500, Bairro Agronomia - CEP: 91540-000 - Porto Alegre, RS.
Endereço residencial: Rua Duque de Caxias, 840, apto. 103, Bairro Centro - CEP: 90010-280 - Porto Alegre, RS.
nelson.rego@ufrgs.br

Resumo: O artigo estabelece relações conceituais e operacionais entre representações de mundo, manejo simbólico e aproximações entre clínica psicopedagógica e ensino de geografia, em periferias urbanas, onde a geografia proximamente vivida e os contextos sócio-econômicos são expressos, pelos pacientes de práticas clínicas, como adversos para a existência. Temas geográficos são utilizados como meio para o trabalho de ressocialização de crianças e adolescentes gravemente conflituados, sendo apontada uma proximidade entre clínica psicopedagógica, escola pública e ensino de geografia, se consideradas conflituosidades manifestadas na clínica e na escola como proximidades situadas sobre a extensão de um mesmo universo social gerador de exclusões.

Palavras-chave: representações de mundo; geografias adversas; manejo simbólico; clínica psicopedagógica; ensino de geografia.

Abstract: The article establishes conceptual and operational relations between representations of world, symbolic handling and approximations between psychopedagogic clinic and geography teaching, in urban outskirts, where the geography proximately lived and the socioeconomic contexts are expressed, by the clinical practices patients, as adverse for existence. Geographic topics are used as a way for the work of resocialization of children and adolescents seriously in conflict. It is pointed out a proximity between psychopedagogic clinic, public school and geography teaching, if taken into consideration conflictions expressed in the clinic and at school as proximities situated on the extension of the very same social universe originator of exclusions.

Key words: representations of world; adverse geographies; symbolic handling; psychopedagogic clinic; geography teaching

Resumen: El artículo establece relaciones conceptuales y operacionales entre representaciones de mundo, manejo simbólico y aproximaciones entre clinica psicopedagógica y enseñansa de geografia, en periferias urbanas, donde la geografia proximamente vivida y los contextos sócio económicos son expresos por los pacientes de praticas clinicas, como adversos para existencia. Temas geográficos son utilizados como medio para el trabajo de resocialización de niños y adolecentes gravemente conflictuados, siendo apuntada una proximidad entre clinica psicopedagógica, escuela pública, enseñansa de geografia, si consideradas conflictuosidades manifiestas en la clinica y en la escuela como proximidades situadas sobre la estencion de un mismo universo social generador de exclusiones.

Palavras llave: representaciones de mundo; geografias adversas; manejo simbólico; clinica psicopedagógica; enseñansa de geografia.

Introdução

Este artigo procura estabelecer relações conceituais e operacionais entre representações de mundo (com ênfase nas representações da geografia proximamente vivida), manejo simbólico e aproximações entre clínica psicopedagógica e ensino de geografia. Tomamos por suporte prático para desenvolver a teorização procedimentos realizados em clínicas psicopedagógicas, nos quais foram utilizados temas geográficos como meio para o trabalho de ressocialização de crianças e adolescentes gravemente conflituados, em periferias urbanas na Região Metropolitana de Porto Alegre (Estado do Rio grande do Sul, Brasil). Chamamos de "geografias adversas" ao conjunto de condições sócio-econômicas e psicossociais sentidas como negativas pelos pacientes (miséria, violência, ausência de melhores expectativas para a vida), associadas à degradação física de habitações e outras estruturas urbanas. Ressalvamos, no entanto, que o uso da expressão "geografias adversas" pretende ser mais sugestivo (inclusive de aspectos indeterminados) do que, de fato, descritivo ou definitivamente designativo de alguma situação. Procura mais expressar a subjetividade das percepções acerca de como são sentidos alguns lugares da existência humana do que qualificar objetivamente situações que, além de poderem ser percebidas de modo diverso, não são imutáveis.

Ecologias Sociais, Representações de Mundo e o Sujeito da Psicopedagogia

Encontramos um suporte importante para as nossas práticas nas idéias desenvolvidas por Guattari (1991, p. 4-11), que estende o conceito de ecologia de sua esfera tradicional para a totalidade da organização social, formulando a concepção de três ecologias entrelaçadas: a ecologia da rede de relações físico-naturais; a da rede de relações do trabalho, que transforma continuamente a natureza em natureza humanizada; e a de rede de idéias, que Guattari qualifica como uma rede de produção de subjetividade, em níveis que vão do global ao individual.

A indissociabilidade dessas três ecologias consiste no fato de que as redes de relações interferem cada uma na dinâmica das outras, numa produção cultural de valores subjetivos que demandam determinadas produções econômicas que, por sua vez, modificam os destinos do mundo físico-natural e este, dialeticamente, na condição de meio, retorna na forma de condicionamentos sobre os caracteres psicossociais de grupos e indivíduos que influenciam na sua produção. Entende-se por "meio" tanto a ambiência das ecologias sociais, quanto o meio físico da natureza modificada pela sociedade e que, tal como um espelho, devolve à sociedade – na visibilidade das paisagens por ela criadas – o caráter de suas motivações psicossociais.

A partir de Guattari, podemos pensar na representação de mundo como um importante elemento da ecologia social, pois se trata do modo como os indivíduos – constituídos na rede social de produção de valores – representam essa mesma ambiência em que se constituem. É a partir dessa representação, geralmente subconsciente, que eles interagem com essa mesma ambiência. Exercitar essa representação de mundo, isto é, torná-la mais elaborada, mais consciente, torna-se um modo, portanto, de qualificar a própria relação do sujeito da representação com o seu mundo.

Se estabelecemos que a psicopedagogia busca compreender a aprendizagem humana de uma maneira globalizada, então igualmente devemos considerar que pensar em qual seria o sujeito da psicopedagogia não é um fator relevante apenas para esta disciplina em particular, mas para todos aqueles que, envolvidos pelas questões da aprendizagem, buscam também perspectivas integradoras para os diferentes aspectos deste fazer.

Pensando em um sujeito multidimensional, pensamos nos transtornos de aprendizagem não mais os situando apenas neste ou naquele lugar específico, mas em uma cultura de fenômenos que inclui e ultrapassa as dimensões individuais tradicionalmente consideradas, e nos leva em direção a uma abrangência cada vez maior, que não se limita à família: nos conduz ao social.

Desconsiderar esses fatores e suas relações é ter um olhar cristalizado em relação ao processo recursivo que é a aprendizagem, a qual deve pautar-se em uma relação cooperativa na busca de soluções dentro dos marcos de uma ecologia social. É nessa interface que a elaboração de geografias pessoais, isto é, geografias fenomenológicas, corresponde a uma apropriação que o sujeito faz de seu mundo e simultaneamente a uma abertura de ser para o mundo, que, no caso de sintomáticas pessoais em estado de acentuada conflituosidade, se caracterizam via de regra pelo inverso, pela clausura do ser em si mesmo.

A perspectiva fenomenológica aqui referida não se prende a uma certa tradição fenomenológica empenhada em se circunscrever à descrição do fenômeno psíquico em estado puro, tal como ele se apresenta para a consciência num determinado momento – alheio ao contato de qualquer outra dimensão, mais social, mais objetiva – como se tal fosse mesmo possível, isto é, como se fosse mesmo possível falar da existência do fenômeno psíquico em estado puro, isolado da tessitura social e ambiental na qual esse fenômeno é gerado e com a qual ele interage. A perspectiva aqui referida é a de uma fenomenologia renovada, na acepção proposta por Guattari e comentada, por exemplo, por Alliez (1995, p. 49-53), acepção da qual se parte e se retorna ao fenômeno psíquico, mas entre esse partir e retornar não se nega o percurso por outras dimensões que não a primordialmente subjetiva – afinal, existe-se dentro de redes, dentro de ecologias, e ao se falar em subjetividade não se pode deixar de falar em intersubjetividade e produção cultural de subjetividades. Mas igualmente é preciso enfatizar a direção inversa e recíproca, na qual a análise de tessitura social e ambiental pode reduzir-se a uma abordagem caricatamente cientificista e coisificante, na qual se perde de vista que o homem é um ser que se constitui numa rede de discursos, o que equivale a dizer: numa rede desejante, formuladora a todo o momento de juízos de valor e intencionalidades, uma rede indissociavelmente marcada por essa sua dimensão de intencionalidade e, portanto, conforme definem Rego, Suertegaray e Heidrich (2003, p. 293-300), movida por desejos gestados pelas subjetividades em interação dialógica.

Esta perspectiva privilegia o conceito de geração de ambiências, proposto por Rego (2000, p. 7; 2003, p. 281-92), onde o termo "ambiência" remete a uma noção de espaço geográfico como um sistema composto por relações sociais articuladas a relações físico-sociais, espaço condicionador da existência humana e que pode, este espaço, ser eleito como objeto catalisador de ações transformadoras exatamente por este motivo - por ser condicionador da existência humana.

O espaço vivido pode ser entendido como a rede de manifestações da cotidianidade desse sistema em torno das intersubjetividades que são, por sua vez, as redes nas quais se constituem as existências individuais – no trabalho, na escola, na família, nas outras diversas formas da vida societária. Ambiências: conjunto dentro de conjuntos, vasos comunicantes, formando a idéia de tessituras concêntricas nas quais, no centro, localizam-se em cada situação determinados sujeitos coletivos/individuais em comunicação com a geografia das redes em torno, condicionando essas redes e sendo condicionados por elas.

A escola – espaço privilegiado para educar a intersubjetividade – pode ser também o espaço onde a geografia supere a disciplinaridade coisificante para se converter na produção de saberes que façam da transformação do espaço vivido o objeto catalisador de pensamentos e ações dos educandos. O conhecimento geográfico produzido na escola pode ser explicitamento do diálogo entre a interioridade dos indivíduos e a exterioridade das condições do espaço geográfico que os condiciona – sendo esse diálogo mediado pelas dinâmicas intersubjetivas estabelecidas na relação educacional, intersubjetividades que podem chegar a acordos referentes não somente ao como compreender, mas também, em alguma medida, ao como transformar a realidade cotidianamente vivida.

Manejo Simbólico (a Partir do Brinquedo) e Ressignificação das Geografias Adversas

Brinquedo

É senso comum em psicologia a noção de que o brinquedo infantil miniaturiza as relações do mundo adulto e de que, ao brincar, a criança vai elaborando em pequena escala os papéis sociais que deverá desempenhar mais tarde. Ou, dizendo de outro modo, o brinquedo infantil é um ensaio para a vida adulta.

Quando afirmamos que é senso comum em psicologia a noção de brinquedo como elaboração infantil para a vida adulta, queremos enfatizar que essa é uma noção tão corrente que já não cabe associar a ela a autoria conceitual exclusiva deste ou daquele teórico da psicologia. Essa é uma noção que pertence a todos, ultrapassando a psicologia e se estendendo à pedagogia e também à cultura mais cotidiana de mães e pais e das falas nossas no dia-a-dia.

O brinquedo, então, é entendido como um exercício de aquisição de domínios ou, mais simplesmente, um aprendizado. Um aprendizado que, como todos os outros aprendizados, é moldado pelas ecologias humanas nas quais está inserido e das quais é, reciprocamente, moldador.

Assim, há cinqüenta anos, estava univocamente estabelecido que meninas brincavam de casinha e com bonecas, com o propósito de ensaiarem e adquirirem domínio sobre o futuro perfil de mães e sujeitos sociais circunscritos quase exclusivamente à esfera doméstica. Meninos brincavam com miniaturas de automóveis, caminhões e postos de gasolina, ou com réplicas anãs de exércitos ou, ainda, com peças encaixantes, adequadas para montar pequenas obras de toda espécie de engenharia. Preparavam-se os meninos, desse modo, tanto para a competitividade da vida pública quanto para a compulsória solidariedade ou interdependência organizacional dessa mesma vida pública.

Há vinte anos esses ensaios distintos para meninas e meninos já não eram assim tão univocamente distintos, como há cinqüenta anos. Hoje, ainda que possa se manifestar freqüentemente o discurso reiterador de uma suposta inequívoca distinção, é igualmente freqüente a afirmação de que meninos podem brincar de casinha e com bonecas, e que meninas podem também montar pequenas obras de engenharia e adquirir certos domínios, por exemplo, com videogames de guerra. Videogames, aliás, algumas vezes bastante realistas e intensos. Mudam as ecologias sociais, mudam também as formas de brincar, os ensaios.

Fazendo de conta que o mundo é bom

Um novo temário vem se consolidando para o brinquedo infantil: o ambiente. Um brinquedo evidentemente endereçado para o ensaio da esfera pública. Esse é um fenômeno novo, que começa a despertar a atenção de pedagogos, psicólogos e profissionais da educação em diversas áreas, notadamente as mais proximamente relacionadas a questões ambientais.

Exemplo disso é o artigo publicado em 1999, "A Informática Perante o Ensino de Geografia: um concorrente ou um recurso?" (p. 21-30), de autoria de Heloísa Lindau. A autora chama à atenção para as potencialidades apresentadas pelo jogo computadorizado chamado Sim City - trata-se, resumidamente, de um jogo em que as decisões tomadas por aqueles que nele se exercitam podem ir transformando uma cidade virtual, equacionando questões de degradação ambiental e social, tornando essa cidade gradativamente mais bonita, confortável e generosa para todos os seus habitantes. Pode-se dizer que Sim City ensaia futuros políticos, administradores públicos, geógrafos, arquitetos, engenheiros e cidadãos de um modo geral. Por extensão, um futuro mundo melhor.

Em geografia é muito forte a noção e a tradição do manejo de objetos e funções que constituem o espaço geográfico, o que implica em políticas de alocações de recursos e constantes grafias concretas sobre o espaço, isto é, grafias com existência física no espaço. Sejam grafias que apagam as marcas de uma história anterior cristalizada no espaço, sejam grafias que lançam novas marcas no espaço, necessárias para o devir histórico. Aliás, grafar novas marcas e apagar velhas marcas são ações simultâneas. Isso inclui estradas, portos, grandes e pequenas usina de todo tipo, inclui a multiplicidade de tamanhos e qualidades das cidades, e preservações, destruições e regenerações de coberturas vegetais, cursos d'água, solos, assim como estruturas fundiárias agrárias. Isso inclui, numa palavra, o mundo.

A produção do espaço geográfico é condição necessária para o desenvolvimento das relações de produção e, por via dessa necessidade, as relações de produção são também produtoras do espaço geográfico. Assim, a produção do espaço geográfico pode implicar - e, de fato, tem inseparavelmente implicado - na exploração do trabalho de muitos por outros, ou na apropriação privada por uns da parte maior do conjunto das riquezas geradas por todos.

Não é porque o manejo do espaço geográfico possa ser um instrumento usado para subjugar que não se possa conceber as potencialidades do manejo em sentido contrário, como um instrumento utilizado na direção da emancipação coletiva da aventura humana sobre a face do planeta. Brinquedos talvez possam nos ajudar a exercitar esse ensaio e cenário. Como diz uma velha frase, brincando também se aprende.

Onde brincar não é fácil

Em periferias urbanas de condições materiais, econômicas, comunitárias e psicológicas bastante adversas, crianças e adolescentes costumam desenvolver rejeições cumulativas e com efeito cascata, como aquelas arrumações em linha de peças de dominó em que, derrubada uma peça, esta vai fazendo todas as outras irem desabando.

Essas crianças e adolescentes manifestam suas conflituosidades em casa, nas ruas e na escola - ou, mais exatamente, no curto tempo de escolarização que é o máximo que grande parte poderá atingir. Em escolas ou em clínicas com sistema de atendimento público, alguns desses adolescentes e crianças (bem poucos, na verdade) terão acesso a um acompanhamento psicopedagógico, onde poderão elaborar melhor o seu modo de lidar com suas conflituosidades e dificuldades de inclusão escolar e social.

Muitas vezes, manifesta-se um conjunto de rejeições interligadas. Rejeição contra a sua própria condição de pobreza, contra a sua família de relações parentais e simbólicas precariamente constituídas, rejeição contra a cor e os matizes de sua pele, contra a ausência de perspectivas melhores para a sua vida, contra a sexualidade precocemente exercida e que começa, tantas vezes, de maneira violentamente forçada.

Essas rejeições retornam umas sobre as outras, reforçando-se mutuamente. Essa carga imensa, crescente e recursiva de rejeições acaba explodindo e implodindo. Implodindo na baixa auto-estima destrutiva da pessoa por si mesma. Explodindo no retruco que essa pessoa dá para o mundo, pois esse somatório continuamente recursivo de rejeições acaba por se fundir numa única grande rejeição de mão dupla: rejeição da pessoa pelo mundo, rejeição do mundo pela pessoa. As outras pessoas, e os bichos e as plantas e os objetos físicos, podem passar a ser os alvos visados por essa grande mágoa acumulada.

Estamos falando de crianças e adolescentes que são simultaneamente vítimas e agressores num circuito recursivo de agressões físicas e simbólicas, abrangendo a violência sexual e os atentados graves contra a vida. A agressão praticada por adolescente ou criança, que subexiste sob essas condições, é também um pedido de socorro que ele dirige a... Ele não sabe exatamente a quem, e nem nós.

Seguindo a metáfora das peças de dominó, a rejeição por ser negro, pobre ou contra o seu próprio corpo sexualizado tão precocemente, transforma-se muitas vezes em rejeição contra o cenário ou contexto, ou seja, contra o lugar ou geografia proximamente vivida. Rejeição contra a aparência pobre das casas e das ruas, contra a aparência das pessoas. Rejeição contra a ausência de policiamento, que possibilita tantas truculências, e rejeição contra a presença do policiamento, que pratica tantas truculências. Rejeição até mesmo contra os modos de ser dos parceiros de sua idade e que são, afinal, também os modos de ser do próprio ser que rejeita.

Rejeições que vão se projetando e se alongando até as menores coisas. Rejeição contra o filhote de cão ou gato que acabou de nascer, contra a flor que inadvertidamente brotou na fresta de um asfalto rachado, ou contra o vidro novo que o vizinho colocou na casa velha. Mata o filhote de cão, esmaga a flor, apedreja o vidro novo da casa do vizinho. Ou fura com um estilete o corpo do parceiro de mesma idade e confusões de todos os dias.

Porém, ainda seguindo-se as peças do dominó, no final das seqüências de rejeições, o próprio exercício dessas rejeições contra o filhote de gato, contra a flor e contra o

vidro novo do vizinho talvez ofereça condições mais flexíveis para que com elas se lide: afinal, talvez o bicho, a flor e o vidro sejam como o brinquedo que ensaia o tempo futuro, e falar sobre o brinquedo é mais fácil.

É muito doloroso lidar com o que acontece dentro de casa, com as valorações simbólicas da cor da pele e com a ausência de melhores expectativas para a vida. É tão doloroso que fica tudo cheio de amarras, difícil de mexer, de desatar um pouquinho que seja.

Mas talvez lidar com a projeção de tudo isso nos finais das linhas seja mais fácil: o filhote de cão, a flor e o vidro novo do vizinho podem ser símbolos mais fáceis de com eles lidar. Ou a rejeição pela aparência das casas e das ruas pode ser também esses símbolos mais fáceis de tocar, sem ferir demais. Talvez começando pelos finais das linhas possa ser mais viável fazer um pouco do percurso de volta, chegando mais próximo do âmago da dor.

A geografia vivida mais proximamente se oferece, então, como o espelho, exteriorização ou final de linha e bumerangue que retorna para o que é sentido como uma convulsão interior. O manejo simbólico dessa exterioridade, através de brinquedos com temário sócio-ambiental, pode ser a porta de entrada para um pouco do que se convulsiona interiormente.

Jogos computadorizados, nesses casos, são quase sempre uma impossibilidade financeira. Além disso, faz-se fundamental a interlocução com um outro, isto é, a abertura para um outro, nesse diálogo e brinquedo que tem por suporte os assuntos da geografia próxima e das ecologias de extensões mais abrangentes que permeiam e são permeadas pelas ecologias mais domésticas. Para esses brinquedos que podem ensaiar alternativas de outros modos de viver, jogos computadorizados não chegam a ser, portanto, os melhores modos de brincar, tanto por razões financeiras quanto por razões de interlocução, voz a voz, escuta a escuta, rosto a rosto. Idéias, porém, podem ser adaptadas. Mais ainda: cada idéia pode ser, sempre, uma inspiração para outras tantas novas idéias.

Jogando com a dificuldade

Num trabalho psicopedagógico associado ao acompanhamento de crianças que manifestaram conflituosidades extremas em escolas públicas na periferia urbana de Porto Alegre, um dos brinquedos geográficos que demonstrou maior alcance quanto a resultados alcançados foi uma espécie de Sim City dos que têm poucos recursos materiais e precisam compensar isso com o aumento da imaginação.

Esse brinquedo pode ter muitas variantes, mas a sua matriz básica, aplicada na clínica psicopedagógica, consiste muito simplesmente em brincar com os pequenos pacientes de desenhar e construir maquetes de lugares urbanos com carências sócio-ambientais (são representações que eles fazem de seus cotidianos) e confeccionar com eles uma coleção de cartõezinhos monetários (cheques), com valores diferenciados, que podem ser distribuídos sobre as partes do desenho ou maquete, permitindo então o refazer e o melhoramento destas partes do desenho ou maquete.

É importante, aqui, enfatizar que a própria insuficiência dos recursos simbolicamente criados gera situações de dilemas e, por conseqüência, de negociação dialogada, e que exatamente isso é a essência apropriadora de novos domínios cognitivos e emocionais propiciada pelo brinquedo. O brinquedo proporciona

situações de elaboração individual, em contato com o discurso dos outros (terapeuta e colegas), face à necessidade de cada um estabelecer e argumentar a favor de suas prioridades.

O fundamento desse brinquedo com regras (isto é, jogo) é que os valores necessários para o melhoramento mais abrangente das condições sócio-ambientais são sempre significativamente mais altos que os valores monetários e simbólicos que nós, os participantes do brinquedo, nos autoconcedemos. Isso ajuda de modo extraordinário a exercitar as noções de limites e potencialidades, essas noções aparentemente opostas e, no entanto, simultaneamente complementares e formadoras do sujeito. Noções, essas, enormemente obscurecidas no dia-a-dia formador desses sujeitos mirins, inscritos na dureza embrutecedora do macro contexto.

Insistimos: noções de limites e potencialidades podem ser exercidas de modo associado, num exercício de contínuo estabelecer, sustentar e reconsiderar escolhas, encontrando no diálogo o veículo ou ecologia para realizar essas mediações.

Nessa prática simbólica e participativa, a geografia, ao oferecer ao paciente e/ou aluno nada menos do que o mundo como objeto de análise e compreensão, oferece, efetivamente, a dimensão da exterioridade em relação dialógica com a interioridade do sujeito. Ou, em outras palavras, numa perspectiva fenomenológica freireana, o ensino de geografia pode ser o processo pelo qual o paciente e/ou aluno compreenda o que está em torno de si (o mundo, em diversas escalas) como algo que também está dentro de si, internalizado, algo que o constitui como pessoa. Assim, enquanto busca compreender o que está em torno de si, esse mesmo sujeito pode ter sua atenção centrada nos modos como ele pensa e age em relação a este entorno que está também dentro de si. O tema gerador pode ser, por exemplo, as condições ambientais de uma periferia urbana. O que estará aí sendo discutido não é apenas o objeto aparentemente externo ao sujeito, mas simultaneamente, o próprio sujeito. Quais os caracteres do ambiente que ele prioriza como objetos de observação? Quais os que ele negligencia? Por quê? Quais as suas relações cotidianas com o ambiente observado? Que ações e novas posturas ele formula para si (e em discussão com os outros) ao tratar desse tema?

É evidente a relação disso tudo com a proposição de Guattari (1991, p. 17-22; 1995, p. 182-203) de que a elaboração pessoal de novas concepções sobre aquilo que nos envolve pode ter um alcance pedagógico e terapêutico muito grande em relação a estados conflitivos pessoais, que se caracterizam pelo fechamento do ser sobre si mesmo, pela suspensão do diálogo com os que estão em torno.

Clínica e Escola: Proximidade Sobre a Extensão de um Mesmo Universo Social Gerador de Exclusões

É importante destacar aqui as proximidades entre as práticas da clínica psicopedagógica e as práticas da sala de aula, através de jogos e diversos tipos de representações da cotidianidade vivida e elaborações de juízos de valores e expressões desejantes. Essas proximidades constituem uma convergência necessária, pois, se a prática terapêutica é também educacional, a prática educacional também pode ser,

mesmo que subconscientemente, terapêutica - sobretudo em contextos em que a conflituosidade do indivíduo estabelece um circuito cumulativo de espelhamentos com a rejeição de seu meio. O trabalho terapêutico/educacional que, então, pode ser desenvolvido é a transformação desse sentimento de rejeição (manifesto como apatia e/ou agressividade) em sentido de participação transformadora, relativa a esses quadros difíceis do contexto social.

Denominamos de manejo simbólico a esse conjunto de procedimentos a serem continuamente reinventados, constituídos por representações, juízos e expressões desejantes - através de jogos, desenhos, jornalzinho, teatrinhos, exposições etc., no sentido de que através do manejo do objeto que pode ser modificado com as próprias mãos adquire-se um certo "poder" sobre os grandes objetos do meio, por objetos menores representados. Com isso, exercita-se a passagem do sentimento de exclusão/rejeição do mundo para um sentimento de participação/transformação em relação ao mundo.

A conflituosidade extrema manifestada por crianças e adolescentes que chegam até a clínica psicopedagógica pode ser entendida como simplesmente a acentuação de uma conflituosidade pulsante no quadro escolar, social e cotidiano em que esses sujeitos existem, fazendo-nos conceber que, sob essa perspectiva, sala de aula, instituição escolar e clínica são pontos bastante próximos entre si sobre a extensão de um mesmo universo social.

Trabalhos recentes, como os de Aigner (2003, p. 37-56) e de Pires, Lindau e Rodrigues (2003, p. 11-36) revelam essa proximidade, a partir da educação não formal junto a comunidades de papeleiros ou junto a escolas públicas da periferia urbana. Práticas de socialização que demonstrem relevância na escola podem ser adaptadas para a clínica, e vice-versa. Os intercâmbios entre escola e clínica podem ser mutuamente inspiradores, quando a abordagem da psicologia do indivíduo se enraiza na ecologia do coletivo.

Considerações Finais

Nossas práticas nos evidenciam que criar novas formas de diálogos ativos em relação ao meio em que se vive pode alcançar significativos resultados onde os cotidianos parecem produzir mais a fragmentação do ser do que a sua felicidade. Existe uma velha expressão - tomar a sopa quente pelas bordas - que nos parece aplicável ao significado dessas práticas que genericamente estamos chamando de manejo simbólico. De algum modo, exercitar escolhas, limites e potencialidades em nossas relações com as coisas acaba por produzir efeitos que, às vezes mais, às vezes menos, esboçam movimentos em direção ao centro mais sensível do ser, que é a constituição de si próprio na relação com os outros.

Declaramos a evidência de possibilidades felizes em nossas práticas na mesma medida em que, junto com as pequenas vitórias diárias, somos também todos os dias derrotados não só pelos nossos estreitos limites e capacidades pessoais, mas, sobretudo pela gigantesca dimensão de contextos que são, afinal, maiores do que o alcance do nosso talvez ingênuo voluntarismo. Em outras palavras, sentimo-nos respaldados para

declarar a evidência de possibilidades felizes porque, de dentro da adversidade e das derrotas cotidianas, extraímos também as pequenas vitórias cotidianas.

Para finalizar, gostaríamos de enfatizar que não estamos defendendo uma procedência da educação, ou do psicológico e do cultural, sobre o econômico e o político, no sentido de uma transformação social. Tampouco defendemos o inverso, que seria uma precedência do econômico sobre o cultural, educacional e psicológico. Não acreditamos em mecanicismos. Acreditamos numa complexidade onde as fronteiras entre o estrutural e as pulsações dos processos de subjetivação tornaram-se indiscerníveis, onde uma ação consistente exercida num lugar pode exercer efeitos migratórios, deslocando-se e sendo assimilada pelas sinergias de lugares outros, em diversas e interpenetradas escalas.

Referências

AIGNER, Carlos Henrique de Oliveira. Educação popular em Porto Alegre, geografia e cidadania. In: REGO, N.; AIGNER, C.; PIRES, C.; LINDAU, H. (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação e local e o global*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. Geografia e educação ambiental: construindo a cidadania a partir da valorização do lugar. In: MOLL, J.; REGO, N.; AUGNER, C. (org.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005 (no prelo).

ALLIEZ, Eric. *A assinatura do mundo, o que é a filosofia de Deleuze e Guattari?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

_____. *Caosmose*. São Paulo: Editora 34, 1995.

LINDAU, Heloísa Gaudie. Ley. A informática perante o ensino de geografia: um concorrente ou um recurso? *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 25, Porto Alegre: AGB, 1999.

PIRES, Cláudia Luiza Zeferino; LINDAU, Heloisa Gaudie Ley; RODRIGUES, Milton Müller. Geografizando lugares: transitando por diferentes ambiências. In: REGO, N.; AIGNER, C.; PIRES, C.; LINDAU, H. (orgs.). *Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

REFFATTI, Lucimara Vizzotto. *Apropriação psicossocial de lugares e o encontro geografia/ educação*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

_____. Representações de mundo - iniciando um trabalho psicopedagógico em interface com uma geografia fenomenológica, In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (orgs.). *Geografia e educação:* geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

REFFATTI, Lucimara Vizzotto; REGO, Nelson. Geografias adversas e manejo simbólico. *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 29. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004.

REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. O ensino da Geografia como uma hermenêutica instauradora. In: REGO, N.; AIGNER, C.; PIRES, C.; LINDAU, H. (orgs.). Um pouco do mundo cabe nas mãos, geografizando em educação o local e o global. *Geografia e educação:* geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e sua relação com a geografia e a educação. In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, A. (org.). *Geografia e educação:* geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

_____. Geração de ambiências – três conceitos articuladores. *Revista Terra Livre*, n. 19, (Geografia, Movimentos Sociais e Cidadania). São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

Escala geográfica: da ação ao império?

Escala geográfica: de la acción al império?

Geographical scale: from action to empire?

María Laura Silveira

Professora Doutora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq.
Cidade de São Paulo. Estado de São Paulo. Brasil.
Endereço: Av. Professor Lineu Prestes, 338
CEP: 05508-900 - Butantã - São Paulo, SP.
Telefone: 3091-3769.
laurasil@usp.br

Resumo: Este artigo discute o conceito de escala em geografia. Em primeiro lugar, são analisadas as premissas que associam escala geográfica e cartográfica, as afirmações de que o valor da variável muda com a escala e a aceitação da escala como uma definição *a priori* da pesquisa. Em segundo lugar, o espaço é visto como um conjunto de formas e eventos. São estes que produzem formas, arranjos, um tamanho do acontecer, uma realidade construída que chamamos escala do império. No momento seguinte, transformam-se o fenômeno dominante e a área de dominância. As ações, cuja escala se amplia, criam uma nova extensão, uma nova escala do império. Escolher as variáveis-chave produtoras dos fenômenos, a cada período histórico, seria, portanto, uma tarefa que antecederia o reconhecimento das extensões e suas representações.
Palavras-chave: escala da ação - escala do império - eventos - periodização - normas.

Resumen: Este artículo discute el concepto de escala en geografía. En primer lugar, se analizan las premisas que asocian escala geográfica y cartográfica, las afirmaciones de que el valor de la variable cambia con la escala y la aceptación de la escala como una definición *a priori* de la investigación. En segundo lugar, el espacio es visto como un conjunto de formas y eventos. Son éstos los que producen formas, ordenamientos, un tamaño del devenir, una realidad construida a la cual denominamos escala del imperio. En el momento siguiente, se transforman el fenómeno dominante y el área de domínio. Las acciones, cuya escala se amplía, crean una nueva extensión, una nueva escala de imperio. Escoger las variables-clave productoras de los fenómenos, en cada período histórico, sería, por lo tanto, una tarea que precede al reconocimiento de extensiones y sus representaciones.
Palabras-clave: escala de acción - escala de imperio - eventos - periodización - normas.

Abstract: This paper discuss the concept of scale in geography. Firstly, we have argued the premises that have associated geographical scale and cartographical scale, the affirmations that the value of the variables changes with the scale and the acceptance of scale definition by an *a priori* in the research. Secondly, space is seen just an ensemble de forms and events. These events tend to produce forms, organizations, a dimension of history, a building reality that we can name empire scale. At the next moment change the dominant phenomenon and the domain area. Actions, which its scale enlarges, create a new extension, a new empire scale. To choose the key-variables which produce the phenomenons, in each period, is a task that precedes the identification of the extensions and its representations.
Key-words: action scale - empire scale - events - periodization - norms.

Introdução

Uma enorme literatura discorre sobre a questão da escala em geografia e, amiúde, converge para alimentar um debate circular e tautológico. Atônitos, debruçamo-nos sobre esse problema - será um problema? - e descobrimos a recorrência de três premissas centrais: a crítica à analogia da escala geográfica com a cartográfica e, com freqüência, a ausência ou recusa à elaboração de uma proposta metodológica alternativa; a afirmação de que o valor da variável muda com a escala e, por fim, a aceitação da escala como uma definição *a priori* na pesquisa geográfica. A segunda premissa reforçaria, de algum modo, a primeira porque a escala é entendida como um problema de aproximação, um *zoom* do pesquisador sobre um dado território. E a última das proposições depreende-se, também, das anteriores, uma vez que considera a escala como um alicerce do processo de pesquisa. Definida *a priori* as variáveis, a escala acabaria por apontar sua escolha.

É um modo de ver tão cristalizado que redunda em uma dificuldade de romper com esse modelo. Isso, talvez, não seja preciso, mas resulta necessário sugerir outras formas de abordagem. Não proporemos, aqui, um sistema de idéias, que exigiria uma maior reflexão e amadurecimento, mas apenas alguns pontos para a discussão. Todavia, a busca de outros enfoques da questão é uma tarefa hercúlea, pois continuamente esbarramos nos raciocínios historicamente consolidados, que mostram o peso da idéia geométrica do espaço.

Da geometria do espaço à complexização da geografia do mundo

A inconveniência da analogia escala cartográfica-escala geográfica é assinalada com persistência por vários autores. Ela procede e reafirma uma concepção geométrica do espaço. Na opinião de Christian Grataloup (1979, p. 74), essa sinonímia de escalas revela um "empirismo matemático", pois "espaço idealizado e *demarche* empirista são as duas faces de uma mesma realidade".

Não há dúvidas sobre a real e necessária existência de uma escala que é o fundamento técnico e metodológico da cartografia. Instrumento precioso da nossa disciplina, a cartografia permitiu um legado como o *Tableau de la Géographie de la France* de Vidal de la Blache. A escala cartográfica permite traçar desenhos, limites e estabelecer modelizações sobre um espaço idealizado. Essa tradição da formalização em geografia é coroada, quiçá, com o enorme esforço de R. Brunet (1990, p. 119; 2001) na sua proposta dos coremas. Por meio de sete signos básicos, esse autor busca exprimir todas as organizações espaciais. Os coremas, defende J. Scheibling (1994, p. 82), constituem uma forma de alfabeto que permite analisar e representar do espaço local ao sistema-mundo. Uma sofisticada semiologia para um espaço geométrico.

Um autor como J. Agnew (1993) assevera que distinguir escalas ou níveis de análise foi inicialmente um instrumento taxonômico para diferenciar áreas de estudo e níveis de generalização e causalidade.

Impõe-se, todavia, uma questão. Será que há uma escala geográfica, distinta da concepção geométrica e topológica em que o debate parece sempre desembocar? Como

explica I. E. de Castro (1995, p. 118), "o empirismo geográfico satisfez-se, durante muito tempo, com a objetividade geométrica associando a escala geográfica à escala cartográfica". É o reconhecimento de subdivisões, subespaços, regionalizações, produzidos na história do território, que pareceria nos conduzir ao problema da escala geográfica. Discutindo a diferenciação entre escala cartográfica e geográfica, Grataloup (1979, p. 73) critica o raciocínio inverso da lógica geográfica que propõe partir da dimensão para chegar à qualificação. O caminho é percorrido atravessando várias soleiras: o espaço local, internacional, etc., cuja demarcação é, afinal, fortuita. E, buscando mostrar que o relevante é descobrir a lógica dos fenômenos, Grataloup (1979, p. 76-78) indica que cada escala geográfica, cada hierarquia de nível de análise do espaço social pode ser entendida como um "encaixamento de estruturas". Nessa trama conceitual certamente superadora, o autor, porém, parece incorrer em um esquecimento do mundo, como base para recortar e compreender o espaço, quando assevera que se trata de uma autonomia de explicação e não de funcionamento dessas estruturas (Grataloup, 1979, p. 76).

Mas, será uma escala geográfica um encaixamento de estruturas ou a extensão de um feixe de eventos sobre aquilo que Milton Santos (1971) chama de "rugosidades"?

Para Jacques Lévy (1999, p. 395), a delimitação de escalas e dos níveis delas decorrentes depende das características do espaço, sobretudo da substância dos seus fenômenos e das métricas que os comunicam. Não existiriam, assim, umbrais absolutos, válidos para toda configuração espacial. Essa pretensão de recorte único foi encarnada, durante longo tempo, pela idéia de região, a "expressão da escala única" da geografia tradicional (J. Lévy, 1999, p. 120), que autorizava a elaboração de monografias. Mas, assim como a proposta a-escalar de Peter Haggett com sua *locational analysis*, outras surgiram para evidenciar a existência de escalas que vão do local ao mundial. É o fractalismo que resistiu à ditadura da escala única (J. Lévy, 1999, p. 126).

Caracterizando nossa disciplina como grande consumidora de escala no seu discurso e não-avara nas suas lógicas de recorte, R. Ferras (1992, pp. 405-403) assinala que "todo avanço em geografia repousa sobre a combinação e a passagem incessante de uma escala para outra" (1992, p. 406). Operacionalizando suas idéias com o exemplo de Languedoc-Rousillon, o autor (1992, p. 413) subordina seu enredo a uma visão cartográfica da escala, na qual uma função criadora da identidade do lugar - o lazer - é enxergada somente quando chegamos ao nível geográfico europeu. Como pode permanecer oculta, na chamada escala mundial, uma função que é responsável pelas existências no lugar e pela "produtividade espacial" (M. Santos, 1993, p. 165)? Ela somente pode permanecer mascarada quando uma visão escalar se antepõe ao reconhecimento das variáveis significativas.

Forma, tamanho, desenho são atributos de uma geometria do espaço. Tempo e forma constituem dados de um processo, frutíferos para a construção de novos conceitos. A funcionalização dos eventos cria e recria formas materiais. Trata-se, desse modo, de captar a vida nas formas, um enfoque que possa ser, a um só tempo, genético, morfológico e dialético porque movimento é um outro nome para a contradição. O resultado é um contínuo fazer e refazer de formas e limites.

Nos albores da história, a organização do espaço mudava lentamente, presa do peso dos fatores naturais que marcavam a produção da escala da vida. Os limites eram, por conseguinte, praticamente fixos e a vida, circunscrita aos lugares. A introdução de

fatores de complexidade e a ampliação dos dinamismos, sobretudo a partir dos acréscimos de ciência, tecnologia e informação, imprimem grandes acelerações e os limites são, a cada momento, recriados. Por isso, enquanto os limites de uma região metropolitana ou de uma área moderna de cultivo anual são, hoje, rapidamente transformados, uma região como a Amazônia (embora exista a definição da Amazônia Legal), onde os conteúdos naturais são ainda relevantes, denota um recorte mais estável.

Havendo significado uma contribuição ao pensamento geográfico, essa concepção geométrica é questionada pela história do presente. Face a um período de globalização e fragmentação do território, alguns conceitos, e entre eles a escala geográfica, não são alheios a essas transformações e devem ser submetidos à discussão, ao risco de se tornarem desprovidos de valor na pesquisa.

Dentre os diversos pontos de partida nessa discussão, o continente e o conteúdo poderiam, quiçá, permitir algumas reflexões. Atreladas ao continente, certas premissas consideram a representação – o mapa e os recortes espaciais – uma bússola na viagem geográfica. Essa parece ser a proposta de Y. Lacoste (1980, p. 106) quando convida a observar os múltiplos conjuntos espaciais e, mais enfaticamente, as interseções pois, reconhece, cada conjunto isolado é um conhecimento abstrato e parcial da realidade. Descrevendo profusamente situações do Terceiro Mundo, o autor (1980, p. 113) assinala as diferenças de grau de abstração e de extensão espacial dos conjuntos como as características epistemológicas basilares do raciocínio geográfico. Esse é o problema da escala que ele também define como o problema dos diferentes espaços de conceituação. Entrecruzando um aspecto da realidade com uma discussão sobre o tamanho e a abstração, Lacoste parece não romper com uma vocação geométrica do espaço que serve de base a uma geografia particular, a uma representação de um subcampo da geografia. Uma violência analítica, herdada do divórcio entre tempo e espaço, acaba por distorcer a complexidade do arranjo espacial.

Às perspectivas do continente preferimos opor a busca pelo conteúdo do território. É a funcionalização dos eventos no lugar que produz uma forma, um arranjo, um tamanho do acontecer. Mas, no instante seguinte, outra função cria outra forma e, por conseguinte, outros limites. Muda a extensão do fenômeno porque muda a constituição do território: outros objetos, outras normas convergem para criar uma organização diferente. Muda a área de ocorrência dos eventos (M. Santos, 1996, p. 119). Daí a periodização ser um conceito-chave na interpretação do refazimento dos conteúdos do território e dos limites das regiões. Nos últimos quarenta anos, aumenta o tamanho da Região Metropolitana de São Paulo, mas isso ocorre, também, porque varia seu conteúdo. Transformam-se o fenômeno dominante e a área de dominância. Por outro lado, a cultura de laranja substitui o café em várias porções do Estado de São Paulo e as cidades interioranas mudam de função e de tamanho, sua vida de relações aumenta e especializa-se. As variáveis mudam de um período para outro, mas, quando analisadas num dado corte temporal, sua função e seu valor permanecem e resultam independentes daquele olhar "escalar" – no sentido de maior ou menor proximidade – que muitos pesquisadores se empenham em construir.

A idéia de escala como um ponto de partida e essa preocupação com o continente não nos estariam referindo a um outro debate histórico, porém infrutífero, sobre o espaço considerado unicamente como materialidade? E se a escala deve ser fixada *a*

priori, qual seria o coeficiente de arbitrário nessa escolha? Qualquer escorrego nessa escolha faria, então, com que nossa interpretação fosse completamente modificada? Essa parece ser, de alguma maneira, a posição de A. Bailly e H. Beguin (1982, p. 62) quando advertem que, mudando de escala geográfica, não só se estuda uma problemática e objetos diferentes, mas também se obtêm resultados matizados. Na sua obra introdutória, esses autores reconhecem, reeditando antigas dicotomias, a existência de uma escala geográfica e de uma escala temporal. Enquanto à primeira é reservada somente uma concepção geométrica, a escala temporal é caracterizada por um tempo *événementiel* e por um tempo longo.

A escala, entendida como extensão da organização dos fenômenos ou como um dado da organização, vem depois e constitui, assim, uma manifestação do conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que forma o espaço (M. Santos, 1991). A combinação de fins e meios muda ao longo do tempo e, com ela, a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão; por isso a escala é um limite e um conteúdo que se transformam ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local (M. Santos, 1996, p. 120).

Nessa direção, N. Smith (1984, 1988, p. 195) critica a apresentação das escalas geográficas como uma questão indiscutível que se acompanha, também, da falta de uma explicação sobre sua gênese. O que produz as escalas, acrescenta o autor (1984, 1988, p. 195-196) é a distinta fixação do capital no espaço e daí a sua relevância para a compreensão do desenvolvimento desigual. Em um artigo mais recente, N. Smith (1993, p. 106) afirma que o acesso diferencial ao espaço concede um poder diferencial para as pessoas construirem suas escalas espaciais de vida. É nessa perspectiva que a escala é vista como um resultado provisório, momentual, da busca do capital por uma alocação no território.

Será que pela confluência de fatores políticos, econômicos, culturais e espaciais uma escala nos é dada *a priori*, isto é, a escala da formação socioespacial? Todavia, as escalas referidas às regionalizações de um país (como reconhecimento de subespaços com uma dada identidade num território nacional e não no sentido de criar regiões por meio de ações de planejamento) só poderão vir como resultado da pesquisa e, assim, evitarão ser um estorvo no processo de descoberta intelectual.

A totalização, a escala da ação e a escala de império: o papel das normas

Considerando a história como um processo de totalização no sentido sartriano (J. P. Sartre, 1979), poderiamos detectar, a cada momento, a funcionalização de uma totalidade, o espaço geográfico (M. Santos, 1993). Mas é a própria incompletude o que faz com que o processo não se detenha e, portanto, avance além do império da realidade construída. Essa totalidade se fazendo, que é também sinônimo de ação e de organização, apresenta-se em uma multiplicidade de vetores. Estes poderiam ser entendidos a partir de uma escala da ação, que faria alusão à origem e aos destinos dos vetores em cada totalidade, em cada momento do mundo. Já em 1971, na sua obra *Le métier du géographe en pays sous-développés*, Milton Santos identificava, como uma necessidade da pesquisa, a diferenciação entre uma escala da ação e uma escala do resultado.

Ph. e G. Pinchemel (1988, 1994, p. 42) valem-se, também, do conceito de escala de ação para afirmar que "os agentes geográficos exercem seus poderes a escalas desiguais, nas dimensões das áreas territoriais que eles comandam", mas alertam que é preciso não negligenciar a soma de microdecisões, pois suas conseqüências ultrapassam sua escala de ação. Apesar de não se distanciar de uma noção de recorte territorial *a priori*, A. Dauphiné (1984, 1991, p. 47) ressalta uma segunda realidade, próxima da idéia de escala de ação, quando assevera que o valor de um dado ponto é função de processos se dando a diferentes níveis (local, regional, internacional).

Mas existe uma totalidade prévia, um mundo construído. É um arranjo de objetos e normas que, ao mesmo tempo que é transformado, obriga os vetores a uma adaptação. A esse fenômeno poderiamos chamar de escala de império, um verdadeiro limite normativo, porque material e organizacional, ao processo de totalização. É a extensão da ação de fato funcionalizada. Enquanto a escala da ação é constituída de tempo: o tempo global, o tempo nacional, o tempo local, a escala de império faz alusão ao tempo empiricizado, um tempo objetivado (H. Isnard, 1985): a escala mundial hoje, a escala da formação socioespacial, a escala do lugar. E, como assevera J. Attali (1982, p. 289), "o tempo poderá organizar-se em cada lugar de uma forma própria, segundo o sentido dado nesse lugar ao futuro, necessariamente mutante e complexo".

A noção de difusão espacial de T. Hägerstrand (1962) permitir-nos-ia, quiçá, ilustrar a idéia de tempo empiricizado: o tempo da inovação é um tempo empiricizado em um objeto e em um lugar que produz uma escala de império local e, ao se difundir, a inovação aumenta a escala de império, a área de dominância de um conteúdo material-organizacional.

Escala como possibilidade e como rugosidade, duas faces de um processo complexo de rearranjo das geografias do mundo. A ação cria instabilidade e conflitos entre os agentes e, portanto, novos limites; a materialidade cria inércia e resistência à mudança.

O mundo perfaz-se, hoje, graças às formas puras de teleação que buscam impor, nos lugares, acréscimos de ciência, técnica e informação. Por isso, a ação global torna-se tão eficaz. Por exemplo, as diversas empresas de uma *holding* formam, hoje mais do que antes, um verdadeiro subsistema territorial, no qual uma unidade de produção é convocada, em algumas horas, a se deslocar de uma cidade para outra em função da diversa e mutante produtividade dos lugares. É assim que a organização dessa *holding* determina, com o apoio ou com o consentimento do Estado, a escala do acontecer. Desenham-se, assim, trilhas "transcalares", para utilizar um termo de C. Raffestin (1984, 1991, p. 190). Embora discordemos de B. Debarbieux (1996, p. 14-15) quando reduz o espaço geográfico à materialidade, ele nos traz uma noção menos rígida porque menos geométrica da escala. Discorrendo sobre o lugar simbólico, ele declara que se inscreve em duas escalas que se chocam: a da sua localização e a do território ao qual se refere.

O lugar surge como o reino da superposição de vetores e rugosidades, onde o acontecer tem uma extensão e uma densidade. A extensão significaria a escala de império e a densidade ganha diversas formas: técnica, informacional e normativa. A densidade técnica, propõe M. Santos (1994, 1995, p. 134), "é dada pelos diversos graus de artifício", enquanto a densidade informacional se refere aos "graus de exterioridade

do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores". A própria força das normas, no período contemporâneo, cria homogeneidades e heterogeneidades no território e permitir-nos-ia falar, assim, em uma densidade normativa. É a imposição das leis do mercado e de outras normas globais que, revogando a multiplicidade de marcos normativos nos países e lugares, torna maior a densidade normativa (M. L. Silveira, 1997). A densidade normativa é, a um só tempo, causa e conseqüência do esvaziamento e preenchimento de funções num lugar a partir das escalas de ação. As *free-zones*, os paraísos fiscais, as bolsas de valores, onde a ação global impõe suas normas sob o amparo do Estado nacional, são, quiçá, os exemplos mais claros. Mas é, também, o caso de uma área industrial, onde as firmas usufruem de normas diferentes daquelas do resto do território nacional. Ocupando uma dada extensão, essa funcionalização pode ser ampliada ou reduzida por uma decisão organizacional pública, pela pressão das firmas ou pela incorporação de novos agentes. É o caso da chamada desregulação, uma nova forma de organização, que transforma os territórios das firmas e as formas de cooperação e conflito entre as empresas e os segmentos do Estado. Existem, ao mesmo tempo, as normas estaduais e municipais, que podem operar como rugosidades à imposição de um direito positivo homogêneo. A escala do global é, desse modo, deformada. É, outrossim, a hibridação das normas do mercado global com as normas da formação socioespacial que determinam, por exemplo, uma expansão da área de cultivo de laranjas no Estado de São Paulo ou a recriação dos limites da região dos pampas argentinos em função do maior ou menor conteúdo protéico do trigo produzido.

É por isso que o lugar é, também, o cenário do conflito entre forças da globalização e forças da fragmentação. A globalização exprime-se, sobretudo, por meio daquilo que I. Braun e B. Joerges (1992, p. 81-82) reconhecem como o agir técnico e o agir formal. Ambas formas de agir convocam a uma obediência: o primeiro às normas técnicas, o segundo às normas jurídicas e econômicas. A globalização edifica-se com as repetições que são produtoras de uma escala de ação nova e crescentemente eficiente. A fragmentação, a outra face da medalha, decorre, de um lado, da hipertelia dos lugares, criada pelo agir técnico e pelo agir formal, que os torna obsoletos a cada espedaçamento de uma divisão territorial do trabalho; e, de outro lado, de um agir simbólico fundado em formas afetivas, emotivas e rituais (I. Braun e B. Joerges, 1992, p. 81-82), isto é, formas de resistência emanadas do cotidiano do lugar (M. Santos, 1994). É, também, esse cotidiano, rebelde às repetições e às normas mas, talvez, aberto às várias escalas de ação, um complicador para reconhecer as escalas de império. Descobrir as escalas da ação é um desafio do próprio movimento da pesquisa, a delimitação de uma escala de império é um produto (temporário) dessa pesquisa.

Encantamento com a técnica, reencantamento com o pensamento geométrico?

Os progressos dos instrumentos técnicos de observação e de informação - satélites e SIGs - seduzem as diversas disciplinas. Impondo *a priori* uma escala de observação e, portanto, uma delimitação dos subespaços fundamentada na partição do espaço como materialidade, um certo uso desses instrumentos alimenta o risco de atualizar o

pensamento geométrico. Os recortes espaciais não serão, então, retratos proteiformes e mutantes de uma dada organização, mas pedaços contíguos, submetidos a uma observação repetitiva e provadamente eficaz em cortes temporais pré-determinados. Esses instrumentos, porém, não conseguem captar os processos, amiúde invisíveis, que, certamente, não podem ser medidos nem analisados repetitivamente. Alguns desses processos são comandados pela busca do espontâneo e do inesperado em lugares os mais diversos. Serão esses instrumentos capazes de captar as densidades técnicas? Mas, em todo caso, as densidades informacionais e normativas permanecem ocultas. O esquecimento do contraditório poderia nos conduzir a percorrer o caminho inverso, isto é, da complexidade do mundo à concepção geométrica do espaço. Será que a geografia corre o risco de se tornar uma topologia? Não há dúvidas de que, analogamente aos progressos da cartografia nos séculos passados, a geografia ganha em riqueza instrumental e em precisão com os novos recursos da teledeteção (J. L. Dega, 1994). Todavia, é necessário exorcismar o risco de um encantamento com a técnica no singular, que pode se tornar um empecilho para a reflexão teórica, sobretudo para aquela que busca um método para entender o papel das técnicas na constituição do espaço geográfico. São também as técnicas, no espaço, que fazem com que a escala da organização mude a cada dia.

Será que esses inventários, tornados úteis para outras disciplinas, para o Estado e para as firmas, estariam consagrando a geografia como um "saber" de representação da face da Terra, análogo a sua função cartográfica dos séculos XVI e XVII, porém agora sofisticado e fiel pois se trata de fotografias? Será que os geógrafos, hoje como então, buscamos nos instrumentos de representação um status científico e, assim, abandonando a reflexão teórico-metodológica, nos subordinamos a uma idéia de escala cartográfica e satelital *a priori*?

Periodizações, regionalizações e escalas: um debate em aberto

Se uma noção de escala geográfica pode ser construída, ela será, sobretudo, uma noção de tempo, os tempos nos lugares. Periodizações mundiais, nacionais e regionais serão, assim, fundamentais para descortinar as funcionalizações do tempo. Não será a regionalização uma "periodização escalar"? Pois a regionalização, entendida aqui na sua acepção de processo espontâneo, reconstrói, a cada período histórico, as escalas de ação e as escalas de império.

Regionalizações sucessivas denotariam as funcionalizações das totalidades anteriores e nos advertem, mais uma vez, que a escala é um momento, um resultado provisório de um processo histórico. A regionalização atual de um país é uma proposta de escala num momento em que a totalidade foi surpreendida e em que a organização toma uma dada extensão. Novas normas, porém, continuam trabalhando para mudar a organização, sua extensão e densidades.

Delimitados os sistemas de eventos – os períodos –, seria possível detectar de que forma as escalas de ação se tornam escalas de império, isto é, uma chave para elaborar intelectualmente, e depois representar, os recortes territoriais significativos.

Referênicas

AGNEW, John. Representing Space. Space, Scale and Culture in Social Science. In: DUNCAN, James; LEY, David (eds.). *Place/culture/representation.* Londres: Routledge, 1993.

ATTALI, Jacques. *Histoires du temps.* Paris: Librairie Arthème Fayard, 1982.

BAILLY, Antoine; BEGUIN, Hubert. *Introduction à la géographie humaine.* Paris: Masson, 1982.

BRAUN, Ingo; JOERGES, Bernward. Techniques du quotidien et macrosystèmes techniques. In: GRAS, A.; JOERGES, B.; SCARDIGLI. *Sociologie des techniques de la vie quotidienne.* Paris: Harmattan, 1992. p. 69-86.

BRUNET, Roger. Le déchiffrement du monde. In: BRUNET, Roger; DOLLFUS, Olivier. *Mondes nouveaux.* Livre I. Volume I de *Géographie Universelle*. Paris: Hachette-Reclus, 1990.

BRUNET, Roger. *Le déchiffrement du monde. Théorie et pratique de la géographie.* Paris: Belin, 2001.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.

DAUPHINÉ, André. Espace terrestre et espace géographique. In: BAILLY, Antoine S. (coord.). *Les concepts de la géographie humaine.* Paris: Masson, 1991. p. 43-53.

DEBARBIEUX, Bernard. Le lieu, fragment et symbole du territoire. *Espaces et Sociétés*, Paris: Harmattan, n. 82, p. 13-35, 1996.

DEGA, Jean-Louis. *La conquête spatiale.* Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

FERRAS, Robert. Niveaux géographiques, échelles spatiales. In: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise. *Encyclopédie de Géographie.* Paris: Economica, 1992. p. 403-421.

GRATALOUP, Christian. Des échelles. *Espaces Temps*, Paris, n. 10-11, p. 72-79, 1979.

HÄGERSTRAND, Torsten. The propagation of Innovation Waves. In: WAGNER, P.; MIKESELL, M. *Readings in Cultural Geography.* Chicago: University of Chicago Press, 1962. p. 365-368.

ISNARD, H. Espace et Temps en Géographie. *Annales de Géographie***,** Paris, n. 525, p. 534-545, 1985.

LACOSTE, Yves. *Unité et diversité du Tiers Monde. I Des représentations planétaires aux stratégies sur le terrain.* Paris: Maspero, 1980.

LÉVY, Jacques. *Le tournant géographique. Penser l´espace pour lire le monde.* Paris: Belin, 1999.

PINCHEMEL, Philippe; PINCHEMEL, Geneviève. *La Face de la Terre. Éléments de Géographie.* Paris: Armand Colin, 3. ed., 1994.

RAFFESTIN, Claude. La diffusion. In: BAILLY, Antoine S. (coord.). *Les concepts de la géographie humaine.* 2. ed. Paris: Masson, 1991, p. 189-193.

SANTOS, Milton. *Le métier du géographe en pays sous-développés.* Paris: Ophrys, 1971.

SANTOS, Milton. Les espaces de la globalisation. In: GEMDEV, Cahier. *Points de vue sur le système monde*, Paris: GEMDEV, Cahier n. 20, p. 161-172, mai. 1993.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, p. 35-39, 1991.

SANTOS, Milton. Raison Universelle, Raison Locale. Les espaces de la Rationalité. *Espaces et Sociétés*, Paris, n.79, p. 129-135, 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la Razón Dialéctica*. 3.ed. Buenos Aires: Losada, 1979.

SCHEIBLING, Jacques. *Qu´est-ce que la géographie?* Paris: Hachette, 1994.

SILVEIRA, María Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. *Revista Experimental*. Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, n. 2, p. 35-45, mar. 1997.

SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: Fapesp-Laboplan, Universidade de São Paulo, 1999.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual. Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J. *Mapping the Futures: Local cultures, Global changes*. Londres: Routledge, 1993. p. 87-119.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

A nova geografia econômica mundial e a emergência de um novo sistema portuário no Estado do Ceará: o Porto do Pecém

Global economic geographie emergency of a new port system in the State of Ceará: Port of Pecém

La nueva geografía economica mundial y la emergencia de un nuevo sistema del puerto en el Estado de Ceará: Porto de Pecém

Luiz Cruz Lima

Prof. Dr. em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Rua Coronel Jucá, 510 apto. 1401, Aldeota
CEP: 60170-320 - Fortaleza, CE.
cruzlima@uece.br

Frédéric Monié

Prof. Dr. do Departamento de Geografia da Universidade do
Rio de Janeiro – UFRJ. República do Peru, 238/902, Copacabana
CEP: 22021-040 - Rio de Janeiro, RJ.
fmonie@uol.com.br

Francisca Gonçalves Batista

Mestranda no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Rua Raul Teófilo, 166, Pajuçara - CEP: 61910-000 - Maracanaú, CE.
geobia@universiabrasil.com.br

Resumo: O presente texto contém um estudo sobre o processo evolutivo dos sistemas de acumulação capitalista fordista e flexível, além de suas implicações nos espaços do mundo subdesenvolvido. Refere-se ao surgimento de novos espaços produtivos e à criação de infra-estruturas, nos países do Terceiro Mundo, para atender exigências do modelo de acumulação vigente. Nesse sentido, o sistema portuário é destacado como fundamental para inserir, no cenário mundial, os núcleos produtivos recém-criados. Como destaque, o trabalho detalha a estrutura do Porto de Pecém, na região metropolitana de Fortaleza, situado estrategicamente para atender as rotas internacionais, vinculando o Nordeste brasileiro aos mercados dos Estados Unidos e Europa.

Palavras-Chave: Sistema fordista, sistema flexível, espaços produtivos, sistema portuário e Porto do Pecém.

Resumen: El texto presente contiene un estudio en el proceso evolutivo de los sistemas de acumulación capitalista fordista y flexible, además de sus implicaciones en los espacios del mundo subdesarrollado. El text, también, se refiere a la apariencia de nuevos espacios productivos y la creación de infraestructuras, en los países del Tercer Mundo, para atender demandas del modelo de acumulación vigente. De esta guisa, el sistema del puerto es excelente para insertar, en el paisaje mundial, los núcleos productivos recén-instituidos. Como la prominencia, el trabajo detalla la estructura de Puerto de Pecém, en el área metropolitana de Fortaleza, puso para ayudar las rutas internacionales estratégicamente, mientras uniéndose el Nordeste brasileño a los mercados de los Estados Unidos y Europa.

Palabras Clave: Sistema fordista, sistema flexivel, espacios productivos, sistema de puertos, puerto de Pecém.

Summary: The text presents a study on the evolutionary process of the systems of fordist and flexible capitalist accumulation, and their implications in the spaces of the underdeveloped world. It refers to the appearance of new productive spaces and the to creation of infrastructures, in the countries of the Third World, to answer demands of the model of effective accumulation. In that sense, the port system is outstanding as fundamental to insert productive nuclei in the world scenery. As prominence, the text details the structure of Port of Pecém, which is strategically located in the metropolitan area of Fortaleza to assist the international routes, linking the Brazilian Northeast to the markets of the United States and Europe.

Keywords: Systeme fordism, systeme flexible, productive spaces, port system, port of Pecém.

Introdução

Faz poucas décadas que regiões e complexos industriais deixaram de ser especializados em realizar todas as etapas da produção. As grandes estruturas produtivas, verticalmente integradas, de tipo tayloristas-fordistas perderam espaço para arranjos produtivos mais flexíveis que transformaram progressivamente o espaço econômico mundial num grande conjunto de pontos especializados na elaboração das partes do todo. Na atualidade, a interconexão desses pontos especializados propicia a formação de redes produtivas, funcionando de maneira bastante fluida com redução dos custos de produção das mercadorias e maior agilidade frente às oscilações dos mercados de consumo. Assim, os portos e aeroportos viabilizam a circulação de pessoas e de volumes gigantescos de mercadorias, e inserem-se nesse novo cenário como meios estratégicos para viabilizar a junção dessas partes dispersas no mundo. Esse é o esquema geral do espaço global dos fluxos e de uma suposta mobilidade generalizada, que vem diluindo o que fora solidificado nos "trinta gloriosos[1] " que garantiram uma expansão inédita do capitalismo após a segunda guerra mundial. No novo contexto que emerge com o esgotamento do fordismo e do nacional desenvolvimentismo, o estado do Ceará experimenta transformações de suas relações com os espaços econômicos nacional e mundial que se traduziram recentemente por investimentos expressivos na sua base infra-estrutural. A construção do porto de Pecém ao norte de Fortaleza ilustra o projeto de inserção do estado nos fluxos de globalização. Para compreender as mudanças recentes do sistema produtivo e de circulação regional cabe, em primeiro lugar, contextualizá-lo no processo de emergência de uma nova geografia econômica mundial que ilustra, mais uma vez, o caráter extremamente dinâmico do capitalismo..

Do mercantilismo ao fordismo

As atuais mudanças podem ser contextualizadas na "longa duração" braudeliana como um processo de atrofia da "civilização material" e de uma dupla dinâmica de expansão secular da economia de mercado e da esfera do capitalismo. As grandes navegações iniciadas no século XV e as conseqüentes conquistas do "novo mundo" e de novos mundos, ilustram o início da expansão mundial do capitalismo, que se realizou, sobretudo na base de intensificação das trocas comercias. A partir daí, esse capitalismo mercantil confirmou o dinamismo das praças portuárias, principalmente da Europa, inseridas em redes de cidades onde os mercadores se posicionavam como agentes extremamente dinâmicos. No entanto, nos séculos seguintes, o ingresso na era industrial colocou entre parênteses a vitalidade das redes transnacionais de cidades enquanto a fábrica e o território nacional se tornavam progressivamente os marcos de referência da organização produtiva. Nesse contexto, marcado por um sistema original de redistribuição dos ganhos de produtividade, o Estado tinha um papel central, contribuindo, em particular,

[1] Trinta anos de crescimento, ou seja, os primeiros anos do pós-guerra em que a economia capitalista apresentava índices altos de crescimento, o que proporcionou um período de acumulação capitalista no pós-guerra, ou o chamado período de acumulação fordista baseado numa produção "rígida", que se revelou mais tarde um entrave para a flexibilização desejada pelo capital.

para a formação da renda do trabalhador através do sistema de bem estar que facilitou o acesso ao consumo de bens padronizados produzidos em larga em escala (BOYER: 1990). Nos países centrais e em algumas regiões de países semiperiféricos, o conflito capital x trabalho foi regulado por governos que garantiram, assim, condições de bem-estar social e pleno emprego, cujos efeitos se refletiam nas negociações coletivas, favorecendo uma relativa paz social (MÉNDEZ, 1997). A concentração de elevados contingentes de trabalhadores em grandes fábricas - os centros industriais de uma mesma região ou de grandes cidades –, contribuiu, no decorrer dos anos, para desencadear movimentos populares, às vezes radicalizando-se contra o sistema capitalista, rompendo dessa forma a regulação pelo "compromisso fordista". Paralelamente, a saturação dos mercados de consumo de bens voltados para o equipamento do lar e a crescente subjetividade do consumidor, que reivindica produtos cada vez mais personalizados, contribuem para a crise do regime de acumulação fordista.

No mesmo momento, ressalta MÉNDEZ (1997), a dinâmica de acumulação fordista gerou um crescimento econômico muito seletivo, resultando numa polarização espacial, tanto das atividades como das riquezas produzidas. Essa nova realidade passou a dificultar os fluxos nos centros urbanos industriais, além de contribuir para o aumento da poluição, da degradação do meio ambiente, do número de acidentes, do custo dos terrenos etc., provocando uma multiplicação das deseconomias de aglomeração. Enfim, a exaustão gradual do sistema técnico herdado das duas primeiras revoluções industriais comprometia também a manutenção de um elevado ritmo de aumento da produtividade do trabalho.

Redes, interações no pós-fordismo

Frente a uma situação nova que questiona a organização espacial e tecnicamente rígida da produção, com o consumo em massa e alienação do trabalhador na fábrica de tipo taylorista-fordista, as firmas passam a desenvolver estratégias que rompem com a rigidez funcional das operações centradas na grande fábricas e nos limites dos territórios nacionais. A produção industrial tende, então, a ser pulverizada em unidades espalhadas pelo mundo e cuja localização muda de acordo com o ramo. As indústrias de baixo conteúdo tecnológico buscam, assim, cada vez mais países subdesenvolvidos com capacidade técnica instalada e oferecendo mão-de-obra barata como o Brasil, Argentina, México, Índia, China etc. Outros setores de maior conteúdo tecnológico multilocalizam sua produção em sítios que têm a capacidade de inserir-se de forma flexível e competitiva em redes de valor agregado de alcance mundial (VELTZ, 2002). Dependendo da posição de cada sítio no conjunto, são privilegiados fatores locacionais como o grau de profissionalização da mão-de-obra, as condições de acessibilidade, a proximidade de um mercado de consumo de grande porte, a estabilidade institucional etc. Multiplicam-se, assim, territórios produtivos de diversos tipos ao redor do mundo: distritos de pequenas empresas, pólos tecnológicos, arranjos produtivos locais, zonas francas de grandes dimensões ou, ainda, plataformas logísticas. Alguns autores, como GOUSSOT (1998:24) evocam um processo de desindustrialização enquanto outros entrevêem a consolidação de uma "economia industrial de serviços" (VELTZ: 2002)

cada vez mais dependente dos níveis superiores de apoio à produção, essencialmente concentrados nas grandes metrópoles. Por sua parte, BENKO e LIPIETZ (1994: 4) insistem no fato que a atual fase de organização da produção "*afeta as relações entre as empresas. À grande empresa integrada, sucede a rede de empresas especializadas, ligadas por relações de subcontratação ou de parceria (...)*".Para que essa produção chegue aos mercados de consumo é preciso que as empresas subcontratadas estejam de preferência "agrupadas em torno de um porto ou de um aeroporto", o que facilitará o escoamento das mercadorias. Para isso, exige-se uma logística eficiente e muito bem planejada.

O novo cenário desenhado pela re-localização das plantas fabris; a multilocalização da produção industrial; a terceirização sistemática e, conseqüente, a formação de redes produtivas que envolvem um número maior de atores sócio-econômicos e de escalas geográficas variadas mobilizam um aparato tecnológico extremamente sofisticado para viabilizar interações materiais (navios porta-contêiners da última geração, por exemplo) e imateriais (computadores, sistemas EDI, fax, telefones etc). A fluidez e a qualidade da circulação da informação revelam-se fundamentais nesse "espaço global dos fluxos" (CASTELLS: 1999). HARVEY (1989:150) sintetiza assim essas mudanças:

> O mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovações tecnológicas, de produto e institucional.

É, então, importante ressaltar que a consolidação de novos quadros espaciais e institucionais da produção se deu, sobretudo, pela forte pressão do sistema capitalista que precisava se expandir, desprendendo-se de uma forma de produção rígida (período fordista) para arranjos mais flexíveis na relação com o consumo, na produção e na distribuição (BENKO, 2002 e PIORE e SABEL: 1984). A flexibilização da produção no sentido de sua organização em redes flexíveis provoca uma intensificação dos fluxos materiais e imateriais, em particular intra-firmas, que extrapolam a escala regional e nacional e ganham uma dimensão mais internacional. Para tanto, exigia-se uma adequação dos sistemas de circulação e dos meios e das infra-estruturas de transportes e de comunicação. Assim, as "regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transportes, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do planeta, aquilo de que necessitam" (SANTOS, 1997c). Dessa forma, os territórios vão agregando modernos objetos técnicos, dinamizando os circuitos da produção e contribuindo para a transformação das estruturas produtivas, políticas e sociais dos territórios que se inserem nesse processo.

Para BAUDOUIN (2003:26), essas transformações têm algumas implicações como colocar "em cena atores oriundos do mundo industrial e da mundialização, cujos objetivos e estratégias são divergentes e freqüentemente antagônicos. Esse fenômeno nos convida a analisar os lugares do antigo e do novo paradigma, onde esses atores coexistem e se enfrentam". As cidades portos figuram entre os lugares onde os desafios colocados pela emergência dessa economia de circulação se impõem com a maior relevância.

Integração produtiva e evolução do sistema portuário

A multilocalização das unidades produtivas ou a simples relocalização de plantas fabris para novos espaços industriais (litoral chinês, novos Tigres, Tunísia, fronteira do México com os Estados Unidos, etc.) supõe sofisticadas redes logísticas que garantem a entrega no prazo certo das peças, dos subsistemas ou dos manufaturados para os clientes. Para MÉNDEZ (1997), a revolução no sistema de transportes, seja marítimo ou ferroviário, aumentou exponencialmente o deslocamento das mercadorias e das pessoas, além de contribuir para a redução das distâncias/tempo. Na medida em que as trocas internacionais de mercadorias são preferencialmente realizadas por via marítima, os portos ocupam uma posição estratégica no seio dessa economia de circulação. PIERRE GEORGE (1970:309), nos lembra que "os transportes marítimos são, antes de tudo, transportes maciços capazes de escoar a longas distâncias e por taxas de frete relativamente baixas, enormes tonelagens de mercadorias". Eles são, nessas condições, perfeitamente adaptados ao novo contexto produtivo em que as cidades marítimas participam da intensa competição entre os lugares para "a captação de fluxos de bens, capitais e informação que circulam em volumes cada vez maiores no espaço econômico mundial" (MONIÉ, 2003: 57). Isso explica que, desde os meados dos anos 1970, grandes mudanças foram implementadas na tecnologia portuária. A sistematização do uso do contêiner[2] foi uma delas. Este equipamento facilitou um manuseio das mercadorias no navio e no retroporto muito mais ágil do que o manuseio tradicional dos sacos e tonéis nos cais e navios especializados no transporte de granéis líquidos ou sólidos. Em decorrência da mudança do perfil das cargas, mais manufaturados e relativamente menos matérias primas, o contêiner passou a ser uma exigência dos exportadores, o que pode, como no caso do Brasil, causar problemas numa conjuntura caracterizada pelo crescimento rápido das exportações que explica a carência de caixas em alguns portos do país como o de Santos, em São Paulo. Paralelamente, a infra-estrutura e os equipamentos portuários foram modernizados para adequar-se operacionalmente às exigências dos armadores que passaram na mesma época a usar navios maiores e mais sofisticados para diminuir o custo do frete e aumentar as rotações anuais.

Nesse cenário, SILVA e COCCO (1999:12) concordam com HARVEY (1989), referindo-se aos portos em geral e em particular aos portos brasileiros, ao afirmarem que os terminais portuários:

> (...) devem conectar, entre si e com os mercados, bases produtivas que não se caracterizam mais pelas grandes concentrações industriais (chamadas de fordistas), mas por sistemas produtivos organizados em redes (as indústrias flexíveis, definidas também como pós-fordistas).

COLLIN (1999: 39) confirma ao afirmar que "os portos são os lugares centrais dessa conexão com a troca internacional, permitindo que cada país introduza, não apenas mercadorias, mas, igualmente e, sobretudo, as mais-valias resultantes da passagem das mesmas por essa conexão". Ou seja, com essa funcionalidade, os portos assumem

[2] É um recipiente construído de material resistente, destinado a propiciar o transporte de mercadorias com segurança, inviolabilidade e rapidez.

um caráter de infra-estrutura com extensão universal. É nessa dimensão que o porto serve como o objeto que possibilita a realidade do mundo da produção atual. Como bem explica SANTOS (1997b: 65): "nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda a produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local".

No entanto, o porto não pode ser considerado por si só, pois ele ultrapassa a noção de elemento técnico, sendo também o produto de interações locais, regionais, nacionais e internacionais que se estruturam de forma diferenciada no tempo e no espaço. Questionam-se a possibilidade da relação entre o objeto técnico e a cidade em participar de estratégias de desenvolvimento do território urbano ou regional. Por isso, uma corrente de pesquisadores enfatiza, há alguns anos, a necessidade de perpassar o simples estudo das relações do porto com suas *hinterlândias* marítimas e terrestres para pensar de que maneira uma plataforma portuária pode contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico no âmbito de um novo contexto produtivo (COCCO E SILVA, 1999; MONIÉ E SILVA, 2003).

As chamadas cidades portuárias que encontramos hoje, essencialmente na Europa do Norte (Antuérpia, Hamburgo, Barcelona, etc.) e na Ásia (Hong Kong), ilustram as possibilidades abertas pela globalização às aglomerações capazes de mobilizar suas competências territoriais, em particular seus serviços de apoio à produção e logísticos, para agregar valor aos fluxos do comércio internacional nos pontos de conexão dos vetores regionais e intercontinentais de circulação.

Evolução do sistema portuário brasileiro

No caso específico do Brasil, a reestruturação produtiva acompanhada da abertura comercial e do processo de construção do Mercosul deveria incentivar estudos sobre as dinâmicas em curso nas principais cidades portos do país que, em conseqüência, desse novo contexto passam a ocupar uma posição central, pois mais de 90% das exportações transitam atualmente por elas. A geografia portuária brasileira dedicou tradicionalmente seus estudos monográficos aos portos mais diretamente ligados ao desenvolvimento econômico do país, com destaque para o Rio de Janeiro e de Santos que se tornaram os grandes "portos do café" a partir dos meados do século 19. Autores, como ARÁUJO FILHO (1969) que estuda mais especificamente os casos de Santos e Vitória (1974), têm uma preocupação nítida com a questão da "hinterlândia portuária" como um fator intrinsecamente ligado à dinâmica da rede portuária: "sendo a Hinterlândia o móvel dinâmico de um porto, este acaba sendo um instrumento de compreensão da situação regional, principalmente quando a ele se associa um fenômeno urbano de certa qualidade organizadora (...)". A força produtiva da região Sudeste fez com que ela se destacasse, então, como a primeira do país a construir seu "porto organizado" numa conjuntura de intensificação das trocas comerciais que supõe maiores investimentos nos portos e maior organização do trabalho nos cais de circulação – portos, estradas e ferrovias, ou seja, todo o aparelhamento técnico descrito por PRADO JUNIOR (1998) quando se refere às obras realizadas no período imperial. A formação e a evolução do sistema portuário brasileiro ilustram então uma inserção periférica dentro da divisão internacional

do trabalho que tinha por principal propósito a exportação eficiente e barata de produtos primários (açúcar, borracha, café, algodão etc) rumo às potências coloniais e neocoloniais e a importação de bens manufaturados destinados prioritariamente à elite urbana e às oligarquias agrárias.

Nas décadas seguintes, o caráter relativamente marginal da geografia dos transportes ocasionou certa escassez tanto no que diz respeito às monografias regionais quanto da evolução do corpo conceitual. O porto continuou assim muito sendo apreendido como um simples instrumento de transporte ou ainda como porta de entrada e saída das riquezas do país, transformando as cidades portuárias em elos de submissão a uma divisão internacional do trabalho injusta, como questiona o antropólogo Darcy Ribeiro, citado em SILVA e COCCO (1999). O contexto é de uma ampliação da capacidade industrial nacional que eleva o fluxo dos negócios internacionais, com destaque para o crescimento vultoso do volume de exportação de ferro e grãos e importação de trigo, o que vem exigir a ampliação da capacidade dos portos brasileiros. Na época, assistimos a uma multiplicação dos estudos feitos pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis – DNPVN que recomendam, assim, investimentos pesados nas infra-estruturas portuárias como foi o caso em Santos (SP), em 1964, quando foi criada uma Comissão Especial para a Coordenação dos Serviços Portuários de Santos – COSEPS, com finalidade de "eliminar os freqüentes congestionamentos no porto; aumentar sua produtividade; reduzir o custo operacional; e objetivar o barateamento do frete marítimo" (VARGAS, 1994: 78). A partir desse momento, foram se implantando diversos portos especializados, geralmente privativos: de minérios e manganês, no Amapá; de minério de ferro, no Espírito Santos como Tubarão; um terminal especializado em açúcar, no Recife; um terminal salineiro, no Rio Grande do Norte, além dos terminais petroleiros da Petrobrás nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Os portos desempenhavam na época um significativo papel mesmo obedecendo às regras rígidas da produção industrial em vigor durante o nacional desenvolvimentismo, quando "(...) os portos mantinham um perfil altamente setorizado, ou seja, segmentado e direcionado à movimentação de tipos específicos de carga, sem se mostrarem muito flexíveis às variações da natureza do produto, às modificações da tecnologia dos transportes ou às alternativas do mercado" (SILVA e COCCO, 1999:16). Os mesmos autores qualificam o porto da era fordista de *prótese* das linhas de montagem fabril.

No entanto, no final dos anos 1980, esse sistema portuário nacional revela-se cada vez mais inadequado num contexto caracterizado por crescentes exigências por partes das firmas industriais e dos armadores em termos de qualidade do serviço prestado e de custos portuários. O debate acerca do Custo Brasil ilustra de que maneira as deficiências infra-estruturais na área dos transportes ganham destaque nos anos 1990. Os programas do governo federal *Brasil em Ação* e *Avança Brasil* pretendem solucionar esses gargalos graças a uma nova concepção do planejamento territorial e a modernização da base infra-estrutural com destaque para os setores do transporte e portuário. A construção ou a ampliação dos portos de Rio Grande, Santos, Sepetiba, Suape e Pecém revela-se nesse contexto estratégica para "a inserção competitiva do Brasil nos fluxos da globalização" (MONIÉ, 2001). Paralelamente, as leis de reforma portuária de 1993 e 1996 têm por objetivo promover um choque de gestão na administração dos portos nacionais.

Do seu lado, o estado do Ceará se firma, rapidamente como um palco privilegiado para políticas públicas que usam a tecnificação de seu território no intuito de diversificar e modernizar sua economia para se inserir de forma mais competitiva no mercado mundial.

Formação histórica da base econômica e do sistema portuário cearenses

Antes disso, cabe lembrar que a formação histórica do sistema portuário cearense remete as funções impostas pelo modelo primário exportador vigente no Brasil até os anos 1930/40. Nos séculos 18 e 19, a base da economia do estado era basicamente agropastoril com destaque para a cultura do algodão, o qual iria mais tarde se revelar importante para a implantação das primeiras indústrias têxteis. O algodão foi, portanto, na época da independência da América do Norte que deixou a Europa desprovida do produto, o grande marco para a primeira inserção significativa do Ceará nos mercados internacionais.

Os ancoradouros simples, os trapiches, e depois os portos de Aracati, Camocim e Acaraú tinham, até o momento, por vocação única o manuseio desse algodão e de produtos como carne do sol, derivados de carnaúba das beiras do Rio Jaguaribe, o café das Serras de Maranguape de Baturité (GIRÃO 1985) e outros produtos regionais exportados para os países europeus, os Estados Unidos ou centros de consumo no litoral brasileiro. É importante ressaltar que a consolidação desses portos deu-se com a construção da ferrovia que favoreceu a dinâmica da economia primária-exportadora, proporcionando intensa movimentação da cidade portuária que estava muito ligada ao sertão através da coleta da produção primária.

Mas o aumento da produção de algodão combinada com a abertura dos portos brasileiros, passou a demandar a ampliação do sistema portuário estadual que ganhou mais capacidade de escoamento com a construção do Porto de Fortaleza, em meados do século XX. Foi, portanto, "graças ao porto e ao desenvolvimento da cultura do algodão, a abertura de Fortaleza, para o mar acontece" (DANTAS, 2002). Antes, a princípio, as exportações eram transportadas via cabotagem atém os portos São Luiz, Recife e Salvador donde seguiam para os mercados externos.

A partir da década de 30, a economia cearense passa assumir maiores características de modelo exportador, o que se intensifica com a situação de favorabilidade à comercialização dos produtos primários, para fins essencialmente de exportação, tornou-se essencial a existência de um porto mais organizado, com maior acessibilidade e segurança. Assim, foi proposto e construído o Porto do Mucuripe.

Com o advento da Lei nº 8.360/93[3] que busca a efetiva modernização dos portos brasileiros, importantes modificações foram realizadas na estrutura organizacional e operacional do Mucuripe. Com a instalação do Órgão Gestor de Mão-de-Obra – OGMO, o Porto de Fortaleza foi o primeiro do país a promover a escalação de mão-de-obra avulsa de forma consensual, através de regras estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho firmada entre os Sindicatos dos Operadores e dos Trabalhadores, com a intervenção do OGMO.

[3] Informações retiradas de material cedido pela empresa Docas do Ceará. (Balanço das Realizações – Companhia Docas do Ceará - 1995/2002).

Outro destaque foi a parceria com a iniciativa privada, o que permitiu obter maior eficiência operacional do porto, ampliação da movimentação de cargas e mobilização de recursos para novos investimentos. Nesse sentido, ressalta-se a implantação da empresa Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda (TERGRAN), empreendimento criado por consórcio entre os três moinhos de trigo – M. Dias Brancos, Moinho Fortaleza e Moinho Cearense. Com efeito, houve uma elevação na capacidade de armazenagem do porto para 230 mil toneladas, a segunda maior do país. De acordo com a empresa Docas (jan, 2005), os ganhos obtidos com o processo de desestatização da operação portuária permitiram a redução da tarifa portuária em quase 22%, em termos reais, entre 1995 e 2002.

No campo da gestão e administração, foram modernizados os sistemas de planejamento, informação e controle, implantando o novo modelo de gestão organizacional, em que todos os setores da empresa foram informatizados, passando a comunicar-se em rede, ampliando a integração e a eficiência administrativa.

A partir da implementação de novas técnicas operacionais, bem como a transferência das operações portuárias para a iniciativa privada e a adequação da Companhia Docas do Ceará – CDC às novas funções de Autoridade Portuária e Gestora do Patrimônio Público implicaram na redução da força de trabalho da empresa. Com a implantação do Programa de Demissão Voluntária, o quadro de servidores da Companhia foi reduzido de 328, em 1995, para 129 empregados, em 2002.

O ritimo acelerado do processo da globalização da economia mundial põe em evidência a circulação das mercadorias em qualquer lugar do mundo, os portos se destacam nesse sentido, por oferecerem possibilidades para transportar grandes volumes de produtos. No entanto, precisam estar equipados de acordo com as exigências dos transportes seja marítimos ou terrestres.

O Porto do Pecém e a inserção do Ceará nos circuitos comerciais globais

Como ocorreu no resto do país, o tradicional setor portuário cearense teve na década de 1990, sua configuração físico operacional e sua capacidade de atender as demandas da economia em via de reestruturação questionadas. Segundo o discurso dominante, a modernização do sistema produtivo, devia absolutamente ser acompanhada por inovações tecnológicas e institucionais sob a pena de marginalizar Fortaleza e o Ceará em relação ao mercado global. O discurso da inserção competitiva na globalização acabou vingando também nesse estado onde o novo jogo de alianças políticas internas e com o governo federal garante na última década do século XX, uma série de inovações técnicas nos setores produtivos, contribuindo para a eclosão de uma economia mais competitiva no mercado interno e externo. Com efeito, AMARAL FILHO (2003: 367), informa que:

> Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas, incremento nos investimentos público e privado e mudança do regime de crescimento acompanhada por variações positivas persistentes do PIB - Produto Interno Bruto -, em especial

nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Diversos projetos de infra-estruturas técnicas tiveram então por objetivo principal facilitar as interações dessa economia em expansão com os mercados nacional e internacional, fazendo "do Estado do Ceará de um núcleo de irradiação do desenvolvimento[4] ", segundo o governador da época. Dentre essas obras, destacam-se: a ampliação do aeroporto Pinto Martins, transformando-se em um aeroporto internacional para que pudesse atender a nova dinâmica de crescente internacionalização da economia cearense; a construção de açude Castanhão, o maior do Estado do Ceará, visando garantir recursos hídricos para o território cearense, bem como desenvolver projetos de irrigação, voltados para a especialização da agricultura; na capital e no litoral diversos investimentos, viários, energéticos etc. viabilizaram a rápida expansão do turismo nacional e internacional. As políticas públicas favoreceram também a instalação de indústrias (têxtil, calçado, etc.) através de programas de incentivos fiscais, visando a difusão de unidades produtivas modernas no interior do estado. Mais de trezentas indústrias de bens de consumo se alocaram, assim, no Ceará na última década.

Mas, a instalação dessas novas indústrias e o dinamismo da agricultura irrigada provocaram rapidamente um aumento no volume de produção de bens em grande parte destinados à exportação. A disponibilidade de um porto capaz de atender as exigências dos megacarriers globais que operam navios porta contêineres com grandes calados foi considerada estratégica.

Como em inúmeras outras cidades do mundo, o porto urbano, no caso o do Mucuripe foi condenado por não atender essa demanda, uma vez que seu calado encontrava-se na batimetria de 10 metros, enquanto os navios atuais precisam de uma profundidade superior a 15 metros. Além disso, sua localização numa área urbana densamente ocupada, que limita as possibilidades de expansão, tornou inviável a transformação do Mucuripe num megaporto moderno de tipo hub. Para contornar o que foi apresentado como um gargalo infra-estrutural dificultando a inserção da economia cearense no mercado mundial, os governos federal e estadual projetaram a construção de uma nova plataforma portuária ao Norte de Fortaleza num contexto caracterizado pela multiplicação de projetos estruturantes. O local escolhido, o distrito do Pecém apresentava diversas vantagens entre as quais águas profundas, baixa ocupação demográfica e posição estratégica no sistema portuário brasileiro, pois o estado do Ceará se encontra relativamente perto dos mercados e das rotas marítimas internacionais consolidadas do hemisfério norte. Essa vantagem locacional viabilizou o crescimento da atividade do terminal por onde transitam navios operando linhas que conectam o território cearense a alguns dos portos mais importantes da Europa e Oriente Médio. Com três anos de funcionamento, o Terminal conta com linhas regulares para Europa, Estados Unidos e para o Golfo do México e o Caribe.

Hoje, o terminal portuário *off shore* do Pecém é composto por 2 *piers* de atracação ligados às instalações terrestres por uma ponte, um quebra-mar em forma de "L", pátios de estocagem de contêineres, armazéns, prédios administrativos e de apoio, entre outros.

O governo do estado tem por objetivo a expansão da capacidade operacional mediante a construção de um píer suplementar. O Porto do Pecém está operando de

[4] Ceará, Governador 1999-2002 (Tasso Jereissati) Mensagem à Assembléia Legislativa. Fortaleza: SEPLAN, 2000.

acordo com as normas estabelecidas pela Organização Marítima Internacional-IMO, com destaque para as rígidas normas de segurança cujo respeito garante o acesso aos mercados internacionais, sobretudo o dos Estados Unidos, principal destino das mercadorias cearenses[5]. Enfim, vale destacar que o estado cearense pretende valorizar as condições do retroporto para criar um verdadeiro complexo industrial portuário, o Complexo Industrial e Portuário de Pecém - CIPP -, disponibilizando para isso, uma ampla área de terrenos servida pela CE 422 – via construída pelo Estado, interligando a BR 222 ao porto, e um ramal ferroviário.

O exemplo do Porto de Pecém revela-se, assim, ilustrativo da leitura feita do processo de globalização pelos atores econômicos e políticos que subordinam determinados territórios às exigências logísticas impostas pelos armadores, de um lado, e pelas transnacionais "terrestres", do outro. A globalização é, nesse caso, um espaço de fluxos onde cabe dispor de instrumentos suficientemente sofisticados para poder "capturar" e redistribuir com baixo custo e excelentes condições de segurança o maior volume de bens, informações ou pessoas. O projeto de Pecém lembra, então, outros empreendimentos europeus (Gioia Tauro, Algeciras), asiáticos (Colombo) ou brasileiros (Sepetiba) realizados em áreas periféricas – em escala metropolitana e/ou nacional – que escolheram a opção da fluidez absoluta em detrimento de políticas públicas mais ambiciosas de uso do porto como instrumento a serviço do desenvolvimento do território urbano ou regional. Nesse sentido, apesar de um contexto produtivo em plena reestruturação, observamos certa permanência no que diz respeito às políticas públicas voltadas para o setor portuário no Ceará, como no resto do país.

Considerações finais

As políticas públicas experimentadas no Ceará e no Brasil nas duas últimas décadas apreendem freqüentemente o processo de globalização como a formação de um espaço global de fluxos onde a sofisticação das cadeias logísticas se traduziria por uma crescente "indiferenciação" territorial, pois a fluidez absoluta acabaria definitivamente com a "tirania da distância". Por isso, governos centrais e locais vêm investindo enormes volumes de recursos aplicados em infra-estruturas e redes técnicas voltadas para a simples atração dos fluxos do comércio internacional. A disponibilidade em aeroportos, teleportos, plataformas logísticas ou portos modernos e eficientes seria uma condição suficiente de inserção competitiva das cidades na globalização. O estudo do porto cearense do Pecém nos revela essa realidade, à medida que se configura numa estrutura moderna, com equipamentos tecnológicos de última geração, pouca utilização de mão-de-obra local, atendendo com presteza aos imperativos de fluidez de armadores e grupos econômicos que organizam seus sistemas circulatórios segundo lógicas globais. Por isso, esses equipamentos adquirem ás vezes a feição de "ilhas tecnológicas" que interagem pouco com o desenvolvimento do seu entorno

[5] Recentemente, por solicitação dos EUA, a IMO determinou que os portos do mundo inteiro reforçassem seus planos de segurança. A aplicação das novas normas custou US$ 5 milhões ao Porto de Pecém que foi o primeiro no Brasil a receber a aprovação da IMO, através do ISPS Code (Código Internacional para Segurança de Navios e Instalações Portuária).

imediata que pode até sofrer impactos ambientais e sociais negativos como o apontam vários estudos realizados sobre o porto do Pecém. Frente a essa opção "desterritorializante", ainda poucas cidades marítimas ou estados elaboram projetos de desenvolvimento baseados na valorização de suas competências territoriais locais ou regionais. A condição de cidade porto oferece, por exemplo, a opção de definir iniciativas voltadas para mercantilização dos crescentes fluxos que por eles transitam conforme o demonstram os exemplos de Antuérpia, Roterdã, Hamburgo, Barcelona e talvez Itajaí no caso do Brasil. Para isso, precisa-se re-aproximar o porto da cidade através da mobilização conjunta de recursos sociais que cada vez mais conferem seu impulso inicial ao desenvolvimento de economias fortemente territorializadas.

Referências

AMARAL FILHO, Jair do. Ajustes estruturantes, novas formas de investimentos públicos e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: *Regiões e cidades, cidades nas regiões:* o desafio urbano – regional. LORA, Maria, GONÇALVES, Carlos Antônio Brandão e GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira (Org.). São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. *Santos, o porto do café*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969. 200 p. (Biblioteca geográfica brasileira. Série a).

_____. *O Porto de Vitória*. São Paulo: IGEOG., 1974. 300 p. (Série Teses e Monografia nº 09).

BAUDOUIN, Thierry. A cidade portuária na mundialização. In: SILVA, Gerardo, COCCO, Giuseppe. (Org). *Cidades e portos:* os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 27-38.

BENKO, George. *Economia, espaço e globalização:* na aurora do século XXI. 3. ed. Ao Paulo: Hucitec, 2002. 266p.

BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain. O novo debate regional. In: BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain. (Orgs.). *As regiões ganhadoras – distritos e redes:* os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras, Celta Editora, 1994. pp 3-15.

BOYER, Robert. *A teoria da regulação:* uma análise crítica. São Paulo: Nobel, 1990.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação:* economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLIN, Michele. A evolução do estatuto dos portos na Europa. In: SILVA, Gerardo, COCOO, Giuseppe. (Org). *Cidades e portos:* os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 39-62.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista:* estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza Museu do Ceará / Secretária de Cultura e Desporto do Ceará, 2002. 111p.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985. 446p.

GEORGE, Pierre. *Geografia econômica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1970.

GOUSSOT, Michel. *A indústria no mundo*. Paris: Armand Colin, 1998. 95 p.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989. 349p.

MONIÉ, Frédéric. Planejamento territorial, modernização portuária e logística: o impasse das políticas públicas no Brasil e no Rio de Janeiro. In: MONÉ, Frédéric, SILVA, Gerardo (Org.). *A mobilização produtiva dos territórios:* Instituições e logística de desenvolvimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 57-80.

MÉNDEZ, Ricardo. *Geografía econômica*. La lógica espacial del capitalismo global. Barcelona: Ariel Geografia, 1997.

PIORE, M & SABEL C. *The second industrial divide:* possibibilities for prosperity. Nova Yorque, Basic Books, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997b. 190 p.

_____. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997c. 124p.

SILVA, Geraldo & COCCO, Giuseppe. Introdução. In: SILVA, Geraldo & COCCO, Giuseppe (Orgs). *Cidades e portos:* os espaços da globalização. Rio de Janeiro: 1999. pp 9-26.

VARGAS, Milton. Construção de portos. In: MOTOYAMA, Shozo. *Tecnologia e industrialização no Brasil:* uma perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 1994. p. 67-84.

VELT, Pierre. *Des lieux et des liens*. Politiques du territoire à l'heure de la mondialisation. Paris, Editions de l'Áube, 2002.

WEIGEND, Guido G. Alguns elementos no estudo da geografia dos portos. *Boletim Geográfico do IBGE*. Rio de Janeiro ano 29, n. 219, 1970. p. 3-13.

Recebido para publicação em abril de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

Utilização de imagens híbridas geradas a partir da transformação IHS e aplicação de segmentação no mapeamento detalhado do uso da terra*

Uso de imágenes híbridas creadas por la transformación IHS y la aplicación de la segmentación en el mapeamiento del uso del suelo

Using of hybrid images created by the IHS transformation and application of the segmentation in the detailed land use mapping

Fernando Shinji Kawakubo

Departamento de Geografia
FFLCH-USP - São Paulo
fsk@usp.br

Rúbia Gomes Morato

Departamento de Geografia
FFLCH-USP - São Paulo
rubiagm@usp.br

Paulo Almeida Correia Junior

Departamento de Geografia
FFLCH-USP - São Paulo
paulogeo@usp.br

Ailton Luchiari

Departamento de Geografia
FFLCH-USP - São Paulo
aluchiar@usp.br

Resumo: Este trabalho apresenta uma técnica alternativa de mapeamento detalhado do uso da terra por meio de classificação semi-automática. O primeiro procedimento adotado consistiu no georeferenciamento da imagem pancromática gerada pelo satélite Spot 5, utilizando a projeção Universal Transversa de Mercator (UTM). Posteriormente, os dados multiespectrais do satélite Landsat 7 foram corregistradas com a banda pancromática. Uma transformação IHS foi aplicada para fundir os dois produtos, gerando três novas imagens com alta resolução espacial e com características multiespectrais. Estas imagens híbridas foram segmentadas e classificadas utilizando o classificador por regiões ISOSEG. Os resultados mostraram a eficácia da técnica no mapeamento detalhado do uso da terra, gerando mapa com elevada precisão e em curto intervalo de tempo.

Palavras Chave: Fusão de imagens, IHS, segmentação, classificação por regiões, uso da terra.

Resumen: En este trabajo se presenta una tecnica alternativa de mapeamento minucioso del suelo, utilizando la clasificación semi-automatica. El primer procedimiento adoptado fue el geo-referenciamento de la imagen pan-cromatica creada por el satelite Spot 5, utilizando la proyección UTM. Posterior, los datos multiespectrales del satelite Landsat 7 fueron co-registrados com la banda pancromatica. Una transformación IHS fue aplicada para realizar una fusión de los dos productos, creándose tres nuevas imágenes con alta resolucción espacial y con características multiespectrales. Estas imágenes híbridas fueron divididas en segmentos y clasificadas usando el clasificador por regiones ISOSEG. Los resultados demonstraron la eficacia de la tecnica en el mapeamento minucioso de la utilización del suelo, creando un mapa con grande precición y en breve intervalo de tiempo.

Palabras-Claves: Fusión de imágenes, IHS, segmentación, clasificación por regiones, uso del suelo

Abstract: This paper brings an alternative technique for the detailed land use mapping by using the semi-automatic classification. The first proceeding adopted consisted in the geo-referencing of the panchromatic image produced by the satellite Spot 5, using the UTM projection. Then, the Landsat 7 multi-spectral data were co-registered with the pan-chromatic band. An IHS transformation was used to merge both products, resulting in three new images with high spatial resolution and multi-spectral characteristics. These hybrid images were segmented and classified by using the ISOSEG classifier by regions. The results showed the efficiency of the technique in detailed land use mapping, creating a high precision map in a short time period.

Keywords: image fusion, IHS, segmentation, classification by region, land use.

* Trabalho desenvolvido no Departamento de Geografia – FFLCH/USP. Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária - CEP: 05508-000 - São Paulo, SP.

Introdução

Mapeamentos detalhados de uso da terra são tradicionalmente gerados a partir da interpretação visual de fotografias aéreas. Apesar de fornecer elevada precisão, a sua elaboração requer tempo e depende fortemente da experiência do fotointérprete.

A disponibilidade de imagens de alta resolução, como as do Quick Bird, Ikonos e Spot 5 (com detalhamento no terreno de 70 cm, 1m e 5m, respectivamente), está permitindo cada vez mais a utilização das imagens orbitais no mapeamento detalhado do uso da terra. Em especial naquelas áreas caracterizadas por padrões de uso complexo, como as áreas urbanas (WELCH, 1982).

Apesar do avanço dos sistemas sensores, com progressivo aumento da resolução espacial, radiométrica e espectral, as técnicas de classificação automática para o mapeamento de áreas urbanas ainda são limitadas. As razões se devem a inúmeros fatores, como por exemplo, a natureza heterogênea da cobertura urbana (FORSTER, 1980a) e a falta de um algoritmo de classificação apropriado.

O ambiente urbano é caracterizado por inúmeros detalhes de alta freqüência com grande variabilidade espacial e espectral. São compostos por redes de transporte, áreas comerciais, financeiras, residenciais, lotes vazios, parques etc., que apresentam muitos casos de similaridades espectrais. A utilização de classificadores tradicionais que se apóiam apenas no valor do pixel apresentam limitação nestas áreas por não considerarem outros aspectos que são essenciais na discriminação de classes, como por exemplo, a textura e o contexto.

Estudos realizados por Forster (1980b) mostram que a heterogeneidade da cobertura urbana associada à resolução espacial do Landsat TM (30 metros) limita os classificadores tradicionais a separar as grandes unidades urbanas. Além do problema de não exibirem muitas vezes característica de separabilidade espectral, as áreas urbanas sofrem com o problema de mistura de pixel. Em certos locais, a radiação recebida num pixel da imagem pode ser composta por inúmeros objetos ou áreas com diferentes padrões de uso. Em virtude da resolução espacial, esses objetos não são individualizados e a resposta no pixel é uma média integrada dos diversos componentes.

Welch (1992) relacionou o padrão de organização estrutural da cidade com a resolução espacial do sensor. Para isso, comparou algumas cidades asiáticas e européias com as cidades americanas e canadenses. Os atributos considerados, que exerceram forte influência na coleta dos dados, foram o tamanho das construções, a densidade e o contraste, concluindo que as cidades asiáticas necessitam de imagens com maior resolução espacial que as cidades americanas. Essas últimas possuem casas maiores com menor freqüência na variabilidade espectral.

Woodcock e Strahler (1987) construíram gráficos que relacionavam a variância local das áreas urbanas em função da resolução espacial. O objetivo foi demostrar que as áreas urbanas e suburbanas são caracterizadas por alta variância local na resolução espacial de sensores como Landsat-TM e HRV-Spot. Para tal, foram utilizadas imagens com 2,5m de resolução em uma área residencial na Califórnia (EUA) e uma imagem do Landsat-TM com 30m em Washington.

No primeiro caso, os pixels são menores que os objetos da cena. A imagem foi reamostrada para 5, 7.5, 10, 15 e 30m. Observou-se que a variância local aumentou até

alcançar um pico entre 10 e 15m e a partir de então decresceu. O pico do gráfico ocorreu quando o tamanho do pixel foi pouco menor que os objetos da cena. A falta de um pico bem definido indica que não existe um grupo de objetos de tamanho específico que domine a cena em determinado intervalo de resolução.

No segundo caso as resoluções espaciais foram degradadas para 60, 90, 120, 150, 180 e 210m. O gráfico começou com alta variância local, que se manteve até 60m e a partir de então a variância declina. Os autores relacionaram estas características com o tamanho dos objetos de Washington que devem ser maiores que a primeira.

Como forma de tentar melhorar a classificação digital, uma abordagem baseada em fusão de imagens, segmentação e classificação por regiões será testada. Para avaliar a metodologia, uma área de expansão urbana foi escolhida. Esta metodologia foi aplicada por Almeida Filho et al. (1997) para mapear associações de solo-vegetação na região do cerrado brasileiro. Os resultados por estes autores mostraram eficiência da metodologia na utilização de produtos híbridos derivados de fusão de imagens e segmentação.

A técnica de fusão será utilizada como tentativa para melhorar a resolução espacial da imagem (aumentando a variância local) e de permitir explorar as suas características multiespectrais.

A segmentação e a classificação por regiões consistem num método alternativo de classificação de imagens que tem gerado resultados muito eficientes principalmente no mapeamento de vegetação e desmatamentos. Tais métodos consideram em sua análise, além dos atributos espectrais, os aspectos geométricos e contextuais que compõe a imagem

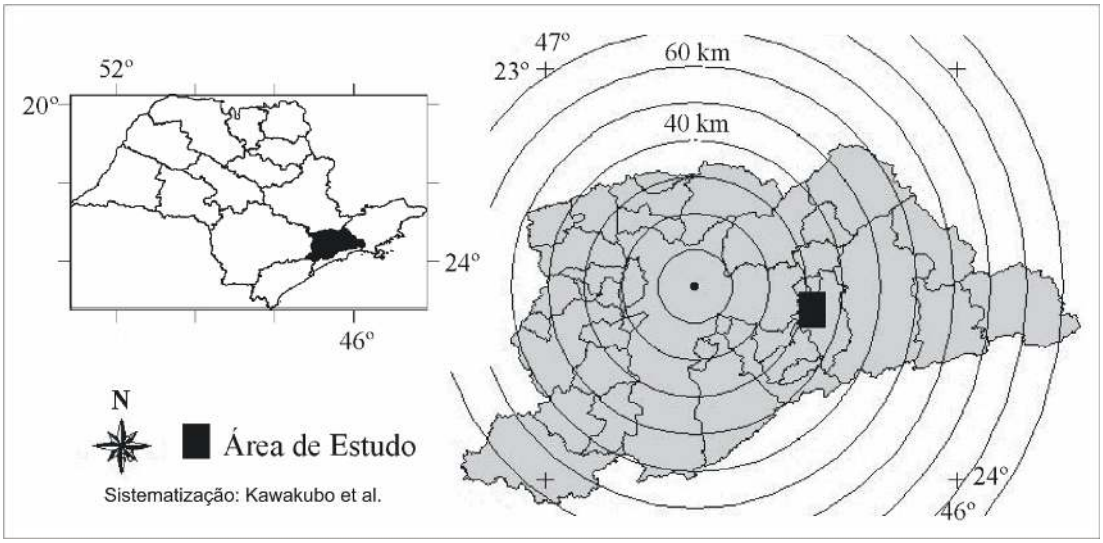
Área de Estudo

O recorte de imagem selecionado está localizado na região metropolitana de São Paulo num pequeno trecho de pouco menos que 5 mil hectares (entre as coordenadas 23º60'-23º71'Sul e 46º33'-46º40'Oeste) envolvendo parte dos municípios de Ribeirão Pires e Suzano.

Situada a uma distância de 30 Km em linha reta de São Paulo (figura 1), a área possui diversos tipos de uso, como mata (que ocupa a maior parte), capoeira, agricultura de hortaliças e área urbana.

A área de mata inclui resquícios de Mata Atlântica, mata secundária de porte arbóreo e pequenas manchas de silvicultura. A capoeira corresponde aos campos antrópicos e áreas de vegetação arbustiva. As áreas de agricultura restringem-se basicamente à porção norte da área de estudo, caracterizada pela produção em pequenas propriedades de hortaliças. A área urbana desenvolve-se principalmente nas regiões central e leste, caracterizada principalmente por áreas residenciais e de serviços.

Figura 1: Localização da área de estudo na grande São Paulo.



De acordo com Ross (1997), o relevo é classificado como pertencente à província Geomorfológica do Planalto Atlântico. O Planalto Paulista, uma das zonas da província do Planalto Atlântico, apresenta extensas áreas de relevo relativamente suavizado, desfeitos em morros e espigões serranos.

Pela classificação de Köppen, o clima da região é do tipo C, com temperaturas médias variando de 18º centígrados no mês mais frio e 22º centígrados no mês mais quente. O total de chuvas no mês mais seco é sempre superior a 30mm (SETZER, 1966).

Material Utilizado

Foram utilizadas imagens Landsat 7 ETM+ bandas ETM1 (0.45-0.52µm), ETM2 (0.52-0.60µm), ETM3(0.63-0.69µm), ETM4 (0.76-0.90µm), ETM5 (1.55-1.75µm) e (ETM7 (2.08-2.35µm) da órbita 219/76 do dia 03 de setembro de 1999. Estas imagens foram adquiridas num angulo de elevação solar de 46.1º e azimute de 49.4º.

A imagem Pancromática de 5 metros de resolução espacial (0.51-0.73µm) utilizada para a integração com os dados do ETM foi gerada pelo instrumento HRG do satélite SPOT 5. A imagem localizada na órbita 716/397 foi adquirida no dia 7 de agosto de 2002 e corrigida com o nível de pré-processamento 1A.

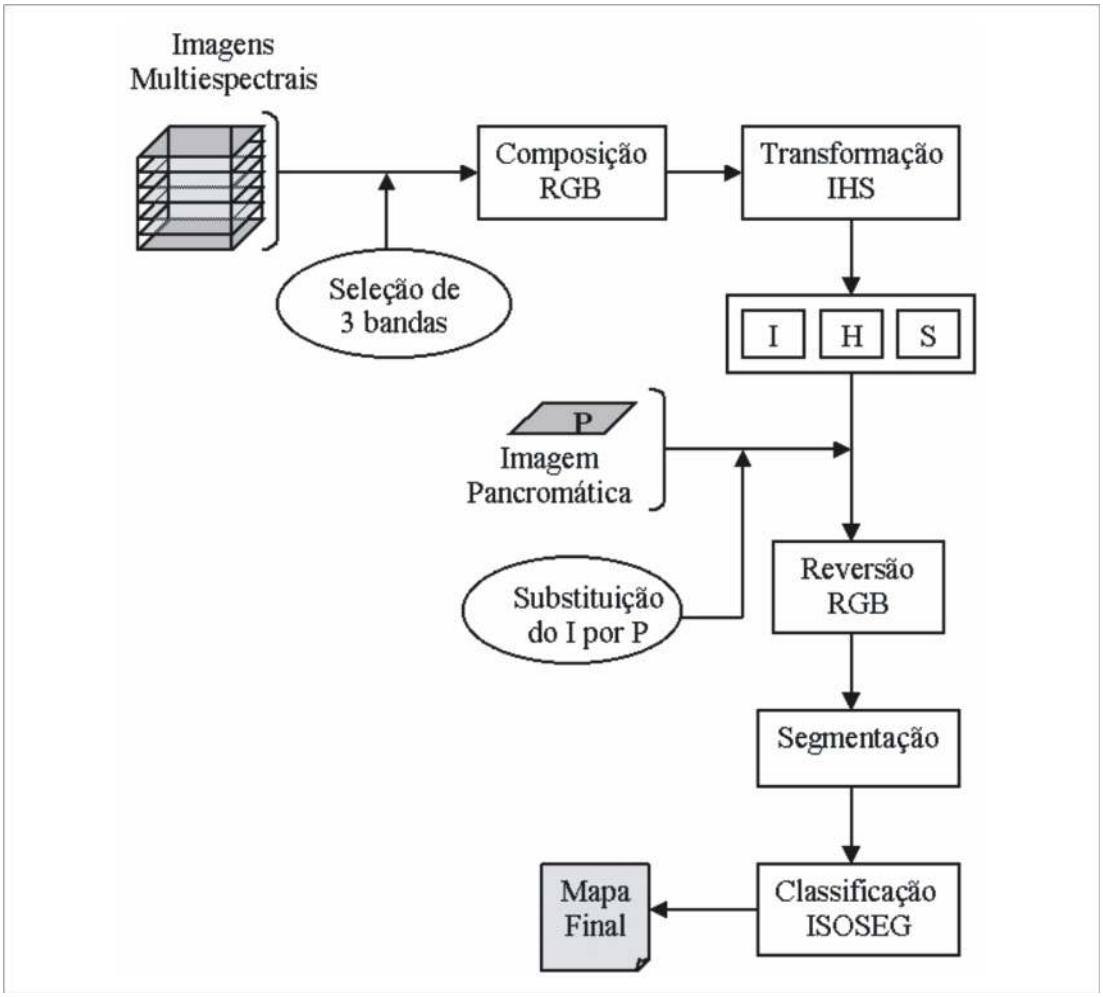
O SIG utilizado para o processamento das imagens foi o Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas SPRING 4.1 desenvolvido pelo INPE (CÂMARA NETO et al. 1996).

Método

Para a realização da fusão de imagens, é necessário antes de mais nada que o conjunto de imagens a serem integradas estejam corregistradas. A imagem pancromática

foi convertida para a projeção UTM utilizando uma equação matemática de 2º grau baseada em pontos de controle (exige-se no mínimo 6 pontos) extraídos do mapa viário na escala 1: 10 000 (EMPLASA). Após a reamostragem, utilizando o interpolador vizinho mais próximo, a imagem pacromática do SPOT foi utilizada como referência para o registro das 6 imagens ETM.

Figura 2: Fluxograma dos principais procedimentos adotados



A seleção das três bandas para a montagem da composição RGB foi feita com base em análises estatísticas do Optimum Index Factor – OIF e dos resultados obtidos por Correia Junior et al. (2004). O OIF foi introduzido por Chavez et al. (1982) como uma medida para selecionar combinações de três bandas que exibem a máxima variância e a mínima correlação. O índice é dado por:

$$\text{OIF} = \sum_{i=1}^{3} SD_i \,/\, \sum_{J=1}^{3} \text{ABS}\,(CC_j)$$

SD_i = desvio padrão da banda i;

ABS (CC_j) é o valor absoluto do coeficiente de correlação entre dois dos três pares possíveis.

A primeira tríplete ETM ranqueada no OIF foi selecionada e fundida com a imagem pancromática do SPOT utilizando o procedimento da transformação de cores IHS (Intensidade, Matiz e Saturação). Essa técnica é um dos métodos mais usados para a fusão de dados multisensor (WELCH; EHLERS, 1987, CARPER et al. 1990, ALMEIDA FILHO et al., 1997). A sua construção pode ser resumida em três etapas: 1) primeiro calcula-se a componente Intensidade (brilho da cor), Matiz (cor dominante) e Saturação (pureza da cor) das três bandas selecionadas; 2) substitui-se a componente Intensidade pela banda pancromática; 3) aplica-se a reversão do domínio IHS para o RGB.

Substituir a componente Intensidade pela banda pancromática pressupõe que as duas imagens sejam similares espectralmente (CHAVEZ et al. 1991). Para melhorar a eficácia do processamento, o método de Uniformização das Médias e Variâncias (UMV) foi aplicada (MARCELINO et al. 2003), fixando a componente Intensidade como referência para a equalização da imagem pancromática. O objetivo do UMV é igualar as médias e variâncias de duas imagens aplicando uma transformação linear do tipo $f(x) = ax + b$. Onde: a e b são *ganho* e *offset* respectivamente.

Após a substituição da imagem pancromática equalizada e reversão do espaço de cores para o domínio do RGB, tem-se como resultado três novas imagens híbridas com alta resolução espacial e com características multiespectrais.

O mapeamento dos diferentes tipos de uso da terra foi feito utilizando as imagens híbridas suavizadas por meio de um filtro de mediana como forma de obter um melhor resultado na segmentação (BINS et al. 1993, NASCIMENTO; ALMEIDA FILHO, 1996).

A técnica da segmentação consiste em particionar a imagem em regiões que apresentam uniformidade em relação aos atributos espectrais, geométricos e contextuais. Diferindo portanto da classificação tradicional pixel a pixel, como o MAXVER, que se baseia apenas nos atributos espectrais. Apresenta duas características básicas: exibem uniformidade interna e as regiões diferenciam-se de sua vizinhança.

Existem diversas técnicas de segmentação (HARALICK; SHAPIRO, 1985, BINS et al.. 1996, GONZALEZ; GOODS, 2003). O método baseado no crescimento de regiões foi aplicado por permitir extrair, segundo Kai e Muller (1991), um conjunto mais rico de atributos e de selecionar amostras mais representativas de cada classe. A sua implementação pode ser sumariada segundo os mesmos autores em quatro etapas: a) segmentação da imagem em regiões; b) comparação dos segmentos vizinhos e agregação daqueles estatisticamente semelhantes, com a atualização da média dos níveis de cinza da nova região; c) crescimento do segmento por meio da comparação com seus vizinhos até não haver mais segmentos que permitam ser agrupados; d) inicio de uma nova região.

O algoritmo de segmentação por crescimento de regiões possui dois critérios que o usuário deve especificar antes de iniciar o processo de subdivisão: os critérios de similaridade e o de área. O limiar de similaridade é a distância euclidiana máxima entre os centros espectrais de duas regiões. Já o limiar de área é o tamanho mínimo em pixel de uma região que se pretende delimitar. A escolha correta destes dois parâmetros são fundamentais para um bom resultado da segmentação.

A próxima etapa consistiu na classificação da imagem segmentada, utilizando o classificador não supervisionado por regiões ISOSEG (BINS et al. 1993). Este algoritmo procura agrupar as regiões (que possuem atributos estatísticos de média, matriz de covariância e área) com base numa medida de similaridade baseada na distância Mahalanobis.

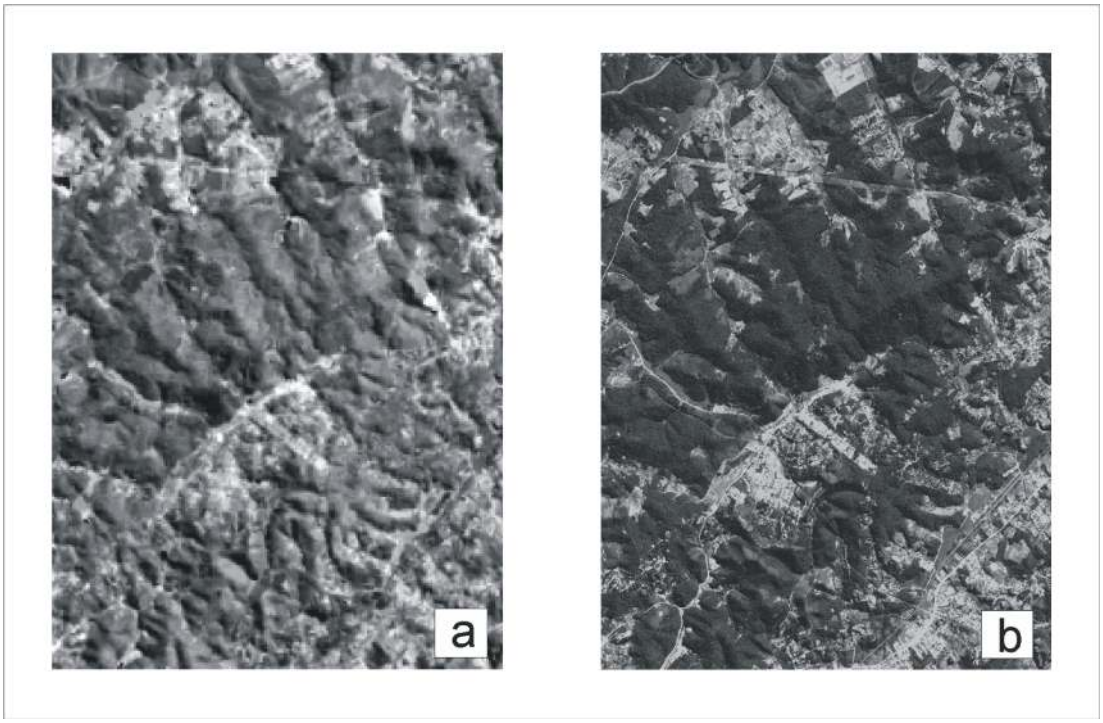
O último passo consistiu no reagrupamento de algumas classes de uso da terra separadas no processamento e na edição dos erros de inclusão e exclusão verificadas na análise visual.

Resultados

A primeira etapa do trabalho consistiu no registro das imagens pancromática e ETM baseando-se em pontos de controle identificados nas duas imagens. A análise do erro de posicionamento utilizando o RMS (Root-Mean Square) mostrou elevada precisão na escolha dos pontos de referência, obtendo um registro com erro de 0.8 pixel para a imagem pancromática e 0.95 pixel para as imagens ETM. Após a reamostragem, as imagens passaram a ter as seguintes dimensões: 1643 linhas por 1199 colunas na imagem pancromática do Spot e 273 linhas e 199 colunas nas imagens ETM.

O Optimum Index Factor (OIF) extraído dos valores da matriz de variância-covariância calculada das seis imagens do ETM elegeram como primeiro subconjunto as bandas ETM3, ETM4 e ETM7. Estas imagens foram primeiramente combinadas com filtros RGB (Red, Green e Blue) e posteriormente fundidas com a imagem pancromática do Spot. A figura 3 mostra: a) uma composição colorida sintética do ETM, onde poucos detalhes podem ser discernidos; b) imagem pancromática do Spot que permite detalhar com elevada precisão os diferentes padrões de uso da terra.

Figura 3: a) Composição colorida do Landsat 7 ETM+ utilizando as bandas ETM7 (filtro vermelho), ETM4 (filtro verde) e ETM3 (filtro azul) - com resolução espacial de 30 metros; b) imagem pancromática do Spot 5 – com resolução espacial de 5 metros.



A transferência dos parâmetros da cor do espaço RGB para o IHS gerou três novas imagens denominadas de I, H e S. Por permitir que seus atributos sejam analisados e manipulados individualmente (CROSTA, 1999), a imagem que corresponde ao atributo I foi substituída pela imagem pancromática do Spot. Todavia, esta última foi antes equalizada adicionando um *ganho* de 0.97 e 11.34 de *offset*. O resultado é apresentado na tabela 1, onde são resumidos alguns valores estatísticos extraídos das imagens ETM e dos resultados da fusão.

Tabela 1: Valores estatísticos das imagens ETM, I (componente Intensidade da transformação IHS), PAN, PAN´(imagem pancromática equalizada em relação a componente I) e F (imagens fusão)

	ETM3	**ETM4**	**ETM7**	**I**	**PAN**	**PAN´**	**F3**	**F4**	**F7**
Média	28.35	71.01	34.89	48.44	38.24	48.21	26.79	68.28	33.56
D. Padrão	11.46	11.22	16.78	9.40	9.66	9.50	12.26	10.64	17.30
Coef. Var.	0.40	0.15	0.48	0.19	0.25	0.19	0.45	0.15	0.51

Conforme pode ser observado, a aplicação da técnica de fusão acompanhada com a equalização da imagem pancromática mostrou-se eficiente nos resultados. Os valores de média, desvio padrão e coeficiente de variação para I e PAN´ são praticamente os mesmos. As três imagens fusão (F) tiveram poucas mudanças em relação às imagens originais (ETM).

A sua composição colorida mostrou-se de excelente qualidade visual. Além do arranjo espacial e textural, o elemento cor enriqueceu a imagem, permitindo uma análise mais detalhada dos dados. Foram observadas as seguintes melhorias: distinção das áreas urbanas de outras classes de uso; delimitação com maior precisão as áreas de mata; possibilidade de definir as áreas de agricultura pelo arranjo espacial; distinção das áreas de capoeira.

Para o particionamento utilizando a segmentação, os limiares mais apropriados foram os de 11 para similaridade e 34 para área. A definição destes valores deve ser encarada como forma de reduzir o maior número possível de erro na etapa de edição do mapa (ALVES et al. 1996).

Análise visual mostrou que a segmentação separou com eficiência (limite entre classes), os diferentes padrões de uso da terra. Todavia, alguns problemas indesejáveis foram verificados, como por exemplo, omissão de algumas classes de menores dimensões e inclusão de pequenas "ilhas" (polígonos) dentro de uma classe homogênea (NASCIMENTO, ALMEIDA FILHO, 1996).

O problema da omissão poderia ser solucionado com adoção de um limiar mais baixo, que aumentaria o particionamento da imagem. Todavia, o problema relacionado à formação de "ilhas" também aumentaria. Por outro lado, um limiar mais alto diminuiria este problema, aumentando por outro lado a omissão de classes.

Na fase de classificação (agrupamento das regiões - clustering), o limiar de aceitação utilizado no ISOSEG foi de 90%. Foram geradas quarenta e três classes, reagrupadas em quadro categorias de uso da terra: Urbano, Agricultura, Capoeira e Mata.

Alguns problemas de confusão (erros de inclusão e exclusão) foram verificados, principalmente envolvendo a classe agricultura: nas áreas formadas por solo exposto, houve confusão com as áreas urbanas; nas áreas de agricultura com cultivo houve confusão com a classe capoeira. Estes dois problemas ocorreram por causa da similaridade espectral entre as classes de solo exposto e urbano (alta reflexão da energia nas bandas ETM3 e ETM7) e entre agricultura (com cultivos de ciclo curto) e capoeira (uma maior reflexão na ETM4).

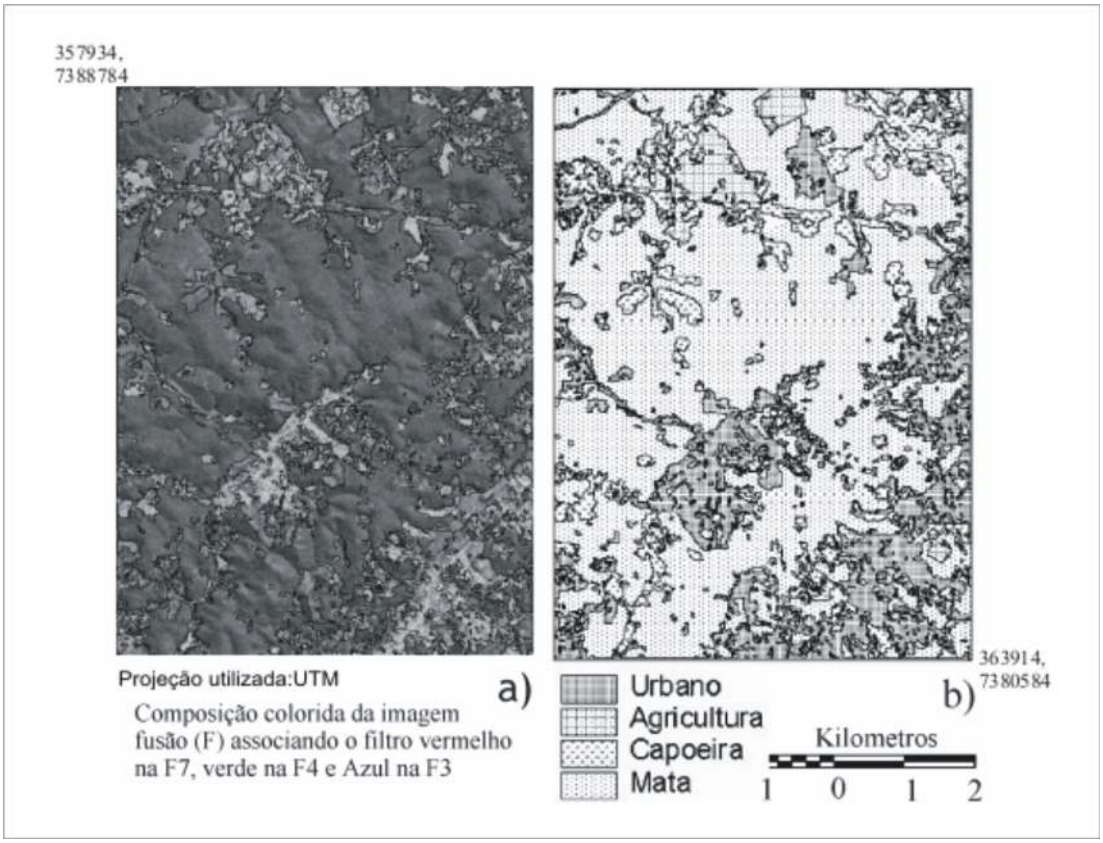
Maiores detalhes dos erros de inclusão e exclusão (também chamados de erros de comissão e omissão, respectivamente) poderiam ser analisados por meio de uma tabela de contingência (ver KAWAKUBO et al. 2003). Todavia, por se tratar de uma área de pequena dimensão (pouco menos de 5 mil hectares) os erros foram analisados visualmente e corrigidos manualmente por meio da edição poligonal.

Em relação aos resultados observados, o problema de confusão poderia ser minimizado com a adoção de um limiar mais baixo, que aumentaria o número de classes geradas pelo sistema. A desvantagem é que muitas regiões que foram agrupadas corretamente seriam desagregadas, uma vez que a diminuição do limiar diminuiria a distância de similaridade.

Com as áreas de mata não houve problemas de confusão de classes. Os limites foram bem definidos e as regiões agrupadas corretamente.

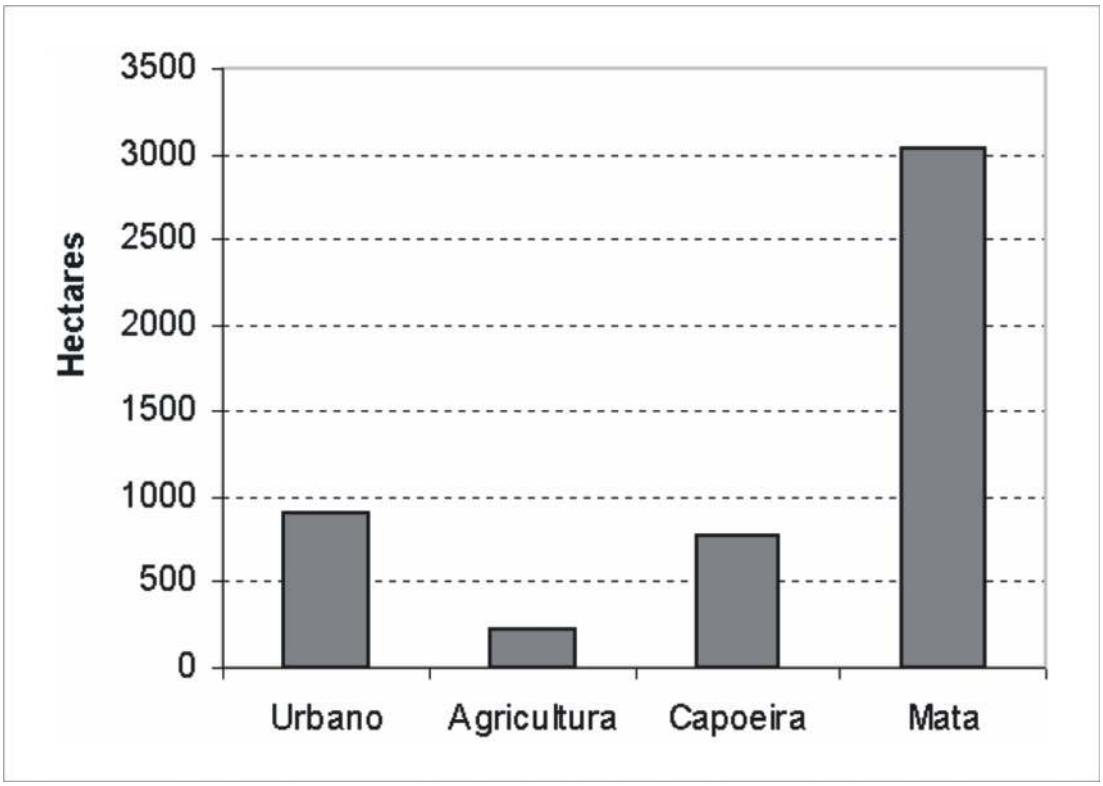
A figura 4 mostra o resultado da classificação após a edição dos erros.

Figura 4: Composição colorida das imagens híbrida sobreposta a Segmentação (a); mapa classificado (b).



características: predomínio de mata, com cerca de 60% distribuídos ao longo de toda a área; uso urbano com 18%, localizado principalmente na porção sudeste; capoeira com 15%, ocupando as áreas de transição; agricultura, com 4,5%, concentrando-se ao norte. A figura 5 ilustra a dimensão de cada classe em hectares.

Figura 5: Distribuição de área ocupada por cada classe mapeada em hectares.



Considerações Finais

A abordagem empregada, utilizando as técnicas de fusão de imagens multi-sensores, segmentação e classificação por regiões mostrou-se eficiente para o mapeamento detalhado do uso da terra em áreas de expansão urbana. Apesar de alguns erros de confusão de classes, os resultados foram satisfatórios, principalmente porque se trata de uma área bastante complexa. A fusão gerou produtos híbridos com alta resolução espacial e com características multiespectrais. A segmentação e classificação não supervisionada por regiões possuem vantagens em relação aos classificadores pixel a pixel porque considera não apenas os atributos espectrais da imagem, mas também a textura e o contexto. Entretanto, foram observadas confusões de classes envolvendo principalmente a classe Agricultura. Este problema está associado à similaridade espectral envolvendo duas classes: áreas de preparo de plantio (caracterizado por solo exposto) que possui comportamentos espectrais semelhantes às áreas urbanas e similaridade envolvendo as áreas de cultivo com a capoeira.

Agradecimento

Os autores agradecem a INTERSAT por disponibilizar a imagem SPOT 5 pancromática utilizada neste trabalho.

Referências

ALMEIDA FILHO, R.; VITORELLO, Í.; BINS, L. S. A. Application of image merging, segmentation and region-classification techniques as a new approach for the detailed thematic mapping of soil-vegetation assemblages. *Revista Brasileira de Geociências*, v. 27, n. 2, p. 207-210, 1997.

ALVES, D. S.; MOREIRA, J. C.; KALIL, E. M.; SOARES, J. V.; FERNANDEZ, O.; ALMEIDA, S.; ORTIZ, J. D.; ARAL, S. Mapeamento do uso da terra em Rondônia utilizando técnicas de segmentação e classificação de imagens TM. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 8. 1996, Salvador, *Anais...* São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1996. CD-ROM.

BINS, L. S.; ERTHAL, G. J.; FONSECA, L. M. G. Um método de classificação não supervisionada por regiões, *Anais...* SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA E PROCESSAMENTO DE IMAGENS, 6. 1993, Recife: Sociedade Brasileira de Computação, p. 65-68, 1993.

BINS, L. S.; FONSECA, L. M. G.; ERTHAL, G. J.; LI, F. M. Satellite Imagery segmentation: a region growing approach. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 8. 1996, Salvador, *Anais...* São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1996. CD-ROM.

CAMARA NETO, G.; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M.; GARRIDO, J. Spring: integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling. *Computer & Graphics*, v. 20, p. 395-403, 1996.

CARPER, W. J.; LILLESAND, T. M.; KIEFER, R. W. The use of Intensity-Hue-Saturation transformation for merging SPOT panchromatic and multispectral image data. *Photogrammetric Engineering and Remote Sensing*, v. 56, n. 4, p. 459-467, 1990.

CHAVEZ, P. S.; BERLIN, J. G. L.; SOWERS, L. B. Statistical method for selecting Landsat MSS rations. *Journal of Applied Photographic Engineering*, v. 8, n. 1, p. 23-30, 1982.

CHAVEZ, P. S.; SIDES, S. C.; ANDERSON, J. A. Comparison of three different methods to merge multiresolutin and multispectral data: Landsat TM and Spot *Phanchromatic*. *Photogrammetric Engineering & Remote Sensing*, v. 57, n. 3, p. 295-303, 1991.

CORREIA JUNIOR, P. A.; KAWAKUBO, F. S. K.; DE BIASI, M.; LUCHIARI, A. Aplicação de técnica de fusão de imagens para realce de diferentes classes de uso e cobertura vegetal na bacia do Taiçupeba – Suzano (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6. 2004, Goiânia, *Anais...* Goiânia: AGB, 2004.

CROSTA, A. P. *Processamento digital de imagens de sensoriamento remoto*. 3. impressão. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

FORSTER, B. Urban control for Landsat data. *Photogrammetric Engineering and Remote Sensing*, v. 46, n. 4, p. 539-545, 1980a.

FORSTER, B. Urban residencial ground cover using Landsat digital data. *Photogrammetric Engineering and Remote Sensing*, v. 46, n. 4, p. 547-558, 1980b.

GONZALEZ, R. C.; WOODS, R. E. *Processamento de imagens digitais*. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

HARALICK, R. M.; SHAPIRO, L. G. Image segmentation techniques. *Computer Vision, Graphics and Image Processing*, v. 29, p. 100-132, 1985.

KAI, L.; MULLER, J. P. Segmentation satellite imagery: a region growing scheme. In: INTERNATIONAL GEOSCIENCE AND REMOTE SENSING SYMPOSIUM, 1991, Helsink, *Proceedings...* Helsink: Institute of Electrical and Electronics Engineerings, p. 1075-1078, 1991.

KAWAKUBO, F. S.; MORATO, R. G.; LUCHIARI, A. Análise comparativa das imagens TM-Landsat 5 e HRV- Spot no mapeamento da cobertura vegetal no litoral sul do estado de São Paulo. *Geografia*, v. 28, n. 2, p. 279-289, 2003.

MARCELINO, E. V.; FONSECA, L. M. G.; VENTURA, F.; SANTA ROSA, A. N. C; FORMAGGIO, A. R. Evaluation of image fusion techniques for the identification of landslide scars using satellite data. *Geografia*, v. 28, n. 3, p. 431-445, 2003.

NASCIMENTO, P. S. R.; ALMEIDA FILHO, R. Utilização da técnica de segmentação em imagens TM/Landsat visando otimizar a técnica de interpretação visual. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 8. 1996, Salvador, *Anais...* São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1996. cd-rom.

ROSS, J. L. S.; MOROZ, I. C. *Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: Laboratório de Geomorfologia, FFLCH, USP/ Laboratório, de Cartografia Geotécnica, IPT/ FAPESP, 1997. 2 mapa Escala 1: 500 000.

SETZER, J. *Atlas Climático e Ecológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: CESP, 1966.

WELCH, R. Spatial resolution requirements for urban studies. *International Journal of Remote Sensing*, v. 3, n. 2, p. 139-146, 1992.

WELCH, R.; EHLERS, M. Merging multiresolution Spot HRV and Landsat TM data. *Photogrammetric Engineering & Remote Sensing*, v. 53, n. 3, p. 301-303, 1987.

WOODCOCK, C. E.; STRAHLER, A. H. The factor of scale in remote sensing. *Remote Sensing of Environment*, n. 21, p. 311-332, 1987.

Recebido para publicação em outubro de 2004
Aprovado para publicação em maio de 2005

De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária

FHC and Lula: manipulations, numbers, conceptions and promises about the land reform

FHC y Lula: manipulación, numeros, conceptos y promesas delante de la reforma agraria

Ed uardo Scolese

Repórter da Sucursal de Brasília da "Folha de S. Paulo". Jornalista, graduado na FIAM (Faculdades Integradas Alcântara Machado (1997-SP) e com especialização em jornalismo político e internacional na PUC (2002-SP). Rua SQSW, 301 B, apto. 207, Sudoeste - CEP: 70.673-102 - Brasília, DF.
scolese@uol.com.br

Resumo: O presente artigo apresenta uma exposição, narrada de forma jornalística, sobre os números da reforma agrária nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e início de 2004). A pressão dos movimentos sociais e dos partidos de oposição a tais governos tem ou tiveram como base as metas de assentamentos, deixando a qualidade dos projetos em segundo plano. O artigo indica as formas utilizadas pelo governo FHC para inflar seus balanços e como o governo Lula entrou exatamente no mesmo jogo, não cumprindo suas metas, inflando seus números e tornando-se refém das ações do MST e das críticas dos ruralistas.

Palavras-chave: Reforma agrária - números - promessas -ações - MST.

Resumen: El artículo presenta una exposición sobre los numeros de la "reforma agraria" en los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) y Luiz Inácio Lula da Silva (2003 y inicio de 2004). La presión del MST (y otros) y de la oposición tiene o ha tenido como origen los compromisos hechos por los gobiernos (la cuéstion sobre la calidad de la "reforma agrária" ha sido esquecida). El artículo indica o que ha hecho el gobierno de Fernando Henrique Cardoso para inflar los numeros de sus realizaciones y la manera como el gobierno de Lula hace lo mismo, volviendose rehén de las aciones del MST y de las criticas de los proprietarios campesinos."

Palablas clave: Reforma agraria - numeros - compromisos - realizaciones - MST.

Abstract: This article shows an exposition, written on a journalistic way, about the numbers of the agrarian reform on the Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003 and the beginning of 2004) government. The pression of the social movements e the oppositions parties against those governments has or had the settlements aim as a base, leaving the quality of the projects on a second way. This article indicates the ways that the FHC government had used to inflate their settlement numbers and how the Lula government started to do the same thing since 2003, inflating their numbers and becoming "hostage" of the MST actions.

Keywords: Agrarian Reform - numbers - promises - actions - MST.

De FHC a Lula: manipulações, números, conceitos e promessas de reforma agrária

FHC and Lula: manipulations, numbers, conceptions and promises about the land reform

FHC y Lula: manipulación, numeros, conceptos y promesas delante de la reforma agraria

Ed uardo Scolese

Repórter da Sucursal de Brasília da "Folha de S. Paulo". Jornalista, graduado na FIAM (Faculdades Integradas Alcântara Machado (1997-SP) e com especialização em jornalismo político e internacional na PUC (2002-SP). Rua SQSW, 301 B, apto. 207, Sudoeste - CEP: 70.673-102 - Brasília, DF.
scolese@uol.com.br

Resumo: O presente artigo apresenta uma exposição, narrada de forma jornalística, sobre os números da reforma agrária nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 e início de 2004). A pressão dos movimentos sociais e dos partidos de oposição a tais governos tem ou tiveram como base as metas de assentamentos, deixando a qualidade dos projetos em segundo plano. O artigo indica as formas utilizadas pelo governo FHC para inflar seus balanços e como o governo Lula entrou exatamente no mesmo jogo, não cumprindo suas metas, inflando seus números e tornando-se refém das ações do MST e das críticas dos ruralistas.

Palavras-chave: Reforma agrária - números - promessas -ações - MST.

Resumen: El artículo presenta una exposición sobre los numeros de la "reforma agraria" en los gobiernos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) y Luiz Inácio Lula da Silva (2003 y inicio de 2004). La presión del MST (y otros) y de la oposición tiene o ha tenido como origen los compromisos hechos por los gobiernos (la cuéstion sobre la calidad de la "reforma agrária" ha sido esquecida). El artículo indica o que ha hecho el gobierno de Fernando Henrique Cardoso para inflar los numeros de sus realizaciones y la manera como el gobierno de Lula hace lo mismo, volviendose rehén de las aciones del MST y de las criticas de los proprietarios campesinos."

Palablas clave: Reforma agraria - numeros - compromisos - realizaciones - MST.

Abstract: This article shows an exposition, written on a journalistic way, about the numbers of the agrarian reform on the Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003 and the beginning of 2004) government. The pression of the social movements e the oppositions parties against those governments has or had the settlements aim as a base, leaving the quality of the projects on a second way. This article indicates the ways that the FHC government had used to inflate their settlement numbers and how the Lula government started to do the same thing since 2003, inflating their numbers and becoming "hostage" of the MST actions.

Keywords: Agrarian Reform - numbers - promises - actions - MST.

Introdução

As discussões públicas em torno de temas ligados à política fundiária brasileira, desde planos de governo e promessas de campanha até os meios de pressão dos movimentos sociais e os assassinatos de trabalhadores rurais no campo, têm crescido a cada ano[1].

No governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) o debate foi intensificado, entre outros motivos, pela propaganda do Palácio do Planalto de que estaria promovendo no país a "maior reforma agrária do mundo" por meio de uma política de assentamentos rurais e programas de crédito fundiário.

De outro lado, havia os movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), a Igreja Católica, representada por seu braço agrário e progressista, no caso a CPT (Comissão Pastoral da Terra), e o PT (Partido dos Trabalhadores) numa corrente de denúncias contra o que rotulavam de "falácias da reforma agrária".

O principal ponto dos entraves entre governo e esquerda era acerca do número de famílias assentadas que anualmente era divulgado por meio de balanços do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Balanços que, aliás, somente traziam duas informações: o ano em questão e o número de famílias beneficiadas. Nada, porém, havia sobre a localização dos alegados projetos de assentamentos e os nomes dos trabalhadores que teriam recebidos seus lotes.

Na visão dos opositores, o governo FHC não estava aplicando no país uma reforma agrária maciça (ou massiva, com preferem alguns), e sim uma política assistencialista de assentamentos rurais. Segundo eles, a preocupação governamental era ir à mídia anunciar o cumprimento de metas, tendo para isso inflado seus balanços. O governo, por sua vez, respondia com as metas sempre "devidamente cumpridas".

O presente artigo visa, de forma resumida e jornalística, apontar quais formas o governo federal utilizou entre 1995 e 2002 para inflar seus balanços. E narrar como o próprio PT, um crítico fervoroso da política fundiária de FHC, entrou exatamente no mesmo jogo. O autor deste artigo obteve tais dados na condição de repórter do jornal "Folha de S.Paulo".

PT: promessa versus prática

Em 15 de maio de 2003, cinco meses após ter tomado posse na Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em evento da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), em Brasília, prometeu que 60 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra seriam assentadas até dezembro daquele ano.

[1] Os números da Ouvidoria Agrária Nacional (subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário) revelam que as invasões de terra aumentaram no primeiro trimestre de 2004 em relação ao mesmo período de 2003. Entre janeiro e março de 2004 foram 56 casos, contra 47 no mesmo intervalo no ano de 2003, um crescimento de 19%. Só em março foram 40 invasões, o maior número no mês desde 1999, quando ocorreram 101 casos.

Na realidade, o anúncio de Lula, feito no calor de um discurso, ocorrera à revelia da direção do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e responsável direto para implementação da política governamental de reforma agrária.

Isso, porque, um mês antes, mais precisamente no dia 22 de abril, o Incra havia publicado no "Diário Oficial" da União sua meta de assentamentos para 2003, com base no orçamento da autarquia: 37 mil famílias. Na prática, um número que não representava nem sequer 40% dos acampados à época, cerca de 100 mil famílias, mas que estava dentro da realidade financeira de um governo que dizia a todos ter recebido uma "herança maldita" da gestão FHC.

Mas Lula, já pressionado para assentar com rapidez os trabalhadores rurais acampados em todo o país, preferiu ousar e arriscar, em meio à crise econômica que assolava o país e seus seguidos cortes no orçamento dos ministérios.

O que a imprensa e a academia já imaginavam ocorreria no início de 2004, quando o governo federal veio a público anunciar que pouco mais da metade da meta estipulada por Lula para 2003 havia sido cumprida.

Para dar combustível aos críticos, das 36,8 mil famílias que diz ter assentado, 27,5 mil (75%) receberam lotes vagos em projetos antigos, que foram instituídos (desapropriados e criados) entre 1972 (governo Médici) e 2002 (gestão de Fernando Henrique Cardoso).

E mais: das 36,8 mil famílias contempladas com lotes rurais, nada menos que 65% (cerca de 24 mil) foram assentadas na Amazônia Legal (Estados do Norte, além de Mato Grosso e Maranhão). No passado, o PT considerava que a carência de infra-estrutura naquela região inviabilizava os assentamentos. Mencionava a escassez de estradas e a falta de água, esgoto e luz em vários projetos de reforma agrária.

Seria então possível dizer que praticamente não houve reforma agrária no primeiro ano do governo Lula, e sim uma política de assentamentos. A concentração da terra prevaleceu, pois a maioria foi encaixada em lotes antigos

O que é, então, reforma agrária?

> "A modificação da estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola é a definição mais usual de reforma agrária. Tal enunciado consta em qualquer bom dicionário. Como geralmente acontece com as conceituações sintéticas, nela está apenas implícita uma idéia-chave para o seu entendimento: de que se trata de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola. É isto que permite distinguir reforma agrária de transformação agrária". (VEIGA, 1981, p. 7)

O texto acima, do economista especializado em questões agrárias José Eli da Veiga (1981), já buscava resumir uma definição para o que vem a ser "reforma agrária". Acontece, porém, que, nas últimas décadas, o tema tem girado em torno principalmente de questões políticas, o que tem criado atritos entre setores governamentais e ruralistas diante dos movimentos sociais e de alguns partidos de oposição. A notória batalha entre camponeses e latifundiários.

A polêmica entre o que vem a ser ou não a aplicação de uma verdadeira reforma agrária atualmente no Brasil está implícita nas linhas de Veiga. De acordo com suas palavras, há como interpretar que não houve reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso, nem em outros governos anteriores, assim como nos primeiros 12 meses da gestão de Lula, pois ela somente "acontece quando há uma modificação da estrutura agrária de um país"[2].

Mas, evidentemente, a discussão não é tão simplista. Há aqueles que criticam a idéia de uma reforma agrária ligada à sua necessidade histórica, social e ambiental e baseada dentro de um imaginário político.

De acordo com Martins, 2000, o tema é abrangente, envolvendo crédito, titulação e luta contra os grileiros[3]:

> "Reforma agrária não é principalmente nem simplesmente distribuição de títulos de propriedades a agricultores pobres nem tão somente crédito agrícola e apoio técnico. Em nosso caso, como já mencionei, ela tem como dimensão fundamental a retomada do senhorio do Estado sobre o território, o estabelecimento de meios institucionais que complementem essa política, como é o caso da inviabilização da grilagem de terras." (MARTINS, 2000, p. 65)

A realidade é que para se chegar a um indicativo de conceito para reforma agrária deve-se em primeiro lugar conhecer a fundo todos esses processos em diferentes épocas, principalmente a partir do século 20, e em diferentes países e continentes, onde ocorreu uma série de reformas (VEIGA, 1981), sendo todas elas distintas, mas com semelhantes motivações.

Um desses alicerces é a análise das guerras camponesas seguidas de reformas tanto na Rússia como no México. Na seqüência, uma passada em tópicos pelas situações ocorridas na China, após sua revolução, e no Vietnã, com a expulsão dos franceses de seu território.

Não há como deixar de mencionar também os movimentos de independência dos povos colonizados, que originaram uma onda de reformas agrárias a partir da década de 50, principalmente em países islâmicos do Oriente Médio e do Norte da África, assim como na Índia – que, apesar de muito comentada, não teria nem sequer arranhado a antiga sociedade piramidal.

Na América Latina, Cuba é um primeiro exemplo de reforma agrária implantada dentro de um processo de revolução socialista. A partir de 1959, a ilha de Fidel Castro organizou um maciço confisco de terras de empresas norte-americanas, principalmente

---

[2] "A concentração de terras no Brasil se manteve estável num nível relativamente alto de 1967 a 1999, segundo dados das estatísticas cadastrais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). O índice de Gini, que varia de zero a um, oscilou entre 0,831 e 0,854 no período. Quanto mais próximo de um, maior é a concentração, ou seja, mais terras estão nas mãos de poucos proprietários" (FOLHA DE S.PAULO, 13.07.2003).

[3] Grilagem é o processo de apropriação de terras públicas e alheias por meio da falsificação dos títulos de propriedades. De acordo com a obra "A Onda Verde e o Presidente Negro", de Monteiro Lobato, a origem do termo é o seguinte: "primeiro o fazendeiro falsificava a escritura de uma determinada área. Em seguida, para dar uma aparência antiga aos documentos, colocava a papelada em uma gaveta cheia de grilos. Corroída e amarelada por substâncias liberadas pelos insetos após cinco semanas, as escrituras pareciam autênticas".

de grandes usinas produtoras de açúcar. Há também os casos de reformas interrompidas por causa de golpes de Estados, como no caso do Chile e de Portugal. Há outros casos de mudança nas estruturas agrárias na América Latina, como Nicarágua, El Salvador e Bolívia.

Durante a expansão do socialismo, vale citar os processos de reforma agrária ocorridas na Checoslováquia, Hungria, Bulgária, Romênia e Albânia. Como reformas de peso, no período que sucedeu à Segunda Guerra Mundial, há os casos de Formosa (sob a orientação de técnicos norte-americanos), Itália e Japão, onde a Lei de Reforma Agrária de 1946 fixou um teto para a propriedade individual de 3 hectares. À época, o governo japonês comprou as áreas excedentes e vendeu-as às famílias camponesas.

Atualmente, discute-se ainda no Brasil sobre a necessidade de implantar com vastos investimentos uma política de reforma agrária. Para alguns, é absurda a idéia de imaginar hoje no país cerca de 4,5 milhões de famílias que demandam por terra.

Em acampamentos espalhados pelo país existem atualmente (abril de 2004) cerca de 200 mil famílias, o equivalente a pelo menos 840 mil pessoas, segundo levantamento das 29 superintendências regionais do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A forma de implantá-la também é outra discussão, conforme Ribeiro, 1994.

> "As décadas de 60 e 70 centralizam a problemática da reforma agrária, já que nessas conjunturas a reforma do agro passou a contar com o interesse geral da sociedade e não apenas dos camponeses, seus principais beneficiários e condutores. O sério debate que ocorre nesses idos não é exclusivamente a favor ou contra, mas retrata escolhas entre formas "indiretas" e "diretas" de realizar reformas". (RIBEIRO, 1994, p. 204)

A reboque dos acontecimentos: Lula sob pressão

Voltemos à realidade brasileira. Quando Lula falou em 60 mil famílias, em maio de 2003, ele se baseava num relatório da Ouvidoria Agrária Nacional de dezembro de 2002 no qual apontava tal número como o de acampados à espera de novos assentamentos no país. O número, porém, já havia quase que dobrado. A eleição de Lula gerou uma corrida aos acampamentos na expectativa de que a reforma agrária, desta vez, sairia do papel.

A cobrança dos movimentos, principalmente do MST, era para que o Palácio do Planalto assentasse rapidamente todas as famílias que viviam debaixo de barracos de lona à beira de estradas. O coordenador nacional do MST João Paulo Rodrigues deixou seu recado, pouco mais de um mês após a posse do novo presidente:

> "Estamos preocupados com a demora. Já se passaram quase 40 dias e até agora não foi tomada nenhuma atitude concreta em relação à reforma agrária. Esses dias para quem está no governo pode ser pouco, por causa da burocracia, mas para quem está debaixo de uma barraca de lona é muito tempo (...) Achávamos que tudo seria um pouco mais ágil. É como no Fome Zero, não podemos ficar esperando. Quem passa fome e está debaixo de um barraco tomando chuva e sol não pode ficar um tempo de carência como esse, de 30, 40 dias. Então, depois de 30 dias, até que o governo tome pé, faça um diagnóstico. Isso vai até o meio do ano se continuar nessa forma" (FOLHA DE S. PAULO, 09.02.2003)

Lula prometeu, mas não cumpriu. Então, para pressionar o governo, os movimentos retomaram as invasões de terra, até então em ritmo moderado, e passaram a ergue centenas de acampamentos pelo país. Em outubro de 2003, segundo levantamento do Incra, já havia cerca de 200 mil famílias nessas condições espalhadas pelo país.

Os números da Ouvidoria Agrária Nacional indicavam o aumento da tensão no campo. Em 2003, em relação a 2002, último ano do governo FHC, o número de invasões de terra avançou 115% – passando de 103 para 222 casos.

Mas os "baixos" números de 2002 têm uma explicação: o MST deu uma trégua nas invasões justamente por conta das eleições presidenciais, na qual apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Isso segundo sua principal liderança no Nordeste, Jaime Amorim:

> "Nossa participação [na campanha] é decisiva para garantir a vitória de Lula no primeiro turno. Vamos fazer campanha agora [para o petista]. É importante para a vitória" (FOLHA DE S. PAULO, 11.09.2002)

> "O MST tem responsabilidade histórica por esse momento e não vamos ficar fora dele. Participamos efetivamente da campanha de Lula, ajudamos a elegê-lo, mas agora cada um tem a sua tarefa." (FOLHA DE S. PAULO, 06.11.2002)

O número de mortes decorrentes de conflitos no campo também cresceu sob a administração Lula. Em 2003, 42 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo _um aumento de 110% sobre os 20 casos de 2002. Veja uma contradição: em 2002, às vésperas das eleições, Lula chegou a afirmar que era o "único capaz de fazer uma reforma agrária tranqüila". Puro discurso, com pouca prática.

Mas a seqüência de pressão sobre o governo Lula teve um descanso em novembro de 2003. Neste mês, MST e Palácio do Planalto fecharam um acordo. O governo prometeu assentar 400 mil famílias até 2006, e os sem-terra aceitaram esperar, numa espécie de ação moderada, pelo início de sua implantação. Tal trégua duraria cerca de quatro meses. Em abril de 2004, o economista João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, explicou o acordo e a conjuntura:

> "Bem, agora estamos diante de um novo cenário. Temos um governo que tem o compromisso histórico de realizar a reforma agrária. Fizemos com o governo um acordo de um plano de reforma agrária para assentar 400 mil famílias, nos três anos. Mas persistem muitos problemas. Há dificuldades na estrutura do Estado que não está preparado para fazer as mudanças necessárias. Há dificuldades na forma de o Incra funcionar. Há dificuldades em acelerar as vistorias e desapropriações dos latifúndios, para acelerar os assentamentos. Na nossa avaliação é que esse imbróglio somente se resolverá, se houver mobilização social, se houver pressão social. E a nossa tarefa do MST é justamente organizar os Sem Terra, conscientizá-los e mobilizá-los para que lutem para tirar do papel os compromissos da reforma agrária." (MST INFORMA 61, 07.04.2004)

Os números oferecidos pelo governo faziam parte do novo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), cujo anteprojeto, elaborado por uma equipe de professores universitários coordenada pelo advogado e economista Plínio de Arruda Sampaio, foi

colocado de lado pelo governo. O documento de Sampaio previa o assentamento de 1 milhão de famílias até 2007, além disso, segundo ele, formas "mais ágeis" de desapropriação de terras.

Na semana em que lançou a meta do novo PNRA, ocorreram fatos que valem a pena ser destacados e lembrados. Para que ocorresse o anúncio, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo[4] decidiu pressionar, organizando uma marcha Goiânia-Brasília. Cerca de 3.000 sem-terra participaram. Chegaram ao Distrito Federal prometendo uma passeata pela Esplanada dos Ministérios, que culminaria com um acampamento na porta do Palácio do Planalto. Os barracos de lona somente seriam desmontados com o anúncio das metas do novo PNRA.

Na ocasião, o governo mostrou habilidade política para evitar tal desgaste político. Convenceu os sem-terra a permanecerem num galpão afastado do centro da cidade e anunciou que o próprio presidente da República iria até eles fazer o anúncio das novas metas. Lula discursou, mas deixou que o ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) contasse a novidade aos sem-terra recém-chegados de uma longa caminhada (cerca de 200 km, durante uma semana).

Outra coisa: no início da mesma semana, o ministro Rossetto chegou a anunciar aos integrantes do núcleo agrário da bancada do PT na Câmara dos Deputados que a meta do PNRA seria de 355 mil famílias até 2006. No dia seguinte, o MST, nas palavras de João Paulo Rodrigues, chamou o número de "ridículo", o que forçou o governo a inflar tal prognóstico.

> "Se for mantida, essa meta será ridícula. O governo não contará com o nosso apoio. [O governo] deveria pelo menos honrar os princípios históricos do PT. Infelizmente, a luta do movimento vai continuar durante todo o mandato de Lula" (FOLHA DE S. PAULO, 20.11.2003)

O "ridículo" do MST tinha como pano de fundo o histórico petista de, enquanto oposição, prometer desapropriações em massa e números mais audaciosos em torno da reforma agrária. Em 1994, o candidato Lula prometeu assentar 800 mil famílias. Em 1998, a meta subiu para 1 milhão.

Na campanha de 1994, por exemplo, num acampamento do Pontal do Paranapanema (extremo oeste de São Paulo), Lula havia prometido aos sem-terra: "Com uma canetada só vou dar tanta terra que vocês não vão conseguir ocupar".

Em 2002, porém, o partido não divulgou uma meta de famílias assentadas no caderno "Vida Digna no Campo", durante a campanha eleitoral. Uma versão preliminar do programa de governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aprovada quatro meses antes da eleição pelo diretório nacional petista, falava no assentamento de 500 mil famílias em quatro anos. No lançamento do caderno, dois meses depois, o partido preferiu a "cautela", ignorando o número.

A tal canetada, ainda esperada pelos sem-terra, nada mais é do que simplificar as etapas para a desapropriação de um imóvel rural. Atualmente, para assentar uma família, o Incra deve selecionar a área, vistoriá-la, elaborar o laudo, editar o decreto, efetuar o

[4] Entidade, com sede em Brasília (DF), que agrega, entre outras dezenas de movimentos e associações, MST, Contag e CPT.

pagamento da terra e das benfeitorias ao fazendeiro[5], dividir os lotes e selecionar as famílias. Há casos em que toda essa etapa, por causa da participação da Justiça e dos recursos pedidos por fazendeiros, leva até cinco anos.

Mas, assim como FHC, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva também inflou o número de assentados na divulgação de um balanço parcial, em meados de 2003, contando como seus projetos dos Estados, terrenos vazios e áreas sem moradias e infra-estrutura. Reportagem publicada pela "Folha de S.Paulo" em 17 de julho indicou que o governo Lula havia inflado em cerca de 20% o balanço de seus primeiros seis meses. Além disso, em 4 de outubro, o jornal "O Globo" publicou reportagem reafirmando a inflação, agora com números de janeiro a setembro.

Diante da repercussão negativa de utilizar os mesmos métodos da administração passada, o Ministério do Desenvolvimento Agrário decidiu revogar a portaria 80 – editada em 24 de abril de 2002 pelo então ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão. A portaria, à época, mudava todos os conceitos para assentamentos e assentados do Incra, deixando de lado as definições contidas em suas normas de execução e no "Manual dos Assentados". Foi uma forma de mudar a regra e oficializar a prática. Abordaremos ela mais tarde.

FHC: a manipulação dos balanços

Uma pesquisa do próprio governo Fernando Henrique Cardoso realizada no último ano de seu segundo mandato (2002) mostrou que o número de famílias assentadas entre 1995 e 2001 foi cerca de 44% inferior[6] ao total de 584.655 propagandeado no mesmo período pelo Palácio do Planalto.

Mais recentemente, no início de abril de 2004, outra pesquisa veio à tona. Segundo o TCU (Tribunal de Contas da União), há 3.738 assentamentos no país, que ocupam 16,3 milhões de hectares e têm capacidade para receber 403.133 famílias, mas somente 312.476 estão neles.

> "É um recorde. Nos trinta anos anteriores, desde a edição do Estatuto da Terra em 1964, a reforma agrária havia assentado apenas 218 mil famílias" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 1995/1998)
>
> "Mais uma vez fechamos o ano com saldos positivos no que diz respeito à reforma agrária. As metas estabelecidas foram cumpridas, e até superadas, graças ao trabalho desenvolvido com abnegação pelos que fazem este Ministério e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 1999)
>
> "De 1º de janeiro a 20 de dezembro de 1999 foram assentadas 85.327 famílias de produtores rurais, perfazendo um total de 372.866 famílias beneficiadas pela reforma agrária durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. É um recorde,

[5] O valor estipulado pela terra nua é pago por meio de TDAs (Títulos da Dívida Agrária), com validade de até 20 anos. Já as benfeitorias da propriedade devem ser quitadas, à vista, em dinheiro.

[6] Pesquisa encomendada em 2002 pelo próprio governo tucano mostrou que foram "assentadas" entre 1995 e 2001 328.825 famílias, contra as 584.655 que haviam sido divulgadas no balanço de 2001. Um diferença de 44%, segundo a pesquisa assinada por USP/MDA/FAO.

> uma vez que, nos trinta anos anteriores – desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964 – apenas 218 mil famílias haviam sido assentadas" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 1999)

> "No balanço divulgado, o ministro ressaltou que em sete anos 584.655 famílias foram assentadas em quase 20 milhões de hectares, criados 4.275 assentamentos e investimento global de R$ 13,2 bilhões" (BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA DE 2001)

Durante todo o governo FHC, entre bate-bocas, a linha de frente da base aliada (PSDB-PFL-PMDB) rebatia com tais números (cerca de 600 mil famílias) a suposta eficiência de sua política de reforma agrária. As críticas, oriundas em grande parte de PT, MST e CPT, iam na linha da propaganda enganosa, de uma política "assistencialista" de assentamentos e de repressão contra os movimentos dos sem-terra.

Por sua parte, o governo anualmente divulgava um balanço com suas metas de assentamentos sempre devidamente "cumpridas". Os textos governamentais eram copiados pelos jornais e revistas, sem que houvesse um questionamento simples, como, por exemplo, onde estariam tais assentados, quais eram os nomes dos supostos beneficiados, seus CPFs, os municípios, qualidade de vida etc. Nos balanços não havia detalhes, trazendo apenas o ano e o número de famílias "assentadas". A imprensa vivia submissa.

Ao mesmo tempo, contudo, os opositores de FHC mantinham o discurso, mas em nenhum momento apresentavam provas daquilo que falavam _tampouco eram cobrados para isso. Era um discurso forte, mas facilmente rebatido pelo Palácio do Planalto, que, ao ser provocado, mostrava seus números às lentes da televisão.

Um dos primeiros pacotes públicos de indícios contra tais números veio por meio de uma série de reportagens do jornal "Folha de S.Paulo", publicada a partir de abril de 2002. Uma das reportagens afirmou que:

> "O governo federal está inflando os balanços anuais da reforma agrária com assentamentos que não saíram do papel, terrenos vazios e áreas onde não há casas nem sequer infra-estrutura básica para os trabalhadores rurais, como água tratada, energia elétrica e rede de esgoto. Balanços inflados são usados como propaganda pelo governo para alardear o suposto sucesso da política de reforma agrária" (FOLHA DE S.PAULO, 21.04.2002)

A primeira reportagem da série chegou às bancas 15 dias após a saída de Raul Jungmann[7] do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em seu lugar assumiu José Abrão, secretário-executivo enquanto o político pernambucano do PMDB esteve à frente da Pasta.

Em nota, Jungmann alegou dois motivos para sua saída: "o desejo de concorrer a uma cadeira de deputado federal por Pernambuco"; e "o sentimento de dever cumprido para com o presidente, o seu governo e a reforma agrária".

Importante destacar o fato de o Palácio do Planalto ter gasto dinheiro público para divulgar números inflados da "reforma agrária". Era fato corriqueiro o ministro Jungmann ir à TV e ao rádio falar da "maior reforma agrária do mundo". Ele também

[7] Raul Jungmann, eleito deputado federal por PE nas eleições de 2002, foi responsável pela pasta da reforma agrária de abril de 1996 a abril de 2002 _até dezembro de 1998, a pasta se chamava Ministério de Política Fundiária. A partir desta data, passou-se a Ministério do Desenvolvimento Agrário.

visitava veículos de comunicação para relatar sua "façanha" a repórteres e editores. Reportagem da "Folha de S.Paulo" indicou o aumento dos gastos com publicidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

> "Os gastos do Ministério do Desenvolvimento Agrário com comunicação de governo aumentaram 31,35% neste ano (2002) em relação a 2001. Passaram de R$ 6,57 milhões para R$ 8,63 milhões, sendo que, desse total, R$ 7,89 milhões já estão empenhados (com pagamentos programados). O valor, que inclui as despesas com publicidade, já havia saltado 66,32% no ano passado em comparação ao gasto no ano anterior." (FOLHA DE S.PAULO, 30.04.2002)

A propaganda sobre os "números da reforma agrária" prosseguiu em 2003. No primeiro trimestre, um programa gratuito do PSDB, em cadeia nacional de rádio e TV, afirmou que o governo FHC havia assentado "mais de 600 mil famílias".

Outro ponto a ser considerado sobre a inflação dos números está no fato de dezenas ou centenas de pesquisas terem sido realizadas com base nos números de assentados e assentamentos divulgados entre 1995 e 2002 nos balanços do governo federal. Dados inflados colocariam em xeque os resultados de determinadas teses. Em abril de 2002, em entrevista à "Folha de S.Paulo", o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (Unesp) demonstrou sua preocupação acerca do tema:

> "As dúvidas sobre a veracidade dos números da reforma agrária divulgados pelo governo federal nos últimos anos poderão colocar por terra uma série de trabalhos acadêmicos feitos sobre o tema. A opinião é do professor da Unesp Bernardo Mançano Fernandes, autor de livros e teses sobre a questão agrária no país. "Como cientista, estou indignado. Nós, que trabalhamos com isso, não podemos ficar reféns de dados falsos. Agora não sabemos mais o que é verdadeiro e o que é manipulado", disse o professor. Segundo Fernandes, a maioria dos estudos feitos no país sobre a reforma agrária é baseada nos balanços anuais publicados pelo Incra e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. "O Incra deve fornecer todos os seus dados para irmos a campo checar sua veracidade: o nome do projeto, o município, o número de famílias, a área, o ano de criação e o tipo de assentamento. Assim teremos condições de fazer análise mais segura dos nossos trabalhos", afirmou Fernandes. (FOLHA DE S.PAULO, 22.04.2002)

Para entender a manipulação do governo FHC acerca dos números da reforma agrária, em primeiro lugar é preciso saber o que vem a ser, na prática e no conceito, um assentamento.

De acordo com o "Manual dos Assentados e Assentadas da Reforma Agrária", publicação do Incra, existem alguns itens obrigatórios apenas para a implantação (ou seja, a primeira fase) de um assentamento.

São eles: celebração do contrato de assentamento, elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), aplicação de créditos de apoio à instalação para compra de alimentos e insumos básicos, capacitação básica dos assentados, execução dos serviços de medição e demarcação topográfica, aplicação de crédito de auxílio à construção de moradia, execução da infra-estrutura básica (água, luz e esgoto) e planejamento das atividades produtivas apoiadas pelo crédito Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) tipo.

Mas o governo FHC tinha outra prática. O Ministério do Desenvolvimento Agrário considerava "assentadas", para efeitos de sua publicidade, as famílias que receberam permissão para entrar em qualquer área adquirida pelo governo federal, Estado ou prefeitura.

O ministério considerava a mera capacidade total do assentamento como o número de famílias "assentadas", sem que efetivamente se soubesse se todos os lotes estavam ocupados. Outra tática: famílias que ocupavam área havia décadas e pela primeira vez receberam uma parcela do crédito agrário ou tiveram suas situações fundiárias regularizadas também passavam a ser contabilizadas como assentadas.

E mais: o ministério considerava terrenos vazios como "novos assentamentos", as chamadas "áreas fantasmas", e não subtraia de seus relatórios as famílias que abandonaram suas áreas por problemas de crédito e infra-estrutura.

A Cnasi (Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra) também demonstrou sua insatisfação acerca dos balanços de reforma agrária montados pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Em dezembro de 1999, portanto cerca de dois anos e meio antes de a imprensa, no caso a "Folha de S.Paulo", ter revelado tais artifícios, a Cnasi já alertava sobre as manipulações.

Veja o texto publicado à época na capa de sua publicação interna, o jornal "Participação":

> "O ministro da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, na divulgação, no dia 20 de dezembro, do balanço da reforma agrária, garantiu que foram assentadas 85.327 famílias em 1999. O ministro, contudo, esqueceu de dizer que, deste total, apenas 25.831 famílias foram efetivamente assentadas através da desapropriação ou aquisição de terras para fins de reforma agrária. As 59.496 famílias restantes dizem respeito a áreas em processo de obtenção, com imissão de posse em curso, perfazendo em torno de 25 mil famílias, além do assentamento programado e não realizado de 10 mil famílias via Banco da Terra, acrescido da regularização de ocupações em terras públicas (7.306 famílias) e do assentamento de 12.843 famílias em vagas existentes em projetos antigos. Para a Cnasi/Assera-BR, fica evidenciado que, além dos alardes da realização da maior reforma agrária da história contemporânea, anunciada pelo governo FHC, há uma manipulação dos números com o intuito de ludibriar a opinião pública. Contrariamente ao que apregoa o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro Raul Jungmann, o latifúndio, além de vivo, está ditando as regras da reforma agrária virtual" (JORNAL PARTICIPAÇÃO, ANO 2, NÚMERO 7, DEZEMBRO DE 1999)

A Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária) também contestou os números de Jungmann. Estudo de Gérson Teixeira, então presidente da Abra, divulgado em janeiro de 2002, mostrou que a Coordenação Geral de Monitoramento e Controle da Superintendência de Desenvolvimento Agrário do Incra registrou o assentamento de 404.896 famílias entre 1995 e 19 de dezembro de 2001. Mas a página do Incra na Internet mostrava outro número: 542.359 famílias. "Uma diferença nada desprezível", segundo reportagem do Jornal do Brasil de 16 de janeiro de 2002: "137.463 famílias, ou cerca de 687 mil pessoas".

> "Segundo o autor do estudo, porém, o número de famílias assentadas é ainda menor do que o apontado pela Coordenação de Monitoramento. Por razões surpreendentes. O relatório levaria em conta a capacidade total de assentamentos da área, mesmo que não tenha sido efetivaente alcançada. Depois, seriam contabilizadas famílias que receberam terra em projetos antigos, Seriam contadas, também, famílias que já estavam na terra e tiveram regularizada a situação fundiária. Mais: estariam na lista famílias cujo assentamento ainda não foi feito, mas está previsto em projetos futuros. Por fim, também entrariam na conta famílias assentadas por Estados da Amazônia, cujas terras foram objeto de reconhecimento pelo governo federal. Assim, segundo Teixeira, para se chegar ao número real de assentados seria preciso verificar os controles internos do Incra. Mas, apesar do repto do ministro para que os que duvidam das informações façam uma auditoria, o governo não fornece os dados." (JORNAL DO BRASIL, VERSÃO ON LINE, 16.01.2002)

Dado interessante: o governo federal chegou a modificar o detalhamento de seus "assentamentos" nos relatórios anuais. Nos relatórios de 1995, 1996 e 1997, o Incra dividia as famílias entre "novos assentamentos em projetos antigos" e "assentamentos criados em" determinado ano. Nos relatórios de 1998 e 1999, por exemplo, passou apenas a indicar os números de "metas" de assentamentos e de "realizados" no período. O ministro Raul Jungmann, como não poderia ser diferente, defendia seu trabalho:

> "A melhor maneira de evidenciar os atuais avanços da reforma agrária no Brasil é reconhecer que o atual modelo está esgotado. Desenhado em meados dos anos 60 (mais precisamente, novembro de 1964), ele teve fôlego até que a reforma venceu o histórico bloqueio que o latifúndio lhe opunha, até que a democracia se alongasse no tempo e novas formas de internacionalização da economia (globalização) premissem nossos calcanhares autárquicos. O velho modelo, inicialmente de colonização e não de reforma agrária, foi levado à execução quando do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, no governo Sarney. Não demorou muito, foi bloqueado por golpes da UDR e retrocessos do Centrão na Constituinte de 88. Aliás, muito provavelmente, os germes de Eldorado do Carajás foram gerados nos cinco anos que se passaram sem que se regulamentasse o capítulo agrário, o que só foi feito em 1993." (RAUL JUNGMANN, FOLHA DE S.PAULO, 30.08.1998)

Segundo Martins, 2000, o tema reforma agrária "perde" quando as discussões passam a girar em torno de seus conceitos. A luta pela reforma fica em segundo plano:

> "Por isso mesmo, no plano imediato, a luta pela reforma agrária se mescla, e se perde, frequentemente, a uma disputa conceitual sobre o que é reforma (do tipo "a reforma agrária do governo não é reforma agrária"; ou do tipo "eles não querem uma reforma agrária e sim uma revolução socialista"). (MARTINS, 2000, p.50)

O governo FHC adotou programas de créditos fundiários que foram criticados pelos movimentos sociais, principalmente o MST, mas mantidos (com seus nomes trocados) pelo governo Lula. Tais programas foram rotulados de o símbolo da "reforma agrária de mercado". Sobre o tema, Wolf, 1984, enaltece seu repúdio:

> "A terra também não é uma mercadoria por natureza; torna-se assim só quando é definida como tal, por um novo sistema cultural, preocupado em criar uma nova espécie de economia. A terra faz parte da paisagem natural, não foi criada para ser

> comprada e vendida e não é considerada como mercadoria na maior parte das sociedades de outro tipo, onde os direitos à terra são aspectos de grupos sociais específicos e sua utilização, o ingrediente de relacionamentos sociais específicos". (WOLF, 1984, p. 333)

Já para Raul Jungmann, a idéia de programas de créditos fundiários faz parte de uma verdadeira "revolução cultural" dentro da reforma agrária brasileira. Em artigo publicado em 1997 na "Folha de S.Paulo", ele explica:

> "O governo Fernando Henrique Cardoso vem desencadeando uma verdadeira ''revolução cultural'' dentro da reforma agrária brasileira. São vários os programas criados para agilizá-la, dar-lhe a necessária qualidade e também descentralizá-la, a exemplo do Lumiar (que leva assistência técnica aos assentamentos, o que significa mais qualidade), do Casulo (que envolve os governos estaduais e as prefeituras no processo, descentralizando-o) e do Cédula da Terra (que cria uma parceria com os próprios beneficiários da reforma)." (RAUL JUNGMANN, FOLHA DE S.PAULO, 18.07.1997)

Portaria 80: prática e conceito

Voltemos à tal portaria 80. Em abril de 2002, logo depois de a "Folha de S.Paulo" ter revelado que o governo federal inflou os números de seu programa de reforma agrária incluindo candidatos a receber terra em balanço de assentamentos, o Ministério do Desenvolvimento Agrário resolveu mudar a regra e oficializar a prática.

A portaria do ministro José Abrão possibilitou considerar terrenos baldios como "assentamentos" e pessoas apenas inscritas e selecionadas para tentar obter terra do governo como "assentadas".

A portaria 80 mudou os conceitos para assentamentos e assentados do "Manual dos Assentados", editado pelo próprio governo FHC, e de uma norma de execução do Incra de 2001. Ela foi baixada quatro dias depois da primeira de uma série de reportagens publicadas pela "Folha de S.Paulo" sobre manipulações nos balanços do órgão.

Publicada do "Diário Oficial" da União de 25 de abril, a portaria, revogada sob pressão pelo governo Lula, dizia que "assentamento" era apenas uma "unidade territorial" obtida "para receber em suas várias etapas indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra". Para ser contabilizada como assentamento, qualquer área, a partir de então, não necessitava da presença de trabalhadores rurais ou de quaisquer obras de infra-estrutura. Na prática, com aquela definição via portaria, terrenos baldios poderiam ser considerados "assentamentos". Com isso, a medida acabou com os "assentamentos-fantasmas".

> "A propósito vale lembrar, ao contrário do que revela a Portaria/MDA/número 80/02, que o conceito de assentamento, remanescente dos mais antigos tratados sobre a questão agrária do mundo, desde há muito foi incorporado ao nosso ordenamento jurídico, com bem elucida a Portaria do Incra de número 17, de 8 de janeiro de 1971, que já o definia como sendo: "um conjunto de providências ou operações necessárias à inscrição, identificação, seleção, transferência e localização dos beneficiários, bem como implantação do sistema de organização social, utilizando métodos que permitam a sua integral participação no desenvolvimento do projeto".

> Em outras palavras, isto significa que assentamento é um processo constituído pelo conjunto de ações que se complementam e que, ao fim, devem responder pelo desenvolvimento, pela consolidação do projeto e a conseqüente fixação do homem à terra." (OFÍCIO/CNASI/NÚMERO 06/02, DE MAIO DE 2002, AO SENHOR SEBASTIÃO AZEVEDO, PRESIDENTE DO INCRA)

O termo "assentado" também foi alterado. A partir de então, um assentado não precisava estar na terra para ser considerado como tal pelo governo. Segundo a portaria, era "o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para o ingresso" no programa de reforma agrária. Em outras palavras: para considerar uma família como assentada, o governo não precisava mais oferecer infra-estrutura básica (água, luz e esgoto), fazer medição e demarcação dos lotes, liberar créditos para a construção de casas e gastos com alimentação, entre outros benefícios.

> "[Assentado] é o candidato inscrito que, após ter sido entrevistado, foi selecionado para o ingresso [ao programa de reforma agrária], sendo-lhe concedido o direito ao uso da terra"

> "[Assentamento é a] unidade territorial obtida pelo programa de reforma agrária por desapropriação, arrecadação de terras públicas, aquisição direta, doação [...], para receber indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra" [TRECHOS DA PORTARIA 80, DE 25 DE ABRIL DE 2002]

As manipulações governamentais, porém, não se resumiram a isso. O governo FHC também contou como "assentados" trabalhadores rurais que já estavam mortos havia anos. Eles chegaram às terras ainda na década de 80, trazidos pela ditadura militar, mas passaram a integrar as estatísticas da reforma agrária do governo Fernando Henrique Cardoso, que dizia ter assentado cerca de 588 mil famílias entre 1995 e 2001. Em 2002, ano eleitoral, não houve balanço.

Um exemplo clássico dos mortos-assentados: na relação oficial de assentados pela reforma agrária no ano de 1999 aparece o nome do agricultor Elizeu Oliveira da Silva como beneficiado naquele ano no Projeto de Assentamento Rio Juma, no município de Apuí (AM). Seus números: AM000700002683 (de assentado) e 22112227220 (CPF).

Acontece que o mesmo Elizeu fora encontrado morto numa delegacia da cidade em novembro de 1997. Ou seja, foi assentado quase dois anos depois de morto. O caso de Elizeu, morto aos 28 anos, tornou-se emblemático pois, à época, não se sabia se o agricultor fora assassinado, como sustentavam os trabalhadores rurais da região, ou se cometera o suicídio, como apontava a versão policial e dos médicos legistas.

Fernandes, 2000, por exemplo, critica algumas das formas utilizadas pelo governo e ainda enaltece o papel dos movimentos sociais em todo o processo:

> "A luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. Por essa razão é que questionamos: que reforma agrária? (Fernandes, 1998). Chamar de reforma agrária essa realidade é interpretá-la na linguagem do Estado, das classes dominantes (Martins, 1986c, p.67). De fato, os assentamentos implantados são resultados da luta pela terra, que têm contribuído para a efetivação da política de assentamentos rurais. E a isso chamamos incorretamente de reforma agrária." (FERNANDES, 2000, p. 301)

Considerações finais

A realidade é que nos últimos anos os governos têm agido na questão da reforma agrária à reboque das ações e reivindicações dos movimentos sociais, principalmente do MST.

Vejamos: para escapar das pressões nacional e internacional pelos massacres de Corumbiara[8] e Eldorado do Carajás[9], o governo FHC passou a responder com metas altíssimas e sempre cumpridas. Ou seja, preocupação com os números, leia-se balanços inflados, e pouco caso para a qualidade dos assentamentos _fortemente criticada em 2002 numa reportagem de capa da revista "Newsweek".

E o governo Lula seguiu o mesmo caminho: já inflou balanços, lançou metas altíssimas sem que tivesse orçamento disponível para isso, não cumpriu a meta de 2003 e ainda vê o número de invasões crescer a cada mês sob sua administração.

Para concluir o artigo, um indicativo do descontrole do atual governo sobre o tema. A medida provisória antiinvasão[10], editada em 2000 por FHC e que o próprio PT, enquanto oposição, tentou revogá-la por meio de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade), tem sido tratada de duas formas. Aos ruralistas, entre os quais integrantes da base aliada do governo, como PMDB e PP, o Palácio do Planalto utiliza o discurso de que a MP não será revogada. Já aos sem-terra, a palavra governamental é que a medida provisória, apesar de mantida, não será cumprida.

"Está na hora de esses ministros desligarem os telefones e trabalharem." (JOÃO PEDRO STEDILE, DO MST, FOLHA DE S.PAULO, 08.04.2004)

"O lamentável é que mais cedo ou mais tarde alguém [entre os fazendeiros] vai reagir [às invasões de terra]." (ANTÔNIO ERNESTO DE SALVO, DA CNA[11], FOLHA DE S.PAULO, 08.04.2004)

"Ao contrário do que diz o governo e seus ministros, não existe nada dentro da normalidade democrática. O que existe é um deboche à Constituição brasileira." (LUIZ ANTONIO NABHAN GARCIA, DA UDR[12], FOLHA DE S.PAULO, 08.04.2004)

Referências

FERNANDES, Bernardo M. *MST. Formação e Territorialização.* São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

_____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST.* São Paulo: CORTEZ, 2001.

[8] Em 9 de agosto de 1995, pelo menos dez sem-terra e dois PMs são mortos durante confronto em Corumbiara (RO).

[9] Em 17 de abril de 1996, pelo menos 19 sem-terra são assassinados por policiais militares durante a desobstrução de uma estrada em Eldorado do Carajás (PA). Ninguém está preso pelo crime.

[10] A Medida Provisória 2.183 proíbe por dois anos as avaliações e vistorias em terras invadidas e exclui do programa de reforma agrária os assentados que participarem de invasões. Segundo o Incra, até o início de abril de 2004, não havia no país nenhuma área impedida de vistoria por causa da MP.

[11] CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

[12] UDR (União Democrática Ruralista).

FOLHA DE S.PAULO. *Manual da redação*. São Paulo, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

_____. *O que é questão agrária*. São Paulo: BRASILIENSE, 1980.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Lutas sociais na América Latina – Argentina, Brasil e Chile*. Porto Alegre: MERCADO ABERTO, 1989.

MARTINS, José de S. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo. EDUSP, 2000.

_____. *Travessias – A vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: EDITORA DA UFRGS, 2003.

PRADO Jr., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: BRASILIENSE, 1979.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *O terror e o tigre: Peru, Chile e as reformas agrárias na América Latina*. Rio de Janeiro: FASE, 1994.

SADER, Emir. *Cuba, Chile e Nicarágua – Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.

SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: PÁGINAS E LETRAS EDITORA, 2003.

WOLF, Eric Robert. *Guerras camponesas do século XX*. GLOBAL EDITORA, 1984.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. São Paulo: BRASILIENSE, 1981.

ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária). http://www.abrareformaagraria.com.br.

CONTAG (Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura). http://www.contag.org.br.

CPT (Comissão Pastoral da Terra). http://www.cptnac.org.br.

FOLHA DE S.PAULO. http://www.uol.com.br/fsp.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). http://www.incra.gov.br.

ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo). http://www.institutodeterras.sp.gov.br/

JORNAL DO BRASIL. http://www.jb.com.br.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. http://www. mda.gov.br/

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). http://www.mst.org.br.

NERA (NÚcleo de Estudos, Pesq. e Proj. de Reforma Agrária). http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

Sustentabilidade de sistemas produtivos agrários em paisagens do cerrado: uma análise no município de Jataí (GO)

Paysages du cerrado brésilien et développement soutenable de systèmes productifs agraires: une analyse dans la ville de Jataí (GO)

Sustainability of agrarian productive systems in landscapes of the Brazilian cerrado: an analysis in the Jataí city (GO)

Ivanilton José de Oliveira

Professor do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Rua 6, 635, Edif. Nury Dirane, apto. 701, Centro
CEP: 74023-030 - Goiânia, GO
fone: (62) 225-6339.
oliveira@iesa.ufg.br

Resumo: Este artigo discute o avanço da modernização agropecuária nas áreas do cerrado brasileiro e sua relação com o meio físico, a partir do exemplo do município de Jataí, em Goiás. O trabalho pautou-se pelo uso de um sistema de informações geográficas, para mensuração das áreas e, também, para geração de um mapa de Unidades de Paisagem. A abordagem é focada na apresentação das características fisiográficas e da dinâmica de ocupação das terras em Jataí, para permitir uma análise da sustentabilidade dos sistemas produtivos introduzidos nas paisagens da região.
Palavras-chave: sustentabilidade, modernização agropecuária, cerrado, município de Jataí (GO), unidades de paisagem

Resumé: Cet article discute l'avance de la modernisation agro-pastorale dans les secteurs du Cerrado brésilien et sa relation avec l'environnement, à partir de l'exemple de la ville de Jataí, dans l'état de Goiás. Le travail s'est réglé par l'utilisation d'un système d'informations géographiques, pour mensuration des secteurs et, aussi, pour génération d'une carte d'Unités de Paysage. L'abordage est focalisé dans la présentation des caractéristiques environnementales et de la dynamique d'occupation des terres dans Jataí, pour permettre une analyse du développement durable des systèmes productifs introduits dans les paysages de la région.
Mots-clés: développement soutenable, modernisation agro-pastorale, Cerrado brésilien, ville de Jataí (GO), unités de paysage.

Abstract: This article argues the advance of the agriculture and cattle raising modernization of the Brazilian Cerrado area of Jataí, Goiás, and its relationship with the environment. For the calculations of areas and construction of Landscape Units map, a geographic information system was used. To allow an analysis of the sustainability of the introduced productive systems in its landscapes, the environmental characteristics and the dynamics of occupation of lands were examined.
Key words: sustainability; modern agriculture; Cerrado; Jataí, state of Goiás; landscape units

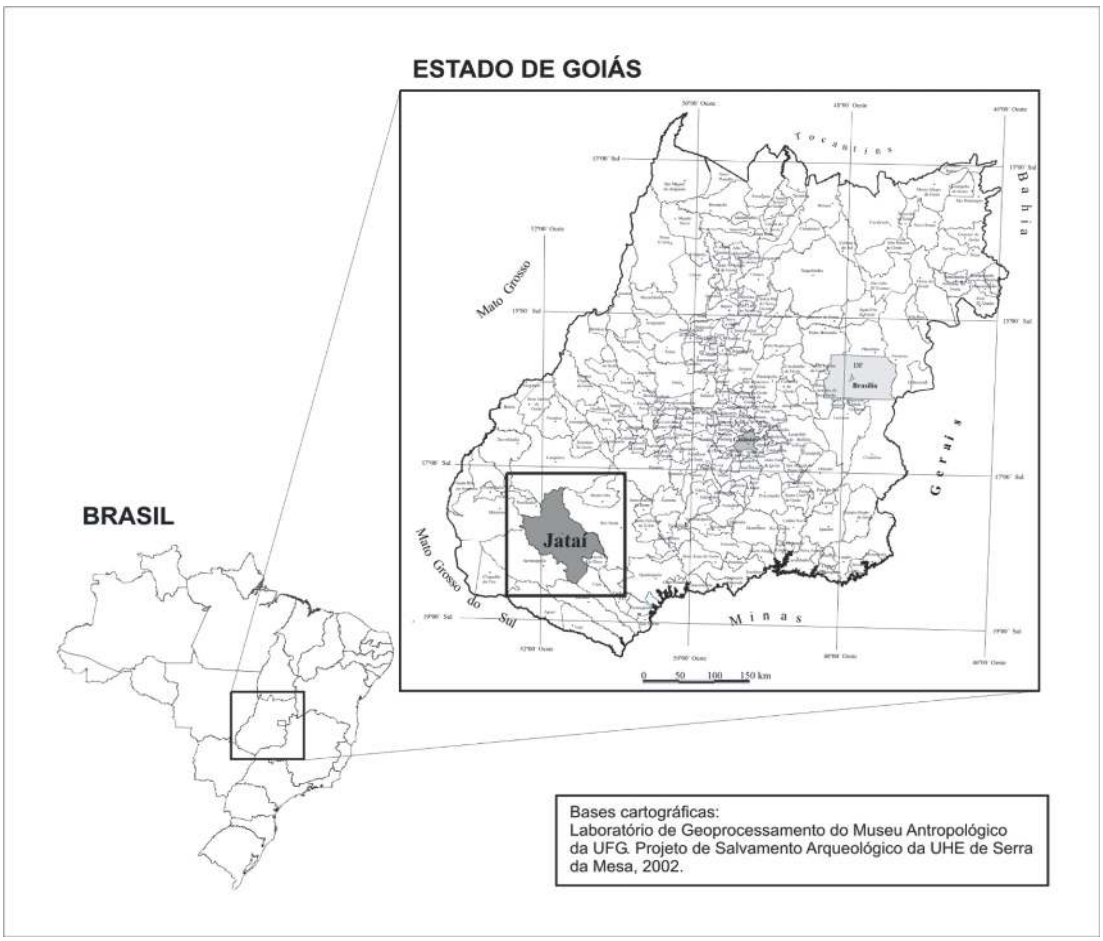
Introdução

A região dos cerrados brasileiros está transformando-se no grande celeiro agrícola do Brasil, num ritmo acelerado desde as últimas décadas do século passado. Essa mudança vem acompanhada de uma intensa devastação das paisagens naturais, com a perda irreversível da biodiversidade, apesar do quase desconhecimento sobre o nível de sustentabilidade das atividades produtivas que têm sido implantadas nesses ambientes.

Contudo, esse avanço da agropecuária sobre o Cerrado é visto como fator de desenvolvimento da região e, mais recentemente, tem tido papel importante na retomada do crescimento econômico do Brasil, na medida em que o agronegócio amplia sua participação no mercado externo, via exportação de produtos como a carne bovina e a soja.

O município de Jataí (Figura 1), no sudoeste do estado de Goiás, área core da extensão original do Cerrado, é um exemplo claro da substituição das paisagens originais por extensos campos de cultivo e pastagens. Pretende-se, aqui, enfocar o papel da modernização agropecuária na transformação das terras jataienses e a sua relação com os ambientes naturais encontrados na região, para permitir uma discussão da sustentabilidade dessas práticas produtivas.

Figura 1: Localização do Município de Jataí (GO).



Desenvolvimento sustentável na agricultura

Na cultura ocidental, que hoje permeia praticamente todas as civilizações e povos do planeta, há uma associação intrínseca da noção de desenvolvimento à de progresso. O conceito de progresso remete à idéia de crescimento econômico, sendo medido pelo acúmulo de riquezas materiais produzidas ou apropriadas. Não há vinculação direta com o bem-estar social e ambiental, muito embora se espere que esses objetivos sejam também atingidos com a riqueza econômica.

Entretanto, o verdadeiro desenvolvimento pressupõe também a sustentabilidade dos padrões de vida atingidos, tanto para as atuais quanto para as futuras gerações. A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991) definiu como "desenvolvimento sustentável" aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.

De acordo com Espinosa (1993), esse o conceito incorpora a conservação ambiental, além do crescimento econômico e eqüidade social, para julgar o desenvolvimento. A conservação ambiental é entendida como gestão racional da utilização da biosfera, de tal sorte que produza o maior benefício sustentável para a humanidade. Já o crescimento econômico e a eqüidade social são tidos como medidas de políticas econômicas e sociais para satisfazer as necessidades mais urgentes da sociedade e a melhoria da qualidade de vida.

Pires (1996) faz uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, reconhecendo nele não uma versão acabada de categorias teóricas e práticas para um novo patamar na relação entre sociedade e natureza, mas sim a expressão de uma insatisfação com o padrão atual de desenvolvimento.

De acordo com o autor, apoiado em obras como as de Kuhn (1990) e Capra (1999), estamos vivendo no momento uma situação pré-paradigmática ou período transicional de paradigmas. O modelo atual, embasado na visão de mundo mecanicista, fragmentada e especializada da ciência cartesiana-newtoniana, não tem conseguido oferecer respostas aos problemas e situações atuais, globalmente interligados e interdependentes. Nesse sentido, a partir da década de 1960, principalmente, tornaram-se perceptíveis os traços do surgimento de uma nova visão denominada de *holística* ou *sistêmica emergente*, em que a ciência tem tomado conhecimento da complexidade do real e da necessidade de superar a separação entre sociedade e natureza.

Conforme Evaso et al. (1993), o termo *sustentável* advém das ciências naturais e diz respeito, do ponto de vista ecológico, à "tendência dos ecossistemas à estabilidade, ao equilíbrio dinâmico, a funcionarem na base da interdependência e da complementaridade, reciclando matérias e energias". Shiki (1997a) cita os exemplos de alguns autores, como Altvater (1995) e Georgescu-Roëgen (1989), que têm ensaiado a possibilidade de utilizar conceitos da física para mediar a relação sociedade-natureza, mais precisamente pelo uso das leis da *termodinâmica*. Nessa ótica, o significado termodinâmico da relação sociedade-natureza pode ser dado pelo fluxo de matéria-energia que entra no processo econômico num estado de baixa entropia[1] (ou sintropia positiva) e sai num estado de alta entropia.

[1] Entropia, na física, é uma função termodinâmica de estado, associada à organização espacial e energética das partículas de um sistema. No texto, a entropia é vista como um estado de *desordem*.

Para Shiki (1997a), o aumento da produtividade das atividades econômicas, no regime atual, implica em consumo elevado das reservas de sintropia positiva (recursos energéticos, matérias-primas etc.) e, portanto, aumento de entropia (desordem), sob as formas de misturas de energias (gases, materiais), elevação dos níveis tóxicos e redução da biodiversidade.

A redução da biodiversidade significaria uma tentativa do capital industrial em obter maior "ordenamento", por meio da simplificação do processo. Entretanto, isso acaba causando o efeito inverso, pois o ordenamento proposto ao setor agroalimentar, por exemplo, via simplificação, homogeneização (cuja expressão no espaço agrário é a monocultura), contradiz com a ordem do ecossistema primário, criando uma desordem (entropia).

Para o autor,

> Essa desordem se manifesta ecologicamente sob forma de doenças e pragas oportunistas, de extinção de espécies animais e vegetais, gerando instabilidade. Os ecossistemas transformados pelo agro (agroecossistemas) não se submetem facilmente às normas fordistas de produção industrial e, portanto, à submissão (subsunção) do próprio processo de trabalho. Essa insubordinação da natureza aos ditames do capital faz com que a agricultura não consiga ser um setor de alta produtividade econômica, nem estabelecer facilmente uma nova estabilidade, uma das propriedades essenciais da sustentabilidade. (Shiki, 1997a, p. 139)

Com relação às atividades agrícolas, a noção de sustentabilidade vem aparecendo como modelo desde a década de 1980. De acordo com Pires (1996), esse enfoque "passa a concentrar o debate acerca das interfaces entre produção alimentar e meio ambiente". E, no caso da agricultura, representa uma insatisfação com o padrão da agricultura convencional ou moderna, e a busca por "um modelo produtivo que garanta, por um lado, a segurança alimentar e, por outro lado, a conservação ecológica" (p. 29).

Rosa (1998) advoga que a sustentabilidade ambiental agrícola deve ser entendida como o equilíbrio dos elementos biológicos com os componentes abióticos do meio ambiente, de forma a estabilizar a produção agrícola a longo prazo, sem esgotar os recursos naturais necessários nem romper os ciclos de nutrientes e os fluxos de energia da natureza. Para o autor, essa abordagem deve considerar, necessariamente, a influência das ações humanas sobre os processos de sustentabilidade ambiental, incluindo desde as necessidades dos camponeses e suas relações sociais até os interesses comerciais internacionais.

Veiga (1994), citado por Lima e Queiroz Neto (1997), entende que, mesmo havendo diversas definições de agricultura sustentável, todas abarcam a idéia de um sistema de produção agrícola que garanta, ao menos, a manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos aos produtores; retornos adequados aos produtores; otimização da produção com mínimo de insumos externos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; e, ainda, o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Um conceito que vem sendo utilizado nas abordagens ambientais sobre a agricultura é o de *agroecossistema*, que procura aplicar os conhecimentos da ecologia na análise dos campos agrícolas, vistos como ecossistemas especiais (Rosa, 1998). De acordo com esse enfoque, os processos agrícolas não devem ser analisados separadamente, desconectados de seu ambiente ou das relações que possuem entre si.

Graziano da Silva (1991 *apud* Shiki, 1997b) trabalha com o conceito de *sistema agroalimentar*, que se sustenta na idéia do processo de internacionalização de padrões de produção e consumo agroalimentares "fordistas". O conceito compreende todo o complexo de produção agroalimentar, que reúne a agricultura – enquanto atividade realizada no espaço rural – e as indústrias que a ela se ligam, além do setor de distribuição e consumo.

Shiki (1997b) considera o conceito de sistema agroalimentar o mais adequado à abordagem da sustentabilidade do processo produtivo nas áreas de cerrado. Para o autor,

> O sistema agroalimentar, como um conceito, permite aproximar a compreensão da dinâmica econômica, social e ecológica e, em particular, quando se examina o seu segmento agrário. A ênfase vai ser dada ao estudo dos sistemas agrários, na suposição de que a sua análise seja reveladora das transformações e indicadora do grau de sustentabilidade do sistema agroalimentar nos cerrados. A sociedade que se organizou no cerrado, tem uma estrutura econômica cuja base é a produção agroalimentar [...]. (Shiki, 1997b, p. 136)

O autor destaca ainda dois parâmetros importantes para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares: a *estabilidade*, propriedade pela qual o sistema mantém uma produtividade constante, frente a pequenas distorções causadas por variações ecológicas e socioeconômicas; e a *resiliência*, que avalia a capacidade de recuperação do sistema frente a fatores externos, como *stress* contínuo ou por perturbação de maior intensidade. Ou seja, a sustentabilidade do sistema dependeria de sua capacidade de manter-se em equilíbrio.

Lima e Queiroz Neto (1997), por sua vez, procuram definir um método para a avaliação e mensuração do grau de sustentabilidade dos sistemas produtivos. Para os autores,

> As respostas que podem ajudar a entender os cerrados e oferecer um referencial de sustentabilidade ambiental para os seus sistemas agroalimentares, só serão encontradas dentro de um enquadramento teórico que considere a totalidade do ambiente e a sua dinâmica no espaço e no tempo. Para compreender mais profundamente esse arranjo complexo de elementos, sua origem e sua dinâmica, precisamos de uma metodologia de síntese. (p. 247)

Os autores consideram que o conceito de *paisagem*, formulado na geografia clássica francesa, pode ser útil à aplicação de estudos integrados, em que a síntese esteja na origem do método. Para eles, "A paisagem é uma entidade global e os elementos que a constituem participam de uma dinâmica comum, que não corresponde obrigatoriamente à evolução de cada um deles separadamente. A paisagem é a síntese" (p. 249).

Lima e Queiroz Neto (1997) advogam ainda que, para se alcançar sistemas produtivos sustentáveis na agricultura será fundamental pautar ações baseadas no conhecimento dos elementos físicos da natureza, com estudos integradores e multidimensionais, levando-se em conta o sentido mais amplo do conceito de desenvolvimento sustentável, que abarca, além dos aspectos econômicos e sociais, os ambientais.

No presente artigo pretende-se fazer uma discussão dessa natureza, a partir da análise de uma região originariamente típica do Cerrado brasileiro: o município de Jataí, no sudoeste goiano.

As políticas agrícolas e a ocupação dos cerrados

A aplicação das políticas agrícolas governamentais, com capitais públicos e/ou privados, teve papel determinante na modernização da agricultura no Brasil, responsável por significativos aumentos da produção agropecuária. Podemos destacar programas e projetos como o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer); além da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O destino da sustentabilidade no setor agrícola brasileiro, de acordo com Pires (1996), tem sido influenciado pela formulação e execução das políticas públicas. Para o autor, parece haver uma relação entre o aumento do interesse por práticas ditas *sustentáveis* (como conservação do solo, plantio direto, controle biológico de pragas, fixação atmosférica de nitrogênio, entre outras) e o decréscimo dos incentivos creditícios do Governo. Essas práticas, que antes eram vistas como *alternativas*, foram gradativamente incorporadas ao padrão produtivo da agricultura brasileira.

Para Ehlers (1994), o perfil produtivista da política agrícola brasileira é marcado pela introdução do pacote tecnológico da chamada *Revolução Verde*, como ficaram conhecidos os avanços no setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas da química, mecânica e genética, iniciados nos anos 1960 e intensificados na década seguinte, que culminaram com um dos períodos de maiores transformações na história recente da agricultura e da agronomia, participando decisivamente para a modernização agrícola.

De acordo com Capra (1999), a influência da indústria petroquímica sobre a agricultura e a lavoura é semelhante à influência da indústria farmacêutica sobre a prática médica. Os agricultores, tal como os médicos, lidam com organismos vivos (as plantas, os insetos, o solo etc.) que são seriamente afetados pela abordagem mecanicista e reducionista de nossa ciência e tecnologia. Assim como a indústria farmacêutica condicionou médicos e pacientes para acreditarem que o corpo humano necessita de contínua supervisão médica e de tratamento medicamentoso a fim de permanecer saudável, também a indústria petroquímica levou os agricultores a acreditar que o solo e as culturas necessitam de infusões maciças de agentes químicos, supervisionadas por agrônomos e técnicos agrícolas, para se manterem produtivos.

Embora esses pacotes tecnológicos tenham propiciado resultados positivos em relação à produção e à produtividade a curto e médio prazos, devem-se questionar os seus impactos distributivos e ambientais. Para Alho e Martins (1995), as tecnologias estavam dirigidas às necessidades dos médios e grandes produtores, que tiveram amplo acesso a crédito subsidiado e optaram pelo plantio de culturas de maior rentabilidade, particularmente a soja.

De acordo com Shiki (1997b), a intervenção do Estado no sentido de inserção da região dos cerrados no sistema produtivo nacional iniciou-se ainda no governo do presidente Getúlio Vargas, com a implantação de um projeto de colonização agrícola. A criação das oito colônias agrícolas nacionais (a de Goiás foi a primeira a ser implantada) deu-se pelo decreto n. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941 e, de acordo com Pessoa (1999), estava inserida na política de "Marcha para o Oeste", que previa a interiorização do Estado e tinha como verdadeira razão a "abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos

sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes" (p. 47).

No entanto, o maior esforço estatal realizado para a ocupação efetiva dos cerrados foi o Polocentro. Para Shiki (1997a), o Polocentro foi o principal programa de ação regional do II Plano Nacional de Desenvolvimento, criado no início do governo do presidente Ernesto Geisel, em 1975. O programa aplicou recursos da ordem de US$ 248 milhões entre 1975 e 1984, com pico em 1977 (Sheibe, 1985 *apud* Shiki, 1997a), destinando-os à construção de armazéns, ao apoio à pesquisa e assistência técnica, ao sistema de transporte, à rede de energia, exploração do calcário e ao florestamento. Predominaram investimentos destinados à pecuária, levando a região dos cerrados a possuir o maior rebanho bovino do país.

Valendo-se dos recursos do Polocentro, a Embrapa intensificou a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias que contribuíram para a expansão e a modernização agropecuária no cerrado.

Outros programas sucederam-se, direcionando recursos para a região, como o Proalcool e o Prodecer. O primeiro destinava-se ao financiamento da atividade canavieira, visando o abastecimento do mercado nacional com o álcool combustível. O segundo tem como objetivo implementar a colonização nas áreas de cerrado, e foi desde o início dirigido para a produção de grãos, com financiamento da Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (JICA) e contrapartida do governo brasileiro (Alho e Martins, 1995.; Shiki, 1997a). A participação japonesa, conforme Shiki (1997a), demonstra o interesse internacional pelos cerrados, em especial como região estratégica de suprimento de *commodities* agrícolas, como a soja.

A região de Jataí foi alvo principalmente dos recursos do Polocentro, que tinha na cidade de Rio Verde (que dista menos de 100 km de Jataí) um de seus pólos de atuação no estado de Goiás (Duarte, 1989).

A tentativa de avaliar os parâmetros dessa verdadeira *revolução* no uso da terra e sua correlação com o ambiente do cerrado, tendo como enfoque a área do município de Jataí, em Goiás, é uma forma de contribuir para a compreensão desse processo. Trata-se, contudo, de uma análise de caráter parcial, já que uma abordagem mais aprofundada acerca da sustentabilidade depende, necessariamente, de uma pesquisa mais ampla e que envolva um trabalho interdisciplinar.

O município de Jataí e o processo de modernização agropecuária

A análise aqui apresentada é subsidiada pelo cotejo entre as formas de uso da terra e as características fisiográficas da região de Jataí, realizada por Oliveira (2002). Os ambientes naturais de Jataí são representados na forma de *unidades de paisagem*, cuja composição deriva das correlações realizadas entre os elementos *geológicos*, *geomorfológicos* e *pedológicos*.

Trata-se de uma adaptação da proposta de Bertrand (1971), mais especificamente quanto ao que o autor chamou de *potencial ecológico*. Considera, ainda, os pressupostos de Delpoux (1974) e Ab'Saber (1969), acerca da investigação científica da paisagem, além dos referenciais metodológicos expostos por Xavier da Silva e Carvalho Filho (1993), sobre a abordagem da questão ambiental utilizando-se *sistemas de informação geográfica*.

O mapa de Unidades de Paisagem (Figura 2) foi gerado num SIG, embora não tenha sido de maneira totalmente automatizada, conforme preconiza o trabalho de Ferreira (1997). Em função dos cruzamentos realizados entre os temas do meio físico (*tabulações cruzadas* feitas no SIG), foi possível determinar o grau de correlações existentes, em determinados espaços, entre os diferentes tipos de solos, níveis altimétricos, formas do relevo e formações geológicas. Tendo como parâmetro a compartimentação topográfica, fez-se a determinação dos limites entre as áreas mais homogêneas, ou seja, as *unidades de paisagem* (Oliveira, 2002).

As paisagens encontradas no município de Jataí espelham as relações entre a fisiografia e a dinâmica histórica de ocupação das terras. Antes uma área originalmente típica do sistema biogeográfico do cerrado, atualmente apresenta um processo crescente de homogeneização da paisagem, com a incorporação das práticas agropecuárias modernas, principalmente a partir do plantio de monoculturas de grãos, como o milho e a soja, e da expansão da pecuária melhorada, com o uso de pastagens cultivadas e criação semi-intensiva de rebanho bovino.

É interessante observar que a descrição inicial de alguém que viajasse pelos domínios do cerrado goiano até algumas décadas atrás era justamente a de uma paisagem aparentemente monótona (como bem relataram Ab'Saber e Costa Jr., 1950), haja vista o relevo ostensivamente plano dos chapadões e chapadas, sempre recobertos por uma vegetação aberta, constituída basicamente por árvores de pequeno porte, arbustos e extensos campos cobertos de gramíneas e ervas, por vezes entrecortados por matas de galeria e veredas (Oliveira, 2001).

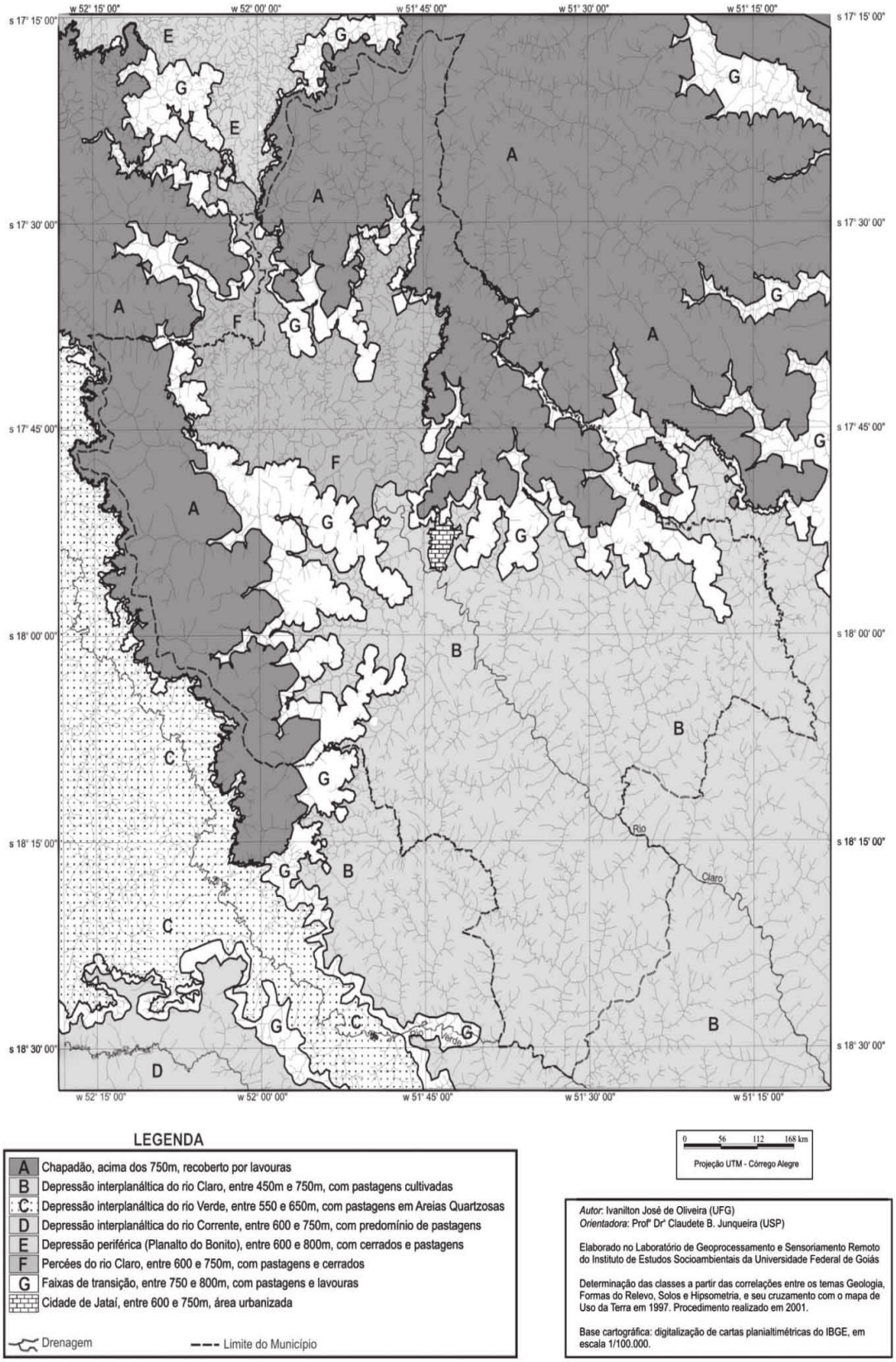
Ao que parece, a transformação da paisagem promovida pelos agricultores e pecuaristas da região, especialmente a partir da década de 1970, tem criado um novo espaço "igualmente" monótono, representado pelos campos de soja, milho, sorgo ou cana-de-açúcar, ou ainda pelos pastos formados com capim brachiária ou capim-gordura.

A modernização das atividades produtivas valeu-se, é claro, do fato de o ambiente do cerrado jataiense ser francamente favorável ao uso de certas técnicas, como a mecanização das etapas de plantio e colheita de lavouras.

Para isso contribuiu o relevo, representado pelo reverso da *cuesta* do Caiapó, de feições planas a suavemente onduladas, fruto da extensa pediplanação por que passou toda a região ao longo do Terciário – as formas de relevo de topo aplanado representam quase 80% do total da área (Oliveira, 2002). E também os solos, bem desenvolvidos e livres de pedregosidade (Latossolos Vermelho-Escuro e Roxo distrófico, em sua maioria), que embora não sejam naturalmente férteis – à exceção das pequenas manchas desenvolvidas sobre as eruptivas básicas da Formação Serra Geral –, têm sua correção de acidez facilitada pela abundância de depósitos calcários nas proximidades, oriundos dos sedimentos permianos do Grupo Passa Dois, que aflora nas bordas da *cuesta* Caiapó.

O Quadro 1 traz a configuração fisiográfica das paisagens encontradas em Jataí.

Figura 2: Município de Jataí (GO) - Unidade de Paisagem.



Quadro 1: Características geoambientais das unidades de paisagem em Jataí (GO) e seu entorno.

UNIDADE DE PAISAGEM	GEOLOGIA	RELEVO	SOLOS
Chapadão	redomínio dos sedimentos argilo-arenosos de idade terciária da Formação Cachoeirinha (82%).	Predominantemente pla-no, com 96% de sua área apresentando formas de topo aplanado. 87% das superfícies pediplanadas estão nessa unidade. Altitudes: 99% da área entre 800m e 1.000m.	Predomínio do Latossolo Vermelho-Escuro distrófico (72,1%) e, secundariamente, do Latossolo Roxo distrófico (13,7%).
Depressão Interplanáltica do Rio Claro	Predomínio do arenito Bauru (81%) e dos basaltos da Formação Serra Geral (14,5%).	Predomínio de formas planas (80,8%) e, secundariamente, das formas de topo convexo (17,6%). Altitudes: 98% da área entre 750m e 450m.	Predomínio do Latossolo Vermelho-Escuro álico (50%) e, secundariamente, do Latossolo Roxo distrófico (21,1%) e Podzólico Vermelho-Escuro eutrófico (12,7%).
Depressão Interplanáltica do Rio Verde	Predomínio do arenito Botucatu (81,2%).	Predomínio de formas de topo convexo (quase 60%) e, secundariamente, das planas (37,1%). 40% das planícies fluviais e 100% dos terraços fluviais estão nessa unidade. Altitudes: 70% da área entre 550m e 650m.	Predomínio de Areias Quartzosas álicas ou distróficas (40%), Latossolo Vermelho-Escuro distrófico (29%) e Podzólico Vermelho-Amarelo distrófico (17%).
Depressão Interplanáltica do Rio Corrente	Predomínio do Grupo Bauru (72,5%) e Formação Cachoeirinha (20,3%).	Predomínio de formas planas (81,6%) e convexas (13,1%). Altitudes: 90% da área entre 600m e 750m.	Predomínio do Latossolo Vermelho-Escuro distrófico (79,7%).
Depressão Periférica	Predomínio absoluto dos arenitos permocarbonífe-ros da Formação Aquidauana (96,1%).	Predomínio de formas de topo convexo (80%). Quase um terço das formas aguçadas estão nessa unidade. Altitudes: 99% da área entre 600 e 800m.	Predomínio dos Cambissolos álicos ou distróficos (74,1%) e, secundariamente, dos Solos Litólicos (12,2%).
Percées do Rio Claro	Sem uma dominância clara. Maior expressividade das Formações Botucatu (33,5), Cachoeirinha (21,7) e Serra Geral (20%).	Sem uma dominância. Apresenta formas de topo aplanado (49,3%) e de topo convexo (48%). Das superfícies erosivas tabulares, 46% estão nessa unidade. Altitudes: 95% da área entre 600 e 750m.	Sem uma dominância clara. Maior expressividade de Areias Quartzosas (38,5%), Latossolos Vermelho-Escuro distrófico (30,8%) e Latossolo Roxo distrófico (27%).
Faixas de Transição	Sem dominância expressa. Maior presença da Formação Cachoeirinha (35,8%), Grupo Bauru (30,8%) e Formação Botucatu (13,2%).	84,4% de formas de topo plano e 14,5% de topo convexo. Engloba as escarpas das serras do Caiapó e Azul. Altitudes: 75% da área entre 750m e 800m.	Presença de todos os tipos de solos, com destaque para o Latossolo Vermelho-Escuro distrófico (29%), Latossolo Roxo distrófico (26,7%) e Latossolo Vermelho-Escuro álico (15,6%).
Cidade de Jataí	Sedimentos cretáceos do Grupo Bauru (78,9%) e basaltos jura-cretáceos da Formação Serra Geral (21,1%).	Formas de topo aplanado, com altitudes variando entre 600 e 750m (94% da área urbana).	Latossolo Roxo distrófico.

A vegetação do cerrado, com suas árvores esparsas associadas a um extrato herbáceo-arbustivo, pode ser abastada com extrema facilidade, se comparada às matas fechadas da Amazônia. Os campestres – campos naturais da região, com domínio de gramíneas e presença ou não de arbustos – foram, durante longo período, utilizados como pastagens para o gado trazido primeiramente de Minas Gerais e São Paulo. Nas últimas décadas, têm sido substituídos ostensivamente pelas gramíneas africanas, como

a *brachiaria*, altamente adaptada às condições edafoclimáticas locais e de maior valor protéico para a alimentação dos rebanhos (Oliveira, 2001).

Outro fator favorável é o clima, que não apresenta escassez pronunciada de chuvas nem tampouco variações bruscas ou extremadas da temperatura (Mariano e Scopel, 2000). O mesmo pode-se dizer da disponibilidade de água: a água superficial é majoritariamente perene e os depósitos de água subterrânea são comprovadamente amplos. Isso facilita sua exploração para a irrigação artificial, como já vem sendo feito no município de Jataí, com seus inúmeros pivôs centrais.

A conjugação desses fatores biológicos e geográficos facilitou a implementação de uma atividade agropastoril nos moldes ditos modernos. A monocultura da soja, por exemplo, apresenta-se muito bem adaptada às condições do ambiente do cerrado, estando quase onipresente nas propriedades rurais de Jataí que se dedicam à agricultura.

A soja apresenta produtividade elevada, conseguida com o uso de sementes selecionadas geneticamente e maciço emprego de insumos agrícolas, como fertilizantes e biocidas. Como tem grande aceitação no mercado externo, a rentabilidade tem sido sempre superior à do plantio de gêneros da dieta básica dos brasileiros, como o arroz e o feijão.

Alguns índices, extraídos dos levantamentos estatísticos do IBGE (apud Machado, 1996) e da Seplan-GO (1996) comprovam essa situação. Em 1985, dos 1.891 estabelecimentos rurais cadastrados no município de Jataí, 933 (49% do total) utilizavam algum tipo de fertilizante e 1.816 (96%) recorriam aos defensivos agrícolas. As Tabela 1 e 2 apresentam mais alguns dados a esse respeito.

Tabela 1: Número de equipamentos registrados na produção agrícola – Jataí-GO – 1970/1995.

Equipamento	**1970**	**1995**
Tratores	81	1.277
Arados de tração mecânica	56	569
Máquinas colheitadeiras	41	363
Máquinas para plantio	-	622

Tabela 2: Área colhida, em hectares, de alguns produtos agrícolas – Jataí-GO – 1970/1995.

Produto	**1970**	**1995**
Arroz	5.230	6.635
Feijão	1.527	346
Milho	3.125	52.006
Soja	5	91.768

Fonte: IBGE, censos agropecuários 1970 e 1995.

A leitura da Tabela 1 apresenta um acréscimo substancial na quantidade de equipamentos disponíveis para as diversas etapas do processo produtivo agrícola em Jataí, um indicador da mudança no sistema de produção. Isso é refletido na Tabela 2, que demonstra, entre os anos de 1970 e 1995, uma variação positiva de 26,86% na área colhida de arroz e um decréscimo de 77,34% em relação ao feijão. Contudo, o milho chegou a 1.564% de crescimento na área colhida e a soja atingiu mais de 1.835.000% de acréscimo!

Ou seja, houve uma verdadeira revolução no campo, marcada pela modernização do processo produtivo, via tecnificação, com ganhos de produtividade e de geração de renda para os produtores que dispunham do capital necessário à sua implementação.

Contudo, devemos expor e avaliar também os problemas oriundos dessa transformação da paisagem jataiense, como a acelerada perda da vegetação natural, cujas conseqüências podem não compensar os ganhos com o acesso à "modernidade".

Uma análise de sustentabilidade do desenvolvimento agropecuário

Os mapeamentos disponíveis (Oliveira, 2002) demonstram que, ao final da década de 1960, cerca de 47% das terras em Jataí eram ainda recobertas pela vegetação nativa, embora boa parte delas fosse também utilizada para o pastoreio extensivo do gado bovino, que era criado praticamente livre. Apenas pouco mais de 1% das terras eram destinados a lavouras. Em 1997, contudo, somente as pastagens cultivadas representavam mais de 56% da área, e as lavouras já somavam quase 24% das terras.

Isso representa, em primeiro lugar, a perda da biodiversidade, na medida em que os remanescentes da vegetação de cerrado vêm sendo rapidamente eliminados e substituídos pelos monótonos campos de cultivo de grãos ou pastagens. A falsa homogeneidade passada pela fisionomia do cerrado esconde uma enorme riqueza, ainda pouco conhecida. De acordo com informações de Coutinho (1992), do Instituto de Biociências da USP, somente entre plantas arbóreas e arbustivas, o cerrado abriga perto de 800 espécies, número que pode chegar a 2.500 espécies, entre vegetais superiores.

Conforme Alho e Martins (1995), a flora do cerrado é considerada a mais rica entre as savanas do mundo, especialmente quanto às espécies lenhosas. Cerca de 55% (425 espécies) das árvores e arbustos que ocorrem na região do cerrado são restritas a esse domínio, o que denota um forte endemismo. Estima-se, ainda, de 4.000 a 10.000 espécies vasculares, um número superior ao de grande parte de outras floras mundiais.

Coutinho (1992) aponta ainda a importância do cerrado no tocante ao abrigo de uma fauna que, embora possa não ser endêmica, têm nesse bioma o seu *habitat* por excelência, como as emas (*Rhea americana*), seriemas (*Cariama cristata*), tamanduás-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), veados-campeiros (*Ozotoceros bezoarticus*) e lobos-guará (*Crysocyon brachyurus*).

No entanto, de acordo com Alho e Martins (1995), o baixo endemismo da fauna de vertebrados não corresponde ao que se verifica para a fauna de invertebrados. Somente no Distrito Federal foram encontradas 27 espécies da ordem *Odonata* (lavadeiras), 90 espécies da ordem *Isoptera* (cupins), além de 550 espécies de abelhas (ordem *Hymenoptera*) e mais de 1.000 são estimadas entre borboletas (ordem *Lepidoptera*). A retirada da vegetação original já tem causado o risco de extinção para grande parte das espécies – especialmente dos vertebrados – ou mesmo uma seleção "antrópica" daquelas que melhor se adaptem aos novos ambientes.

A Tabela 3, a seguir, demonstra as correlações entre as unidades de paisagem encontradas na região de Jataí e os diferentes tipos de uso da terra, no ano de 1997.

Tabela 3: Município de jataí-go e entorno correlação entre *unidades de paisagem* e *uso da terra em 1997*.

UNIDADES DE PAISAGEM	USO DA TERRA EM 1997											
	Cerrado		Cerradão + Floresta		Cerrado c/pecuária		Agricultura		Pecuária		Área urbana	
	km2	%	km2	%	km2	%	km2	%	km2	%	km2	%
Chapadão	113,53	1,91	180,35	3,03	353,60	5,94	4.643,2	78,04	656,51	11,03	2,65	0,04
Depr. interp. rio Claro	166,67	2,95	550,00	9,75	175,63	3,11	17,98	0,32	4.730,3	83,82	2,68	0,05
Depr. interp. rio Verde	269,46	15,70	109,83	6,40	302,09	17,60	1,26	0,07	1.033,8	60,23	0,00	0,00
Depr. interp. rio Corr.	22,33	5,63	1,68	0,42	66,64	16,80	0,00	0,00	306,08	77,15	0,00	0,00
Depressão periférica	0,03	0,01	26,76	8,09	158,63	47,96	0,00	0,00	145,33	43,94	0,00	0,00
Percées do rio Claro	31,08	3,11	76,22	7,62	228,32	22,82	3,46	0,35	661,53	66,11	0,00	0,00
Faixas de transição	90,20	3,55	179,42	7,06	247,62	9,75	749,67	29,51	1.271,4	50,05	1,83	0,07
Cidade de Jataí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,98	100,0

Obs.: os percentuais (%) referem-se à parcela da *unidade de paisagem* com determinado tipo de *uso* em 1997.

Pelo quadro apresentado é possível perceber a estreita associação dos terrenos planos do chapadão com a atividade agrícola, dadas as suas características "modernas", de extrema dependência da mecanização e de extensas áreas não vegetadas. Enquanto isso, a pecuária instala-se nas áreas ainda não (economicamente) acessíveis ao modelo agro-exportador, como as Depressões Interplanálticas dos Rios Claro (e sua extensão na *Percées*), Verde e Corrente e a Depressão Periférica (ou Planalto do Bonito), onde o relevo não é tão aplanado e os solos possuem maiores restrições químicas e físicas.

Ao que parece, quanto maiores os custos envolvidos na incorporação das terras ao sistema produtivo, maiores também são as chances dessas áreas conseguirem manter manchas da vegetação nativa do cerrado. É o que pode estar ocorrendo na região do Planalto do Bonito, em que as feições onduladas do relevo e os solos pobres (74% de Cambissolos álicos ou distróficos e 12% de Solos Litólicos), têm feito com que quase metade das terras ainda sustentem áreas de cerrado, que vêm sendo utilizadas para o pastoreio extensivo do gado bovino.

As características fisiográficas das depressões interplanálticas também se enquadram nessa situação. O domínio de Latossolos álicos (50%) na depressão do rio Claro e das Areias Quartzosas na depressão do rio Verde (40%), assim como a presença de um relevo não tão plano, são fatores restritivos a serem considerados nos investimentos para a produção agropecuária. Talvez isso explique o fato dessas duas paisagens responderem por cerca de 63% dos remanescentes de cerrado e quase 60% das formações florestais encontrados na região de Jataí e seu entorno.

Não que a presença da vegetação nativa seja o que tipifica a paisagem nas depressões interplanálticas. Na verdade, é a pecuária que configura o uso da terra dominante, enquanto os poucos trechos cobertos pela vegetação do cerrado somam cerca de 1.096 km^2, o que corresponde a pouco menos de 15% da área total das duas unidades consideradas (Depressões Interplanálticas dos Rios Claro e Verde).

Ainda assim, esse baixo percentual consegue ser muito mais expressivo que aquele encontrado na unidade dos Chapadões, onde a agricultura comercial domina absoluta

o uso da terra, com quase 80% de ocupação, enquanto o cerrado e as matas respondem por menos de 5% da área total.

Essa verdadeira homogeneização, promovida pelo cultivo de grãos (em que a soja e o milho são dominantes), também representa um sério risco, na medida em que expõe as poucas espécies utilizadas no plantio ao ataque de pragas (como o "nematóide do cisto" e o "cancro da haste", que atingem as lavouras de soja), daí advindo a dependência dessas culturas quanto ao uso de defensivos agrícolas.

Informações verbais da Profa. Luciana Celeste Carneiro, fitopatologista do Centro de Ciências Agrárias, do Campus Avançado da UFG em Jataí, indicam que não houve nos últimos anos o relato da ocorrência de doenças nas pastagens que tenham causado prejuízo econômico ou chamado a atenção dos técnicos locais. Quanto à cultura da soja, além das doenças de ocorrência generalizada e freqüente, como o nematóide dos cistos, o oídio e o complexo de doenças de final de ciclo, doenças de ocorrência esparsa e esporádica vêm ganhando importância nos últimos anos agrícolas.

De acordo com a professora, dentre essas doenças, a principal é a "podridão de raiz e colo", causada por patógenos veiculados pelo solo, como a podridão causada por *Rhizoctonia solani* e a "podridão vermelha da raiz" ou "síndrome da morte súbita", causada por *Fusarium solani f. sp. glycines*. Supõe-se que a manutenção de restos culturais devido ao plantio direto, associado à falta de rotação de cultura, promova, a cada ciclo da cultura, o aumento do inóculo dessas doenças.

É também registrada a "necrose da base do pecíolo", sem nenhum patógeno já associado aos sintomas e suspeita de que a doença tenha como agente etiológico alguma causa abiótica. Para a professora, dados empíricos sugerem como causa a associação de chuvas intensas com o uso de alguns princípios ativos de herbicidas.

Por fim, o "nematóide das galhas" também vem crescendo em incidência. Poucas áreas apresentam esse quadro, mas percebe-se que o patógeno está sendo disseminado principalmente em função do intenso trânsito de máquinas agrícolas entre as propriedades.

Pelas informações da Profa. Luciana, essas doenças estão registradas na literatura, contudo sem nenhuma menção quanto à sua importância na região de Jataí. Assim, a pouca informação apresentada refere-se às observações feitas ao longo dos três anos agrícolas, por ela acompanhados, tanto por meio de visitas às áreas problemáticas e consultas recebidas na clínica fitopatológica do CCA/CAJ-UFG, como por troca de informações com os extensionistas locais.

Outro problema, normalmente associado às doenças indicadas, refere-se ao uso de sementes selecionadas criadas em laboratórios, com maior resistência aos agentes predadores, o que leva ao estabelecimento de um elo forçado entre os produtores e a indústria bioquímica, já que os grãos costumam ser estéreis ou apresentam queda da produtividade nas gerações subseqüentes.

A atuação das grandes corporações multinacionais do sistema agroalimentar na reorientação do processo produtivo pode ser exemplificada na capacidade de produção científica e tecnológica. Shiki (1997a) cita o caso da engenharia transgênica, que já consegue produzir variedades de soja resistentes a determinados herbicidas, como é o caso da *Monsoy*, desenvolvida no Brasil por uma associação da Monsanto com a empresa privada brasileira FT Sementes.

Essa semente foi criada para permitir aos agricultores manejar o solo com um único herbicida, o glifosato – comercialmente *Round-up* –, produzido também pela Monsanto. A tecnologia estimula o sistema de plantio direto no manejo do solo, na expectativa de reduzir os custos e dar maior competitividade ao produtor. Para Shiki, no entanto, essa tecnologia significa maior homogeneidade no agroecossistema, contrariando a ótica da sustentabilidade.

O autor apresenta um outro paradoxo deste modelo gerador de ecossistemas homogêneos e simplificados: o fato de que as empresas do complexo agroalimentar vêm se fundindo cada vez mais com o setor farmacêutico e químico, gerando verdadeiras *bioindústrias*. Desse modo, a partir do uso de matérias-primas indiferenciadas, "pode-se produzir componentes de bens de consumo, que podem se diferenciar facilmente de alimento para medicamento ou cosmético ou para veneno, produzindo sinergias até hoje desconhecidas" (p. 141). Por outro lado, para atender aos ditames da acumulação industrial, essas bioindústrias são altamente dependentes da riqueza e fonte de diversidade de informação genética encontrada em ambientes como o cerrado, que elas próprias estão ajudando a destruir.

A dependência em relação às tecnologias fornecidas pelas indústrias petroquímica (insumos químicos e biocidas) e automobilística (tratores, colheitadeiras etc.) implica também num consumo cada vez mais elevado de energia oriunda da transformação de recursos naturais não-renováveis, como o petróleo, atrelando os custos da atividade agropastoril (e, por conseguinte, os preços de seus produtos) às oscilações internacionais de valor das matérias-primas energéticas. Some-se a isso o fato de o setor agrícola atuar como um dos principais agentes de pressão para a demanda crescente na exploração de tais recursos.

Os problemas com o solo não são menos graves. O uso excessivo de maquinário pesado pode causar a compactação dos níveis superficiais, especialmente quando os solos apresentam-se úmidos. Alguns modelos de colhedoras e caminhões, quando carregados, podem pesar mais de 15 toneladas (conforme Jorge, 1983 *in* Camargo e Alleoni, 1997). Com isso, além de dificultar a penetração das raízes das plantas e o conseqüente desenvolvimento radicular, reduz a produtividade da área e leva à necessidade do revolvimento do solo. Considerando-se as características dos Latossolos encontrados nos chapadões de Jataí, de textura argilosa a muito argilosa, a compactação é um problema que precisa ser melhor dimensionado pela agricultura comercial.

A perda de terras pela erosão superficial também pode ser significativa, já que nos intervalos entre colheita e plantio os solos ficam expostos à ação dos ventos e da chuva. Mesmo em áreas planas, como é o caso de Jataí, a ausência de uma cobertura vegetal ou a adoção de sistemas inadequados de manejo da terra permite a erosão das camadas superficiais, que são carreadas para os cursos d'água. Como há a aplicação constante de fertilizantes e biocidas, pode-se prever os problemas relativos à contaminação da água.

A Tabela 4 mostra alguns índices de perdas de solo em diferentes sistemas de cultivo, introduzidos nas áreas de cerrado.

Tabela 4: Perdas de solos em diferentes formas de uso da terra (latossolo vermelho-escuro argiloso, declividade de 5,5%, sob chuva natural).

ANOS	CHUVA (mm)	PERDAS DE SOLOS EM T/HA/ANO					
		VEGETAÇÃO NATURAL	TERRA NUA	MILHO	ARROZ	SOJA	SOJA plant. direto
1978/80	1.661	0,2	183,0	87,0	39,0	13,0	2,0
1980/81	1.172	0,1	5,0	2,0	1,0	1,0	0,5
1981/82	1.683	0,1	13,0	13,0	4,0	7,0	4,0
1982/83	1.644	0,1	25,0	23,0	3,0	8,0	5,0
1983/84	1.669	0,1	38,0	20,0	16,0	11,0	6,0
1984/85	1.830	0,2	54,0	28,0	10,0	10,0	8,0

Fonte: adaptado de DEDECEK et al. (1986), *apud* Shiki (1997a).

Embora possa não ser a mesma situação, as características indicadas aproximam-se bastante daquelas encontradas em Jataí, no tocante às áreas sob domínio da agricultura. Shiki (1997a) chama a atenção para a redução significativa nas perdas de solo quando adotado o sistema de manejo da soja com plantio direto. Contudo, como nos relata o autor, a adoção desse sistema tem pouca relação com o apelo para os efeitos benéficos de controle da erosão, estando mais associada à redução dos custos diretos, como a diminuição no uso do trator no preparo do solo e o fato de os equipamentos serem mais leves, economizando combustível. Ou seja, o apelo econômico é mais forte que o apelo ecológico.

A pecuária também tem sua parcela de contribuição para com os processos erosivos. O pisoteio do gado e o desmatamento ao longo de cercas que acompanham os declives do terreno, aliado ao fato de a vegetação de gramíneas das pastagens não ter o mesmo poder de conter a força das águas pluviais, se comparada à vegetação natural, tem resultado nos casos de erosão linear, que evoluem para imensas ravinas ou voçorocas. Outras vezes, pastagens degradadas evoluem para imensos areais, haja vista terem sido formadas sobre manchas de Areias Quartzosas, um tipo de solo oriundo da intemperização do substrato arenítico e incapaz de suportar qualquer atividade produtiva de maior vulto. Alguns exemplos desses tipos de ocorrências, de grande porte, foram encontrados no município de Jataí.

Shiki (1997a), referindo-se aos sistemas agrários instalados na região dos cerrados, aponta os problemas relacionados à sustentabilidade do sistema extensivo de bovino de corte, como o encontrado nas paisagens de Jataí, em especial nas Depressões Interplanálticas dos Rios Claro, Verde e Corrente.

Para o autor, a implantação da pastagem *brachiaria* significou um aumento da capacidade de lotação dos pastos (capacidade de suporte), de 0,2 UA/ha/ano[2] – como é o caso das pastagens naturais –, para 1,2 UA/ha/ano, em média. A produtividade, embora o sistema continue extensivo, elevou-se de 20 kg/ha/ano para 200 kg/ha/ano (CIAT, 1995 *apud* Shiki, 1997a).

No entanto, passadas mais de duas décadas da implantação dessas pastagens, estamos vivendo uma crise, provocada pela exaustão e degradação dos solos, com

[2] UA/ha/ano = unidade animal por hectare, ao ano.

queda na produtividade dos rebanhos, cuja extensão é estimada entre 80% a 85% das áreas de pastagens, conforme Barcellos (1996), citado por Shiki (1997a).

Isso implica numa ameaça concreta à sustentabilidade do sistema extensivo de bovino de corte, na medida em que, no atual estágio de degradação, a capacidade de suporte das pastagens e a produtividade por ha têm regredido aos níveis dos pastos naturais. Associa-se a isso, o aparecimento e alastramento de problemas ambientais, como os sinais de "desertificação" em solos areno-quartzosos, adensamento de cupinzeiros e plantas infestantes (assa-peixe, capim-amargoso, vassourinha-do-curral, entre outras), surgimento de pragas (como a cigarrinha-das-pastagens), além de focos de erosão linear, na forma de ravinas e voçorocas (Shiki, 1997a).

Há ainda o risco de o desmatamento afetar todo o ciclo hidrológico, na medida em que as pastagens e lavouras avançam sobre pontos de recarga dos aqüíferos subterrâneos, sobre as matas-de-galeria, veredas e covoais, o que induziria à desperenização dos cursos d'água nos períodos de estiagem ou mesmo extinção de alguns. Casos dessa mesma natureza já vêm sendo observados na região da Mata Atlântica (Faria e Marques, 1999), onde o desflorestamento tem causado o desaparecimento de inúmeros rios. Entretanto, somente estudos mais localizados poderão estabelecer tal analogia, já que os condicionantes ambientais, como os tipos de solo, relevo e índices pluviométricos são bastante distintos daqueles encontrados na região dos cerrados.

Com a importância do acesso à água potável, a preocupação com o abastecimento dos lençóis subterrâneos tem permitido discutir a necessidade se estabelecer a preservação das áreas onde isso se processa, ou seja, as zonas de recarga dos aqüíferos, como é o caso dos vastos chapadões de rochas areníticas em território goiano. Daí a exigência em se rever os modelos de uso da terra na região.

Embora o padrão de uso, voltado para o cultivo de grãos para exportação, seja mais rentável que a policultura de gêneros da cesta básica do brasileiro, há que se observar os erros na política de incentivos a esse modelo agrário, adotada pelo Estado.

Os produtos primários, sejam eles agrícolas ou minerais, apresentam baixo valor comercial e, portanto, acabam contribuindo menos para balança comercial brasileira que os gêneros industriais e tecnológicos. Outrossim, o mercado interno acaba desabastecido de cultivos tradicionais (e mesmo essenciais), como o arroz e o feijão, cuja escassez já tem levado inclusive à necessidade de recorrer-se à importação – o que é um contra-senso à política econômica de um país que depende de divisas para o pagamento de seus encargos internos e externos.

O modelo agrário brasileiro – que se reflete em Jataí – também é a causa de um outro grave problema: a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários particulares ou de empresas. De acordo com Shiki (1997a), a região dos cerrados sempre apresentou, desde as grandes sesmarias instituídas no tempo do Brasil Colônia, uma estrutura fundiária altamente concentrada. A princípio constituída de grandes propriedades de pecuária extensiva, com interstícios de pequenas propriedades e de estabelecimentos de regime precário de posse e, mais recentemente, sob o domínio das empresas rurais. Em Jataí, esse último tipo de estabelecimento representa cerca de 45% das propriedades (conforme dados da Secretaria de Planejamento do Município de Jataí, em 1995).

A Tabela 5 traz a estrutura fundiária do município, no ano de 1995.

Tabela 5: estrutura fundiária no município de Jataí (GO).

TAMANHO DA ROPRIEDADE	TOTAL DE IMÓVEIS	TOTAL EM ÁREA (ha)
0 a 5 ha	19	49,4
5 a menos de 10 ha	18	143,4
10 a menos de 25 ha	95	1.682,9
25 a menos de 50 ha	282	9.724,5
50 a menos de 100 ha	204	15.268,3
100 a menos de 200 ha	276	40.901,1
200 a menos de 500 ha	387	125.175,2
500 a menos de 1.000 ha	200	143.336,9
1.000 a menos de 2.000 ha	75	103.825,6
2.000 a menos de 5.000 ha	44	128.811,4
5.000 a menos de 10.000 ha	2	13.619,6
10.000 a menos de 20.000 ha	1	11.620,7
TOTAL	1.603	594.159,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995.

Percebe-se, pela tabela, que de um total de 1.603 imóveis, aqueles com mais de 1.000 ha de área, ou seja, 122 imóveis (que totalizam apenas 7,6% do total), detêm 43,4% de todas as terras do município. Enquanto isso, as pequenas propriedades, com área menor que 200 ha, representam 56% do total de imóveis, mas detêm apenas 11,4% das terras.

Dados de uma pesquisa coordenada por Calaça (1999), do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da UFG, demonstram que a estrutura fundiária do município de Jataí, que já apresentava forte concentração em 1970, aumentou desde então.

Na pesquisa, com o uso do coeficiente de GINI, índice calculado com base na correlação entre o número de estabelecimentos e a área ocupada, determinou-se como concentração média os valores entre 0,250 a 0,500; forte concentração, entre 0,501 e 0,750; e muito forte concentração, entre 0,751 e 1,000.

O município de Jataí, em 1970, apresentava um valor de 0,584. Em 1996, esse índice atingiu 0,654, o que demonstra que a forte concentração fundiária ampliou-se ainda mais com as transformações promovidas pela modernização do processo produtivo.

Isso implica num maior volume de terras nas mãos de poucos proprietários, voltados para a produção de monoculturas ou para a pecuária, atividades que empregam um número cada vez mais reduzido de pessoal – e também cada vez mais especializado –, o que significa dizer que se trata de uma "modernização excludente".

Considerações finais

A transformação das paisagens no município de Jataí é um exemplo claro daquilo que vem ocorrendo em toda a região do Cerrado brasileiro, em que a modernização agropecuária institui a homogeneização de ambientes distintos, pela ocupação das terras com monoculturas e pastagens cultivadas. Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, esse processo repete os mesmos passos e, também, os mesmos problemas

registrados na literatura sobre o assunto. Isso nos permite deduzir que, salvo pela adoção de novas técnicas e rumos, a relação custo-benefício tende a tornar a atividade agropecuária cada vez menos atraente para o produtor rural, especialmente o pequeno produtor, incapaz de arcar com os investimentos necessários para concorrer com as grandes empresas agrícolas.

Do ponto de vista ambiental, a sustentabilidade de tais sistemas agrários em Jataí também apresenta sérios riscos, na medida em que os processos naturais são profundamente alterados, especialmente os ciclos biogeoquímicos, tanto pela perda da diversidade biológica e fisiográfica natural, que regula tais ciclos, quanto pela geração de novos processos, com a inserção de agentes químicos e biológicos exógenos, além de alterações na fisionomia e também na dinâmica de tais ambientes. Os resultados dessas mudanças ainda são controversos, mas deve-se admitir que há uma perda irreversível, sob a ótica ecológico-ambiental.

Não é possível negar que a modernização agropecuária nas paisagens do Cerrado traz consigo uma imagem de "desenvolvimento" dessa região, como, aliás, pode ser constatado pelos índices econômicos positivos dos estados que a compõem, e do município de Jataí, em particular. Mas o custo desse "desenvolvimento" ainda está por ser cobrado, na medida em que ele implica na destruição das áreas de Cerrado, que ficarão restritas a poucas, pequenas e desconexas unidades de conservação. Também os povos do Cerrado (se é que assim possamos denominá-los), destituídos de sua matriz ecológico-cultural, deverão constituir novas relações sócio-históricas com os ambientes transformados, com especial atenção para os modos de vida urbano-industriais. Se, por um lado, isso identifica uma inevitável adoção da "modernidade" (ou pós-modernidade), por outro, indica também uma possível retração de expressões culturais locais, únicas.

A investigação de todos esses parâmetros ainda está por ser feita e constitui um campo vasto para novas pesquisas, inclusive com maior verticalização das análises e, também, a partir do cruzamento entre as experiências das diversas áreas do conhecimento científico sobre tal assunto.

Referências

AB'SABER, Aziz N. e COSTA JÚNIOR, Miguel. Contribuição ao estudo do Sudoeste Goiano. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 3-26, 1950.

AB'SABER, Aziz N. Um conceito de Geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o Quaternário. *Geomorfologia*, São Paulo, v. 18, 1969.

ALHO, Cleber J. R.; MARTINS, E. de S. (ed.). *De grão em grão, o cerrado perde espaço*. Brasília: WWF, 1995. 66 p.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. Trad. O. Cruz. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, v. 13, p. 1-27, 1971.

CALAÇA, Manoel. *Modernização da agricultura e transformações sócio-espaciais no centro-sul do Estado de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 1999 (Relatório PIBIC/CNPq, 1998/1999).

CAMARGO, Otávio Antonio de; ALLEONI, Luís Reinaldo F. *Compactação do solo e o desenvolvimento das plantas*. Piracicaba: edição dos autores, 1997. 132 p.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1999. 447 p.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COUTINHO, Leopoldo M. O cerrado e a ecologia do fogo. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, vol. esp., p. 131-138, maio 1992.

DELPOUX, Marcel. Ecossistema e paisagem. *Métodos em questão*, v. 7, p. 1-23. São Paulo, 1974.

DUARTE, Aluízio C. Estrutura do espaço regional. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍTICA. *Geografia do Brasil:* Região Centro-Oeste. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 268 p.

EHLERS, Eduardo. *O que se entende por agricultura sustentável*. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

EMBRAPA. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Relatório técnico anual do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado*, 1982-1985. Brasília: 1987.

ESPINOSA, H. R. M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. *Revista Ambiente*. São Paulo, v. 7, n. 1, 1993.

EVASO, Alexandre et al. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? *Terra Livre*. São Paulo: AGB, 11-12, ago. 1992/ago.1993.

FARIA, Antonio P.; MARQUES, Jorge S. O desaparecimento de pequenos rios brasileiros. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 146, p. 56-61, jan./fev. 1999.

FERREIRA, Marcos Cesar. Mapeamento de unidades de paisagem com sistemas de informação geográfica: alguns pressupostos fundamentais. *Geografia*, Rio Claro, SP: Unesp, v. 22, n. 1, p. 23-35, abr. 1997.

IBGE. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996, v. 1.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LIMA, Samuel do C.; QUEIROZ NETO, José P. de. Contribuição metodológica para estudos ambientais integrados nos cerrados. In: SHIKI, Shigeo; GRAZIANO DA SILVA, José; ORTEGA, Antônio César (org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997. 372 p.

MACHADO, Vilma de F. *Sudoeste de Goiás:* desenvolvimento desigual. 1996. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MARIANO, Zilda; SCOPEL, Iraci. Períodos de deficiências e excedentes hídricos na região de Jataí-GO. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA, 4., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ/CREA-RJ, 2000. 1 CD.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. Dinâmica da ocupação das terras no município de Jataí-GO. *Boletim Goiano de Geografia*. (submetido). 2004.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. *Solo pobre, terra rica:* paisagens do cerrado e agropecuária modernizada em Jataí, Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. A agropecuária modernizada e sua sustentabilidade no cerrado: o caso do município de Jataí (GO). *Boletim Goiano de Geografia*. v. 21, n. 2, p. 47-60, jul./dez. 2001.

PESSOA, Jadir de M. *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999. 351 p.

PIRES, Mauro O. *Desenvolvimento e sustentabilidade:* um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília. 200 f.

PROJETO RADAMBRASIL. *Folha SE.22 Goiânia*. Rio de Janeiro: 1984. (Levantamento de recursos naturais, 31)

ROSA, Antônio V. *Agricultura e meio ambiente*. Coord. Sueli Angelo Furlan, Francisco Scarlato. São Paulo: Atual, 1998. (Série meio ambiente). 95 p.

SEPLAN/GO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE GOIÁS. *Anuário estatístico de Goiás 1996*. Goiânia: 1997.

SHIKI, Shigeo. Sistema agroalimentar no cerrado brasileiro: caminhando para o caos? In: SHIKI, Shigeo; GRAZIANO DA SILVA, José; ORTEGA, Antônio César (org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997a. 372 p.

SHIKI, Shigeo; GRAZIANO DA SILVA, José; ORTEGA, Antônio César (org.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1997b. 372 p.

XAVIER DA SILVA, Jorge; CARVALHO FILHO, L. M. Sistemas de informação geográfica: uma proposta metodológica. In: Conferência latinoamericana sobre sistemas de informação geográfica, 4; Simpósio brasileiro de geoprocessamento, 2., 1993, São Paulo. *Anais...* São Paulo: 1993.

Recebido para publicação em março de 2005
Aprovado para publicação em maio de 2005

Resenhas

Geografia: Leituras Culturais
ALMEIDA, Maria Geralda de, RATTS, Alecsandro J.P. (orgs.). Goiânia: Editora Alternativa, 2003. 284 p.

Daniel W. Gade*

Essa coletânea de 12 textos testemunha o aumento de interesse na geografia cultural no Brasil desde o começo da década de 90. A apresentação convincente dos assuntos tratados nesse livro representa um contraste a temas como o uso da terra ou a questão do transporte, que dominaram a geografia brasileira quando, nos anos 60, viajei para o Brasil pela primeira vez em busca de inspirações geográficas.

Micheline Ladouceur inicia o volume com uma crítica à ENRON (uma empresa com sede no Texas que atualmente está sob denúncias de uma massiva fraude financeira) em relação à construção do gasoduto da Bolívia para Cuiabá atravessando terras indígenas. O artigo de Alecsandro Ratts mostra como núcleos rurais de afro-brasileiros que migraram para cidades no nordeste ainda estão mantendo a identidade da sua comunidade ao se juntar em determinados bairros. Solange de Lima Guimarães toma emprestado os conceitos de topofilia e topofobia e a idéia de paisagens de medo e aplica-os no caso dos ciganos na Europa durante o nazismo. Maria Geralda de Almeida apresenta uma avaliação cuidadosa da obra clássica de Euclides da Cunha para *geopoeticamente* compreender o sertão e os habitantes do Nordeste. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues examina como o *Lunário perpétuo*, cuja edição em português apareceu pela primeira vez em Lisboa em 1703, tem influenciado os modos de percepção não apenas do nordeste brasileiro, mas também dentro do nordeste brasileiro. Maria Augusta Mundim Vargas fornece informações sobre produtos artesanais, sobretudo artigos de palha e de cerâmica, no vale do Baixo São Francisco e propõe como essas tradições poderiam ser preservadas. Ao explorar as paisagens rurais do Triângulo Mineiro, Rosselvelt José Santos invoca as idéias que o geógrafo alemão Carl Troll (escrito "Trol" no texto) formulava sobre o conceito de paisagem para explorar a idéia de *mutirão* no município de Irai de Minas (MG). Doralice Sátyro Maia discute o fenômeno da vaquejada num contexto urbano através do estudo de duas vaquejadas em João Pessoa, nas quais se envolvem tanto profissionais quanto amadores. Carlos Eduardo Maia lança um olhar no samba do Rio de Janeiro como uma maneira de expressar a centralidade do bairro no carnaval e para deixar claro que o samba se originou nos morros e não surgir a partir de uma iniciativa da elite carioca. A análise histórica do sistema urbano do Ceará de Eustógio Wanderley Correia Dantas revela como Fortaleza chegou a dominar o estado apenas no final do século XIX. Maria Clélia Lustosa Costa discute como a influência do discurso dos higienistas europeus sobre os cemitérios desde o século XVIII finalmente foi implementada no Ceará cerca de 125 anos mais tarde. No último artigo, Jörn Seemann

* Departamento de Geografia - Universidade de Vermont (Estados Unidos).

se refere faz uso da literatura geográfica e antropológica para indicar como a geografia cultural poderia se tornar mais humana, psicológica e simbólica. Um dos pontos centrais é que os produtos cartográficos espelham tanto as pessoas que os fizeram quanto aquilo que eles objetivavam mostrar.

Do meu ponto de vista que é norte-americano, esse livro trata de uma série de assuntos que contribuem para a compreensão de algumas especificidades do Brasil. Todos os ensaios são sobre temas diferentes e contêm uma fundamentação conceitual bem variada, alguns autores discursam sobre a paisagem, outros sobre a região. O papel inspirador da geografia francesa para o desenvolvimento das idéias teóricas manifestadas nesta coletânea forma um contraste com a geografia norte-americana, em que os pensadores franceses mais influentes (Foucault, Derrida, Bourdieu etc.) não foram geógrafos.

Outra observação é que todas as sete autoras que contribuíram para essa coletânea de doze textos escreveram sobre assuntos substanciais que não dependem de análises do gênero ou da genuflexão de teorias feministas que chegaram a obcecar tantas geógrafas americanas. Mais importante ainda, o livro acrescenta novas dimensões para a geografia cultural e para a nossa compreensão da diversidade do nosso mundo. A coletânea também me estimulou para pensar sobre algumas das muitas outras possibilidades geográfico-culturais ainda ignoradas na geografia brasileira. Os organizadores Almeida e Ratts devem ser parabenizados pela publicação desse volume bem conceituado e editado.

(Tradução: Jörn Seemann)

Geografia: Leituras Culturais
ALMEIDA, Maria Geralda de, RATTS, Alecsandro J.P. (orgs.). Goiânia: Editora Alternativa, 2003. 284 p.

Paul Claval*

E através do Brasil do interior profundo, do sertão do Nordeste, Sergipe ou Ceará, o Cerrado de Minas Gerais ou de Goiás que os autores, reunidos por Maria Geralda de Almeida e Alecsandro Ratts, nos conduzem. Eles levam o olhar do pesquisador a um passeio em consonância com as tendências recentes na discussão sobre a cultura, mostrando também a sua preocupação de designar às dominações econômicas e às forças sociais o lugar a qual pertencem. Eles se referem especialmente aos componentes populares da cultura brasileira e aos desafios postas pela modernização.

Esse Brasil do interior não é visto da mesma maneira por todos : Maria Geralda de Almeida anuncia que "abordarei as representações de sertão e sertanejos elaborados por alguns eruditos, ou melhor, os de 'fora', para, posteriormente, expor aquelas dos próprios sertanejos. Priorizei a pluralidade dos olhares" (p. 74). A visão que um ou outro possui não é a mesma : "As visões do sertão aqui reveladas pelos 'de dentro' como pelos 'de fora' evidenciaram diferentes paisagens sobre o sertão : para os 'de dentro', ele constitui o espaço territorial natural socializado, o conhecido, o 'nosso' sertão; para os 'de fora', é um espaço natural ainda não socializado, o 'lá', imaginário e ignoto" (p. 86).

A natureza do Nordeste é fantástica : "No livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha, a paisagem sertaneja oscila. Ela vai da extrema aridez à exuberância extrema…" (Maria de Fátima Rodrigues, p. 96). Para os sertanejos isso provoca catástrofes periódicas: "seca, partida, fome, chuva, retorno são palavras que compõem o vocabulário do sertanejo do Nordeste, seja nos períodos de inverno, seja nos de estiagens" (Maria de Fátima Rodrigues, p. 100). O resultado é uma obsessão por tudo: fazer a previsão da chegada da chuva! É ela que explica o lugar certa dentro das leituras locais através do *Lunário perpétuo*, um almanaque publicado em Portugal onde se pode esperar encontrar a chave que faz saber o tempo que haverá em oito horas, daqui a um mês etc.

As festas, sobretudo aquelas que se realizam em junho no tempo da colheita, mostram como os ritmos do ambiente estão integrados na cultura local (Doralice Satyro Maia). Em uma região de criação e pecuária como o sertão, onde as propriedades não estão muradas, os vaqueiros deviam se reunir para escolher e marcar os animais: eis a origem das vaquejadas, festas rurais por excelência visto que se desenvolvem no interior mais afastado da região. Consolidadas a partir do fim do século XIX, elas se mantiveram durante toda a primeira metade do século XX ainda que as terras agora estejam fechadas: doravante elas fazem parte do folclore sertanejo.

* Université de Paris-Sorbonne.

As sociedades do interior são assim portadoras de uma cultura atrelada a uma terra difícil na cujos mistérios gostariam de penetrar e que elas tentam dominar através de práticas de ajuda mútua que soldam as comunidades rurais como faz lembrar Rosselvelt Santos no caso do Cerrado do Triângulo Mineiro.

Pelo fato de subsistir em um ambiente sempre imprevisível, é melhor não apenas falar da cultura e a criação e pecuária, como nos mostra Maria Augusta Vargas: É isso que a população do Baixo São Francisco entendeu ao vender desde sempre sua renda, sua cerâmica e suas cestarias nas feiras da região.

As condições econômicas mudam. Há um período em que o turismo se desnevolve. Maria Augusta Vargas mostra como as atividades de artesanato do Baixo São Francisco oferecem novos recursos para a população local: elas lhes permitem redefinir seu patrimônio e resistir às culturas vindas do exterior. Em Minas Gerais, Rosselvelt Santos estuda como as comunidades antigas chegam a inscrever seus valores culturais dentro de situações sociais diferentes daquelas da sua tradição. (p.155).

Depois de uma geração, as vaquejadas das regiões de pecuária foram transformadas em festas para o povo das cidades e, ao mesmo tempo, em uma forma de esporte.: "Estes são 'vaqueiros inventados' que procuram resgatar um passado rural e, em nome dele, defendem a sua tradição, no caso tradição inventada, quando então se realizam enquanto empresários ou bem-sucedidos homens rurais" (Doralice Maia, , p. 181).

O Brasil do interior de que nos fala essa coletânea não é puramente rural, porque as cidades do interior nasceram através do sertão. No Ceará do século XVIII, estudado por Eustógio Dantas, elas surgiram quando o comércio de gado em direção a Recife aumentou, o que implicou na criação de instalações para secar a carne e tratar o couro. Era preciso esperar até o fim do século XIX para que Fortaleza e o litoral cearense se tornassem os lugares privilegiados do desenvolvimento urbano.

Por muito tempo as cidades tem sido confrontadas com os terríveis surtos de mortalidade. São elas que levaram a questionar um dos costumes em que os brasileiros, católicos fervorosos, insistiram com muita força: ser enterrado na igreja ou a pouca distância da casa. Como salienta Clélia Lustosa Costa, é uma verdadeira revolução cultural que o higienismo assim provoca no século XIX quando leva a escolher localizações peri-urbanas para os cemitérios.

Carlos Eduardo Maia aparentemente nos conduz para longe do Brasil do interior, porque nos fala do Rio de Janeiro e das escolas de samba. Mas ao analisar "o bairro como 'formo-conteúdo' elementar do 'mundo do samba'" (p. 186), ele nos mostra como essa festa em estilo de um grande espetáculo está intimamente ligada às realidades sociais e culturais dos bairros populares da cidade, aos *terreiros* onde se expressa uma cultura popular com forte influência africana (p.187).

Cometer-se-ia uma injustiça ao considerar as culturas do Brasil tradicional como homogêneas: Alecsandro Ratts frisa esse fato na hora de recordar que as aldeias dos índios edos quilombos dos escravos fugitivos se inscreveram na margem das formas da sociabilidade dominante. Essas diferenças não desapareceram. A população negra que vem dos antigos quilombos no interior encontra-se nas mesmas ruas de Fortaleza. E ainda mais: "Por toda a segunda metade do século XX, assistamos ao emergir e ao desenrolar de movimentos protagonizados por grupos étnicos e sociais" (p. 33). O autor segue uma nova geografia da etnicidade brasileira: "Em toda localidade, fronteiras

sociais móveis coexistem com demandas de demarcação ou de manutenção das terras em nome do grupo" (p. 46).

É necessário ver, diante das repetidas violações dos direitos ancestrais das comunidades indígenas da Amazônia, a mão todo-poderosa das empresas petroleiras e das grandes transnacionais como escreve Micheline Ladouceur? Eis uma pergunta que precisa ser feita.

Ao evocar os problemas dos ciganos, Solange Guimarães se apega a pessoas que "vivenciam uma paisagem geográfica 'enraizados en territórios móveis'" (p. 65).

No último artigo da coletânea, Jörn Seemann situa a geografia cultural dentro do movimento geral que afeta a geografia do presente: "o objetivo deste artigo é tentar ligar a cultura mais estreitamente à prática espacial para compreender melhor a particularidade existência da geografia cultural" (p.262).

Maria Geralda de Almeida e Alecsandro Ratts nos oferecem, através de um "passeio" pelo Brasil do interior e pelas suas culturas populares, uma bela perspectiva sobre a geografia cultural como ela se realiza atualmente no Brasil: uma disciplina atenciosa para com as correntes de pesquisa estrangeiras; geógrafos que sabem se ligar ao campo e ao seu saber falar; temas comuns, mas com inspirações diversas como se deve esperar de todas as disciplinas vigorosas.

(Tradução: Jörn Seemann)